

AARTE
DE LIDERAR:
MENTES QUE TRANSFORMAM

A ARTE DE LIDERAR: MENTES QUE TRANSFORMAM

© 2022 Copyright by Dolores Raissa Teixeira Cunha, Iury Torquato de Almeida, Luciana Mascena Silva, Rita Cristiane de Oliveira Gomes e Valéria Alves da Silva (Orgs.)

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL
EFETUADO DEPÓSITO LEGAL NA BIBLIOTECA NACIONAL
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Conselho Editorial

DRA. AIALA VIEIRA AMORIM | UNILAB
DR. ALUÍSIO MARQUES DA FONSECA | UNILAB
DRA. ANA MARIA IORIO DIAS | UFC
DRA. ANA PAULA STHEL CAIADO | UNILAB
DRA. ANTONIA IEDA DE SOUZA PRADO | UNINASSAU
DR. ANTÔNIO ROBERTO XAVIER | UNILAB
DR. CARLOS MENDES TAVARES | UNILAB
DR. CHARLITON JOSÉ DOS SANTOS MACHADO | UFPB
DR. EDUARDO FERREIRA CHAGAS | UFC
DR. ELCIMAR SIMÃO MARTINS | UNILAB
DRA. ELISÂNGELA ANDRÉ DA SILVA COSTA | UNILAB
DR. ENÉAS DE ARAÚJO ARRAIS NETO | UFC
DR. FRANCISCO ARI DE ANDRADE | UFC
DR. GERARDO JOSÉ PADILLA VÍQUEZ | UCR
DRA. HELENA DE LIMA MARINHO RODRIGUES ARAÚJO | UFC
DR. JAVIER BONATTI | UCR
DR. JOSÉ BERTO NETO | UNILAB

DR. JOSÉ GERARDO VASCONCELOS | UFC
DRA. JOSEFA JACKLINE RABELO | UFC
DR. JUAN CARLOS ALVARADO ALCÓCER | UNILAB
DRA. LIA MACHADO FIUZA FIALHO | UECE
DRA. LÍDIA AZEVEDO DE MENEZES | UVA
DRA. LÍVIA PAULIA DIAS RIBEIRO | UNILAB
DR. LUÍS MIGUEL DIAS CAETANO | UNILAB
DR. LUIS TÁVORA FURTADO RIBEIRO | UFC
DRA. MÁRCIA BARBOSA DE SOUSA | UNILAB
DRA. MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA PORTELA CYSNE | UNILAB
DR. MICHEL LOPES GRANJEIRO | UNILAB
DR. OSVALDO DOS SANTOS BARROS | UFPA
DRA. REGILANY PAULO COLARES | UNILAB
DRA. ROSALINA SEMEDO DE ANDRADE TAVARES | UNILAB
DRA. SINARA MOTA NEVES DE ALMEIDA | UNILAB
DRA. VANESSA LÚCIA RODRIGUES NOGUEIRA | UNILAB

Projeto Gráfico | Carlos Alberto Alexandre Dantas

Capa | Luis Paulo Gomes de Sousa

Revisão | Dolores Raissa Teixeira Cunha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

BIBLIOTECÁRIA: Regina Célia Paiva da Silva – CRB 1051

A786 A arte de liderar: mentes que transformam / Dolores Raissa Teixeira Cunha, Iury Torquato de Almeida, Luciana Mascena Silva et al (orgs). – Maracanaú: Imprece, 2022.

il. 16 cm x 23 cm.

Inclui gráficos.

PDF

<https://doi.org/10.47149/978-65-87212-84-5>

1. Liderança. 2. Planejamento Educacional. 3. Tecnologia Educacional. 4. Gomes, Rita Cristiane de Oliveira. 5. Silva, Valéria da. I. Título.

CDD. 658.4092

Dolores Raissa Teixeira Cunha
Iury Torquato de Almeida
Luciana Mascena Silva
Rita Cristiane de Oliveira Gomes
Valéria Alves da Silva
|Organizadores/as|

A ARTE DE LIDERAR: MENTES QUE TRANSFORMAM



Maracanaú | Ceará
2022



FACULDADE CESMA DE MARACANAÚ

CNPJ: 19.059.424/0001-50

Credenciada pelo MEC – Portaria Nº 89,
de 14 de janeiro de 2019

Rita Cristiane de Oliveira Gomes | Direção Geral

Luciana Mascena Silva | Direção Acadêmica

Mayara Cesarina Gomes de Sousa | Mantenedora

Mylene Mariana de Sousa Alencar | Secretária Acadêmica

Carla Poennia Gadelha | Coordenadora do Curso de Pedagogia

Iury Torquato de Almeida | Coordenador do Curso de Administração

Dolores Raissa Teixeira Cunha | Coordenadora de Pós-Graduação

Valéria Alves da Silva | Coordenadora Adjunta do Curso de Pedagogia

Luis Paulo Gomes de Sousa | Diretor de Marketing

Fca Jeane de Paiva Jorge | Diretora de Recursos Humanos e Finanças

Nely Germano | Diretora do Departamento Financeiro

Diego do Vale Peixoto | Departamento de Tecnologia

Amanda Távora de Souza Tomaz | Assessora Pedagógica

Maria Isabelle Barroso Machado | Assessora Pedagógica

Irene Lopes de Sousa | Almojarifado



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO • 11

Maria Eliene Magalhães da Silva

PREFÁCIO • 13

Carla Poennia Gadelha Soares

Capítulo 1 – Tecnologia

A EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS E SEUS IMPACTOS FRENTE A ERA DIGITAL • 23

Ana Paula Pio Soares

Francisco José de Oliveira Barbosa

Teresa Cristina de Oliveira Gomes

Iury Torquato de Almeida

OS IMPACTOS DO USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO APOIO À AUDITORIA CONTÁBIL • 31

Manuela Vitor Facundo de Oliveira

Márcio Roque Cordeiro

Nágila Nobre Pimentel

Teresa Cristina de Oliveira Gomes

Iury Torquato de Almeida

O USO DO CELULAR COMO RECURSO DIDÁTICO • 48

Francisco Ageu de Sousa Nóbrega

Francisca Gelma de Sousa Lima

Rita Cristiane de Oliveira Gomes

Dolores Raissa Teixeira Cunha

O USO DO INSTAGRAM COMO UMA FERRAMENTA DE MARKETING • 56

Douglas Daniel de Sousa Lima

Natália de Lima Normandes

Iury Torquato de Almeida

Capítulo 2 – Bem-Estar e Educação

APLICABILIDADE DA TECNOLOGIA PARA OS GRUPOS DE TREINAMENTO FUNCIONAL DE PALMÁCIA/CE • 69

Francisco Fábio Ricardo de Araújo
José de Arimatéia da Silva de Castro
Maria Gervane Ricardo de Araújo
Maria Jeane Ricardo de Araújo
Valéria Alves da Silva

O CRESCIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E VISUAL NO ESPORTE • 86

Carlos Alberto Rodrigues do Nascimento
Maria Rosilene Duarte do Nascimento
Rita Cristiane de Oliveira Gomes
Valéria Alves da Silva

PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: TECNOLOGIA E QUALIDADE DE VIDA • 102

Dayana Carolina Nascimento Alcides
Luane Susy Sousa da Costa
Aurenilda Carvalho de Sousa Gaspar
Valéria Alves da Silva

TRABALHAR A QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO ATRAVÉS DA CAPOTERAPIA • 116

Francisco Júlio Sales
Rita Cristiane de Oliveira Gomes
Valéria Alves da Silva

Capítulo 3 – Gestão e Educação

A EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA NO SÉCULO XXI DO ENSINO FUNDAMENTAL I • 135

Maria Lúcia Vieira de Almeida Alves
Rebecca Vieira Rodrigues
Rita Cristiane Oliveira Gomes

AS ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DA DIDÁTICA NO ENSINO SUPERIOR • 148

Carlos Alberto Oliveira da Silva
Maria Aurilucia de Araújo
Rita Cristiane Oliveira Gomes
Luciana Mascena Silva

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA DE GÊNEROS TEXTUAIS NA ESCRITA: ESTUDO CASO - 169

Cícera Rita Rogério de Medeiros
Maria Eliane Magalhães da Silva
Rita Cristiane de Oliveira Gomes

A TECNOLOGIA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 198

Francisca Rousane Sales de Oliveira Andrade
Josinéa de Jesus Lemos
Rita Cristiane Oliveira Gomes
Luciana Mascena Silva

A TECNOLOGIA COMO ELO PEDAGÓGICO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA, AUXILIANDO NESSE TEMPO DE AULAS REMOTAS - 212

Alice Regina Ramos Martins
Antônia Cristina de Sousa Gomes
Rita Cristiane Oliveira Gomes
Izabel Cristina de Oliveira Pires

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE À LUZ DAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS - 221

Francyeidson Silvestre Cambé
Elane Silveira Gomes
Gleudson de Sousa Luz
Izabel Cristina de Oliveira Pires

SERVIÇO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: O PAPEL DA GESTÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA - 247

Ana Celia Ananias
Francisca Zeneida Marque Oliveira
Yuri Ferreira de Sousa
Maria Eliane Magalhães da Silva

O GESTOR ESCOLAR PEDAGÓGICO: ARTICULADOR DAS PROMOÇÕES DAS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES DE PODER NA ESCOLA - 262

Beatriz Dias Sousa
Edinir Silva Teixeira
Márcio Roque Cordeiro
Dolores Raissa Teixeira Cunha

TIPOS DE TEMPERAMENTOS PRIMÁRIOS E SEUS REFLEXOS NA GESTÃO EDUCACIONAL - 278

Valéria Alves da Silva
Daniel Bezerra Bernardino
Izabel Cristina de Oliveira Pires
Luciana Mascena da Silva

UM NOVO OLHAR PARA A GESTÃO EDUCACIONAL: OS DESAFIOS DO GESTOR ESCOLAR NOS TEMPOS ATUAIS - 289

Maria do Socorro de Melo Gonzaga
Francisca Rousane Sales de Oliveira Andrade
Rosa Maria Araújo Peixoto Maia
Luciana Mascena Silva

O CURRÍCULO NUMA PERSPECTIVA DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA - 297

Sônia Regina Sena de Souza
Antônio Carlos Aguiar de Souza
Ilana Maria Ferreira Lopes
Iury Torquato de Almeida

GESTÃO ESCOLAR: A AUTONOMIA FINANCEIRA E SEUS REFLEXOS NO DESEMPENHO, ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO - 312

Almir Pereira dos Santos
Aurileda de Lima
Jenivando Lira Braz
Iury Torquato de Almeida

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS: RELATOS DE ESTRATÉGIAS EM TEMPO DE PANDEMIA NO CENÁRIO BRASILEIRO - 323

Káthia Cyléa Meneses Oliveira
Tarcísio José Aquino Oliveira
Maria Efigenia Oliveira de Almeida
Luciana Mascena Silva

GESTÃO DO CURRÍCULO NO ENSINO FUNDAMENTAL: CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA APRENDIZAGEM - 339

Moaci Rodrigues da Silva
Maria Leidiane de Sousa Leite
Walcineide Viana Barbosa
Iury Torquato de Almeida

UM NOVO OLHAR PARA A GESTÃO EDUCACIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM - 347

Nadma Maria Soares de Freitas
Patrícia Jo Montaldo de Macedo
Sissi Keyla dos Santos Mendes
Dolores Raissa Teixeira Cunha

GESTÃO ESCOLAR: UM NOVO OLHAR E O SEU PAPEL A FRENTE DO PROCESSO AVALIATIVO NA ESCOLA - 359

Mara Rubia de Araújo Dantas
Rita de Cassia Lopes Gomes
Rosângela Cosmo Batista
Iury Torquato de Almeida

NARRATIVAS ACERCA DE UM NOVO OLHAR PARA A GESTÃO EDUCACIONAL FRENTE A UTILIZAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA PDDE DE FORMA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA - 371

Antônia Wilma de Oliveira Andrade Santos
Francisca Esmênia de Souza Teixeira
Káthia Cyléa Meneses Oliveira
Luciana Mascena Silva

OS EFEITOS PANDÊMICOS NA EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DO GESTOR ESCOLAR NA BUSCA PELA RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM - 381

Emília Regia Venâncio Gomes
Fransilvia Barroso Machado
Nivea Maria Costa Vieira
Luciana Mascena Silva

LIDERANÇA: UM NOVO OLHAR PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA - 391

Helayne Vieira Correa Coêlho
Ana Maria Venancio da Silva
Liduína Venancio de Almeida
Lore Ana Terceiro Persch
Iury Torquato de Almeida



APRESENTAÇÃO

Maria Eliene Magalhães da Silva¹

Consideramos importante fortalecer discussões, reflexões e conexões acerca da educação docente para nossos discentes, e com isso, venhamos a apresentar as contribuições teóricas e práticas de nossos professores, gestores pensadores/pesquisadores e seus contextos. É com essas inspirações que venho apresentar essas encantadoras produções acadêmica na qual fui convidada a escrever as seguintes linhas.

O livro intitulado “**A arte de Liderar: Mentos Que Transformam**”, que se trata de mais uma produção da Facesma, aborda variadas temáticas desenvolvidas, em sua maioria, por acadêmicos da turma de MBA em Gestão e com alunos e alunas convidados do Pólo de Palmácia e gestores de Maracanaú. O livro é mais uma obra publicada que segue como nossa prática em oferecer aos nossos alunos a produção e publicação acadêmica, desde 2021 quando lançamos nossa primeira obra sobre Inteligência Emocional, pela **Faculdade Cesma de Maracanaú**.

Este livro tem como autores/autoras e organizadores/as os/as valorosos/as: Dolores Raissa Teixeira Cunha, Iury Torquato de Almeida, Luciana Mascena Silva, Rita Cristiane de Oliveira Gomes e Valéria Alves da Silva, pela editora Imprece.

O objetivo desencadeador de nossa instituição através da sabedoria e força da diretora institucional Rita Cristiane é desenvolver nos que fazem a **Facesma**, discentes e docentes, o gosto pela literatura e em especial a produção acadêmica que vem a qualificar a pesquisa e as ciências no âmbito da educação superior através de nossas obras acadêmicas de organizações publicadas.

Assim, reencontramos nas práticas docente e discentes o sabor encantador das letras ao construir e orientar cada artigo que nos chegam de nossos estudantes. A obra traz escritas acerca de temas importante como: o uso das mídias digitais e seus impactos tecnológicos, também artigos que relatam desenvolvimento com educação especial e gestão em geral. O livro está dividido em uni-

¹ Professora da Facesma (Faculdade Cesma de Maracanaú); Doutoranda em Ensino pela UFC; Mestra em Educação pela UFC; Professora concursada dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante.

dades temáticas, tais como: Tecnologia; Bem-Estar e Educação e Gestão e Educação, compondo cada artigo (capítulos) nas unidades supracitadas.

A obra vem, ao seu modo, deixar em memória as práticas pedagógicas e administrativas de nossos gestores de Maracanaú e em algumas localidades do maciço do Baturité que fazem parte de nossa instituição acadêmica.

Tendo em vista a natureza de nossa missão no educar e estimular discentes e docentes, com isso, o presente livro vem a ser uma oportuna concretização no refletir do percurso de ensino-aprendizagem na qual estimulamos através dos diálogos pedagógicos supracitados no decorrer da encantadora leitura da obra.

Bons diálogos a partir das leituras!



PREFÁCIO

Carla Poennia Gadelha Soares¹

O cenário atual tem sido marcado por uma crescente demanda por pesquisas educacionais relacionadas aos indicadores que interferem diretamente na qualidade da aprendizagem dos estudantes. Nessa conjuntura, os gestores escolares há muito deixaram de ser concebidos como meros administradores de leis e programas e passaram a ser considerados como atores proativos e propositivos, que devem liderar projetos educacionais e colocar em exercício complexos processos de mudança pedagógica e institucional. Pesquisas apontam que a liderança dos gestores, depois da qualidade dos professores, é o fator que mais impacta nos resultados escolares.

É sobre essa temática que este livro que ora prefacio se organiza. A obra está composta por artigos que contemplam uma diversidade de temáticas cujo ponto de encontro se entrelaça nas teias das produções vinculadas a uma prática acadêmica construída por meio de um processo coletivo do conhecimento relacionado à arte de liderar. Aqui se encontram debates críticos, éticos, maduros, úteis, que instigam o(a) leitor(a) à reflexão científica a respeito do assunto em tela.

Os textos estão organizados em torno de três eixos temáticos, a saber: 1) **tecnologia**, que reúne quatro ensaios; 2) **bem-estar e educação** que engloba quatro trabalhos e 3) **gestão e educação**, a maior parte do livro, que contempla vinte e um artigos.

Abrindo a primeira seção do livro intitulada “**Tecnologia**”, o artigo “*A evolução dos Recursos Humanos e seus impactos frente a era digital*” discorre sobre as transformações na área de RH e a implementação das novas tecnologias no meio empresarial. Os autores sublinham que o RH virtual é fundamental para que as organizações atinjam um modelo mais competitivo de gestão, deixando

¹ Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do curso de Pedagogia da Faculdade Cesma de Maracanaú (Faciesma). Professora efetiva da rede pública estadual da Secretaria da Educação Básica do estado Ceará (SEDUC/CE). Vice-coordenadora do Grupo de estudos GEERP Liberdade (UFC). Integra o Grupo de Estudos em Educação em Regimes de Privação de Liberdade da Universidade de São Paulo (USP).
E-mail: poenniasoares@gmail.com

de lado as atividades especificamente operacionais, como controle de faltas dos empregados, para adotar uma atitude estratégica e principalmente competitiva.

O segundo artigo intitulado “*Os impactos do uso da tecnologia da informação e da comunicação no apoio à auditoria contábil*” tem como objetivo conhecer o contexto histórico da auditoria, além do seu conceito e de suas classificações. Ademais, os autores percorrem um caminho teórico para reconhecer a concepção e a importância das tecnologias da informação e da comunicação para o mercado de trabalho e para compreender a relação entre as TICs e a auditoria contábil.

Na sequência, o texto “*O uso do celular como recurso didático*” traz reflexões críticas com base em vivências do cotidiano e acadêmico sobre como o uso do celular pode ser utilizado como recurso pedagógico por professores e pais. Para tornar isso possível, os autores utilizam-se da metodologia da pesquisa bibliográfica.

O artigo que encerra a primeira parte do livro intitula-se “*O uso do Instagram como uma ferramenta de marketing*” e analisa a influência do *marketing* digital utilizando como ferramenta o aplicativo *Instagram* para aumentar o número de clientes da Marmitaria *Delícias de Helena @dhelenass_*. A metodologia utilizada ao longo do trabalho foi uma pesquisa de campo quantitativa, de cunho descritivo e bibliográfico feito por meio de estudos de casos múltiplos.

A segunda parte do livro – ***Bem-estar e Educação*** –, iniciada pelo artigo “*Aplicabilidade da tecnologia para os grupos de treinamento funcional de Palmácia/CE*”, descreve a experiência da criação de um grupo de Treinamento Funcional, auxiliado pela tecnologia, no contexto da pandemia pelo novo coronavírus no município de Palmácia/CE. Segundo os autores, o grupo rapidamente se propagou a vários distritos locais, popularizando-se e ganhando novos adeptos, pois o trabalho além de ter sido dinâmico e lúdico, melhorou o condicionamento físico dos participantes, aprimorou habilidades específicas e favoreceu uma melhor qualidade de vida.

Na sequência, o trabalho “*O crescimento de pessoas com deficiência física e visual no esporte*” expõe a crescente participação de pessoas com deficiência no mundo esportivo. Outrossim, os autores mapeiam as barreiras que podem influenciar de maneira acintosa na curva de crescimento de ascensão de pessoas com de-

ficiência no esporte, corroborando no levantamento de variáveis a serem consideradas no âmbito da criação ou fortalecimento de políticas públicas já existentes.

O texto “*Profissionais de Educação Física: tecnologia e qualidade de vida*” alerta para o fato de que os avanços da tecnologia estão exercendo bastante influência sobre a qualidade de vida das pessoas na atual sociedade. Nesse sentido, os autores do artigo refletem sobre os desafios do educador físico frente a esses avanços e a necessidade da melhoria da qualidade de vida dos indivíduos na atual sociedade.

O artigo que encerra a segunda parte do livro é “*Trabalhar a qualidade de vida do idoso através da capoterapia*” define a capoterapia como sendo uma atividade realizada com alguns elementos oriundos da capoeira tradicional juntamente com músicas do cancionário popular. Os autores ressaltam que a capoterapia demonstra ser adequada para a melhora da capacidade funcional, psicológica e social daqueles que a praticam. Ao analisar os benefícios dessa prática, os autores do trabalho destacam a relevância da modalidade no favorecimento do bem-estar e na qualidade de vida dos idosos.

A terceira parte do livro – **Gestão e educação** – inicia com o artigo “*A educação e tecnologia no século xxi do ensino fundamental I*”. Nele, as autoras realizam um estudo bibliográfico, no qual investigam de que maneira professores e alunos do ensino fundamental utilizaram-se das tecnologias durante a pandemia para as atividades educacionais. Os resultados evidenciaram que, apesar de inicialmente sentirem dificuldade de manuseio, os docentes, em geral, demonstraram conseguir utilizar as tecnologias a favor da aprendizagem dos alunos, dinamizando as aulas e tornando-as mais atrativas.

Na sequência, os autores de “*As estratégias para a melhoria da Didática no Ensino Superior*” realizam um estudo bibliográfico no qual refletem sobre os desafios para a garantia da qualidade do ensino na Educação Superior. Para tanto, lançam mão de estratégias diversificadas para o campo da Didática que podem favorecer o processo de ensino-aprendizagem nesse nível de ensino.

O texto seguinte “*A importância da leitura de gêneros textuais na escrita: estudo de caso*” investiga se o contato do aluno com os mais diferenciados gêneros textuais efetivamente esclarece e

produz conhecimentos múltiplos, bem como favorece a internalização da gramática e da ortografia, beneficiando, assim, a escrita por meio das produções textuais. Com isso, a autora enfatiza a importância da leitura de diversos gêneros textuais para que o educando seja capaz de atender aos propósitos comunicativos exigidos pela situação sociocultural em que está inserido.

O artigo subsequente denomina-se “*A tecnologia no âmbito da educação infantil*” e trata sobre possibilidades pedagógicas de adoção das tecnologias na educação infantil tendo em vista a familiaridade que as crianças têm com as telas. As autoras alertam para o fato de que as tecnologias existentes são capazes de auxiliar a escolarização, mas nunca sobrepor as metodologias já existentes; assim é importante que sejam utilizadas como instrumentos de auxílio no processo de ensino-aprendizagem, evitando-se de toda forma os excessos.

O ensaio “*A tecnologia como elo pedagógico entre escola e família, auxiliando nesse tempo de aulas remotas*” faz uma reflexão sobre como a pandemia causada pela Covid-19 mudou bruscamente a realidade educacional no Brasil e no mundo, fazendo com que professores e alunos passassem a enfrentar desafios antes nunca imaginados. Nessa esteira, os meios tecnológicos passaram a ser os principais aliados para tornar a comunicação e o processo de ensino-aprendizagem possível. Os docentes, assim, necessitaram de uma boa dose de inovação e qualificação para se reinventarem diante de um contexto tão adverso.

Os autores de “*Gestão escolar democrática: uma análise à luz das competências socioemocionais*” destacam que é importante investir em políticas públicas que disseminem as habilidades e os conhecimentos das competências socioemocionais para todas as instituições de ensino, no sentido de contribuir para a formação integral dos estudantes e de prepará-los para o enfrentamento dos desafios que fazem parte do mundo moderno.

Na continuação, “*Serviço educacional especializado: o papel da gestão na educação inclusiva*” chama atenção para o fato de que é preciso organizar e estabelecer o desenvolvimento de estratégias de intervenção que facilitem a implementação de uma proposta pedagógica inclusiva em todos os níveis de ensino. Os autores do artigo destacam ainda que não há modelos pedagógicos prontos, fechados, nem diretrizes que possam dar conta de uma

transformação da escola tradicional para uma escola inclusiva e de qualidade para todos. No entanto, é possível estabelecer algumas adaptações que possam contribuir de forma prática às especificidades das pessoas com deficiência e é isso que o artigo se propõe.

No artigo *“O gestor escolar pedagógico: articulador das promoções das transformações das relações de poder na escola”*, os autores refletem sobre a função do gestor escolar frente ao processo de planejar coletivamente uma forma de gestão que favoreça a construção de uma escola consciente e democrática. Além disso, analisam as competências e habilidades voltadas para a gestão educacional pertinente à gestão de pessoas na procura de resgatar e valorizar os aspectos humanos presentes na escola, dos quais fazem parte a afetividade, os sentimentos, as emoções, dentre outros valores.

O trabalho *“Tipos de temperamentos primários e seus reflexos na gestão educacional”*, por sua vez, parte do princípio de que entender a importância sobre os quatro tipos de temperamentos primários – colérico, sanguíneo, fleumático, melancólico – e a forma como eles podem influenciar a qualidade das relações em uma instituição de ensino é fundamental para a atingir uma liderança de excelência.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, o próximo artigo da coletânea – *“Um novo olhar para a gestão educacional: os desafios do gestor escolar nos tempos atuais”* – faz uma reflexão sobre o papel do gestor escolar nos tempos atuais frente à gestão democrática. De resto, reflete sobre a importância do líder na mobilização de todos os segmentos escolares para concretização de uma gestão educacional democrática, na valorização da educação como meio de superação das desigualdades sociais e econômicas existentes na sociedade e para superação dos desafios vivenciados no cotidiano com foco na qualidade do ensino ofertado.

Os autores de *“O currículo numa perspectiva de inovação pedagógica”* destacam que o currículo escolar é sempre um produto de um contexto histórico determinado e que, portanto, é constantemente alterado quando as conjunturas socioeconômicas e políticas-culturais se modificam dentro de um processo mais geral de permanência e mudanças da sociedade como um todo. Em função disso, o artigo, realiza um debate a respeito de quatro abordagens da teoria curricular, a saber: tradicional, tecnicista, crítica e pós-estruturalista.

O trabalho *“Gestão escolar: a autonomia financeira e seus reflexos no desempenho, administrativo e pedagógico”* foi elaborado a partir do resultado de pesquisas realizadas com gestores escolares e teve como objetivo analisar os limites e conhecer na prática como funciona a autonomia financeira na gestão escolar em algumas escolas do município de Maracanaú/CE.

O artigo intitulado *“Os desafios da formação docente e as relações interpessoais: relatos de estratégias em tempo de pandemia no cenário brasileiro”*, como o próprio título sugere, discute sobre as adversidades da formação docente que emergiram nos tempos de pandemia, sobretudo as preocupações frente ao quadro de isolamento social em que as desigualdades socioculturais se acentuaram cada vez mais.

O estudo denominado *“Gestão do currículo no ensino fundamental: condição necessária para aprendizagem”* além de tratar da gestão do currículo escolar no ensino fundamental, tem como objetivo oportunizar reflexões pedagógicas que possibilitem um novo olhar para a implementação qualitativa do currículo nesta etapa de escolarização, sem deixar de levar em consideração as peculiaridades sociais da comunidade escolar.

Na sequência, *“Um novo olhar para a gestão educacional: desafios e perspectivas da recuperação da aprendizagem”* descreve três planos de ação que estão amparados pela Resolução de N°. 46/2021 que estabelece a forma de organização do ensino nas escolas da rede do município de Maracanaú. Os autores sublinham que as ações foram construídas pelas gestões das escolas em conjunto com os professores com o objetivo de consolidar, de forma efetiva, as habilidades de leitura e escrita e as quatro operações matemáticas no que se refere à aprendizagem dos estudantes, assim como fortalecer o papel da gestão nas unidades de ensino.

O trabalho *“Gestão escolar: um novo olhar e o seu papel a frente do seu processo avaliativo na escola”* visa identificar as dificuldades de aprendizagem por meio de uma avaliação diagnóstica; planejar as intervenções com todos envolvidos no processo de ensino aprendizagem; construir coletivamente um plano de ação contemplando atividades para minimizar os déficits de aprendizagem e, por fim, elaborar um cronograma de de avaliação sistemática.

O artigo *“Narrativas acerca de um novo olhar para a gestão educacional frente à utilização e contribuição dos recursos do programa pdde de forma democrática e participativa”* descreve as

principais características do Programa Dinheiro Direto na Escola, explicitando o que é, para quem se destina, como solicitar, o que pode e quais as implicações da má utilização desse recurso para a instituição escolar e sua gestão.

O penúltimo trabalho da obra intitula-se “*Os efeitos pandêmicos na Educação: os desafios do gestor escolar na busca pela recuperação da aprendizagem*” e tem como finalidade analisar a realidade da gestão escolar e da gestão da sala de aula no contexto dos efeitos da pandemia pelo novo coronavírus, visando propor novas metodologias de ensino que possam favorecer a qualidade do ensino-aprendizagem nas escolas.

Por último, o artigo que encerra o livro denomina-se “*Liderança: um novo olhar para a gestão democrática*”. Nele, os estudiosos ressaltam que para que a caminhada escolar ocorra de forma democrática, as ações do gestor precisam ser sentidas pelos demais segmentos que compõem a comunidade escolar, considerando esta, como uma parcela presente, participativo e atuante. A qualidade da gestão depende de que as pessoas afetadas por decisões institucionais exerçam o direito de participar tanto do processo das decisões quanto da implementação e avaliação das ações.

Parabenizo a todos(as) os(as) autores(as) pela ousadia de expor à coletividade, por meio de uma publicação nacional, um ponto de vista crítico sobre a arte de liderar. Tal atitude depõe favoravelmente sobre o sentido da Educação como possibilidade de transformar realidades por meio de um exercício reflexivo nutrido pela interação entre teoria e prática no âmbito do cotidiano da universidade – nesse caso, da Facesma.

Acredito que o valor desta publicação está em sua riqueza, atualidade e amplitude de olhares, que permitem entender a complexidade e ao mesmo tempo a importância que tem hoje o fenômeno da liderança dos gestores e sua relação com os processos de melhoria da qualidade institucional.

Apresentados os temas de cada artigo neste prefácio, convido o(a) leitor(a), ávido(a) por conhecimento, para que possa se aprofundar e se inquietar diante da multiplicidade de enfoques e perspectivas teórico-metodológicas que este livro oferece sobre a arte de liderar e transformar mentes e realidades.

Que a leitura seja proveitosa, reflexiva e inspire o(a) leitor(a) a criar outros debates. Boa leitura!

Capítulo 1

Tecnología

A EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS E SEUS IMPACTOS FRENTE A ERA DIGITAL

Ana Paula Pio Soares¹
Francisco José de Oliveira Barbosa²
Teresa Cristina de Oliveira Gomes³
Iury Torquato de Almeida⁴

Introdução

Este artigo científico traz um estudo no qual aborda as mudanças organizacionais, e de acordo com os paradigmas da modernidade e competitividade no mercado mundial, apresentando o processo evolutivo da área de Recursos Humanos até a atualidade, com ênfase que vem se ampliando mais e mais, ganhando espaço no meio empresarial.

Para Toumi (2001), novas informações, comunicação e tecnologias computacionais estão mudando fundamentalmente a organização e o conteúdo de trabalho, enfatizando que pelo menos para alguns membros da sociedade, carreiras de trabalho estão se transformando em um mosaico onde trabalho produtivo, aprendizado e desenvolvimento de competências são inseparáveis.

São apresentados o objetivo geral e específico relatando os impactos tanto positivos, quanto negativos frente a era digital, na

¹ Graduada em Gestão de Recursos Humanos, com Pós Graduação em MBA em Gestão Empresarial e Logística e MBA em Gestão Empresarial e Departamento Pessoal – FACESMA; Atualmente Gestora do município de Maracanaú/CE; Secretária de Ciência, Tecnologia, Inovação e Formação Tecnológica – Prefeitura de Maracanaú. E-mail: anapaulaps_setec@maracanau.ce.gov.br

² Especialista em Gestão Escolar – Faculdade Kurius (FAK); Graduado em Pedagogia – Universidade Federal do Ceará (UFC); Coordenador Administrativo Financeiro do município de Maracanaú/CE; Professor efetivo da rede municipal de Maracanaú/CE; E-mail: junior.for@gmail.com

³ Graduada em Administração – Faculdade Sete de Setembro; Especialista em Gestão de Serviço de Saúde – Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará; Graduada em Direito – FAMETRO; Diretora Administrativa do Hospital de Maracanaú.

⁴ Graduado em Administração – FAK; Licenciado em Pedagogia – FAK; Especialista em Gestão de Projetos – ABED; Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho – FAK; Especialista em Gestão Escolar – FAESL; Especialista em Docência do Ensino Superior – FAK; Especialista em Gestão e Tutoria – UNIASSELVI; Mestre em Gestão de Negócios Turísticos – UECE; Doutor em Ciências da Educação – USC/PY; E-mail: iuryt.almeida@gmail.com

área do Recursos Humanos, tendo em vista metodologia em análise em pesquisa qualitativa, ou seja, uma revisão sistemática da literatura, que se busca conhecer materiais e estudos já publicados por outros autores e estudiosos.

A primeira parte do artigo define a transformação do RH e a implementação da TI em todas as áreas organizacionais nos últimos anos, alavancando a mudança na área de recursos humanos. A última parte do artigo cita o uso da tecnologia para fortalecer os novos modelos de gestão de pessoas apontando estímulos futuros neste desenvolvimento.

A tecnologia vem para criar condições mais favoráveis, administrar e estimular os processos. Todos estes privilégios contribuem no aumento da capacidade nas ações do RH, tornando o setor ainda mais importante dentro da empresa.

Histórico da gestão de recursos humanos

A pouco tempo, o termo Recursos Humanos deixou de ser apenas um departamento da empresa. O RH atuava de forma mecânica, onde o olhar do empregado prevalecia ao obedecer e executar a tarefa, e ao chefe, o controle centralizado. Hoje o cenário mudou, os empregados são chamados de colaboradores, e os chefes de gestores. Em consequência da criação das máquinas a vapor e depois da eletricidade e derivados do petróleo, ocorreram as duas Revoluções Industriais, nos séculos XVIII e XIX, quando surgiram as grandes fábricas em busca de maior produção.

Portanto, nas fábricas e com o uso de máquinas, era possível produzir muito mais quantidade do que os artesãos e seus ajudantes produziam individualmente, contudo, artesãos, ajudantes, lavradores e todos os demais trabalhadores que estavam acostumados a trabalharem sozinhos ou em pequenos grupos, com seus próprios ritmos, executando a tarefa completa (do início ao final do processo de fabricação). Nesse contexto foram postos em grandes fábricas entre paredes fechadas nos quais passaram a possuir horário de trabalho, ritmo de produção, tarefas pré-estabelecidas, tudo determinado pelos donos das fábricas ou seus chefes de produção.

O crescimento acelerado e desordenado das empresas, juntamente com a necessidade de aumentar a produtividade e efi-

ciência, propiciou, no início do século XX, o estudo científico da Administração como ciência que deveria conseguir maneiras de coordenar as fábricas aumentando produção e seu rendimento.

Os trabalhadores precisavam de direção e controle rígidos. Era preciso treinamento, dinheiro (combustível), regras e controle (ajustes) como qualquer outra máquina da fábrica. Ele tinha que trabalhar constantemente no ritmo da esteira na linha de montagem.

A partir da década de 90, com a era da informação, houve um grande avanço tecnológico da informática, que repercutiu diretamente na comunicação. O conhecimento é o novo valor. Enfim, as organizações identificaram a relevância das pessoas para o alcance dos objetivos organizacionais e passaram a valorizar a área de Recursos Humanos (RH) criando a Gestão de Pessoas ou Gestão de Talentos.

Elas deixaram de ver as pessoas como recursos, equivalente aos financeiros e materiais, para considerar seus funcionários como parceiros, que muito podem contribuir para o desenvolvimento da organização (CHIAVENATO, 2004).

Reconhecendo as pessoas como detentoras de capacidades, habilidades e conhecimentos de grande relevância para qualquer empresa, as organizações passaram a considerar seus colaboradores como um valioso capital intelectual, o qual se deve cuidar bem, fazer uma boa gestão para que seja mantido e expandido.

No mundo atual estão ocorrendo mudanças aceleradas no mercado, nas tecnologias e nas formas de gerir as organizações. Por isso, a capacidade de gerar e de absorver inovações vem sendo considerada imprescindível para que a empresa seja competitiva.

Assim, para acompanhar este ritmo de mudanças e manter-se competitivas no mercado, as organizações necessitam das pessoas, que são fundamentais nos processos de capacitação, de conhecimento e de aprendizado constante.

Segundo Chiavenato (2005), nas últimas décadas, a evolução da Gestão de Pessoas foi substancial sobre como tratar, cuidar da saúde e segurança dos funcionários, os permitindo pensar, resolver, envolver-se e produzir cada vez mais.

Passou a propor um ambiente que propiciasse o desenvolvimento pessoal e profissional do trabalhador, entendendo-o como um ser complexo, cheio de papéis na sociedade, que se interage o tempo todo.

Tecnologia da informação e recursos humanos

A efetivação de sistemas de informação no contexto intra-organizacional, como não poderia ser diferente, transforma também a área de RH no Brasil e em outras partes do mundo. A TI, amplamente implementada em todas as áreas das empresas, somente nos últimos anos começa a ser considerada uma alternativa para alavancar o processo de mudança da área de recursos humanos.

Lawler e Mohrman (1995) apontam a necessidade da área de RH de refazer sua estrutura e gerenciamento de informação de forma a cobrir não somente o básico a respeito de quem trabalha na organização, mas sim proporcionar dados sobre as condições da organização humana.

Segundo os autores, a administração de recursos humanos precisa se comprometer com a evolução dos sistemas de informação e usá-los para alavancar a qualidade de seus serviços. Os autores citam diversos exemplos de como a tecnologia pode virar uma aliada da área para a promoção de novas práticas organizacionais.

A implementação de TI na gestão de recursos humanos também é abordada por Ulrich (2000) como uma ferramenta para grandes mudanças na área. Dentro de seu modelo de novas responsabilidades do RH, o autor sustenta que a área tem que abandonar sua postura tradicional de normatizadora e fiscalizadora do cumprimento de políticas e assumir a responsabilidade de melhorar a eficiência e a eficácia de sua função e de toda a empresa.

Segundo esse autor, como especialistas em administração, os executivos de RH devem inicialmente repensar a maneira como os processos de gestão de pessoas são realizados para então mostrarem seu valor de especialistas frente à empresa.

Os sistemas de informação são apontados então como uma saída para a reformulação e a reestruturação de processos de administração de RH, na medida em que a sua utilização pode propiciar a redução de custos e o aumento da eficiência das respostas nas transações (Portal RH).

Os impactos sejam eles positivos e/ou negativos

De acordo com Alves (2008) afirma que o RH virtual reduz custos e melhora a eficiência, através da redução de papel e redu-

ção de fluxo de trabalho; da automação de atividades rotineiras e repetitivas; da liberdade que dá aos empregados para que utilizem os sistemas de forma self-service; do desenvolvimento de uma força de trabalho cada vez mais informada sobre assuntos relativos à RH e à companhia de modo geral; do aumento na velocidade de resposta dos sistemas/atividades de RH; e da garantia de tomada de decisões mais informadas por parte dos empregados.

Segundo Jones (1998) o sistema self-service foi desenvolvido, em parte, em função das reclamações dos empregados e gerentes devido aos impessoais e ineficientes serviços de terceirização e tornou-se a grande vantagem do RH, pois permite que os empregados encontrem sozinhos as respostas as suas dúvidas. Eles também podem verificar seus dados e atualizá-los. Por fim, eles podem completar formulários online, ou efetuar outras transações como definir o tipo de plano de previdência privada.

Jones (1998) acrescenta que essa comunicação pode ser feita através de Intranets, também chamadas portais, permitindo aos profissionais de RH utilizar os mesmos tipos de servidores e browsers que a Internet para uso interno, melhorando a capacidade do RH oferecer serviços.

A Intranet traz como benefício a facilidade na atualização de políticas, procedimentos e outras publicações de RH, a rapidez para comunicar a qualquer hora e em qualquer lugar, a compatibilidade dos Web browsers com a maior parte dos sistemas, e o baixo custo de treinamento, já que grande parte dos empregados já tem familiaridade com os programas de Internet (Costa, 2002).

Jones (1998) compara o RH tradicional ao RH virtual:

- RH TRADICIONAL (uso intensivo de papel, as habilidades individuais são as mais importantes, os arquivos de dados e a disseminação de informações são funções chave, a área de RH é orientada pelas funções, uso de processos tradicionais, como por exemplo, entrevistas e avaliações face a face, os profissionais de RH reagem às inovações tecnológicas de IT).
- RH VIRTUAL (Redução do uso de papel, as habilidades no gerenciamento da informação e no conhecimento da tecnologia são essenciais, o gerenciamento estratégico de RH é crítico, a área de Rh assume o papel de consultor, uso de re-

cursos tecnológicos para processos, como por exemplo, testes e entrevistas online, os profissionais de RH são proativos e requisitam inovações tecnológicas para IT), tais como:

Recrutamento e seleção

Com a tecnologia, as atividades como a de recrutamento e seleção de pessoal tendem a economizar desde a triagem de currículos até a conclusão do processo. A facilidade na seleção de currículos, aplicação de testes e pré-entrevistas online através de softwares de recrutamento, deixam o procedimento mais objetivo acertando nas contratações, reduzindo o indesejável turnover (rotatividade de pessoal) por má adaptação ou perfil incompatível do profissional com a empresa. Jones (1998).

Processos operacionais

Diversos processos de um setor podem e devem ser informatizados. A tecnologia seguida nos sistemas facilita o dia-a-dia, anulando os trabalhos burocráticos, além de aumentar a produtividade da equipe.

O armazenamento de dados, coleta e análise de informações através das soluções de Business Intelligence, facilitam tomadas de decisão de maneira mais segura e eficaz Jones (1998).

Gestão de recursos e benefícios

Para ter um melhor domínio dos recursos e benefícios que as organizações oferecem aos colaboradores, é essencial sempre ter em mãos informações fundamentais sobre os colaboradores, folha de pagamento, promoções, benefícios e treinamentos, e se tudo isso estiver informatizado, a gestão e o planejamento ficam ainda mais fáceis, otimizando o tempo despendido para analisar todas estas informações, Jones (1998).

Com a implantação da tecnologia, o RH obtém mais controle e gestão de tudo que se passa na empresa, podendo calcular melhor os passos a serem dados.

Metodologia

O presente artigo de revisão teve como análise metodológica qualitativa, descritiva através de abordagem de características bi-

bliográficas, pois utilizou-se de materiais já tornado público, como: livros, artigos.

A coleta de dados foi realizada no período de março a junho de 2020, e os recursos utilizados como base para o desenvolvimento do artigo foram conseguidos inicialmente nas pesquisas realizadas tanto no google, quanto no google acadêmico, nos sites, portais, tais como blogs, foram utilizados os seguintes descritores: recursos humanos; era digital; impactos do rh; tecnologia da informação.

Considerações finais

Pôde-se constatar que o RH virtual vem ganhando espaço nas empresas, principalmente por auxiliá-las a transformar o RH tradicional em RH estratégico.

Os itens do Recursos Humanos virtual são consideráveis ferramentas para que as organizações atinjam o modelo competitivo de gestão, deixando de lado as atividades especificamente operacionais, como controle de faltas dos empregados, para adotar uma localização estratégica e principalmente competitiva, no qual as pessoas da organização devem ser vistas como fatores de vantagem competitiva.

As novas tecnologias de informação, o capital humano e as gestões estratégicas entendem os principais fatores de competitividade, diferencial e adequação à modernidade ou comunidade do conhecimento. Contudo, empresas do mundo inteiro têm procurado um enfrentamento dessas questões investindo na inteligência, em novos talentos e em alta tecnologia.

Esses métodos levam à criação e ao desenvolvimento de estratégias de competitividade, à geração de novas ideias e ao aumento econômico à medida que condições são facilitadas.

No entanto, o desenvolvimento desta ferramenta mostrou a probabilidade de aperfeiçoamento do RH tradicional para o RH virtual, ou simplesmente, o e-RH.

Referências

ALVES, Rui. *eRecruitment*: novos desafios para o recrutamento on-line. Disponível em : www.janelanaweb.com/reinv/rui_alves6.html. Acesso em 04 de abril 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de Pessoas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

COSTA, T. R. (2002). *e-RH: o impacto da tecnologia para a gestão competitiva de Recursos Humanos*. São Paulo, SP, Brasil.

JONES, John W. *Virtual HR*. Crisp Publications. California, 1998.

KENOBY. *Recursos Humanos*. Disponível em: <https://kenoby.com/blog/recursos-humanos>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MOHRMAN, A. M.; LAWER III, E.E. – *Administração de Recursos Humanos*. São Paulo: Makron books, 1995.

PORTAL, Administradores. *A evolução da área de Recursos Humanos*. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-evolucao-da-area-de-recursos-humanos>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PORTAL, RH. *O impacto da tecnologia da informação no rh*. Disponível em: www.rhportal.com.br/artigos-rh/o-impacto-da-tecnologia-da-informao-no-rh. Acesso em: 06 mar. 2020.

SCIELO. *O papel da tecnologia da informação na gestão do conhecimento*. Disponível em: Acesso em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652007000100009&script=sci_arttext. Acesso em: 15 mar. 2020.

TOUMI, Iikka. *Technology Review*, Helsinki, v. 16, p. 1-63, Aug. 2001.

ULRICH, D. *Recursos Humanos Estratégicos: novas perspectivas para os profissionais de RH*. São Paulo: Futura, 2000.

OS IMPACTOS DO USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO APOIO À AUDITORIA CONTÁBIL

Manuela Vitor Facundo de Oliveira¹
 Márcio Roque Cordeiro²
 Nágila Nobre Pimentel³
 Teresa Cristina de Oliveira Gomes⁴
 Iury Torquato de Almeida⁵

Introdução

As últimas décadas assistiram a um crescente envolvimento das tecnologias no meio acadêmico, científico e, sobretudo, no mercado de trabalho, marcado pela modernização de tarefas antes realizadas de forma manual, lenta e que necessitava de um ampliado capital humano. Nesse sentido, muitas das mudanças proporcionadas pelo avanço da tecnologia impactam diretamente na busca, interpretação e uso da informação, além de fortalecer a comunicação em vários setores empresariais, sobretudo, no setor contábil.

A Contabilidade está ligada diretamente à tarefa de registro das atividades comerciais e dos bens adquiridos por uma empre-

¹ Especialista em Docência do Ensino Superior - FACESMA; MBA em Gestão Estratégica de Pessoas - Estácio; Graduada em Administração de Recursos Humanos - Estácio; Gestora de Recursos Humanos na Faculdade Plus;

E-mail:manuelavitor@yahoo.com.br

² Graduado em Pedagogia - UFC; Habilitação em Matemática e Física - UVA; Psicólogo - UNIFOR; Especialista em gestão e avaliação da Educação Básica - UFJF; Professor do município de Maracanaú/CE; Professor da Rede Estadual do Ceará; E-mail: marciorqcordeiro@gmail.com

³ Bacharela em Administração - Faculdade KURIOS; MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria - FACESMA; MBA em Finanças e Gestão Pública - FACESMA; E-mail:nagila_pimentel1@hotmail.com

⁴ Graduada em Administração - Faculdade Sete de Setembro; Especialista em Gestão de Serviço de Saúde - Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará; Graduada em Direito - Fametro; Diretora Administrativa do Hospital de Maracanaú.

⁵ Graduado em Administração - FAK; Licenciado em Pedagogia - FAK; Especialista em Gestão de Projetos - ABED; Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho - FAK; Especialista em Gestão Escolar - FAESL; Especialista em Docência do Ensino Superior - FAK; Especialista em Gestão e Tutoria - UNIASSELVI; Mestre em Gestão de Negócios Turísticos - UECE; Doutor em Ciências da Educação - USC/PY; E-mail: iuryt.almeida@gmail.com

sa. Dessa forma, como isso representa grande importância para a imagem, eficiência e eficácia de uma empresa, é necessária, ainda, a supervisão de tais registros, de modo legal. É nesse ponto que a auditoria mostra sua relevância numa organização, pois, além de lidar com muitas informações importantes, também aplica a estes critérios avaliativos quanto à sua veracidade.

Tendo isso em vista, lidar com tamanho número de informações exige métodos práticos por parte do auditor. Nesse âmbito, o uso de ferramentas digitais associadas às Tecnologias da Informação e da Comunicação – as TICs –, pode trazer rapidez e eficiência ao trabalho do auditor, no sentido de que pode reunir, tratar, analisar e investigar informações em campos comparativos de forma rápida e segura, o que lhe permite transformar muitos dados em informações relevantes para os processos decisórios de uma empresa.

Ao considerar esse contexto, o presente estudo partiu do seguinte questionamento: de que forma o uso de elementos ligados às TICs impacta na realização da auditoria contábil de uma empresa? Assim, partindo do pressuposto de que a informatização aliada à tecnologia contribui para a rapidez em trâmites e realização de atividades analíticas, é possível criar a hipótese de que as TICs não só reformulam o fazer do auditor, tornando suas atividades contábeis mais práticas, como também molda o profissional a uma adaptação em um meio moderno ao exigir-lhe capacidades necessária para lidar com ferramentas digitais próprias à eficácia da realização de sua tarefa no meio da auditoria.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos do uso da tecnologia da informação e da comunicação no apoio à auditoria contábil. Além disso, de forma específica, este trabalho também objetiva conhecer o contexto histórico, o conceito e as classificações atribuídas à auditoria; reconhecer a concepção e a importância das tecnologias da informação e da comunicação tem para o mercado de trabalho; e compreender a relação entre as TICs e a auditoria contábil.

Para isso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica como metodologia desta pesquisa. Com esse método, foi possível ler, analisar e selecionar, de acordo com critérios pré-estabelecidos, as principais publicações nacionais, dentre artigos, periódicos e trabalhos de conclusão de curso disponíveis em revistas eletrônicas, sobre a auditoria contábil e as tecnologias da informação e da comunica-

ção, no fito de reunir informações necessárias à realização de uma revisão de literatura, que permite reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um tema delimitado ou questão, sistemática e ordenadamente, e que contribui para o conhecimento da temática em questão.

Portanto, este projeto apresenta a sua relevância nos vieses acadêmico, social e profissional, de modo que traz conhecimentos mais aprofundados sobre auditoria, comunicação, tecnologia e ambiente de trabalho e possibilitam a construção de conhecimento cada vez mais necessário ao profissional da Administração que precisa estar atualizado sobre a sua área e sobre as formas de como a tecnologia pode melhorar o seu desempenho e o do ambiente onde trabalha ou pretende trabalhar, o que implica diretamente na sua forma de ver, perceber e se comunicar na sociedade.

Referencial teórico

Auditoria contábil: concepções e contextualizações

O trajeto histórico de um objeto de estudo pode proporcionar à pesquisa a clareza quanto às suas informações e a possibilidade de comparar em termos de períodos – antes e depois – a situação em que se apresenta. Assim, é importante reconhecer o contexto histórico da auditoria para compreender seus conceitos adquiridos e suas classificações.

Registram-se há cerca de 4500 anos a.C. as primeiras atividades de auditoria, na antiga Suméria (SÁ, 2010, p. 21). Tempos depois, foram aperfeiçoadas essas atividades em outras civilizações no intuito de promover atividades de controle dos antigos impérios, como forma de auxílio à sua consolidação e expansão territorial, além de simbolizar organização e domínio.

Na Europa, conforme Hoog e Carlin (2009), as práticas de auditoria contábil, como profissão, sofreram fortes influências da Revolução Industrial, que alavancou um forte crescimento da indústria, do comércio e dos negócios. Dentre as consequências apontadas nesse período que culminaram na evolução da auditoria contábil estão o crescimento das empresas e de sua complexidade e do envolvimento do interesse da economia popular nos grandes empreendimentos.

Ao Brasil, a auditoria chega através da imigração e das influências e instalações filiais de empresas estrangeiras, sendo um exemplo das consequências da Revolução Industrial na América Latina e de uma nova configuração no controle administrativo de empresas no país.

Dentre as responsabilidades às quais estão sujeitas as empresas, a checagem das demonstrações contábeis numa organização se mostra como uma atividade essencial ao cumprimento das ações propostas pela empresa, no seu caráter comercial e social. Além disso, seu aspecto de análise e de investigação dos procedimentos contábeis traz à prestação de serviço da organização clareza e fidelidade entre a missão a que se propôs a empresa e aquilo que desempenha no contexto da Contabilidade e no âmbito social.

Partindo desses pressupostos, torna-se válido apresentar algumas concepções dada à auditoria para compreender as suas classificações e a sua importância para uma empresa. Para Sá (1998, p. 25), a auditoria adquire caracteres de examinação ao se apresentar como uma

tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza aziendal, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.

Por essa definição, entende-se que as conclusões basilares à análise dos registros em evidência são associadas às diretrizes que compõem as normas brasileiras de Contabilidade, o que torna verídica e legal a atuação do auditor. Dentro desse contexto, a concepção trazida por Franco (1992, p. 22) aponta a finalidade da auditoria, que

objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os 21 princípios fundamentais e normas de Contabilidade e se as demonstrações contábeis dele decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados de período administrativo examinado e as demais situações nela demonstradas.

Com isso, ressalta-se que a auditoria atua como uma espécie de atividade necessária à comprovação da eficiência, eficácia

e integridade de uma empresa, ao verificar a veracidade de seus registros.

Tendo em vista a contextualização histórica apontada até aqui e as concepções dadas à auditoria, sobretudo pelo seu intento e caráter de verificação e de controle, é possível classificá-la em dois tipos: a auditoria interna e externa.

As contribuições de Crepaldi (2004) auxiliam na compreensão da proposta da auditoria externa. Esse tipo de auditoria está voltado à verificação técnica de coerência dos registros de uma empresa com as normas da Contabilidade. Em outras palavras,

Constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão do parecer sobre a adequação com que estes representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do Patrimônio Líquido e as origens e aplicações de recursos da entidade auditada consoante as normas brasileiras de contabilidade. (CREPALDI, 2004, p. 48).

Nesse sentido, a auditoria externa direciona a sua atenção à apresentação da empresa, em âmbitos legais de coerência ao público externo, uma vez que, por meio de pareceres, confirma (ou não) se as demonstrações da empresa em questão estão de acordo com as exigências legais relacionadas, sobretudo, às exigências contábeis.

A auditoria interna, por sua vez, se volta ao acompanhamento mais específico de questões administrativas da empresa, como os negócios e as relações humanas dentro da empresa. Isso tudo é feito por uma equipe permanente, capaz de aperfeiçoar os processos empresariais, apontando erros e trabalhando em suas correções.

Tendo em vista tais classificações, é possível perceber como a auditoria atua no controle das operações processuais de uma empresa, seja no controle da eficácia e eficiência empresarial ou na fiscalização legal de seus processos com foco na integridade da organização e de seus colaboradores.

As Tecnologias da informação e da comunicação

O advento da tecnologia trouxe para a sociedade inúmeras perspectivas de melhoria de suas atividades. Essa melhoria, sem dúvida, parte do pressuposto de que, com o uso de aparatos tecno-

lógicos, muitas das atividades humanas poderiam se tornar mais práticas, eficazes e que aprimoraram a capacidade de o homem se adaptar a contextos diferentes, caso apresentasse domínio de ferramentas tecnológicas.

Nesse contexto, percebeu-se a inclusão de diversas ferramentas digitais nos meios de produção no setor industrial, o que trouxe a praticidade tão esperada pelo homem. Por outro lado, não somente os meios físicos em si sofreram influência da tecnologia. Tida como uma importante característica humana, capaz de coordenar ações e direcionar comportamentos dentro de uma empresa, a comunicação também se moldou às tecnologias, envolvendo seus elementos principais numa linguagem digital, prática e eficaz no que se refere à rapidez e solidez na troca de informações dentro da mesma empresa ou em comunicações externas.

Assim, se constrói a Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), apontada por Oliveira, Moura e Sousa como

todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação. Em outras palavras, TIC consiste em TI bem como quaisquer formas de transmissão de informações e corresponde a todas as tecnologias que interferem e mediam os processos informacionais e comunicativos dos seres (2015, p. 3-4)

Com isso, percebe-se a influência da tecnologia no meio comunicativo como forma de tratamento direto e múltiplo da troca de informações, principalmente em setores empresariais e educacionais.

No contexto empresarial, a presença das TICs vai desde o crescente uso de computadores até a utilização dos mais sofisticados serviços de *softwares*. Elas se tornam importantes porque viabilizam a troca de informações em menos tempo e com certa seguridade. Em relação às atividades da auditoria contábil, o uso das TICs se torna ainda mais importante – e necessário –, uma vez que a fiscalização, o controle e a análise de registros e de processos se torna eficaz e rápido com o uso de programas de informática.

Quanto a isso, Stoner (1999) ratifica a importância da tecnologia da informação e da comunicação para as potencialidades de eficiência e de organização das empresas, sobretudo no campo da auditoria. A precisão das informações e a eficiência tecnologia, para o autor, auxilia nas ações de verificação de documentos, ar-

mazenamento e controle de informações e adequação de registros às normas de contabilidade.

Além disso, é importante destacar a necessidade de o ambiente em que se utilizam as TICs estar adaptado ao seu uso. Oliveira (1998) afirma que o uso dessas tecnologias proporciona à auditoria o alcance de suas metas na medida em que os elementos ali presentes (pessoas, ferramentas digitais) atuam em conjunto. Ou seja, é necessário que o auditor tenha propriedade sobre o uso da TIC para que as qualidades presentes nessa sejam notadas e bem utilizadas.

Essa relação entre auditor e uso da TIC pode ser estendida, conforme os estudos de Stoner (1999), sobre as formas de ver e de avaliar a troca de informações, e segundo as percepções de Chaves e Falsarella (1995), no que diz respeito às etapas de apropriação do auditor em relação ao domínio das TICs. Para esses autores, é necessário que os envolvidos na auditoria de uma empresa avaliem as informações transmitidas, no processo comunicativo da empresa, ao mesmo tempo em que vão adquirindo maiores capacidades de aprendizagem para o domínio do manejo de programas de computador e das próprias TICs em si.

O uso das TICs na auditoria contábil

A utilização de aparatos metodológicos na auditoria contábil tem se tornado frequente nos últimos anos. A modernidade chegou às empresas apresentando novas formas de informar e de se comunicar interna e externamente, assim, revolucionou algumas atividades empresariais como a análise de processos, a organização de registros e a examinação de documentos. Além disso, o auditor contábil também teve de se adequar a esse novo contexto, em que se exigem domínio e praticidade quanto ao uso da tecnologia, como softwares e demais programas que atuam na informação e na comunicação empresarial.

Lourenço (2019) considera esse desafio profissional como um dos impactos das TICs no setor contábil. O uso de plataformas de dados cada vez mais detalhadas, que exigem maior atenção e detalhamento quanto à alimentação por informações; os aplicativos de inteligência artificial, que beneficiam o auditor na otimização do tempo de serviço, além de construir uma imagem moderna e tec-

nológica da empresa, dentre outras marcas tecnológicas, deram à Contabilidade toques de praticidade já necessários às atividades de responsabilidade do auditor contábil.

Nesse contexto, ainda, Rezende (2000) reitera a importância das ferramentas fornecidas à empresa pelas tecnologias da informação e da comunicação no sentido de sua contribuição na tarefa de transformar dados, números, situações-problema em informações úteis à tomada de decisão de uma empresa, ou seja, por meio das TICs, o auditor pode dar senso crítico e utilidade à enxurrada de informações que recebe.

Por meio disso, uma das consequências notadas a partir do uso das TICs na auditoria contábil foi a diminuição do excessivo uso do papel, que deu lugar a aplicativos, plataformas e programas cuja finalidade se baseia na reunião de dados para análise mais precisa e prática. De forma análoga, Padoveze (2000) atribuiu consequência, dentre outras, ao próprio meio em que surge e atua a Contabilidade, ao afirmar o autor que tal área age no meio informatizado e que exige inovações periodicamente, tendo em vista o acompanhamento às mudanças marcadas pela evolução da tecnologia.

Tendo em vista a dinamicidade que a tecnologia trouxe – e ainda traz – à auditoria contábil, muitas das atividades do auditor contábil passaram a ser realizadas por meio de sistemas de informação, atividade amparada por lei. Sueth (2019) exemplifica a importância dessa informatização por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – o SPED –, que unifica as atividades da auditoria em uma execução rápida e eficaz, capaz de dar à empresa a eficiência necessária à examinação de registros importantes.

De acordo com o exposto na publicação do Diário Oficial da União, com base no Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013, o Sped

é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações (DOU, 2007, sem paginação).

Dado isso, ressalta-se a importância dessa ferramenta ao trabalho do auditor contábil no que se refere à praticidade de verificação de dados, registros e processos antes de estes seguirem

à Receita Federal, como forma não só de qualificar o trabalho da auditoria, mas também de perceber nos dados formas inteligentes de tratar as informações em prol do crescimento da empresa.

Ainda nesse contexto, o conjunto tecnológico disposto pela Tecnologia da Informação e da Comunicação capacita a própria empresa a montar a sua imagem de acordo com os recursos que lhes são disponíveis. Assim, de acordo com o potencial de investimento da empresa na informatização de sua auditoria, bem como dos seus demais setores, podem-se encontrar no conjunto das TICs:

Microcomputadores (e todos os seus componentes e acessórios);

Softwares especializados;

A Rede que interliga esses microcomputadores entre si;

Os métodos preventivos que tentam prevenir que os microcomputadores sejam corrompidos por vírus.

E sistemas controladores para que o acesso seja permitido somente às pessoas autorizadas à informação contidas neles;

A internet, que agiliza o trabalho de comunicação de organizações e seus clientes e fornecedores;

Os telefones celulares pelos quais se pode enviar e receber mensagens de texto. (PADOVEZE, 2000, p. 44).

Com todas essas possibilidades de informatização na comunicação, muitas potencialidades atreladas à comunicação e ao domínio tecnológico por parte do profissional podem ser desenvolvidas. Sobre isso, também cabe refletir sobre a relação entre aparato tecnológico, aptidão de uso por parte do profissional e capacidade de investimento da empresa na TI. Assim, cada empresa, de acordo com a sua situação, poderá organizar informação, tecnologia e comunicação com base no que lhe for mais proveitoso.

Metodologia

Para a construção deste artigo, adotou-se como metodologia uma pesquisa bibliográfica realizada por meio da leitura, seleção e análise de artigos científicos, cartilhas, relatórios e demais estudos já publicados na Internet, e do uso direto e indireto de contribuições de autores voltados à área da administração empresarial e da contabilidade, em especial, da auditoria e de sua relação com a tecnologia da informação e da comunicação.

Gil (2002) menciona que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Como forma de especificar o vasto campo de informações disponíveis na Internet, para a construção desta pesquisa, seguiram-se os seguintes critérios de inclusão: estudos publicados em forma de artigo científico, trabalhos de conclusão de curso, revistas eletrônicas ou em formatos que atendam à perspectiva acadêmica, em língua portuguesa, a partir dos anos 1990, tendo em vista a trajetória das TICs nas empresas, a abordagem da realidade brasileira e ao direcionamento da pesquisa ao teor acadêmico. Assim, de forma a alinhar tais critérios, serviram como descritores da pesquisa os termos: auditoria contábil, tecnologia da informação, impactos.

As diversas contribuições dos autores dos estudos selecionados e aqui discutidos compreenderam comentários, concepções e análises de paradigmas acerca da compreensão não só da auditoria de forma geral, mas também do seu contexto histórico, conceito e classificações, além dos impactos que sofre com a inserção das TICs em seu meio. Desse modo, esse tipo de pesquisa buscou explicar uma problemática a partir da literatura presente em artigos, livros e monografias encontrados na Internet, podendo ser realizada de maneira independente ou juntamente à pesquisa descritiva ou instrumental.

De modo a compreender a pesquisa bibliográfica como um importante modelo de compreensão de contextos, sobretudo administrativos, Ludwig descreve esse tipo de pesquisa, a bibliográfica, como

[...] uma das formas de investigação mais frequentes em todas as áreas do conhecimento humano. Sua importância reside no fato de ser não só uma maneira específica de estudar um determinado tema, mas também de se apresentar como pré-requisito necessário à realização de projetos de pesquisa e de outros tipos de investigação. (2015, p. 51)

Portanto, esse tipo de pesquisa proporciona não só uma análise conjunta de estudos e opiniões sobre os impactos das TICs na

auditoria contábil como também gera discussões que centralizam as relações entre a auditoria atual e a sociedade.

Análise dos resultados

Quando se trata da compreensão de fenômenos voltados à influência da tecnologia nas atividades que envolvem o mercado de trabalho, torna-se imperativo reconhecer as transformações pelas quais passaram os objetos de estudo por ela influenciados, sobretudo, para compreender de que forma os impactos são percebidos pela sociedade e como afetam o indivíduo.

A auditoria contábil, um dos objetos de estudo deste trabalho, apresenta um contexto histórico que acompanha as transformações sociais. Nesse contexto, os estudos de Sá (2010) e de Hoog e Carlin (2009) permitem compreender essas mudanças por meio de uma linha histórica, em que são relevantes as contribuições de antigas civilizações como os sumérios, e de grandes acontecimentos, como a Revolução Industrial.

Enquanto a civilização suméria se utilizava de atividades referentes à auditoria para a fiscalização e controle de atividades comerciais para a consolidação e expansão de seus domínios, a Revolução Industrial trouxe a essa área evoluções que partiram desde a sua organização até o perfil exigido do auditor, uma vez que, com as novas características presentes no processo de auditoria, como a examinação de registros à luz das normas da Contabilidade, que vêm se atualizando ao longo do tempo, o perfil dos profissionais dessa área também foram moldados de acordo com tais mudanças.

A partir disso, o surgimento de novas tecnologias, resultantes dos processos de globalização, trouxe ainda mais inovações características à auditoria. Esse contexto histórico, marcado por acontecimentos e transformações, permitiu com que o conceito de auditoria contábil apresentasse uma ideia ampla em que se percebem princípios administrativos e fiscalizadores.

Partindo desses pressupostos, é possível analisar as concepções de auditoria contábil apresentadas por Sá (1998) e Franco (1992), à luz do seu princípio básico e da sua finalidade:

Tabela 01 - Concepções de Auditoria

Princípio Básico da Auditoria Contábil	Finalidade da Auditoria Contábil
Apresentação de opinião, juízo de valor, consideração de veracidade acerca de registros, documentos, dentre outros de natureza contábil.	Obtenção de elementos que permitem a análise de documentos, registros dentre outros de natureza contábil de modo a analisá-los à luz da legislação contábil e refleti-los na busca pela coerência entre a situação econômico-financeira dos bens e da empresa.

Fonte: Franco (1992); Sá (1998).

Com base nessas definições, pode-se analisar que o papel do auditor contábil está diretamente ligado aos valores de eficácia, eficiência e de integridade de uma empresa, uma vez que sua tarefa fiscalizadora permite a clareza entre a organização interna da empresa e a imagem que esta representa para a sociedade.

Nesse âmbito, é importante perceber - e analisar - em que consistem as diferenças entre as classificações da auditoria, ao partirem da contextualização histórica e da concepção apresentada, segundo a ótica de Crepaldi (2004):

Tabela 02 - Auditoria Interna x Auditoria Externa

Elementos	Auditoria Externa	Auditoria Interna
Agente	Profissional Independente	Auditor Interno
Ação e Finalidade	Examinação de demonstrações financeiras	Fiscalização dos controles operacionais
Intuito	Apresentar opinião sobre as demonstrações financeiras	Propor melhorias nos controles operacionais
Relatório/balanço	Parecer	Recomendações de controle interno
Nível de Independência	Ampliado	Reduzido
Atores de interesse no trabalho	Empresa e público alvo	A empresa
Responsabilidade	Profissional, civil e criminal	Trabalhista
Área de cobertura dos exames realizados pelo auditor	Maior	Menor
Tempo de trabalho	Periódico	Contínuo

Fonte: CREPALDI, 2004, p. 52.

Também por meio dessa comparação, é possível ainda perceber que o perfil do auditor ou do profissional independente, no caso da auditoria externa, se molda na medida em que se constrói o propósito da auditoria contábil. Outrossim, é importante destacar também que muitas dessas características apresentadas na tabela anterior sofreram alterações na sua apresentação, realização ou importância devido à inserção de ferramentas digitais e da tecnologia da informação e da comunicação em muitas empresas.

Em muito a tecnologia contribuiu para a realização das atividades do auditor contábil. Exames de registros, fiscalização de documentos e opinião sobre a veracidade e situação econômico-financeira passarão a ser apresentados de forma prática, por meio de programas de computadores, e organizados de forma mais significativa e rápida com o auxílio de ferramentas digitais.

Outra análise possível sobre a relação entre tecnologia e auditoria é a informatização na comunicação entre os funcionários dada através das TICs. Essa informatização surge no momento em que dados, quando organizados com rapidez e eficiência pelos meios tecnológicos disponíveis na empresa, simbolizam mais do que meras informações: têm caráter bastante utilitário à tomada de decisões por parte do administrador.

Assim, as TICs contribuem não só para a eficiência da organização da fiscalização burocrática de uma empresa, como também facilita a comunicação entre funcionários e setores, além de desenvolver capacidades do auditor em relação ao domínio de ferramentas digitais, o que contribui para a evolução do perfil do profissional da auditoria na atualidade.

Com tudo isso, torna-se possível compreender o conceito de tecnologia da informação e da comunicação, conforme Oliveira, Moura e Sousa (2015), como um conjunto de métodos técnicos que facilitam a comunicação entre indivíduos e setores.

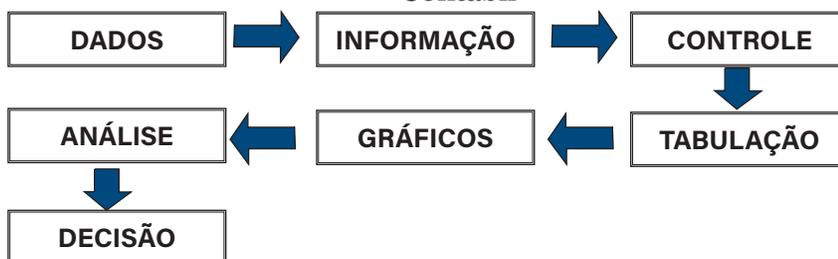
Nesse viés, para que o uso das TICs nas organizações se dê de forma satisfatória, corroborando no real cumprimento de seu propósito, é importante ater-se a pré-requisitos essenciais quando se trata de auditoria contábil e tecnologia da informação e da comunicação. Stoner (1999) considera quatro critérios avaliativos no tratamento de uma informação pela auditoria:

Tabela 03 - Critérios de Tratamento da Informação

Critério	Impacto na Empresa
Qualidade	A precisão das informações tratadas no processo de auditoria auxiliam na assertividade decisória administrativa.
Oportunidade	O histórico de informações, em tempo preciso, destinado ao trabalho da auditoria é essencial para que a administração da empresa conheça o fluxo em que se deram as ações empresariais.
Quantidade	É necessário apresentar equilíbrio na quantidade de informações tratadas pela auditoria. A coesão de informações deve simbolizar, antes de tudo, coerência entre o que é necessário e importante às decisões da empresa.
Relevância	A associação entre necessidade e uso das informações tratadas pelo auditor em uso das TICs revela a relevância dos dados à empresa.

Fonte: Stoner (1999).

Ao reconhecer esses critérios como um importante recurso de informatização de dados e de praticidade comunicativa, torna-se possível compreender o trajeto dos dados necessários à atuação da auditoria, no uso de ferramentas digitais.

Figura 01 - Percurso de Dados com Uso das TICs na Auditoria Contábil

Fonte: Oliveira, 2015.

Esse trajeto realizado pelos dados recebidos pela auditoria contábil age em conjunto com as ferramentas tecnológicas disponíveis em uma empresa (PADOVEZE, 2010). Assim, é possível analisar que os dados podem ser percebidos como informações úteis à empresa na medida em que são organizados de acordo com a natureza de sua simbologia e necessidade a outros setores da organização. Essa primeira etapa pode ser realizada com o auxílio de softwares de organização de informações presentes microcomputadores, estes já muito presentes na grande maioria das empresas.

O controle, segunda etapa desse processo, é realizado pelo próprio auditor, com auxílio de programas restritos que alinham as normas contábeis necessárias à fiscalização de registros ao julgamento que o auditor poderá lhe dar.

A tabulação e a representação dessas informações por meio de gráficos podem ser facilmente realizadas por aplicativos presentes em programas operacionais, encontrados nos computadores, que permitem uma análise crítica acerca da relevância da informação às decisões da empresa. Além desses aplicativos, sistemas presentes em softwares, com auxílio da internet, permitem uma análise crítica mesmo com a inconstância dos dados, dada a rapidez com que é alimentado o sistema.

Por fim, a decisão, último estágio do tratamento da informação trabalhada na auditoria, depende muito da praticidade com que as TICs executam esse tratamento. Na atualidade, quando as inconstâncias, incertezas e mudanças de contextos se tornam muito frequentes, e que as empresas precisam estar preparadas para isso, é imprescindível que as informações cheguem de forma rápida, precisa e eficiente à administração, para que, tendo em mente tal contexto, consiga planejar ações com base na situação em que se encontra a empresa.

Conclusões

A análise das principais influências da tecnologia da informação e da comunicação na auditoria contábil permitiu reflexões e considerações que estão para além do que se propôs esta pesquisa. Por meio da literatura revisada neste trabalho e das discussões por ela possibilitada, pôde-se perceber o nítido impacto do uso das TICs no tratamento de dados e na finalidade a que se propõe a auditoria contábil em uma empresa.

De modo a manter o ritmo das rápidas transformações ocorridas na sociedade, a tecnologia trouxe adaptações à auditoria no que se diz respeito à praticidade e à eficiência do tratamento de dados como informações úteis ao processo de tomada de decisão de uma empresa. Além disso, o uso de ferramentas associadas às TICs exige do auditor um perfil atualizado diante do uso e do domínio de tecnologias digitais, o que favorece não só a modernização da empresa em si, mas da modelagem de um novo perfil desse

profissional, o qual passa a sofrer exigências maiores por parte do mercado de trabalho.

Ademais, o contexto histórico, as concepções e classificações da auditoria e das TICs, que consistiam nos objetivos específicos deste estudo, possibilitaram reflexões necessárias ao entendimento da situação atual e da importância que têm para as empresas e para a sociedade, uma vez que, ao estar diretamente ligada aos anseios de um público alvo, tende a acompanhar e a sofrer as influências das transformações ocorridas – e que estão por ocorrer – no meio social.

Por fim, considera-se ainda que a presença das tecnologias da informação e da comunicação nas atividades da auditoria contábil exemplificam mais uma situação em que o indivíduo e as organizações precisam reconhecer a necessidade de atualizar o perfil profissional, as formas de se comunicar e a prestação de serviço, uma vez que o contexto social em que estão inseridos também sofrem, de forma síncrona, os efeitos dessa modernização. Assim, a eficácia, a eficiência e a integridade de uma empresa, produtos de um trabalho da auditoria, podem ser mais frequentes e rápidos através do uso e da apropriação das TICs.

Referências

CHAVES, E. O. C.; FALSARELLA, O. M. Os sistemas de informação e sistemas de apoio à decisão. *Revista do Instituto de Informática*, v. 3, n.1, p. 24-31, 1995.

CREPALDI, S. A. *Auditoria contábil: teoria e prática*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2004. 510 p.

DOU. Diário Oficial da União: *Decreto nº 6.022: Institui o Sistema Público de Escrituração Digital* – Sped. Brasília, 22 de janeiro de 2007.

FRANCO, H. *Auditoria Contábil*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

HOOG, W. A. Z; CARLIN, E. L. B. *Manual de Auditoria Contábil*. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2009. 385 p.

LOURENÇO, Fabrício. CFC cria comissão para discutir o impacto da tecnologia na Contabilidade. *Jornal do CFC*, Brasília, n. 149, p. 10, Jan/Fev/Mar. 2019.

OLIVEIRA, C. de; MOURA, S. P; SOUSA, E. R. TIC's na educação: a utilização das tecnologias da informação. *Pedagogia em Ação*. v. 7 n. 1 (2015).

OLIVEIRA, A. C. Tecnologia da informação: competitividade e políticas públicas. *Revista de Administração de Empresas*, v. 36, n. 2, p. 34-43, 1996.

PADOVEZZE, C. L. *Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PADOVEZZE, C. L. *Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REZENDE, D. A; ABREU, A. F. de. *Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas*. São Paulo: Atlas, 2000.

SÁ, A. L. de. *Curso de Auditoria*. 8.ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 1998.

SÁ, A. L. de. *Curso de Auditoria*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 568 p.

STONER, J. A. F. *Administração*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

O USO DO CELULAR COMO RECURSO DIDÁTICO

Francisco Ageu de Sousa Nóbrega¹
Francisca Gelma de Sousa Lima²
Rita Cristiane de Oliveira Gomes³
Dolores Raissa Teixeira Cunha⁴

Introdução

O presente trabalho traz reflexões analíticas e críticas com base em vivências do cotidiano e acadêmico, além de investigação bibliográfica sobre como o uso de celular como recurso pedagógico pode ser uma ferramenta de grande potencial a ser usada por professores e pais. Como menciona RIBEIRO (2010) et al:

As tecnologias comunicacionais móveis contemporâneas parecem estar inaugurando, de fato, novas formas de experimentar as situações sociais do cotidiano. O seu acelerado desenvolvimento e sua difusão ocorrem de modo impressionante quando comparados a quaisquer outras tecnologias. Nenhuma delas, anteriormente, expandiu-se de maneira tão veloz e ampla quanto estes dispositivos móveis.

Mas há quem diga que essa interação da criança com os meios digitais, chega a ser prejudicial para a criança. Deixando os contatos sociais presenciais mais distantes, além desses meios serem usados com grandes ferramentas de controle de massa. Induzindo certas emoções e desejos. As quais as crianças são mais vulneráveis, como cita (RIBEIRO; BATISTA, 2010).

¹ Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica – FACESMA; Graduada em ciências biológicas – UNILAB; Gestora do município de Pacoti/CE; E-mail: profageunobrega@gmail.com

² Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica – FACESMA; Graduada em pedagogia – FAEX; Professora do município de Pacoti/CE; Professora do município de Palmácia/CE; E-mail: gelmalima2016@gmail.com

³ Especialista em Docência do Ensino Superior – FACESMA; Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica – Falc; Psicopedagogia Clínica, institucional e hospitalar – CETREDE; Gestão e Políticas Públicas – Fak. Graduada em Licenciatura Pedagogia – UVA; Professora da rede municipal de Maracanaú há 33 anos e de Fortaleza há 20 anos; Atualmente Diretora Acadêmica da Faculdade Cesma de Maracanaú-FACESMA; E-mail: cristiane@facesma.com.br

⁴ Graduada em Letras UFC, Especialista em docência do ensino superior FACESMA; Professora da Faculdade Cesma de Maracanaú – FACESMA.

Isso acontece por causa da interação social. Vygotsky apud Andrade (2006) afirma que “as características humanas não estão presentes desde o nascimento do indivíduo nem são meros resultados das pressões do meio externo”. Elas resultam da interação dialética do homem e seu meio socio-cultural”. Ou seja, não significa que a televisão, por exemplo, é totalmente prejudicial ao desenvolvimento infantil, mas como estão em processo de desenvolvimento intelectual e social, e passam muito tempo na companhia de meios de comunicação de massa, as crianças acabam interagindo mais com elas e, como ainda são inexperientes na decodificação midiática, acabam sendo influenciados. (RIBEIRO; BATISTA, 2010).

Desenvolvimento

O uso de celular por crianças é uma novidade que advém dos avanços tecnológicos que ocorreram nas duas últimas décadas. Na nossa infância, não tivemos esse contato, e por isso, ainda não sabemos como lidar com esse processo que atualmente ocorre de forma gradual na sociedade, na qual a criança/adolescente sempre vai estar mais ‘por dentro’ das novidades tecnológicas.

Sabemos hoje que as novas tecnologias não conquistaram espaço em nossa vida repentinamente, pois seguem o processo evolutivo da sociedade, obedecendo a uma lógica geral em nossa época [...] E a orientação virtual que acontece hoje fortemente baseada na tecnologia é que possibilita desenvolver processos de interação entre os participantes de processos educativos. [...]. (LEITE, 2009, p. 153-153).

‘Dessa forma, se torna extremamente necessário os professores/pais e principalmente a escola tomar consciência que esse acessório pode auxiliar tanto a criança/adolescente como professores e pais. Mas, antes de tudo é necessário a compreensão completa da ferramenta e suas potencialidades. Como menciona SILVA, 2016:

Outro ponto importante refere-se aos professores que necessitam está atualizado com as novas técnicas que os recursos tecnológicos precisam para serem manuseados. Ou seja, exige-se uma formação tecnológica de dentro e para dentro do próprio pensar-fazer da prática de quem ensina e aprende. Dito de outro modo, o uso das respectivas mídias e o bom uso pedagógico desses meios se faz necessários para que o pro-

fessor perceba os limites e as possibilidades destes, a fim de que possa fazer um trabalho que desenvolva a aprendizagem dos alunos.

A partir disso, temos que agir de forma com que o cotidiano da criança seja influenciado positivamente pelo uso do celular e que isso venha a agir de modo lúdico, na qual a criança pode por si só, pode e vai se sentir instigada a buscar novos conhecimentos e aprendizagens, sejam elas relacionadas aos âmbitos escolares ou sociais. Como cita LEITE, 2014:

A brincadeira proporciona a oportunidade à criança de descobrir, criar, inventar, reorganizar o que já sabe, produzindo novos conhecimentos ou assimilando à sua maneira o que acontece no dia a dia, ampliando o vocabulário, desenvolvendo o pensamento, oportunizando a criança a ter atenção aquele momento especial que a brincadeira proporciona. [...] Mas será que os educadores estão preparados para lidar com o ensino lúdico? É de responsabilidade do professor proporcionar o lúdico no momento das aulas, para que os alunos aprendam de uma maneira mais prazerosa e que os resultados sejam de melhor qualidade.

Tendo em vista que a grande parte da sociedade de hoje tem em mãos um dispositivo móvel (incluindo crianças e adolescentes) podemos nos utilizar dessa ferramenta de modo a integrar todos os participantes, tanto na criação de grupos sociais online por meio de aplicativos; na utilização de aplicativos para compreensão de conteúdos escolares (matemática, geografia, história, astronomia, física, biologia [...]); na elaboração de tarefas vídeos, fotos, comentários, discussões); na utilização como instrumento de pesquisa e muito mais. Pois:

“[...] O conhecimento é um processo que depende fundamentalmente das pessoas para existir e quando é inscrito em algum suporte audiovisual se torna informação. [...]” (ARAÚJO; BOTTEÑUIT JUNIOR, 2011).

Porém, os professores e pais devem mediar e informar sobre a importância da utilização de fontes confiáveis, principalmente relacionadas à pesquisa. Conscientizando que muitas vezes o que encontramos ou vemos na internet não passa de puro sensacionalismo. Portanto, a grande necessidade é verificar se realmente aquela informação é verdadeira ou falsa, para isso, temos de nos

utilizar de fontes científicas para nossas buscas e até mesmo notícias relacionadas ao dia-a-dia.

É neste contexto de contínuas mudanças que o professor necessita mais do que nunca, orientar os alunos sobre onde e como buscar a informação. Saber propor questões de pesquisas, discutir e analisar criticamente as informações e as imagens que são veiculadas nas mídias e transformá-las em conhecimento para atingir os objetivos educacionais: aluno crítico, autônomo, curioso, pesquisador, motivado, etc. (COPPOLA; RAMOS, 2013).

E essa intervenção pode ser feita pela escola. Orozco apud Hitara (Idem) admite que seja “um grande desafio na educação à inclusão dos produtos da mídia na sala de aula, para que estes não continuem sendo contrários da educação”. Porém, “o jogo de mediações”, como caracteriza Hitara (Idem), é fundamental para o desenvolvimento do aluno e a escola poderia muito bem exercer o papel de mediadora. (RIBEIRO; BATISTA, 2010).

Objetivamos com esse artigo Reflete a importância do uso das tecnologias móveis em sala de aula, auxiliando os alunos na sua compreensão dos conteúdos, e facilitar o aprendizado personalizado. Fazendo uma análise de como o uso da tecnologia pode ser um aliado no processo de ensino aprendizagem.

Tendo esses aspectos em mente, pretendemos discutir fatores como: Ampliar o alcance e a equidade da educação; Permitir que se aprenda em qualquer hora e lugar; Analisar os impactos da Tecnologia em sala de aulas.

Escola como espaço digital

As tecnologias da informação e comunicação estão transformando o mundo à nossa volta e os comportamentos e relacionamentos de todas as pessoas. Buscar informações e adquirir novos conhecimentos são tarefas quase instantâneas, no clicar do teclado, no deslizar dos dedos, num telefone celular. Crianças e adolescentes fazem parte da geração digital e usam os dispositivos, aplicativos, videogames e a internet cada vez mais, e em todos os lugares.

Atualmente, segundo Santos Silveira (1997, p. 190) a sociedade vive em um meio tecnológico científico informacional onde os fluxos de informação ocorrem de modo instantâneo por uma rede

mundial de computadores, que é a internet. Esta revolução modificou as relações sociais e o modo de vida das pessoas.

Pode-se perceber que a internet reúne todos os meios em um único aparelho celular, presente na maior parte das atividades, potencializando, praticamente, todas as atividades humanas. Essa realidade evidencia a necessidade de refletir sobre as possibilidades que tais tecnologias podem ensejar para as práticas pedagógicas.

Tecnologias móveis na sala de aula

O acentuado crescimento tecnológico e o alto consumo de tecnologias móveis popularizaram seu peso, em nossa sociedade. Este crescimento, todos tecnológicos, quanto do uso estão ligados à sua mobilidade e tamanho, pois estes aparelhos nos permitem, na palma das mãos, acessar vários dispositivos como, televisão, gps, rádio, jogos, internet, relógios calculadora e etc. Uma série de outros aplicativos e também pode fazer e receber ligações com rapidez e facilidade.

Desta forma pensamos que as tecnologias móveis, podem favorecer um repensar das práticas pedagógicas, servindo para enriquecer o ambiente educacional, propiciando a construção de conhecimentos por meio ativa, crítica e criativa por parte de alunos e professores e sejam também motivadoras, gerando aspectos positivos, principalmente por se entender que podem estimular o desenvolvimento da autonomia, curiosidade, criatividade e socialização promovendo a construção de conhecimento do educando.

Metodologia

A metodologia escolhida para realização deste trabalho baseia-se em pesquisa aplicada, buscando referências bibliográficas, informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho através de sites, livros, pesquisas e artigos acadêmicos. Utilizaram os procedimentos de estudo em pesquisa sobre o assunto em questão, buscando sempre saber os postos positivos e negativos, e também a forma de implantação das tecnologias móveis em sala de aula e quais foram os resultados.

Gráfico 1



Considerações finais

Logo temos o uso de celulares como um fator importante até para a contextualização do que está sendo estudado com o atual mundo conectado que vivemos. A utilização de dispositivos eletrônicos como o celular e o computador tem atuado também como importantes fatores de imersão no conteúdo estudado nas disciplinas

de ciências, que muitas vezes tratam de assuntos bastante abstratos e de difícil compreensão.

Principalmente na rede estadual de ensino, onde há pouca disponibilidade de recursos para atividades práticas, o interesse dos alunos pela temática em questão é mínimo. Assim a implantação de atividades alternativas e baratas é uma opção cabível para transformar o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, respeitando se, entretanto, o grau de desenvolvimento cognitivo dos estudantes. (OLIVEIRA, et al, 2009).

Dado estas circunstâncias de precariedade nas estruturas e em recursos para atividades extremamente necessárias para a composição curricular dos alunos, essas ferramentas eletrônicas vem muitas vezes para satisfazer uma necessidade prática muito necessária para o estudo das matérias que envolvem a ciência. Sendo necessário sempre estudar formas variadas e criativas para que o professor possa mediar suas aulas utilizando de celulares como ferramenta para construção de conhecimento.

Referências

Ana Caroline RIBEIRO; Aline de Jesus BATISTA. *A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA CRIANÇA / PRÉ-ADOLESCENTE E A EDUCOMUNICAÇÃO COMO MEDIADORA DESSE CONTATO*. <http://www.ufrgs.br/alcar/noticias-dosnucleos/artigos/A%20INFLUENCIA%20DA%20MIDIA%20NA%20CRIANCA%20PREADOLESCENTE%20E%20A%20EDUCOMUNICACAO%20COMO%20MEDIADORA%20DESSE%20CONTATO.pdf>

José Carlos Ribeiro; Luciana Leite; Samille Sousa. *NOTAS SOBRE ASPECTOS SOCIAIS PRESENTES NO USO DAS TECNOLOGIAS COMUNICACIONAIS MÓVEIS CONTEMPORÂNEAS*. <http://books.scielo.org/id/jc8w4/pdf/nascimento9788523208721-09.pdf>

LIANE MARIA GRIGOLO KLASSMANN. *O LÚDICO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL*. http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4499/1/MD_EDUMTE_2014_2_1_29.pdf

MARLEY GUEDES DA SILVA. *O USO DO APARELHO CELULAR EM SALA DE AULA* <http://www2.unifap.br/midias/files/2016/04/O-USO-DO-APARELHOCELULAR-EM-SALA-DE-AULA-MAR->

LEY-GUEDES-DA-SILVA.pdf

NEUSA CIRIACO COPPOLA MARLI RAMOS. *O USO DO COMPUTADOR E DA INTERNET COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS*. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2551-8.pdf>

Câmara ARAÚJO1 João Batista BOTTENTUIT JUNIOR. *O APLICATIVO DE COMUNICAÇÃO WHATSAPP COMO ESTRATÉGIA NO ENSINO DE FILOSOFIA* <http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/viewFile/22939/12666>

POSSIBILIDADES DIDÁTICAS PARA O USO DE APLICATIVOS MÓVEIS NO ENSINO DE BIOLOGIA CELULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA. [http://www.santoangelo.uri.br/anais/ciecitec/2017/resumos/comunicacao/trabalho_2824 .pdf](http://www.santoangelo.uri.br/anais/ciecitec/2017/resumos/comunicacao/trabalho_2824.pdf)

O USO DO INSTAGRAM COMO UMA FERRAMENTA DE MARKETING

Douglas Daniel de Sousa Lima¹

Natália de Lima Normandes²

Iury Torquato de Almeida³

Introdução

O uso das redes sociais é essencial para as empresas alcançarem ótimos resultados no marketing digital. Afinal, elas possibilitam um relacionamento mais próximo do público com a marca. Em meio a tantas opções, como *Facebook*, *Twitter*, *Whatsapp* e *Snapchat*, o *Instagram* para muitas empresas, vem ganhando mais destaque.

Segundo dados publicados pela própria rede *Instagram*, são mais de 1 bilhão de usuários ao redor do mundo interagindo com imagens, vídeos, curtidas e comentários. O Brasil está entre os cinco países que mais utilizam o *Instagram*. Com tantas pessoas conectadas, não há como negar: Através de uma estratégia de marketing bem desenhada e executada é possível conseguir excelentes negócios através dessa rede social.

De acordo com Kotler (1998), o serviço online que permite a visualização do tamanho da audiência por empresa é um dos principais benefícios da internet. O marketing digital permite a apresentação de produtos ou serviços e campanhas promocionais de forma imediata, uma vez que a internet permite a mensuração de pesquisas, visitas e visualizações. Esse autor sustenta que o marketing online apresenta pelo menos quatro vantagens. A primeira é

¹ Especialista em Gestão Financeiro Auditoria e Controladoria, Gestão Pública - Facesma; Graduado em Administração de Empresas - Faex; Gestor do Município de Pacoti/CE; E-mail: douglasdanieldesousa@gmail.com

² MBA em Finanças e Gestão Pública - Facesma; MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria - Facesma; Graduada em Administração- FAEX; Email: natalianormandes@gmail.com

³ Graduado em Administração - FAK; Licenciado em Pedagogia - FAK; Especialista em Gestão de Projetos - ABED; Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho - FAK; Especialista em Gestão Escolar - FAESL; Especialista em Docência do Ensino Superior - FAK; Especialista em Gestão e Tutoria - UNIASSELVI; Mestre em Gestão de Negócios Turísticos - UECE; Doutor em Ciências da Educação - USC/PY; E-mail: iuryt.almeida@gmail.com

a acessibilidade às empresas, pois elas podem enfrentar seus custos. A segunda é que não há limite real de espaço para propaganda, em contraste com outros meios como rádio, televisão e mídias impressas. A terceira vantagem é que o acesso e a recuperação das informações são rápidas, comparados com o correio ou com fax. A quarta vantagem é a rapidez e a privacidade das compras.

O marketing digital possibilita um envolvimento interativo da empresa com o consumidor e existe como consequência os efeitos de rede, onde o cliente tem uma maior condição de contribuir para a melhorar ou piorar a imagem de uma empresa.

Pensando nisso, surgiu a necessidade de divulgar os produtos vendidos pela Marmitaria Delícias de Helena, criando uma página no Instagram. Surge então a @dhelenass_, uma conta que faz divulgação das comidas típicas preparadas pela senhora Helena Normandes. Percebeu-se a necessidade da fidelização dos clientes é fundamental para qualquer empresa que deseja se tornar referência e continuar por muito tempo no mercado.

Marketing

Segundo Kotler (2000), o marketing tem como tarefas principais a criação, a promoção e o fornecimento de bens e serviços aos clientes, podendo eles serem pessoas físicas ou jurídicas. O marketing e seus profissionais, envolvem-se nas atividades de bens, de serviços, de eventos e de pessoas, de propriedades, organizações, ideias e lugares. De acordo com Kotler (1998): “O conceito de marketing assume que a chave para atingir as metas organizacionais consiste em ser mais eficaz do que concorrentes para integrar as atividades de marketing, satisfazendo, assim, as necessidades e desejos dos mercados-alvos.” (KOTLER, 1998, P.37).

Marketing digital

De acordo com Laudon e Laudon (2000), o objetivo da criação da internet, em sua origem, era criar uma rede para o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, buscando estabelecer fácil conexão entre cientistas e professores em locais diversos, para compartilhar dados de pesquisas. A internet tornou-se popular a partir da década de 1990, a primeira fase na história da internet foi

a presença das empresas na internet desenvolvendo os sites para publicar e disponibilizar informações institucionais. A internet é algo relativamente novo no ambiente do marketing, caracterizando-se por estar em constante mudança e aperfeiçoamento.

Estratégias de marketing digital

É necessário estar presente na internet, pois hoje ela está inserida no cotidiano, contando com um número abundante de usuários, por isso, é necessário desenvolver estratégias de marketing digital eficientes (TORRES, 2010). A utilização do marketing digital requer um conjunto de estratégias, que quando aplicadas de maneira incorreta podem acarretar reflexos negativos para a empresa. Se a empresa almeja crescimento necessita buscar se destacar entre os demais concorrentes (SECCON; CASTELLANI; FEGGER, 2014). Mesclando o conhecimento sobre os consumidores online com as ferramentas proporcionadas pela internet é possível adquirir resultados significantes para as organizações.

Se a empresa conseguir analisar de forma correta a interação dos consumidores, é possível que a mesma consiga lançar conteúdos que venham a aumentar o engajamento dos clientes e consequentemente melhorar resultados. Segundo Gabriel (2010, p.103): É muito interessante observar que a necessidade de se adquirir senso de humor, declarada no manifesto, é uma das habilidades mais necessárias no atual cenário digital devido à intimidade que esse ambiente traz entre consumidor, empresa, humildade, honestidade, valores e ponto de vista sempre foram necessários, mas hoje têm se tornado vitais à empresas que pretendem atuar com sucesso nesse contexto.

As empresas precisam buscar atrair e conquistar a confiança dos clientes, o conteúdo com humor possibilita uma maior proximidade entre as partes. O ambiente virtual propicia atrativos que mostram novas perspectivas, permitindo o progresso de pequenas empresas, sendo que ele também proporciona ao consumidor demonstrar com facilidade sua opinião sobre produtos e serviços, impulsionando a interação entre consumidor e proprietário (CINTRA, 2010). Neste contexto, entram as redes sociais que ganharam muito potencial como meio de comunicação e interação, que se tornou um propício meio para o marketing digital aplicar suas estratégias.

Redes sociais na internet

De acordo com Carvalho (2006), o primeiro passo para a criação do que temos hoje como redes sociais foi dado em 1985, quando a AOL (America Online) desenvolveu ferramentas para que os usuários criassem seus perfis virtuais, criando comunidades para trocar informações e fóruns de discussões sobre todo tipo de assunto.

Facebook: Criado em 2004 por Mark Zuckerber, Eduardo Saverin, Dustin Moskvitz e Chris Hugues, o Facebook atendia, no início, os estudantes da Universidade de Harvard. Com a ampla aceitação, tornou-se a maior rede social, principalmente no Brasil, o que a tornou um instrumento importante para o marketing digital.

Youtube: Criado em 2005 pelos desenvolvedores do PayPal para expandir o mercado publicitário de vídeos, utilizando o Ad-Sense. Em 2006, o Youtube foi comprado pelo Google, tornando-se o maior canal de comunicação de vídeos da internet.

Instagram: É uma rede social de compartilhamento de fotos e vídeos, o Instagram permite aplicar filtros digitais e compartilhar uma grande variedade de serviços, tornando-se uma das mais novas aplicações que permitem o marketing digital. Será a ferramenta utilizada para nossa pesquisa de estudo.

O Instagram é um dos mais recentes meios de divulgação da moda, é uma rede social para compartilhamento de fotos e vídeos, que surgiu no ano de 2010, ao lado do Facebook e do Twitter. O aplicativo é baixado gratuitamente no sistema IOS e Android, permitindo que os seus usuários coloquem filtros em suas fotos e vídeos e as publiquem em seu perfil, onde seus amigos podem curtir e comentar. Assim, a moeda de troca passou a ser exclusivamente a fotografia, com espaço limitado para “o que dizer”, priorizando a imagem, em poucas palavras (TECHTUDO, 2013).

Desde que o Facebook comprou o Instagram, os adeptos do aplicativo cresceram rapidamente, tornando a rede social popular. Com um público bem jovem, segundo uma pesquisa feita pelo Experian Hitwise, o Instagram, diferente do Twitter e do Facebook, oferece uma forte segmentação.

Além da sua funcionalidade original de postar fotos ou vídeos, curtir e comentar, o Instagram inspirou desenvolvedores a criar outros recursos paralelos que podem ser utilizados através

da conta do aplicativo, como os conhecidos app para montagem de fotos, até outros mais peculiares como o instaport, que permite baixar a foto de um amigo, do Instagram, que você quer postar também na sua galeria de fotos.

Com o grande crescimento tecnológico que ocorreu no mundo nos últimos anos onde, de acordo com Cobra (2009, p. 407-408): Vivemos na era chamada por muitos de Revolução da Informação ou Revolução da Tecnologia, [...] O principal direcionador do crescimento da economia digital tem sido a internet, a internet está se tornando não apenas um mercado global, mas também significado de comunicação e distribuição de informação mais eficiente e com as maiores audiências (COBRA, 2009, p. 407-408).

O mesmo afirma que a internet com o passar do tempo está se tornando a principal mídia, estando presente em nossas vidas não só no nosso cotidiano, mas também no mundo dos negócios. De acordo Limeira (2010) a internet é derivada da junção de duas palavras em inglês: interconnected network, que significa rede interconectada e designa a rede mundial pública de computadores, interligados por cabos ou tecnologias sem fios (wireless). Por meio dessa rede, são transmitidas informações, como textos, sons e imagens, para qualquer computador que esteja conectado à rede. Devido às suas características, a internet tornou-se a primeira mídia em massa a qual permite interação entre pessoas, clientes e empresas a baixo custo e à velocidade da luz (LIMEIRA, 2010, p. 13).

O uso da internet cresce de forma rápida, oferecendo diferentes tipos de serviços disponíveis na mesma, onde através dela as empresas podem diferenciar seus negócios, mantendo relacionamentos próximo com clientes, por meio das atividades que o marketing disponibiliza originando um relacionamento entre empresas e consumidores, motivando maior satisfação dos clientes impactando nas receitas da organização.

As empresas precisam utilizar e explorar essa ferramenta com o intuito de analisar e se comunicar com os clientes, de forma a criar um vínculo, e posteriormente manter um relacionamento duradouro, mantendo o contato com seu público-alvo através das redes sociais, onde a mesma tem influenciado na decisão de compra do produto final.

Assim um cliente satisfeito irá comunicar sua satisfação com o produto obtido, originando um resultado positivo para a marca

ou empresa analisada, que servirá de informação para possíveis clientes passando uma imagem positiva dos serviços prestados pela empresa ou organização.

Metodologia

Quanto à metodologia, realizamos uma pesquisa de campo quantitativa, de cunho descritivo e bibliográfico feito por meio de estudos de casos múltiplos que tratem da devida temática. Observamos as postagens durante uma semana, e as analisamos sob os seguintes aspectos: quantidade de seguidores, frequência das postagens, quantidade de curtidas e compartilhamentos, natureza dos comentários e conteúdos postados.

Quanto ao objetivo da pesquisa, pode ser vista como descritiva que segundo Gil (2008), é possível encontrar pesquisas descritivas que vão além de mencionar existência de relações entre fatores e buscam estabelecer a natureza da relação em estudo, neste contexto essa pesquisa é descritiva, mas aproxima-se da explicativa. Também é possível que uma pesquisa descritiva se aproxime da exploratória, isso acontece quando a pesquisa também possibilita outra visão do problema. Também tem base bibliográfica, “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, P. 50).

Neste contexto estão envolvidos os processos de levantamento bibliográfico e análise de conteúdo que segundo Bardin (1977, p.31) “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. A pesquisa foi realizada em um perfil de uma marmitaria da Delícias de Helena no ramo de alimentos da rede social Instagram. A marmitaria está formalizada na cidade de Pacoti no interior do Ceará.

Análise dos resultados

A página no Instagram foi criada com objetivo de divulgar e vender as comidas típicas produzidas pela a marmitaria Delícias de Helena, pois através dessas postagens será possível marcar os clientes que comprarem e assim sucessivamente seus seguidores também poderão tornar-se futuros clientes.

Na primeira semana de criação da página observou-se poucas curtidas e visualizações das postagens feitas no feed, o que fez

com que fosse buscado uma alternativa para aumentar as visualizações e os números de seguidores. E durante algumas pesquisas na internet, nos perfis de venda no Instagram notou-se que as postagens nos stories e a marcação dos clientes é uma ótima oportunidade para fazer a divulgação necessária e ganhar muitos seguidores.

Durante uma semana realizamos uma pesquisa quantitativa com cinquenta seguidores da página Delícias de Helena, com objetivo de saber o que os fez seguir essa página, grau de satisfação e que acham das fotos postadas. E foi possível verificar que muitos estavam satisfeitos e elogiaram bastante os alimentos vendidos, pois já conheciam o tempero da dona da Marmitaria e sabiam da qualidade dos produtos, além de parabenizar pelo serviço de delivery.

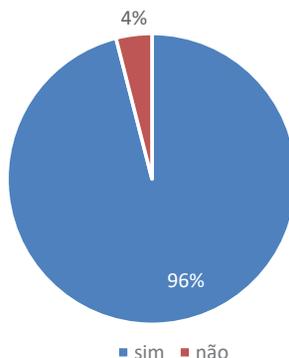
Uma pesquisa quantitativa ou conclusiva, é aquela que busca quantificar informações que gerem insumos para uma tomada de decisão. Esse tipo de pesquisa disponibilizará informações numéricas sobre o comportamento do consumidor, realidade do mercado e permite resolver um problema bem definido pelos pesquisadores.

Com a pesquisa quantitativa tem o objetivo de concluir e descrever o mercado, a sua aplicação é realizada por meio de um questionário. Esse questionário deve ter perguntas fixas e apresentar suas respostas completas. Diferente da pesquisa qualitativa, o qual permite que o pesquisador tenha uma conversa aprofundada com o respondente.

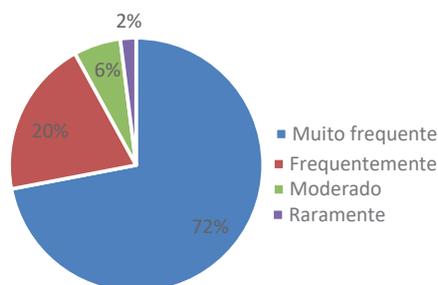
Na pesquisa quantitativa, há a procura por uma posição neutra do pesquisador, a partir da qual a observação do fenômeno pode se fazer tão objetiva quanto possível, e livre da interferência de subjetividades, a presença do corpo é um problema resolvido com instrumentos de coleta de dados elaborados de forma a substituir o inquiridor.

Além de conclusiva descritiva, a pesquisa quantitativa também pode ser chamada de causal ou múltipla. Sendo que os seus modelos de aplicação devem ser utilizados de acordo com a necessidade do seu negócio.

Após análise dos dados coletados através da pesquisa realizada com os cinquenta clientes da marmitaria é possível visualizar através dos gráficos os dados obtidos.

Gráfico 1 - Gosta da página Delícias de Helena.

É possível visualizar através do gráfico que 96% dos seguidores da página curtem as postagens, gostam das publicações.

Gráfico 2 - Frequência de acesso

No que diz respeito à utilização das redes sociais observa-se que 72% dos questionados acessam a página muito frequentemente, outros 2% responderam que raramente utilizam, constatando que a visitação à página se fazem presente no cotidiano dos clientes, por serem prática de fácil acesso, proporcionando também um alcance de longa escala.

Gráfico 3 - Compartilhamento de informações sobre satisfação ou insatisfação

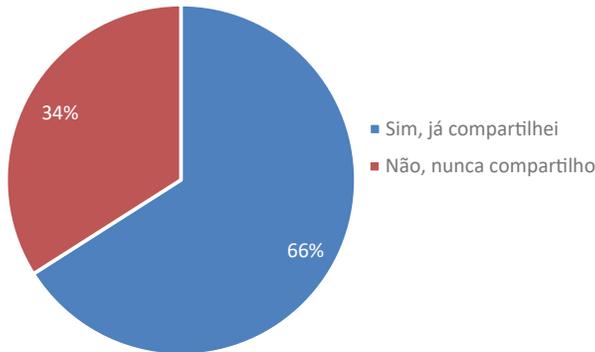
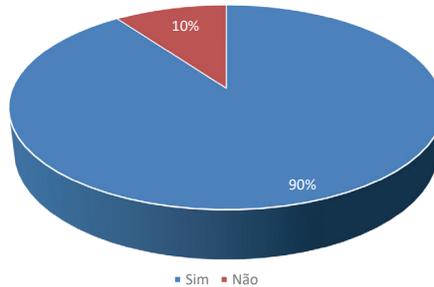


Gráfico 4 - As postagens influenciam a uma nova compra?



Nos gráficos 3 e 4 foi questionado aos seguidores o grau de satisfação e se as postagens influenciam a uma nova compra dos produtos ofertados. Em relação ao compartilhamento sobre satisfação ou insatisfação, o estudo indica que 66% dos respondentes afirmaram que compartilham e apenas 34% da amostra responderam que não. Diante dessa análise, percebe-se que a maioria dos consumidores abordados têm o hábito de manifestar em suas redes sociais sua satisfação ou insatisfação após a efetivação de uma compra de um produto ou serviço prestado. É possível visualizar que a satisfação dos clientes é muito satisfatória, apesar de também ter dito alguns pontos negativos.

Podemos considerar que a internet mudou não apenas a forma das pessoas se comunicarem, mas interferiu também no contorno como as pessoas efetuam uma compra, através das trocas de informações e conhecimentos sobre determinados produtos obtidas por meio dessas plataformas. Portanto, entende-se que as

empresas que empregarem a internet junto com o marketing digital como uma forma de divulgação e comunicação para com seus consumidores, exibirá um diferencial competitivo das demais empresas. Através do marketing na internet as empresas têm mais visibilidade, fazendo com que o mesmo alcance números maiores de possíveis consumidores.

Considerações finais

O presente artigo tinha como finalidade analisar a influência do marketing digital utilizando como ferramenta o aplicativo Instagram para aumentar o número de clientes e fidelizá-los. Buscou-se também identificar de que forma essa rede social tem influência no processo decisório de compra, já que a chegada da internet junto com a utilização das redes sociais facilitou a comunicação e interação entre empresas e clientes.

Ao analisar os dados obtidos foram constatados que o marketing realizado através das redes sociais possui influência no poder decisório de compra, uma vez que está inserido no cotidiano da população e que através dessas plataformas (Instagram, Facebook e WhatsApp) os usuários estabelecem uma comunicação e interação maior com as organizações, sendo a forma mais rápida e segura e para manter contato com o público, já que pessoas já que utilizam essas redes para interagir com familiares, amigos e buscar informações sobre marcas e serviços que muitas empresas oferecem, se tornando cada vez mais essencial na tomada de decisão do consumidor.

Percebe-se que o estudo do trabalho foi alcançado, ao constatar que o *Instagram* é uma ferramenta de marketing digital sim, que o número de seguidores da página Delícias de Helena teve um aumento considerável. Atualmente a página já tem aproximadamente 300 seguidores com apenas três meses de criação. Foi possível constatar também que através da internet os usuários possuem a liberdade para expressar, curtir, compartilhar em suas redes suas manifestações em suas contas, onde por intermédio desses hábitos as pessoas se sentem influenciadas para realizarem uma compra já que é maneira de divulgação.

Portanto, conclui-se que as redes sociais, em especial o *Instagram* tem poder de influência na tomada de decisão de compra, onde os consumidores utilizam os recursos oferecidos para auxi-

liar no seu processo decisório. É importante ainda que as empresas verifiquem as formas como feedback são obtidos, para que os pontos negativos sejam melhorados e que os objetivos do marketing que é atender as necessidades e desejos dos clientes sejam sempre alcançados.

Referências

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

CINTRA, F. C. *Marketing Digital: a era Da tecnologia on-line*. Rev. Investigação, Franca-SP, v. 10, n. 1, p. 6-12, 2010. Disponível em: <http://publicações.unifran.br>. Acesso em: 10 de jul.2020.

COBRA, Marcos. *Administração de marketing no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2009.

CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 15., 2014, Palhoça (SC). Anais... Curitiba-PR: Intercom Sul, 2014.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução de Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GABRIEL, M. *Marketing na Era Digital: conceitos, plataformas e estratégias*. São Paulo: Novatec, 2010.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRANDINETTI, Ricardo. *Um paletó da última coleção Armani custa 5.305 reais no site oficial da grife Italiana*. Info Exame, São Paulo: Abril, ed.321, Outubro de 2012.

INSTAGRAM, 2010. Disponível em: <<http://instagram.com/press/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

KOTLER, Philip. *Administração de Marketing*. Tradução de Ailton Bonfim Brandão. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LIMEIRA, Tania M. Vidigal. *E-marketing*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MILITELLO, Katia. *O Essencial*. Info Exame, São Paulo: Abril, ed.311, Dezembro de 2011

TORRES, C. *Guia Prático de Marketing na Internet para Pequenas Empresas*. [S.l.]: [s.n.], 2010.

SECCON, B. L.; CASTELLANI, E. S.; FEGER, E. J. *Métodos e estratégias de marketing digital: Um estado comparativo entre e-commerce que atuam no ramo de eletrodomésticos*.

Capítulo 2

Bem-Estar e Educação

APLICABILIDADE DA TECNOLOGIA PARA OS GRUPOS DE TREINAMENTO FUNCIONAL DE PALMÁCIA/CE

Francisco Fábio Ricardo de Araújo¹
José De Arimatéia da Silva de Castro²
Maria Gervane Ricardo de Araújo³
Maria Jeane Ricardo de Araújo⁴
Valéria Alves da Silva⁵

Introdução

Desde a pré-história o homem vem criando diversas tecnologias para garantir a sobrevivência e auxiliá-lo em suas tarefas. Com o passar do tempo essas tecnologias permitiram que mudanças acontecessem em alta velocidade e com grande fluxo de informação, tornando possível a acessibilidade a todos os tipos de interesses pessoais e profissionais conforme a necessidade de cada pessoa.

Tecnologia significa a razão de saber fazer (RODRIGUES, 2001), em outras palavras, é o método técnico. O estudo da criação de uma atividade de modificação, transformar, agir (VERASZTO, 2004; SIMON et al, 2004a).

Gordillo & Galbarte, 2002, entende a tecnologia como sendo algo universal; um mesmo produto, serviço ou artefato que poderia surgir em qualquer local e, conseqüentemente, ser útil em qualquer contexto.

¹ Especialista em Gestão de Academias Fitness e Wellness; Graduado em Educação Física- UVA. Microempreendedor em Palmácia/CE; E-mail: fabioricardosom48@gmail.com

² Especialista em Gestão de Academias Fitness e Wellness- Facesma; Graduada em Formação de Professores para Séries FINAIS do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio- Licenciatura Plena- UVA e Educação Física- Unifaj; Educadora Física/Palmácia- CE.

³ Especialista em Gestão de Academias Fitness e Wellness- Facesma; Graduada em Formação de Professores para Séries FINAIS do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio- Licenciatura Plena- UVA e Educação Física- Unifaj; Educadora Física/Palmácia- CE; E-mail: gervanericardo48@gmail.com

⁴ Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica e Gestão de Academias Fitness e Wellness- Facesma; Graduada em Pedagogia- UECE e Educação Física- Unifaj; Professora do Município de Palmácia/CE; email: jeanericmv@gmail.com

⁵ Graduada em Matemática pela UVA; Especialista em Docência do Ensino Superior - KURIOS; Professora da rede estadual do estado do Ceará; Professora da Faculdade Cesma de Maracanaú; E-mail: valstee.alves7@gmail.com

A busca por qualidade de vida e saúde já é uma realidade para pessoas de todas as idades que estão de um modo geral inativa fisicamente. Vivemos em uma sociedade onde a atividade física deixou de ser observada apenas pelo prisma estético. O bom humor, a autoestima, o bem-estar e a longevidade, além do alcance e manutenção de um peso saudável são fatores possíveis com a prática regular de atividade física.

Clark (2001) diz que movimentos funcionais se referem a movimentos integrados, multiplanares e que envolvem redução, estabilização e produção de força. Em outras palavras, o Treinamento Funcional refere-se a exercícios que mobilizam mais de um segmento ao mesmo tempo, que podem ser realizados em diferentes planos e que envolvem diferentes ações musculares (excêntrica, concêntrica e isométrica).

O presente estudo tem por objetivo, através da aplicabilidade da tecnologia, constatar a importância e analisar a eficácia do Treinamento Funcional, onde os exercícios são realizados apenas com o peso do próprio corpo somado ao equilíbrio, movimentos naturais do ser humano, como puxar, pular, correr e agachar para atender pessoas que não gostam de praticar exercícios físicos dentro das academias, devido a monotonia, a falta de atenção do profissional durante os treinos, a não promoção da socialização entre os praticantes, e também aquelas que precisam mudar sua rotina devido sua condição de sobrepeso, ociosidade e inatividade mas que não se sentem atraídas para a prática de exercícios em ambientes fechados.

Nesse contexto, foi criado na sede do Município de Palmácia/CE, um grupo de Treinamento Funcional que logo se propagou à vários distritos locais, popularizando-se e ganhando novos adeptos, pois o trabalho era feito de forma lúdica e dinâmica com atividades simples do cotidiano, porém conseguindo resultados rápidos na eficiência da autonomia e da independência dos praticantes, melhorando o condicionamento físico, aprimorando habilidades específicas, promovendo uma melhor qualidade de vida, e acima de tudo, conseguindo manter a permanência das pessoas.

Certas estratégias foram desenvolvidas no grupo com o objetivo de divulgar o trabalho e ainda garantir a continuidade. Uma das ações mais eficazes era a realização de um encontro mensal entre os grupos de Treinamento Funcional juntamente com a aca-

demia da cidade, a “Physical Fitness Academia”, em espaço aberto, permitindo que qualquer pessoa interessada pudesse participar e praticar sua atividade física de forma prazerosa.

Devido à crise de saúde global, causada pela pandemia do COVID-19, advinda do vírus SARS-CoV-2, onde surgiu a necessidade do distanciamento social, o profissional responsável pelos grupos de Treinamento Funcional precisou se reinventar, inserindo a tecnologia na garantia da permanência do trabalho desenvolvido e da promoção da saúde, através de serviços online.

Diversas tentativas de continuidade do trabalho, mesmo à distância, ocorreram usando as plataformas digitais, Instagram, Face Book e YouTube, porém ambas com algumas falhas. Com isso, o WhatsApp demonstrou eficácia, suprimindo todas as necessidades que o Treinamento Funcional exigia nas circunstâncias. O treinamento pôde ser colocado de forma individual e personalizada de acordo com os objetivos de cada cliente. A partir de então, o profissional teve como garantir sua rentabilidade e seus grupos funcionando.

Como feedback, o WhatsApp garantiu a satisfação dos clientes por serem tratados nas suas especificidades, alcançando seus objetivos e mantendo-se motivados através de um programa de treinamento individualizado e específico, utilizando exercícios que se relacionam com a atividade específica do indivíduo e que transferem seus ganhos de forma efetiva para seu cotidiano.

A realização da pesquisa serviu para constatar a importância da intervenção do Profissional de Educação Física, mesmo que remotamente, na prescrição e no acompanhamento das atividades físicas, assegurando resultados satisfatórios e garantindo que os exercícios sejam executados com eficácia e segurança.

Por fim, o desenvolvimento em um programa de atividades físicas através das plataformas digitais pode oferecer oportunidade de novas experiências que possam suprir as necessidades de uma melhor qualidade de vida de maneira prazerosa e segura.

A atuação do profissional de educação física no treinamento funcional

A inatividade física tem sido apontada como uma das principais causas para o aumento da mortalidade causada por doenças do sistema circulatório no Brasil. Dentre as patologias pertencen-

tes ao grupo do sistema circulatório as doenças predominantes são (doenças cerebrovasculares e doenças isquêmicas do coração) que vem aumentando o gasto com a saúde pública nos últimos anos (CERVATO, 1997).

Segundo Barbanti (1990), o hábito de se exercitar auxilia tanto as capacidades mentais, como as metabólicas e as harmoniosas. A atividade física é entendida pelos profissionais da saúde como movimento corporal. Movimento este que permite qualquer gasto energético maior do que os níveis de repouso, assim tendo, um papel muito importante no processo de envelhecimento que vem acompanhado por diversas modificações tanto morfológicas quanto funcionais, resultante da diminuição de reserva funcional dos órgãos e aparelhos. Esse processo é complexo, pois envolve diversos fatores desde: biológicos, comportamentais e ambientais entre outros que irão influenciar no modo em que se alcançará determinada idade (OLIVEIRA, 2011).

Lidar com a subjetividade humana não é uma tarefa fácil, pois cada ser humano é portador de um desejo, que o leva a relacionar-se com o meio de forma diferenciada e exclusiva, e diante disso, ao pensar sobre os cuidados nos setores de atendimento à saúde mental, que deve se adequar a cada especificidade é de fundamental relevância considerar que “se cada sujeito é diferente do outro, cada caso é diferente do outro, cada tratamento é diferente do outro” (BARRETO, S/D, p. 17).

Sendo assim, o profissional de Educação Física deve ter algumas características para manter assíduos seus alunos durante suas aulas: usar sua criatividade, ser comunicativo, chamar o cliente pelo nome, ser prestativo, “inspirar confiança a respeito de seus procedimentos”, se preocupar com a ausência, estar sempre atualizado (PEREIRA, 1996).

Praticar qualquer tipo de atividade física sem orientação é perigoso, pois pode gerar uma série de problemas relacionados às articulações por causa de movimentos inapropriados. O trabalho do profissional é eliminar as falhas, prescrever as melhores atividades para as condições do praticante e corrigir a sua postura, definir a intensidade com a qual os exercícios devem ser realizados, além de criar uma rotina de treino diversificada. As avaliações periódicas feitas em relação às condições do aluno, também surtem

efeitos positivos, pois elas apontam os resultados de forma bastante precisa, mantendo a motivação.

Para qualquer pessoa, ter a supervisão de um profissional qualificado é tão importante quanto se exercitar regularmente. Ele cria, organiza e supervisiona os programas de exercícios. É capaz de escolher as atividades que ajudem a acelerar o condicionamento físico e que tenham maior potencial de levar o praticante a alcançar mais rapidamente suas metas.

É possível considerar o profissional de Educação Física como o principal responsável pela orientação técnica, tática e física de equipes desportivas, de praticantes do esporte em nível amador, dos assíduos frequentadores de academia, dos alunos na Educação Física Escolar, e diversas outras práticas de atividades físicas ligadas ou não a algum esporte. (PEREIRA, 1996).

A iniciação ao treinamento desportivo deve ser conduzida por intermédio de um programa de avaliação física, onde oferecerá ao educador físico, dados relevantes relacionados às diferenças individuais e condições atuais do desportista “consideramos amador e irresponsável prescrever treino para um atleta ou qualquer outra pessoa sem que se conheçam suas variáveis morfológicas e funcionais” (GUIMARÃES NETO, 2001. p. 15).

A conduta ética que o profissional apresenta durante o desenvolvimento de seu trabalho, é um fator determinante para que o indivíduo possa alcançar os resultados almejados com o máximo de eficiência, respeitando sua integridade física, psicológica ou moral, independente dos objetivos que a conduziram à procura do Treinamento Funcional. Além de compreender e conseguir lidar com as motivações de cada pessoa, cabe ao educador físico conscientizá-la sobre suas reais possibilidades. Afinal, é preciso considerar a compleição física e as características biológicas, fatores que interferem na montagem do treino e até mesmo nos resultados a serem obtidos, afinal, o educador físico não pode motivar o aluno, já que a motivação é inerente à pessoa, ele pode apenas incentivar, impulsionar e estimular.

O profissional a frente do seu grupo de Treinamento Funcional deve atuar como um mentor, indicando a atividade física adequada e promovendo a conscientização sobre as interações entre corpo e mente. Tornar-se modelo. Apresentar disposição, boa apa-

rência, entusiasmo e simpatia no atendimento às pessoas, sem deixar de lado a capacidade técnica.

É necessário ressaltar a importância do profissional de Educação Física na avaliação física, na elaboração do treino e no acompanhamento da evolução do aluno para certificar o alcance dos objetivos, a segurança nos treinos e a permanência dos clientes, mantendo ainda, em constante aperfeiçoamento e qualificação profissional, buscando atualização, desbravando novas tecnologias e as descobertas da ciência para garantir através de uma visão holística, sua garantia financeira no mercado de trabalho como um educador físico contemplo, respeitado e diferenciado.

Como deve ser elaborado o treinamento funcional

Segundo Taylor apud Leite, (1990, p.4)

O homem adota a prática de exercícios físicos por nove motivos: busca do lazer, estabilidade emocional, desenvolvimento intelectual, consciência estética, competência social, desenvolvimento moral, autorrealização, desenvolvimento das capacidades motoras e desenvolvimento físico- orgânico.

Esses nove motivos nada mais são que a busca por níveis de qualidade de vida melhor, e quando se fala em qualidade de vida, o que quer se falar não é apenas viver muitos anos, mas sim viver muitos anos com qualidade, sem problemas sérios de saúde e sentido seu corpo em perfeita harmonia com a mente e a sociedade.

Partindo das definições encontradas no dicionário Michaelis (2009), é possível afirmar que o Treinamento Funcional refere-se a um conjunto de exercícios praticados como preparo físico ou com o fim de apurar habilidades, em cuja execução se procura atender à função e ao fim prático, ou seja, os exercícios do treinamento funcional apresentam propósitos específicos, geralmente reproduzindo ações motoras que serão utilizadas pelo praticante em seu cotidiano.

Segundo Hollmann apud Hüllemann (1978, p.305) “os programas destinados a manter o indivíduo em forma podem ser divididos de acordo com as cinco modalidades básicas de exercícios: exercícios de coordenação, de flexibilidade, de força, de velocidade e de resistência”.

A escolha e distribuição dos exercícios possuem um papel importante na periodização do treinamento, havendo a necessidade

ao prescrever determinados exercícios que estimule porções musculares específicas, da compensação no trabalho coadjuvante para com os músculos antagonistas, a fim de prevenir desarmonias no desenvolvimento muscular, podendo refletir num desequilíbrio postural, noutros casos o desenvolvimento muscular a determinadas localizações anatômicas se torna incompatível, aumentando assim as probabilidades de lesões, o que necessitaria a utilização de exercícios que alcance o trabalho estratégico ou por procedimentos clínicos para reduzir ou modificar o quadro (LIMA; PINTO, 2007).

Para que esse treinamento seja eficiente, a cadeia cinética funcional deve ser treinada na busca da melhora de todos os componentes necessários para permitir ao praticante adquirir um nível ótimo de função ou a ele retornar.

Manter a rotina física das pessoas acerca da crise da saúde global torna o trabalho mais desafiador, pois é primordial criar estratégias inovadoras para o trabalho que até então era feito de forma presencial e passou a ser desenvolvido com a aplicabilidade de recursos tecnológicos, levando através de plataformas digitais, aulas em um formato diferenciado. Dessa forma, tornando os treinos individualizados/personalizados e potencializando o propósito de busca de cada cliente. Havendo a interação e monitoramento profissional/cliente, mantendo assim o interesse mútuo.

O programa de treinamento de cada aluno deve ser feito depois da avaliação física, seguido pelo interesse pessoal e levando em consideração a compleição individual. A aula deve ser preparada com antecedência com variações diversificadas para evitar o imprevisto e conseqüentemente, a ineficiência dos resultados esperados. As aptidões físicas deverão fazer parte dos exercícios apresentados na aula para trabalhar partes isoladas através de exercícios multiarticulares. É importante informar os alunos sobre sua evolução para mantê-los motivados. É importante sugerir uma alimentação saudável e um tempo de descanso para obtenção esperada dos resultados.

Os exercícios podem se dividir em programas de treinamento de força e resistência aeróbia, exercícios de flexibilidade e alongamento, cada um contemplando benefícios diferentes. Um trabalho de força pode resultar num aumento da massa corporal magra, aumento da massa óssea e hipertrofia muscular (HAKKINEN et al., 2003).

Quanto à aderência, Saba (2001) define como sendo um conjunto de determinantes pessoais, ambientais e características do exercício que propiciam a manutenção da prática física por longos períodos de tempo, a fim de elevar a qualidade de vida do sujeito e garantir-lhe saúde e satisfação.

O Treinamento Funcional se refere a eficiência de se realizar determinada tarefa. Assim, os exercícios devem ser direcionados à postura, equilíbrio, estabilidade, e mobilidades sem esquecer as valências físicas, de forma estática e dinâmica. É possível melhorar o equilíbrio mental e a estabilidade emocional através de exercícios que façam com que a mente se movimente em todas as direções.

Segundo Colberg (2003), atividade física ajuda a ganhar músculos e a perder gordura, faz com que você coma mais sem ganhar gordura, melhora o humor, reduz o estresse e a ansiedade, aumenta o nível de energia, melhora a imunidade, torna as articulações mais flexíveis e melhora a qualidade de vida.

Beresford (1999) relata que qualidade de vida está: “em função das carências que a pessoa apresenta”. Podemos definir o nível de qualidade de vida como: “sendo o grau de atendimento das necessidades existentes”. Nesta visão então, qualidade de vida é uma opção pessoal a ser perseguida, definida de acordo com suas carências, esperanças e possibilidades, sendo sujeita a transformações constantes.

A necessidade da aplicabilidade da tecnologia para a continuidade das aulas nos grupos de treinamento funcional

Segundo Martino (1983), tecnologia são meios para promover os produtos necessários para o sustento e o conforto do homem. Portanto, é ainda, a aplicação da prática de conhecimentos que visam a resolução de problemas.

A tecnologia engloba tantos os aspectos culturais, que inclui metas, valores e códigos éticos, assim como possui um aspecto organizacional, que cobre a economia e as atividades industriais, profissionais, além dos usuários e consumidores (PACEY, 1983). A tecnologia não é uma mercadoria que compra e vende, é um saber que requer a educação teórica e prática, e, principalmente, na pesquisa tecnológica (VARGAS, 2001).

Com a Pandemia Global, onde o distanciamento social tornou-se fundamental e obrigatório, as recomendações para ficar em casa durante a quarentena, os hábitos e cuidados com a saúde precisaram se reinventar, sendo necessário pensar em uma nova maneira de manter os grupos de Treinamento Funcional em ação. Depois de três anos de trabalho e de compromisso com os alunos, não era possível interromper o trabalho, pois muitas pessoas já tinham adquirido o hábito de treinar e percebido a necessidade que o corpo tinha na prática das atividades. A conquista de tantos adeptos foi resultado de muito esforço. Manter os grupos funcionando passou a ser uma questão de respeito às pessoas.

Portanto, foi desenvolvido um Projeto de atendimento físico e especializado remotamente através de plataformas digitais para a permanência do trabalho feito até então de forma presencial, visando o cuidado com a saúde, a continuidade dos exercícios, a manutenção dos ganhos físicos adquiridos e, conseqüentemente, manter a rentabilidade do profissional à frente dos grupos de Treinamento Funcional.

Assim, cada aluno receberia seu programa de treino em casa, levando em consideração sua condição física e de saúde. Nas aulas, são utilizados equipamentos encontrados dentro da própria casa. Poder interagir, mesmo remotamente, contribui para manter psicologicamente e emocionalmente os indivíduos mais equilibrados durante o isolamento social.

O programa de Treinamento individualizado é disponibilizado pelo WhatsApp. Ele oferece exercícios físicos para quem está iniciando e também faz adaptação com mais intensidade para as pessoas que já praticam alguma atividade física. São sempre três opções para os clientes: iniciantes, intermediários e os mais avançados, podendo praticar sua atividade diária no conforto do seu lar e com a segurança da prescrição, do acompanhamento e da avaliação profissional.

Há uma programação para aulas abertas, são lives transmitidas pelo Instagram, as sextas-feiras, com aulas mais dinâmicas, com caráter de descontração, pautadas em atividades rítmicas como a dança e a ginástica aeróbica, com o objetivo de atingir mais pessoas e sem restrições de saúde, podendo contemplar os mais variados públicos.

O professor, nesse momento, está no centro da atividade. É o exemplo a ser seguido. Deve estar lado a lado dos seus alunos com uma postura desafiadora, no sentido de potencializar o metabolismo na queima de calorias e na ludicidade, apresentar uma boa linguagem comunicativa, saber manipular a informação em função do seu objetivo, abrindo inúmeras perspectivas para o treino apresentado.

Segundo Martins (1985), designam todos os recursos usados no processo ensino aprendizagem, com o propósito de tornar mais eficaz a transmissão da mensagem pelo professor e mais eficiente a aprendizagem pelo aluno. É um elo entre o que o professor fala e a realidade que deseja transmitir, ou seja, substituir do melhor modo possível à realidade.

A disponibilidade de novas tecnologias possibilita um processo interativo, mudando completamente a dinâmica do trabalho desenvolvido anteriormente, no entanto, é preciso investimento em equipamentos para a qualidade visual e a estética, e ainda, habilidade na manipulação desses equipamentos e das plataformas virtuais.

De acordo com Silva (2006) os métodos de comunicação síncrona podem apresentar, como desvantagem, alto curso de infraestrutura, na medida em que exigem, para seu funcionamento, equipamentos mais sofisticados. Para que todos os recursos possam ser bem utilizados, é necessário que o profissional domine tais ferramentas, de modo a proporcionar motivação aos alunos.

O YouTube foi usado inicialmente como ferramenta para o repasse dos programas de treinamento, porém não foi satisfatório. As vantagens eram o grande alcance e a acessibilidade, mas não tinha como personalizar os treinos de forma individual, além de ser aberto e não permitir retorno financeiro. Então, ele foi utilizado apenas como ferramenta de divulgação.

No facebook que também é bastante popular são transmitidas pequenas sequências de aulas gravadas para despertar interesse de novos alunos, e ainda, as lives são transmitidas ao vivo e compartilhadas.

O programa de Treinamento Funcional a distância poderá ser uma contribuição para a melhoria na qualidade de vida das pessoas, através de um trabalho diferenciado com a aplicabilidade da tecnologia nas plataformas digitais para a prática frequente de

atividades físicas de forma personalizada, refletindo diretamente na saúde e no bem-estar.

Resultados

Entre os participantes, 10% eram homens; a maioria apresentava idade entre 35 e 45 anos. 90% eram mulheres na faixa etária entre 25 e 45 anos. A escolaridade era elevada: 6% dos indivíduos com nível médio e 94% com nível superior completo. 90% das pessoas trabalham e 65% delas têm bons hábitos alimentares.

Tabela 1 - Perfil dos participantes do Grupo de Treinamento Funcional de Palmácia em números e porcentagens de variáveis sociodemográficas.

Variáveis	Total		Frequência Assídua	
	N	%	N	%
Sexo				
Masculino	10	6%	2	20%
Feminino	50	94%	45	90%
Faixa Etária (anos)				
20 - 35	48	80%	24	50%
36 - 45	12	20%	6	50%
Trabalha				
Sim	57,6	96%	48,9	85%
Não	2,4	4%	2,4	100%
Hábitos Alimentares				
Saudáveis	39	65%	35,1	90%
Não Saudáveis	21	35%	5,2	25%
Escolaridade				
Ensino Médio	10	6%	6	60%
Ensino Superior	50	94%	45	90%

Aproximadamente 70% dos indivíduos apresentavam excesso de peso. 53%, alto risco de doenças cardiovasculares e 5% apresentavam predisposição para a perda de massa magra. (tabela 2). O controle de peso atrai 33,3% dos praticantes de atividade física e a saúde vem em segundo lugar, sendo o principal motivo para 12% dos entrevistados. (tabela 3).

A **tabela 1** apresenta o perfil dos participantes do Grupo de Treinamento Funcional de Palmácia em números e porcentagens

de variáveis sociodemográficas (sexo, faixa etária, trabalho, hábitos alimentares e escolaridade).

A **tabela 2** apresenta as verificações feitas nos participantes no início da pesquisa através das avaliações de Índice de massa corporal (IMC), a relação cintura- quadril (RCQ) e avaliação antropométrica, com o objetivo de atender adequadamente cada indivíduo na prescrição e no acompanhamento dos treinos e ainda, perceber os resultados de maneira individualizada.

Tabela 2 - Verificação e acompanhamento do peso ideal, do risco de doenças cardiovasculares e do controle de massa magra.

Variáveis	Total N =6	
	N	%
IMC		
Abaixo (<18,4%)	12	20%
Ideal (18,5% a 25,9%)	6	10%
Acima (>26%)	42	70%
RCQ		
Baixo	10	16,6%
Moderado	18	30%
Alto	32	53,3%
Avaliação Antropométrica		
Perca de Massa Muscular	3	5%
Manutenção de Massa Muscular	39	65%
Ganho de Massa Muscular	18	30%

Fonte: Dos Autores (2020)

*IMC - Índice de Massa Corporal.

*RCQ - Relação Cintura-Quadril

*Avaliação Antropométrica - Aferição Muscular com fita métrica

A **tabela 3** apresenta os motivos para a prática de atividade física: controle do peso, saúde, melhora da atividade física, diversão, disposição, melhora da harmonia com o corpo e aptidão física, em ordem decrescente, números e percentuais. A busca pela satisfação com a imagem corporal faz com que o controle do peso seja o motivo principal entre homens e mulheres para a prática de atividade física regular.

Tabela 3 - Escores dos motivos para a prática de atividade física

Variáveis	Total N = 60	
	N	%
Controle de Peso	20	33,3%
Saúde	12	20%
Melhora da Atividade Física	8	13,3%
Diversão	6	10%
Disposição	6	10%
Melhora da Harmonia do Corpo	4	6,6%
Aptidão Física	4	6,6%

Fonte: Dos Autores (2020).

Discussão

Os resultados mostraram, de acordo com a tabela 1, que: a) a maiorias dos alunos dos grupos de Treinamento Funcional de Palmácia que frequentam regularmente as atividades de forma presencial ou remota são mulheres entre vinte e trinta e cinco anos que trabalham e têm um alto nível de escolaridades. Acredita-se que o fator da escolaridade influencia diretamente na adesão às atividades físicas, já que é comprovada a sua eficácia no combate a várias comorbidades; b) os hábitos alimentares são considerados como um fator importante para todos os praticantes de atividades físicas. Embora não se tenha uma alimentação adequada e dentro dos padrões ideais para cada indivíduo, há uma dedicação voltada para diminuição do sal, do açúcar e das gorduras nas alimentações diárias e a troca de alimentos calóricos por frutas e legumes, e ainda, a ingestão de bastante água para a hidratação do corpo.

Em relação a tabela 2, os resultados mostraram que: a) a preocupação das pessoas com as doenças cardiovasculares tem aumentado consideravelmente, já que a grande maioria dos frequentadores estão acima do peso e algumas apresentam um fator de risco demonstradas nas avaliações físicas, nas aferições e medidas corporais.

As doenças cardiovasculares são a principal causa de morte no mundo. A causa de ataques cardíacos e AVCs (Acidente Vascul-

lar Cerebral) geralmente são uma combinação de fatores de risco, como o uso do tabaco, dietas inadequadas e obesidade, sedentarismo e o uso nocivo do álcool, hipertensão, diabetes e hiperlipidemia; b) o relato dos alunos durante a avaliação física que antecede a prática dos exercícios, demonstra a recomendação médica para o controle ou a prevenção de doenças ou simplesmente para o convívio social como forma de reduzir o aparecimento de sintomas de depressão e ansiedade. É consenso na literatura que a prática de exercícios físicos regulares melhora a saúde.

Com base na tabela 3, é possível afirmar que: a) o controle de peso é o principal motivo que leva as pessoas a praticarem exercícios físicos, seguido pela preocupação com a saúde do corpo e da mente; b) mesmo com as atenções voltadas para a saúde é perceptível a influência da estética em relação ao corpo como motivo relevante para a adesão a prática desportiva. Todos querem estar bem fisicamente, mas infelizmente estética nem sempre é um bom indicador de saúde, o exercício físico quando mal direcionado nem sempre significa a promoção da mesma. Assim, é importante que se faça uma avaliação física antes de iniciar qualquer programa de exercício físico para evitar surpresas desagradáveis e fornecer ao professor dados necessários para uma prescrição de treinamento adequado; c) a diversão e a disposição citadas como pontos determinantes para se iniciar uma atividade física está diretamente relacionada com os grupos de relacionamentos pessoais que se formam de maneira natural dentro dos grupos de Treinamento Funcional. Mesmo virtualmente há interação entre os indivíduos nas redes sociais com trocas de mensagens, fotos e conversas sobre a intensidade do treino, etc.

O primeiro aspecto desses resultados a ser abordado refere-se à necessidade das pessoas praticarem exercícios físicos mesmo que remotamente para manutenção da saúde física e mental. Esses resultados vão de encontro ao que diz Oliveira (2011), a atividade física é vista como de suma importância para prevenção/manutenção e restabelecimento dos equilíbrios biológicos, psicológicos e sociais, ameaçado constantemente pelas mudanças bruscas da sociedade moderna.

E, por último, um outro aspecto importante dos resultados da pesquisa diz respeito à harmonia do corpo. As pessoas procu-

ram através dos exercícios uma sensação agradável e aprazível ao corpo. Portanto, fica sobre a responsabilidade do profissional de Educação Física a incumbência de criar uma combinação entre elementos que ocasionam satisfação em seus alunos.

Conclusão

Com base nos resultados, pode-se concluir que a prática de atividades físicas, seus conhecimentos e suas influências são importantes para a saúde física e mental na vida de pessoas de todas as idades. São essenciais, pois proporcionam oportunidades de relacionamento, além de prevenir doenças crônicas e cardíacas, garantindo uma melhor qualidade de vida para quem pratica de maneira regular e contínua.

Nos dias atuais o Treinamento Funcional por trabalhar os movimentos globais tem sido grande aliado na solução das preocupações mais comuns das pessoas, relacionadas a hábitos alimentares, limitações e capacidade física, lazer, padrões de beleza, saúde corporal, autoconfiança e capacidade de relacionamento em grupo, mesmo que através de plataformas digitais.

Há de se lembrar que, muitas pessoas que fazem exercício físico não o fazem em volume adequado para se beneficiarem. Através de estudos podemos observar que o Profissional de Educação Física tem grande importância na prescrição de exercícios devendo ofertar um programa de treinamento equilibrado correspondente às valências físicas atribuídas a cada organismo humano.

Para concluir, é possível dizer que a tecnologia se torna absolutamente necessária na conjuntura atual para a continuidade do trabalho realizado nos grupos de Treinamento Funcional de Palmácia. Ela possibilita soluções inovadoras através de aplicativos que permitem o alcance e o monitoramento da frequência, bem como, dos resultados alcançados pelos alunos, e ainda, dispõem de ferramentas para divulgação do trabalho ofertado, garantindo a rentabilidade dos profissionais envolvidos.

Referências

BARBANTI, Valdir J. *Aptidão Física Um Convite à Saúde*. São Paulo: Editora Manole, 1990.

BARRETO, F. P. *A psicanálise aplicada à saúde mental*. Uma contribuição ao tema da prática lacaniana nas instituições. CLINICAPS, p. 1 – 28, S/D.

BERESFORD, Heron. *Valor saiba o que é*. Rio de Janeiro. Shape. 1999.

CERVATO, A. M.; MAZZILLI, R. N.; MARTINS, I. S.; MARUCCI, M. F. N. *Dieta habitual e fatores de risco para doenças cardiovasculares*. Rev. Saúde Pública, 31 (3): 227-35, 1997.

CLARK, M. A. *Integrated core stabilization training*. Thousand Oaks: National Academy of Sports Medicine, 2001.

COLBERG Sheri. *Atividade Física e Diabetes*. São Paulo: Editora Manole, 2003. 306 p.

GORDILLO, MM & GALBARTE JCG (2002). *Reflexões sobre a Educação Tecnológica desde o Enfoque CTS*. Revista Ibero americana de Educación, 2002, Nº28: 17-59. Biblioteca Digital da OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e A Cultura). Disponível em < <http://www.campus-oei.org/> >. Acesso em 10 Jul. 2020.

GUIMARÃES NETO, W. M.; *Coleção Musculação Total: preparação física com utilização de sobrecargas nos esportes de luta*. v. 4. Guarulhos: Phorte, 2001.

HAKKINEN, K. et al. *Neuromuscular adaptations during concurrent strength and endurance training versus strength training*. European Journal Applied Physiology, v. 89, n.1, p. 42-52, 2003.

HÜLEMMANN, K. D. *Medicina Esportiva: clínica e prática*. São Paulo: EPU, 1978, 414p.

LEITE, P. F. *Aptidão Física – Esporte e Saúde: prevenção e reabilitação de doenças cardiovasculares, metabólicas e psicossomáticas*. São Paulo: Robe Editorial, 1990. 190p.

LIMA, C. S.; PINTO, R. S.; *Cinesiologia e Musculação* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Artmed, 2007. E-Book.

MARTINO, J. P. *Technological Forecasting for Decision Making*. 2. ed., North- Holland, New York, NY, 1983.

MARTINS, C.B. *O que é sociologia*. 8.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, F. A. *Os benefícios da atividade física no envelhecimento – uma revisão literária*. Educação Física em Revista. V.5 n.1 jan/fev/mar/abr – 2011.

PACEY, A. *A Cultura da Tecnologia*. Cambridge, MA: MIT Press. 1983.

PEREIRA, M. *Academia; estrutura técnica e administrativa*. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

PEREIRA, M. M. F. *Academia estrutura técnica e administrativa*. Rio de Janeiro: Sprint, 1996. 193 p.

RODRIGUES, AMM *Por uma filosofia da tecnologia*. In: Grinspun, MPSZ (org.) *Educação Tecnológica - Desafios e Perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2001: 75-129.

SABA, F. *Aderência: À Prática do Exercício Físico em Academias*. São Paulo, Manole, 2001.

SILVA, M. *Criar e professorar um curso online: relato de experiência*. Educação online. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

VARGAS, M. Prefácio. In: Grinspun, MPSZ (org.). *Educação Tecnológica - Desafios e Perspectivas*. São Paulo: Cortez. 2001. p. 7-23.

VERASZTO, EV Projeto Teckids: *Educação Tecnológica no Ensino Fundamental*. Dissertação de Mestrado. Campinas. Faculdade de Educação. UNICAMP. 2004.

O CRESCIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E VISUAL NO ESPORTE

Carlos Alberto Rodrigues do Nascimento¹

Maria Rosilene Duarte do Nascimento²

Rita Cristiane de Oliveira Gomes³

Valéria Alves da Silva⁴

Introdução

Segundo o artigo 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, a deficiência física é uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no

¹ Especialista em Musculação e Fitness (FAR); Especialista em Recreação Escolar (FAR); Bacharel em Educação Física (UNIFAJ); Licenciado em Educação Física (FAEX); Email: carloosaalberto71@gmail.com

² Especialista em artes marciais; Graduada em educação física licenciatura; Graduada em educação física bacharelado; Professora especialista em muay thai e boxe no Sesc Fortaleza; Professora de musculação no Sesc Fortaleza; Lutadora profissional de MMA; Treinadora e líder da equipe Bravos de lutas; E-mail: rosyduarte213@gmail.com

³ Especialista em Docência do Ensino Superior – FACESMA; Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica – Falc; Psicopedagogia Clínica, institucional e hospitalar – CETREDE; Gestão e Políticas Públicas – Fak. Graduada em Licenciatura Pedagógica – UVA; Professora da rede municipal de Maracanau há 33 anos e de Fortaleza há 20 anos; Atualmente Diretora Acadêmica da Faculdade Cesma de Maracanau- FACESMA; E-mail: cristiane@facesma.com.br

⁴ Graduada em Matemática pela UVA; Especialista em Docência do Ensino Superior – KURIOS; Professora da rede estadual do estado do Ceará; Professora da Faculdade Cesma de Maracanau; E-mail: valstee.alves7@gmail.com

melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

O Censo Demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que 23,9% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência. Em especial, 7% da população residente possui uma deficiência física/motora, para a população com idade acima de 65 anos esse número sobe para 38,3% em decorrência das perdas de funcionalidade acarretadas pelo processo de envelhecimento.

O desporto adaptado surgiu como um importante meio na reabilitação física, psicológica e social para pessoas com algum tipo de deficiência, consiste em adaptações e modificações em regras, materiais, locais para as atividades possibilitando a participação das pessoas com deficiências nas diversas modalidades esportivas (DUARTE; WERNER, 1995), e também pode ser definido como esporte modificado ou especialmente criado para ir ao encontro das necessidades únicas de indivíduos com algum tipo de deficiência (GORGATTI; GORGATTI, 2005).

A oportunidade da prática desportiva para pessoas com deficiência é de extrema eficácia para a promoção da qualidade de vida das mesmas, segundo Melo e López (2002) “é a oportunidade de testar seus limites e potencialidades, prevenir as enfermidades secundárias à sua deficiência e promover a integração social do indivíduo”.

Devido à crescente demanda por adaptações no esporte, uma parcela da sociedade que até então não era incluída de maneira assíntota nas modalidades de esportes pré-existente até meados deste século, ganhou visibilidade e conseqüentemente oportunidade para se dedicar por meio da realização de modalidades esportivas adaptadas. Essa adaptação, impulsionou de forma concisa a procura massiva por parte dessa população até então desassistida aos esportes.

Embora haja esse crescimento considerável de inclusão de pessoas com deficiência no meio esportista, há também uma fração dessa população que enfrenta percalços na ascensão ao esporte, culminando desde modo a redução desse crescimento que poderia ser muito maior. Fatores como falta de transporte adaptado

para deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida, falta de investimentos em polos de atividades adaptadas e condições socioeconômicas corroboram na depreciação do respectivo aumento do quantitativo de pessoas com deficiência inserida no meio de atividades esportivas.

Dado o respectivo panorama que impacta no crescimento de pessoas com deficiência no esporte, vemos que embora haja a respectiva demanda de crescimento e um crescimento acentuado já existente, há fatores que se minimizados ou extintos possibilitaram uma maior alavancagem de crescimento desse público em atividades de esporte.

Este presente estudo tem como intuito expor a crescente procura no âmbito do esporte no que condiz com a ascensão do público que apresenta alguma deficiência. Outra vertente a ser exposta neste estudo, tem como consequência abordar as barreiras que o público com determinada deficiência enfrenta ao chegar no referido ambiente de realização da prática do esporte. Visto isso, o projeto tem como intuito mapear todas as barreiras que influem de maneira acintosa na curva de crescimento de ascensão de pessoas com deficiência no esporte, corroborando no levantamento de variáveis a ser discutida e tratada para melhor atender essas pessoas que já enfrentam diversos problemas, para que assim se tenha um melhor entendimento sobre os meios viáveis que corroborem no maior número de pessoas possíveis na prática de esporte, tendo como finalidade garantir a esse grupo um melhor serviço esportivo que influa na sua saúde, como no IDH de pessoas com deficiência.

Com essa perspectiva, faz-se necessário desenvolver uma investigação de maior profundidade com o objetivo de visualizar o quadro atual das questões de inclusão de deficientes físicos e visuais, até mesmo de outras deficiências no geral, habilitando assim a possibilidade de mitigar e prospectar soluções.

Desenvolvimento

Diante da evolução do estudo do corpo humano e da Educação Física, pôde-se desenvolver ao longo das décadas mecanismos de práticas de esporte com o intuito de melhoramento do condicionamento físico, mental e comportamental da sociedade. Contudo, embora houvesse tal desenvolvimento de pesquisa no âmbito da

realização de práticas esportivas, uma parcela da sociedade brasileira era desassistida pelas modalidades de esportes vigentes. Essa parcela é caracterizada por apresentar uma determinada deficiência que impede de tal modo a realização de atividades esportivas convencionais.

Segundo o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 46 milhões de brasileiros, cerca de 24% da população, declarou ter algum grau de dificuldade em pelo menos uma das habilidades investigadas (enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus), ou possuir deficiência mental/intelectual, física ou visual. Essa pesquisa aponta de forma incisiva que temos uma parcela enorme da população com algum determinado grau de deficiência.

Desse modo, surge o questionamento sobre as motivações da qual esta parcela da sociedade brasileira não realiza atividades físicas ou esportes apesar destas práticas serem fundamentais no desenvolvimento físico e social. A partir deste dado, demonstra-se que as limitações na inclusão de deficientes vão além de físicas, há a existência de outros percalços que dificultam o ingresso de portadores de deficiência no esporte recreativo ou profissional.

Mesmo com o crescimento do número de portadores de deficiência física ou visual no meio esportivo, é visível que os dados de crescimento desses números são provenientes de um contexto geral de uma realidade desta parte da sociedade. Os obstáculos encontrados no caminho são muito mais abrangentes que o crescimento da dimensão estatística dos dados de melhorias na inclusão dos deficientes nas práticas esportivas, perpassam várias questões sociais e psicológicas.

A aceitação psicológica é os primeiros quesitos que dificultam o ingresso dos deficientes no meio esportivo, pois as limitações físicas são motivações para o crescimento de limitações psíquicas, por gerar o sentimento de não-confiança no potencial do esporte como o pilar motivador de reabilitação. Assim, se faz necessário um acompanhamento especializado para o tratamento do deficiente. Contudo, esse acompanhamento é dificultado pelo fato de que em muitas regiões não há um trabalho realmente focado no deficiente.

A falta de uma regulamentação padronizada para a inclusão de portadores de deficiências é um dos agravantes à grande par-

cela desse grupo em não realizar atividades esportivas. Em declaração, Nádia Xavier, representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro, explica que: “Não há uma lei que garanta especificamente a inclusão das pessoas com deficiência no esporte. O que existe e beneficia o esporte paraolímpico é a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015).”

A declaração em questão demonstra a falta de incentivo legislativo para a inclusão real de deficientes no meio esportivo, o que deixa uma brecha para a descrença e desinformação por parte do deficiente. Esta falta de normatização dificulta a extensão do esporte para deficientes em padrões mais amadores, deixando apenas uma visão para muitos que o esporte só tem uma real atenção pela comissão paraolímpica.

A partir desse contexto é possível visualizar que não há um incentivo fiscal para atletas amadores portadores de deficiências para o ingresso no esporte, mostrando que o mesmo tem que buscar uma renda ou um patrocínio de terceiros para manter-se no esporte. A falta de incentivo fiscal por parte das unidades governamentais no ingresso de deficientes proporcionou um desinteresse por grande parte dessa parcela da população.

Segundo declaração da Eliane Miada,

A única coisa que entendo que seria mais próximo de recurso público é a via lei do incentivo ao esporte, onde também as empresas abrem mão do imposto de renda para uma parte dele aplicar em projetos sociais.

Assim é visível que os principais apoiadores dos deficientes visuais e físicos no desenvolvimento esportivo são organizações sem fins lucrativos ou empreendimento de grupos privados, isso de tal forma que acaba reduzindo mais ainda o ponto de ação dos deficientes no ingresso do esporte, pois o incentivo irá se limitando às parcelas que têm um melhor desenvolvimento financeiro.

As questões financeiras mostram que não é simples de um deficiente se incluir no meio esportivo. Há um desdobramento, em que o mesmo tem que se manter batendo uma meta para continuar com o patrocínio ou manter uma fonte de renda fixa por meio de um trabalho, é uma das problemáticas mais visível para o crescimento esportivo de deficientes.

Tal ideia expõe um ponto importante que proporciona o entendimento em relação a inclusão de deficientes em sua totalida-

de, pois com falta de informação acessível e investimentos diretos governamentais, regiões com maior desenvolvimento são as que possuem maiores cuidados.

Segundo Sileno Santos, Coordenador de Esportes da ADD: “No geral, o Brasil é razoável, boa em São Paulo, mas precária no nordeste e quase inexistente no norte.” Tal exposto deixa claro que o crescimento da inclusão de deficientes corresponde às regiões que têm um desenvolvimento financeiro e estrutural melhor para atender as necessidades dessa parcela da sociedade, mostra também que o crescimento em regiões com condições de desenvolvimento menores tem muitas limitações estruturais, financeiras e sociais na inclusão do deficiente.

Nesse contexto, não é difícil perceber que o primeiro contato desses portadores de deficiência, que é nas instituições de ensino, também se torna um processo com dificuldades, pois a infraestrutura muitas vezes não atende as necessidades de um deficiente na prática de esportes.

Segundo o Ministério da Educação, o crescimento de ingresso de pessoas portadoras de deficiências ao ensino, foi de 21% no ano de 2015. Contudo, mesmo com o crescimento do acesso ao ensino básico, muitas instituições de ensino não tem um real preparo para comportar um grande número de pessoas com deficiência, tendo que por sua vez fazer ajustes não-padronizados, recaindo sobre os professores.

As adaptações feitas pela às instituições de ensino baseiam-se na mobilidade ou no foco direto à aprendizagem. Contudo, o ingresso de real de um deficiente visual e físico no meio esportivo mobiliza questões como a estrutura e as metodologias de acordo com as limitações de cada caso.

A metodologia tem por desafio maior inserir um ou mais deficientes ao meio esportivo de acordo com a sua limitação diante os demais do meio, onde uma prática deve comportar tanto um deficiente quanto uma pessoa que não possua limitações. Com isto, os desafios de inclusão se tornam mais do que uma adaptação estrutural, mas sim uma modificação da forma como enxergar a pessoa com deficiência e suas necessidades.

Mediante essa situação, o desenvolvimento do profissional que cuidará das atividades de inserção do deficiente não ocorre onde em ambiente que em tese é para comportar pessoas com

esse tipo de limitação. Desse modo, o profissional vê-se em situações em que não consegue acompanhar com a devida atenção, desestimulando não só o profissional, mas também o portador de deficiência.

Como o esporte é um meio pelo qual pessoas sem deficiências aumentam sua saúde e círculo social, pessoas com deficiência devem ver da mesma forma, assim o incentivo é um fundamento básico para que pessoas com deficiência possam interessar-se por esporte e ver esse tema como um meio pelo qual possa ultrapassar seus limites, removendo os riscos de quedas em doenças psicológicas.

As motivações que embasam as dificuldades que ingresso da parcela da sociedade formada por pessoas com deficiências ao esporte encontram-se com diversos desafios ao longo da história. O progresso é constante, mas ainda não há consciência plena sobre inclusão geral de toda a população de pessoas portadoras de deficiências.

O contexto social e familiar em que o indivíduo deficiente está envolvido são grandes influenciadores ou empecilhos que fazem um deficiente não praticar algum tipo de esporte ou atividade física. A superproteção pode levar ao medo da discriminação por não ser teoricamente igual aos demais. Isso demonstra que o meio influencia as decisões das pessoas e principalmente nas portadoras de alguma deficiência que não possuem a informação acessível ou não receberam uma criação estimuladora.

Para um portador de deficiência inserir-se de fato no meio esportivo como um profissional, o mesmo precisa passar por constantes avaliações físicas e acaba sendo rodeado por profissionais e tecnologias que proporcionam um ambiente adequado para o seu desenvolvimento. Isso é possível devido aos avanços tecnológicos integrados na área da Educação Física, assim como suas metodologias. Contudo, requer manutenções que geram custos que nem todos podem arcar, tornando essa inclusão pouco acessível.

É nítido o crescimento das medidas de adaptação do meio para a aceitação de pessoas que possuem deficiência, desde de modificações estruturais em unidades de ensino ou em ambientes esportivos, ou até mesmo na alterações comportamentais da sociedade ao agregar na construção de grupos sociais de deficientes. Contudo, é possível notar percursos durante a inclusão de de-

ficiente seja no meio esportivo profissional, ou seja, em meio a atividades de rotina para manutenção da vida.

As situações que dificultam a inclusão desta parcela da sociedade têm múltiplos pontos que por muitas vezes começam com o psicológico do próprio deficiente que pode prover de travas decorrentes ao receio da aceitação ou execução da atividade devido a condição física. Tal condição agrava-se pela falta da informação sobre locais que podem proporcionar uma infraestrutura que insira o deficiente à realização de atividades, ou a ausência de informações sobre tipos de atividades que um portador de deficiência pode fazer.

A falta da promoção de informações e esclarecimentos sobre os direitos de um deficiente no quesito de inclusão no esporte é um dos primeiros percalços encontrados para a inclusão dos mesmos. De modo que mostra que o país como um todo ainda não está preparado para atender as necessidades principais como acessibilidades em sua totalidade, limitando-se em pontos estratégicos que proporcionam uma visão limitada da realidade desta parcela da sociedade.

Nesse aspecto, a falta de incentivo informativo para os deficientes em geral é uma situação que bloqueia um grande percentual desses indivíduos no esporte. Mostrando que há sempre a necessidade de um incentivo psicológico, através da propagação das informações sobre os projetos que inserem o deficiente no meio esportivo, mesmo que seja social.

As instituições de ensino têm um papel importante na formação da percepção do indivíduo. No caso de pessoas sem deficiência, para o entendimento que a inclusão de pessoas com deficiência é mais que um direito. No caso do deficiente, para prover informações pertinentes ao seu crescimento, de modo que permita ver as possibilidades em inserir-se no esporte, pela importância da saúde, profissional ou social.

Contudo, nem todas as instituições de ensino possuem um ambiente ou cultura que promova a inserção de um portador de deficiência de forma acessível no meio esportivo.

Muitas instituições de ensino, não tem estrutura especializada para ingressar deficientes no meio esportivo, assim as adaptações são por meio de mídias metodologias de acordo com a quantidade de pessoas com deficiências e sua limitação para selecionar a

qual atividade pode desempenhar. Contudo essa é uma regra para comprimento da grade curricular, onde o incentivo a prática de esporte como uma medida de reabilitação ou profissionalizante não há de fato.

De fato, o que sustenta o meio esportivo para os portadores de deficiência são instituições sem fins lucrativos, o meio privado e trabalho individual do deficiente, então é nítido que o crescimento de pessoas com deficiências depende de esforços de terceiros. O que muitas vezes ou não comporta todo o percentual de deficientes ou que dificulta o ingresso do mesmo no esporte, que por sua vez acaba desinteressando o mesmo a prática mesmo que seja social.

Nesse contexto, onde a inclusão espontânea de portadores de deficiências no esporte é dificultada de acordo com o ambiente financeiro e social, mostrando que o crescimento existe, mas requer um esforço alto para ser alcançado. Assim como os percalços constantes de superação em meio a tantos desafios, muitos deficientes acabam se desestimulando a tentar manter uma vida com foco no esporte mesmo que seja uma forma de ajudar na reabilitação.

A compressão de cada região para a importância do deficiente físico na prática de esportes é um contexto essencial para o crescimento social nas relações de pessoas portadoras de deficiências no meio esportivo. Nesse contexto, quanto menos é o foco dos membros sócias em uma determinada região menor será o crescimento de pessoas no meio esportivo, a estimulação de projetos sociais que vincule os portadores de deficiências nas regiões que têm menos incentivo proporcionará um crescimento dessa parte da sociedade.

Deste modo as motivações que fazem uma grande parte da população portadora de algum tipo de deficiência são múltiplas que se estendem desde o estado psicológico do deficiente a dificuldades impostas pelo meio ao seu redor. Assim a análise do crescimento dessa parte da população no esporte tem que ser visto não em hábito geral mas em verificações pontuais.

O crescimento constante prova que há um avanço ao longo do tempo, mas que as problemáticas que antes existiam ainda continuam, comprovando que não houve uma projeção real para o avanço, mas o mesmo é virtude do esforço dos que viram no esporte uma ferramenta de avanço pessoal. De modo que esse avanço pessoal chamou a atenção de mais pessoas e instituições que

viram como uma ótima alternativa para o desenvolvimento social investir no esporte para deficientes.

Mesmo que não haja uma lei real para que os deficientes possam ingressar de fato no meio esportivo, é necessário a compreensão da sociedade no que diz respeito à inclusão, e da mesma forma que um atleta com condicionamento normal pode executar as atividades esportivas um portador de deficiências têm condições de realizar. Desde que haja um processo de cuidado para as suas limitações, assim provando que é possível o ingresso de pessoas com deficiências podem participar de meio esportivo.

Se há a possibilidade de um deficientes participar de práticas esportivas de alta intensidade, há também a possibilidade de ver a prática mais constante em escolas, instituições esportivas ou academias, provando que mesmo com limitações é possível agregar pessoas portadoras de deficiências.

A inclusão no meio social de pessoas que têm algum tipo de deficiência consiste não somente na acessibilidade, mas na aceitação de que as limitações existem e que podem ser adaptadas. Contudo esse processo de adaptação requer um investimento na infraestrutura que ainda é muito recente, e isso é o que atrasa a evolução da situação de pessoas que possuem alguma limitação física.

Nesse contexto, a criação de projeto que atendam melhor às pessoas portadoras de deficiências independentes da região que a mesma se encontra, assim o processo de crescimento da população de deficientes no meio esportivo aumentaria de fato. Não apenas no contexto generalizado, mas em regiões pontuais que iriam abranger múltiplas pessoas.

A partir da problemática exposta, pode-se perceber que atualmente ainda há vários desafios com diferentes nuances a serem tratadas para que a inclusão de deficientes físicos e visuais no esporte ocorra. Todavia, existem aspectos em comum que assolam qualquer deficiência, região e até mesmo qualquer realidade, que são as necessidades psicológicas básicas intrínsecas do ser humano. Sendo elas, a necessidade do sentimento de pertencimento, segurança, confiança, independência, autocontrole e auto estima.

Todas essas características podem ser trabalhadas tanto em pessoas que nasceram com a deficiência quanto nas que adquiriram em algum momento de sua vida, através da Educação Física. Por meio da Educação Física, podemos iniciar o processo de cons-

ciência corporal e conseqüentemente o engajamento da pessoa com deficiência no esporte.

Com essa perspectiva em mente, faz-se necessário eleger conhecimentos sobre estratégias para adaptar as atividades de Educação Física de forma a possibilitar a inclusão de deficientes físicos e visuais.

Surgimentos das modalidades do esporte adaptado

Que a prática de esportes é fundamental para a saúde, todo mundo sabe. Para pessoas com deficiência, a prática é ainda mais importante. As diversas modalidades melhoram a condição cardiovascular de quem as pratica, aprimora a força, a agilidade, a coordenação motora, o equilíbrio e o repertório motor. Além disso, o esporte proporciona a oportunidade de sociabilização e torna quem tem deficiência independente, melhorando a autoconfiança e elevando a auto estima.

Embora seja uma modalidade recente, o esporte adaptado surgiu na primeira década do século XX, há quase 100 anos. As primeiras atividades competitivas eram voltadas a jovens com deficiência auditiva, que participavam de modalidades coletivas. Alguns anos depois, foram adaptadas atividades para jovens com deficiência visual, especialmente a natação e o atletismo. Para pessoas com deficiências físicas, o esporte foi adaptado ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando soldados voltaram para os seus países com mutilações e outras deficiências. No Brasil, a prática surgiu por volta de 1960.

O País está cada vez mais conquistando seu espaço em competições. Recentemente, nossos atletas tiveram o melhor rendimento brasi-leiro dos jogos Parapanamericanos. A delegação chegou a incríveis 257 medalhas, sendo 109 de ouro, 74 de prata e outras 74 de bronze. O segundo lugar no quadro geral, o Canadá, não chegou à metade das medalhas de ouro brasileiras, com apenas 50 conquistadas.

Existem alguns critérios na hora da adaptação da modalidade. É aconselhável que o espaço (quadra, campo, pista, etc.) seja limitado e bem sinalizado, sem qualquer tipo de obstáculo que possa dificultar a locomoção dos atletas. Os materiais utilizados também devem ser apropriados para cada tipo de modalidade e deficiência.

Além disso, algumas regras são alteradas para que atendam melhor ao perfil e às limitações de cada deficiência para que se tenha o máximo de igualdade entre os atletas.

Confira abaixo as modalidades mais usuais e melhor adaptáveis, de acordo com cada deficiência:

- Deficiência visual: atletismo, ciclismo, futebol, judô, natação, goalball, hipismo, halterofilismo e esportes de inverno.
- Deficiência auditiva: atletismo, basquetebol, ciclismo, futebol, handebol, natação, vôlei, natação, e muitas outras (quase as mesmas das pessoas sem deficiência, pois não existem grandes limitações dos deficientes auditivos).
- Deficiência física: atletismo, arco e flecha, basquetebol em cadeira de rodas, bocha, ciclismo, esgrima em cadeira de rodas, futebol para amputados e paralisados cerebrais, halterofilismo, hipismo, iatismo, natação, rugby, tênis em cadeira de rodas, tênis de mesa, voleibol sentado e para amputados e modalidades de inverno.

Estratégias de cuidados e adaptações para cegos

Para o início da atividade física com qualidade, é necessário ofertar diversas experiências em espaços, texturas e superfícies diferentes, objetivando a aprendizagem de novos conceitos sobre o ambiente e tendo em mente que isso só será possível por meio de vivências constantes.

Para compensar a ausência visual, é recomendável manter-se próximo ao deficiente com vocalizações para estimular o sistema auditivo, dar pistas para que ele possa aprender a compreender o ambiente e explorar os objetos a fim de que eles possam ser identificados.

Da mesma maneira, é primordial que seja explicado em todo momento o que está se fazendo para manter o cego ciente da situação, diminuindo o medo do desconhecido. Os sons, cheiros e sensações novos necessitam de auxílio para terem significados, sendo necessário além da explicação descritiva do que se está sendo feito uma explicação subjetiva.

A orientação espacial varia principalmente de acordo com a idade da perda da visão, quanto mais cedo à privação visual como

no desenvolvimento infantil, a influência negativa da percepção espacial é evidente.

Os esforços mentais necessários para monitorar os pontos de referência do ambiente e percepção corporal são significativamente relacionados, indicando que alguns fatores ambientais relacionados com a altura e largura são mais facilmente aprendidos quando as pessoas podem agir de forma independente. A comunicação é essencial para antecipar a ação e a mudança, como por exemplo, antes de tocá-la avisar ou orientar um degrau que está por vir.

Esses tipos de recomendações, embora simples, fazem total diferença na prática ao tentar incluir deficientes visuais nas atividades de Educação Física, pois dessa forma podemos garantir que o mesmo poderá se sentir mais confortável e seguro, e irá desenvolver as atividades propostas.

Cuidados e adaptações para cadeirantes

A prática de exercícios melhora a qualidade de vida dos cadeirantes de forma geral, pois quanto menos gordura corporal o cadeirante tiver, menos esforço precisa fazer nas transferências, isto é, sair da cadeira e passar para outros lugares. Como prática de atividades físicas haverá menos sobrecarga nas articulações. O alongamento e elasticidade também melhoram, o que facilita atividades como calçar o tênis e vestir roupas, podendo assim desenvolver mais autonomia e autoconfiança no indivíduo deficiente.

São coisas aparentemente simples, porém, se deixarmos de lado, pode ocasionar no encurtamento das fibras musculares, dos tendões, tornando realmente difícil esticar a perna, por exemplo. É muito importante trabalhar a musculatura lombar, uma região que fica muito vulnerável e que gera muitas dores. Dependendo da lesão, o cadeirante terá que fazer exercícios unilaterais. Fortalecer também a musculatura dorsal.

Na hora de executar as atividades é recomendável a utilização de uma cinta para o cadeirante poder ficar realmente firme na cadeira e não correr o risco de cair ou sofrer alguma outra lesão. O profissional de Educação Física deve sempre ter atenção à postura do seu aluno na cadeira, além de verificar se o mesmo tem executado a realização dos apoios de forma adequada, evitando assim lesões e garantindo que o objetivo da atividade possa ser cumprido.

A atividade tem que ser adaptada à realidade de cada pessoa, o primeiro passo é ensinar os movimentos de forma correta e posteriormente treinar o cadeirante com a utilização da carga.

Atividades simples como levantar objetos, simular o movimento dos remos, podem ser feitas na própria cadeira, e esse é um trabalho que ajuda no fortalecimento muscular e também no equilíbrio, além de ser de fácil adaptação.

Como consequência dos movimentos realizados, o corpo produz endorfina, isto é, o hormônio que gera sensação de bem estar e ameniza dores.

Outra função importante das atividades físicas na vida dos cadeirantes é a possibilidade de fazer novas amizades, os exercícios proporcionam a interação, principalmente em atividades coletivas. Dessa maneira, faz-se importante o profissional educador físico planejar atividades que possam promover o trabalho em equipe. Entre as diversas opções de atividades físicas para cadeirantes, as mais indicadas são aquelas que ajudam no fortalecimento de braços e tronco, pois os músculos dessas regiões são frequentemente usados no dia a dia do cadeirante. Dessa maneira, planejar atividades que trabalhem essas duas partes do corpo podem promover rápidos resultados no indivíduo cadeirante, fazendo que o mesmo possa se sentir estimulado a continuar no plano de atividades.

Os cadeirantes com mobilidade muito reduzida também podem praticar atividades físicas. No entanto, é muito importante que a prática de exercícios seja sempre acompanhada por médicos fisioterapeutas, e não somente pelo educador físico, a fim de prevenir lesões causadas por sobrecarga e deformações posturais.

Além disso, é essencial marcar uma consulta médica para avaliar a saúde antes de começar a se exercitar. As atividades começam aos poucos e evoluem gradativamente, de acordo com o ritmo e limitações de cada um.

Conclusão

Podemos concluir que promover saúde, bem-estar e qualidade de vida a indivíduos com deficiência tem se tornado uma questão cada vez mais relevante no tocante a saúde pública e equidade social.

A prática de atividades físicas nesse grupo é essencial para promover a sua inclusão no esporte, através da criação de sentimentos com base em interações sociais positivas, no qual conexões emocionais são formadas com troca de experiências entre deficientes e juntamente os demais indivíduos, podem estimular a adesão de um estilo de vida mais ativo.

As dificuldades encontradas para a inclusão, tanto em atividades físicas quanto no esporte, resultam de fatores relacionados com formação dos profissionais envolvidos, questões administrativas de recursos, família, recursos pedagógicos e estratégias de ensino.

Para mudar essa situação é necessário, entre outros aspectos, melhorias na formação básica e continuada dos professores de Educação Física, para que o mesmo não sinta demasiada dificuldade em eleger ou adaptar atividades e esportes para a inclusão de deficientes.

Um programa de educação física inclusiva pode aumentar oportunidades e o valor da mesma entre os deficientes físicos e visuais, sendo importante as informações aos pais para elucidar as oportunidades disponíveis para seus filhos, diminuindo os receios e aumentando o sucesso na prática de atividade.

O incentivo à participação nos esportes em indivíduos com deficiência visual e física também é uma oferta ao desenvolvimento das capacidades do indivíduo como um todo. Quanto mais independentes, maior acesso às atividades de vida diária, a escola, ao trabalho, ao lazer e aos contextos que garantem o bem estar íntegro do deficiente, contribuindo também para uma sociedade equitativa.

Referências

IBGE. *Pessoas com deficiência*, Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conhecaobrasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>> Acesso em: 25 de Maio de 2020.

LIMAS, Daniel. *A importância da prática esportiva para pessoas com deficiência*, VIDAMAISLIVRE. Disponível em: <<https://www.vidamaislivre.com.br/especiais/a-importancia-da-pratica-esportiva-para-pessoas-com-deficiencia/>> Acesso em: 25 de Maio de 2020.

SEMIS, Laís. *Apenas 26% das escolas públicas são acessíveis a pessoas com deficiência*, GESTAOESCO LAR. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/cont_eudo/185_1/apenas-26-das-escolas-publicas-sao-acessiveis-aos-portadores-de-deficiencia> Acesso em: 26 de Maio de 2020.

MARMELEIRA, J. F. F. et al. *Barriers to physical activity among people with* DUARTE, E.; WERNER, T. *Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências*. In: *Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância*. Rio de Janeiro: UGF, v. 3, 1995. visual impairment. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 40, n. 2, p. 197–204, 2018.

EDUCAÇÃO INFANTIL. *Como aplicar a acessibilidade na escola e qual a importância disso?* Disponível em: <<https://educacaoinfantil.aix.com.br/acessibilidade-na-escola/>> Acesso em: 27 de Maio de 2020.

PINTO, Julia. *Um panorama sobre a inclusão de pessoas deficientes no esporte*, COEXISTIR. Disponível em: <<http://coexistir.com.br/inclusao-de-pessoas-deficientes-no-esporte/>>. Acesso em: 28 de Maio de 2020.

ALONSO, Nathália; BORGES, Grasiely. *A deficiência visual e a prática de atividades físicas*, EFDEPORTES, 2012.

Decreto Legislativo, n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. (1999). *Regulamenta a Lei no 7.853*, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Acesso em 15 de outubro, 2016, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: TECNOLOGIA E QUALIDADE DE VIDA

Dayana Carolina Nascimento Alcides¹

Luane Susy Sousa Da Costa²

Aurenilda Carvalho de Sousa Gaspar³

Valéria Alves da Silva⁴

Introdução

Você está disposto a cuidar da sua saúde ou da sua doença? Para se ter uma saúde física e mental em dias o exercício físico é a melhor opção, sabe-se que a prática regular de exercícios físicos vem promover inúmeras melhorias para a saúde e as pessoas estão desejando uma vida mais saudável. O profissional de Educação Física é o meio pelo qual o indivíduo através de prescrição pode ter seu objetivo alcançado. Por essa razão, sua atuação profissional é essencial em diversos locais como academias, centros de treinamento, escolinhas de esporte, de modo a prescrever e acompanhar as atividades físicas. Visto isso, a tendência é de que a profissão continue mais ainda sendo valorizada.

E, com toda certeza, o bem-estar físico pode ser encontrado na base da qualidade de vida, levando em conta o modo como estamos vivendo, mediante a correria da modernidade, sendo assim, o investimento em uma rotina mais saudável com exercícios pode vir a trazer certo equilíbrio para inúmeros pontos. E é nesse momento que deve entrar em cena o papel relevante do profissional de Educação Física. Junto com demais profissionais, ele vem a ser

¹ Especialista em psicopedagogia clínica, institucional e hospitalar - FACESMA; Especialista em docência do ensino superior - FACESMA; Graduada em pedagogia - UVA; Professora do município de Fortaleza; E-mail : auriluciaar@gmail.com

² Especialista em psicopedagogia clínica, institucional e hospitalar - FACESMA; Especialista em docência do ensino superior - FACESMA; Graduada em pedagogia - UVA; Professora do município de Fortaleza

³ Especialista em psicopedagogia clínica, institucional e hospitalar - FACESMA; Especialista em docência do ensino superior - FACESMA; Graduada em pedagogia - UVA; Professora do município de Fortaleza

⁴ Graduada em Matemática pela UVA; Especialista em Docência do Ensino Superior - KURIOS; Professora da rede estadual do estado do Ceará; Professora da Faculdade Cesma de Maracanaú; E-mail: valstee.alves7@gmail.com

o mais indicado para orientar uma rotina de atividades que vem a incluir práticas esportivas, terapias ou musculação para se obter um estilo de vida que possibilita longevidade com felicidade e realização.

A valorização do bem-estar e da qualidade de vida vem aquecendo o mercado de trabalho para os profissionais de Educação Física. Sabe-se que seu papel vai muito além de orientação de exercícios físicos. Esse profissional promove saúde e qualidade de vida para toda uma sociedade. Ao promover a saúde mediante a prática regular de atividades físicas, é proporcionada, de modo automático, uma grande melhoria na qualidade de vida das pessoas. Esse é o motivo do profissional de Educação Física ser bastante requisitado.

A sociedade moderna está envolta por um elo tecnológico, praticamente todas as pessoas estão tomadas por quase que uma onipresença desses recursos. Vindo a ser denominada de sociedade tecnológica. Em quase todas as áreas de execução, os dispositivos de informática são encontrados, vindo a interceder e interferir nas transações, comunicações e relações interpessoais. Eles vêm fazer a transmissão de conceitos, normas e procedimentos que até algum tempo atrás não eram conhecidos por todos e hoje em dia não foram absorvidos por muitos (MATTOS, 2006).

Atualmente estão surgindo novos aplicativos para tablets e smartphones que oferecem um monitoramento do desempenho e do progresso físico e a antiga necessidade de exercício físico para um prolongamento e melhoramento da qualidade de vida. Os profissionais de Educação Física devem ter o foco nas inovações tecnológicas. Inúmeras academias têm notado que as avaliações físicas vêm se tornando mais completas e de modo individual, se diferenciando de alguns tempos atrás. Desse modo, os equipamentos tecnológicos vêm ganhando força.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) dominam o cotidiano de pessoas de diferentes idades, principalmente dos jovens, dos diversos níveis de escolaridade e classes sociais. São utilizadas no trabalho, nos serviços domésticos, na comunicação, no lazer e na educação.

Também é necessário pesquisar possíveis diferenças no envolvimento em atividades físicas e tecnológicas, nos diferentes dias da semana (dias úteis e fim de semana). Na mesma linha, outros

estudos indicam a necessidade de incluir a investigação em novas tecnologias como, por exemplo, o telefone móvel (celular), devido ao fato de que este equipamento está cada vez mais difundido entre os jovens e seus múltiplos usos podem afetar seu envolvimento em atividades físicas (MATTOS, 2006).

A sociedade moderna encontra-se envolta por um elo tecnológico, as vidas de seus constituintes são tomadas por quase que uma onipresença desses recursos. A mesma é denominada de sociedade tecnológica. Praticamente em todas as áreas de execução da atual coletividade, são encontrados dispositivos informáticos ou telemáticos intercedendo e interferindo nas transações, comunicações e relações interpessoais. Eles transmitem conceitos, normas e procedimentos que até algum tempo atrás eram desconhecidos por todos e ainda hoje não absorvidos por muitos (MATTOS, 2006).

O profissional de Educação Física tem uma formação que o capacita a preparar aulas e treinamentos adequados a seus alunos/clientes. Além de conhecer as principais estratégias apontadas pela ciência para elaboração de um treinamento físico seguro e eficaz e de aulas pedagogicamente adequadas a cada estágio do desenvolvimento dos seus alunos.

Assim, o levará ao melhor desempenho e ao melhor estado de saúde possível com o mínimo de riscos, considerando suas particularidades e sua vida. Ao contrário do que muitos pensam, o pesquisador não está somente em instituições de pesquisa ou em Faculdades. O pesquisador é aquele profissional que se depara com um desafio em uma situação de seu trabalho e sabe buscar em fontes confiáveis e científicas a possível resposta para a sua prática profissional. Assim, o papel do educador físico oferece segurança a seus alunos.

Saúde e tecnologia

Estamos no século XXI e a evolução em nosso mundo acontece diariamente, com uma velocidade impressionante. Não sabemos se estamos vivenciando uma crise tecnológica humana. Muitos amam a tecnologia, enquanto outros têm um sentimento de aversão a ela.

Sabe-se que a saúde é um dos quesitos que mais vem sofrendo devido às extremidades do avanço da tecnologia. De um lado

grandes academias que possuem equipamentos modernos que dão incentivos aos alunos para irem treinar e de outro, as clínicas de estéticas com aparelhos digamos que milagrosos prometendo um rejuvenescimento rápido.

Para muitas pessoas que afirmavam não terem tempo de frequentar uma academia, o mundo tecnológico criou as esteiras projetadas em telas de computador com acesso ao e-mail, dessa maneira não se torna mais necessário se deslocar até o prédio para os cuidados com a saúde, mas sim, muita disciplina e força de vontade.

Nosso corpo reage enviando alertas para que através dele possamos perceber o que deve ser mudado e melhorado. As famosas rugas, as gordurinhas localizadas, os cabelos brancos, tem um grande significado para nosso organismo. Ao nos depararmos com excesso de gordura na barriga, a exemplificar, significa que as veias de nosso corpo, podem estar obstruídas, vindo a aumentar o risco de infarto, contudo, criaram a lipoaspiração que de forma simples retira o externo e assim consideramos que não necessitamos ter cuidados com o interno. Inúmeras pessoas vivem de cirurgias estéticas, deixando a saúde de lado, cuidando apenas da beleza, vindo a causar enormes prejuízos para a própria qualidade de vida.

A aparente sensação de beleza e juventude faz com que muitos venham a acreditar na saúde, mas torna-se necessário compreender que a saúde e a falta de doenças não têm o mesmo significado. Utilizar dos benefícios que a tecnologia pode trazer é muito válido, mas é essencial muito mais do que apenas isso. É essencial que se tenha cuidados com o corpo e a mente, para que assim se tenha um envelhecimento saudável, porque este não se pode evitar. Podemos maquiar fingindo que não está acontecendo o envelhecimento, mas em algum momento o organismo irá dar alertas mais supérfluos e as sequelas podem ser muito dolorosas ou de certa maneira irreversíveis. O envelhecimento faz parte da vida de todos, mas torna-se optativo os cuidados e respeito à própria saúde. Devemos praticar o bom senso.

Atividade física e tecnologia

Com o passar dos anos as atividades físicas têm ganhado um espaço cada vez maior no cenário das inovações tecnológicas, de

modo que os conceitos, leis e princípios físicos têm possibilitado a inovação e criação de formas como praticar os exercícios físicos com segurança e eficácia. É através da inserção dos exercícios físicos na tecnologia que muitas pessoas estão mudando seus hábitos, para ter uma vida mais saudável, saindo do sedentarismo. Pode-se perceber que, com a evolução das tecnologias, a vida das pessoas tornou-se um estilo de vida saudável.

Essa evolução é fantástica, usufrui-se deste mesmo avanço tecnológico e ferramentas modernas em prol da nossa saúde com cada vez mais segurança. Atividades físicas podem melhorar sua saúde assim como reduzir o risco de várias doenças como: diabetes, câncer e doenças cardiovasculares, tornando possível manter uma rotina de exercícios por intermédio da tecnologia. Aplicativos cada vez mais preparados em sua função para com a saúde estão cuidadosamente encurtando a distância entre profissionais e os clientes (alunos). Com essa evolução facilita bastante para que o profissional da educação possa monitorar o comportamento da pressão arterial, frequência cardíaca, glicemia, peso corporal e outros parâmetros, ferramentas essenciais para o educador físico que monitora seus alunos e recebe estes dados para emissão e prescrições conforme o bem estar do aluno.

As tecnologias podem receber alguns adjetivos e classificações, como tecnologias da informação e comunicação (TIC), da inteligência, midiática, novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC), eletrônicas, conforme suas características. Alguns pensam em tecnologias apenas como algo novo; porém, como explica Kenski (2012), a tecnologia está nos diferentes lugares de nossa vida cotidiana e acaba se passando por natural. A autora entende como tecnologia o “conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade” (Kenski, 2012, p. 18).

A Sociedade Contemporânea encontra-se envolvida por um elo tecnológico, onde grande parte das nossas vidas são ocupadas por estes recursos onipresentes, denominada “Sociedade Tecnológica” presente em todas as áreas.

A Tecnologia Vilã, um aliado conhecido como controle remoto colabora para que as pessoas fiquem grande parte do tempo paradas e dependentes de meios tecnológicos como a televisão e os fast-foods. Com a inatividade do organismo o corpo adapta-se a

uma rotina mais lenta em decorrência disso tende-se a evolução do sedentarismo.

Outro vilão das famosas tecnologias, são os conhecidos “Aparelhos Milagrosos”, os que realizam a ginástica passiva, na qual a máquina trabalha e você descansa, não trazendo benefício à saúde, somente estético.

A rotina nas cidades grandes torna-se mais um fator indispensável para a prorrogação do problema (o sedentarismo), uma vez que os indivíduos se encontram em um ciclo vicioso em meio aos fast-foods e outras tecnologias trazendo obstáculos para a realização de hábitos mais saudáveis.

A promoção de saúde através da tecnologia

As gerações atuais estão envolvidas desde muito cedo com os avanços tecnológicos. Visto isso, alguns recursos dessa área podem a vir influenciar e incentivar a atividade física entre as novas gerações. Enquanto muitos especialistas atentam para o impacto das novidades tecnológicas na qualidade de vida populacional, muitas ofertas e variedades desses gadgets crescem constantemente.

Para os adeptos de uma vida esportiva ativa, alguns aplicativos fitness para telefones celulares vêm funcionar como um benefício a mais, oportunizando o acompanhamento da intensidade do exercício e registrar dados, a exemplificar a duração e distância percorridas. Essas informações caem muito bem para um melhor controle de indivíduos em sua prática. O automonitoramento vem a servir também como incentivo para que os treinos possam ser seguidos firmemente. Muitos encontram na tecnologia a motivação para não ficarem parados.

Hoje em dia, entre variados tipos de aplicativos, sejam gratuitos ou pagos, mediante informações de peso, idade, altura e qual tipo de atividade o indivíduo quer realizar, torna-se possível a obtenção de orientações por imagem, voz e vídeo, planilhas variadas de treinos, listas musicais para animação dos exercícios, contagem de gasto de calorias. Então, há como gerenciar toda uma jornada na academia ou em espaços abertos sem largar o celular.

Mas vale lembrar que tal praticidade não vem a dispensar de maneira alguma, uma avaliação médica, que pode vir a deter-

minar a intensidade do esforço ideal ao perfil de cada indivíduo. É muito relevante visto que os dispositivos não irão conseguir prever variadas situações de risco. Ou seja, não adianta saber a frequência cardíaca medida pelo frequencímetro se a pessoa não tiver uma orientação e notar o momento em que está extrapolando seus limites.

A procura por um profissional de Educação Física para devida orientação, também vem a somar pontos positivos dentro desse processo. Muitos aplicativos podem avaliar intensidade e volume, mas não tem a capacidade de promover a evolução do treino.

Alguns programas funcionam como uma rede que vem a unir os inúmeros adeptos de modalidades esportivas, possibilitando a troca de experiências, comparação de dados e desempenho. Há a conexão de pessoas que têm a mesma afinidade em relação a alguns exercícios, dando assim um suporte social para que venham se manterem ativas. Assim, mesmo treinando sozinhos, o indivíduo adquire incentivo de colegas de todo o mundo para que alcance e venha a ultrapassar as suas metas.

Existem diversas tecnologias que auxiliam nos treinos, entre elas:

- **Tecnologias vestíveis:** São pulseiras que fazem o monitoramento do coração, relógios que indicam distâncias e até roupas que informam sobre o trabalho muscular.
- **Smartphone:** Ponto de encontro para muitos aplicativos, desde os que fazem o acompanhamento do desempenho até os que oferecem variações de treino.
- **Pedômetro:** Acoplado no tênis ou na cintura, faz a contagem dos passos durante um treino, se baseia nos movimentos feitos. Não registra os metros percorridos.
- **Frequencímetro:** Com ele se mede os batimentos cardíacos e suas variações antes, durante e após os exercícios. É usado sempre em atividades aeróbicas.
- **Videogames ativos:** Com eles há uma combinação de malhação, suor e diversão. Podem ser de dança, inspirados em variados esportes ou se basearem em séries de exercícios.
- **Tênis com chip:** A moda ainda não pegou, mas existem calçados com chip que ajudam na contabilização das passadas ou mesmo rastreamento da localização de crianças.

Os problemas de saúde causados diretamente pela tecnologia

Hoje em dia os ambientes familiares e de lazer, bem como o ambiente de trabalho, estão todos conectados. Nos dias atuais, a utilização da tecnologia se tornou um recurso muito importante para a execução das atividades do dia-a-dia de todos os seres humanos. Apesar de a tecnologia encurtar o caminho para aproximação de muitas pessoas, seja utilizada para filtrar informações e na otimização das atividades diárias, não é aconselhado deixar ser dominado por ela. É necessário, então, ficar atento para os prejuízos que o uso em excesso de dispositivos eletrônicos como desktops, computadores, tablets e celulares podem vir a representar à saúde da população mundial. Mesmo que as ferramentas tecnológicas venham a apresentar muitos benefícios para nossa sociedade, o uso sem controle da internet pode levar a uma dependência de modo a influenciar muitas ações e comportamentos prejudiciais ao homem.

No Brasil existem inúmeras pesquisas sobre a dependência da utilização das ferramentas tecnológicas e qual a relação desse grande mal com o aparecimento de várias doenças que são causadas pelo uso excessivo do celular. Podemos dizer em termos de epidemiologia, que há uma grande preocupação da saúde pública com relação a um problema crescente, ao acréscimo da internet e a utilização problemática de dispositivos de tecnologia.

À medida que os conhecimentos dos males que são provocados pela utilização de celulares aumentam, se expande o entendimento do mecanismo responsável pela doença. O grande desafio é compreender por que o uso sem freio da tecnologia está vindo a gerar inúmeras consequências bastante graves para toda a sociedade, independentemente da idade, classe social e influência cultural.

Dentre as principais consequências, as que são mais frequentes são:

- Alteração do apetite;
- Problemas com relação ao sono;
- Ganho de estresse dentro do trabalho;
- Maior fragilidade em relação às doenças mentais;
- Problemas na vida social, pessoal e afetiva;

- Diminuição da concentração e da produtividade;
- Desempenho ruim na vida escolar e/ou acadêmica;
- Maior tendência ao desenvolvimento da ansiedade;
- Estresse em excesso e irritabilidade sem qualquer causa aparente;
- Ganho de peso e maior risco para síndromes de metabolismo.

Quais os benefícios que a tecnologia traz em uma vida

As pessoas estão buscando cada vez mais a tecnologia para auxiliar nas atividades diárias. Já existem vários equipamentos desenvolvidos para ajudar as atividades, como sensores, chips, roupas inteligentes, equipamentos que permitem observar detalhadamente os efeitos de um exercício em cada organismo, fazer o monitoramento da frequência cardíaca ou gordura corporal, entre outros benefícios. A tecnologia mudou a forma de realizar as atividades físicas, por isso é preciso conhecer e se adequar às novas opções.

Na medida certa, a atividade física reduz o risco de morte por doenças cardíacas, hipertensão e diabetes, além de ajudar no controle do peso e promove o bem-estar. Aliar os bons hábitos com os prazeres que a tecnologia proporciona é realmente um casamento perfeito. E a tecnologia vem para dar um suporte e mostrar em dados tudo que acontece durante e depois dos exercícios.

Alguns benefícios da prática regular de atividades físicas:

- Fortalecimento dos ossos e músculos;
- Melhora do condicionamento muscular e cardiorrespiratório;
- Redução do risco de doenças cardiovasculares, diabetes, osteoporose, fibromialgia, alguns cânceres, entre outras doenças;
- Melhora da saúde mental e do humor
- Redução do estresse;
- Controle da pressão arterial e níveis de açúcar no sangue;
- Melhora em quadros de depressão;
- Aumento da autoestima e da sensação de bem-estar;
- Aumento da expectativa de vida;
- Melhora da qualidade do sono;

- Controle de peso;
- Manutenção da autonomia nas atividades diárias e prevenção do risco de quedas para pessoas de terceira idade.

Hoje mais que nunca devemos colocar a tecnologia ao nosso favor, seja ela dando aula online e transmitindo conhecimento, ou até mesmo estudando. Buscar mecanismos e fazer diferente pois as coisas estão acontecendo tudo muito rápido. Com a pandemia veio o isolamento, todo o mundo teve que mudar totalmente o modo de viver e com isso usar de ferramentas para facilitar o trabalho, e a tecnologia auxilia bastante na questão da divulgação de informações. Sendo assim podendo trabalhar tanto a saúde mental como o aspecto físico do indivíduo que sem dúvida tem uma ligação fundamental, sem falar no entretenimento que traz a sensação de bem estar e tranquilidade em tempos difíceis.

A importância da avaliação física para a prescrição de exercícios

A Avaliação Física é de grande importância para a prescrição de treinamentos eficientes. Através dela o profissional de Educação Física poderá conhecer melhor o seu aluno e assim detectar possíveis patologias, dentre outros conhecimentos. Ressaltando que somos indivíduos únicos, o treino deve ser personalizado respeitando a individualidade de cada ser. Após a avaliação física completa o profissional estará apto para montar uma planilha de treino de acordo com as necessidades, objetivos e limitações do seu cliente/aluno.

Uma boa avaliação física deve conter:

- **ANAMNESE:** Perguntas para identificar histórico esportivo e pessoal; problemas de saúde; restrições médicas e medicamentos utilizados; e os objetivos do praticante.
- **MEDIDAS CIRCUNFERENCIAIS:** Feitas com uma trena antropométrica, medimos as circunferências de membros superiores, tronco e membros inferiores.
- **COMPOSIÇÃO CORPORAL:** Verificamos o peso e a altura atuais e detectamos o percentual de gordura, peso de gordura, peso de massa muscular, peso ideal e índice de massa corporal (IMC).

- **ANÁLISE POSTURAL:** Através de quatro posições, analisamos e indicamos desvios posturais que podem interferir no treinamento e na vida cotidiana da pessoa, e indicamos exercícios para melhorar a postura do avaliado.
- **TESTE DE FLEXIBILIDADE:** Podemos medir, por meio de testes adicionais, os níveis de flexibilidade e amplitude articular das principais articulações e alongamento da musculatura.
- **TESTES DE FORÇA:** Utilizamos teste abdominal e de flexões de braços para verificar possíveis pontos de dores que possam limitar a realização correta dos exercícios.
- **TESTE CARDIORRESPIRATÓRIO:** Pode ser feito de maneira direta, através do teste físico, ou de maneira indireta, calculada por fórmulas. Determinamos a frequência cardíaca máxima e todos os limites de treinamento, além de verificar a pressão arterial durante o esforço e o nível de esforço muscular de membros inferiores.

Os resultados são percebidos quando há uma comparação da avaliação física do início do treinamento com a avaliação após um tempo determinado. A avaliação física é sinônimo de segurança e bons resultados.

Tecnologia: vilã ou aliada?

Por muito tempo, a tecnologia foi vista como vilã diante das atividades físicas. Em geral, havia uma constante a associação entre evolução tecnológica e aumento do sedentarismo. Entretanto, a disseminação de aplicativos de treino, equipamentos de monitoramento e ferramentas de realidade virtual ajudou a criar novos paradigmas.

Hoje não restam dúvidas quanto aos benefícios que a tecnologia pode oferecer a atletas e iniciantes, o que vale para os mais variados esportes. Além disso, deve-se considerar a onda de envolvimento das novas gerações, nascidas imersas no ambiente digital. Um exemplo disso são os videogames interativos, que servem como incentivo para crianças criarem rotinas mais movimentadas.

A tecnologia nas atividades físicas começou há mais de três décadas, com os dispositivos de monitoramento cardíaco – frequencímetros. Logo depois veio os smartphones com uma série de aplicativos capazes de monitorar informações sobre a intensidade do exercício e seu impacto no organismo.

O celular se tornou parte do uniforme de treino de muita gente – seja em atividades solitárias ao ar livre ou em treinos dentro de academias. Apesar da praticidade oferecida pela tecnologia, é fundamental que um profissional de educação física acompanhe a prática dos exercícios e o aplicativo venha a ser apenas um suporte para verificar resultados e acompanhar seu desenvolvimento nos treinos.

Algumas ferramentas tecnológicas que são utilizadas em atividades físicas: Tecnologias vestíveis: pulseiras, relógios, tênis e roupas capazes de indicar informações de desempenho.

- Smartphone: uma série de aplicativos móveis ajudam no incentivo, monitoramento e organização dos treinos.
- Frequencímetro: utilizado em atividades aeróbicas para medir batimentos cardíacos e suas variações.
- Videogames ativos: alternativa para dar uma rotina mais dinâmica para crianças e idosos.
- Realidade virtual: o usuário pode realizar exercícios imerso em diversos ambientes virtuais sem sair da academia.

É necessária sempre uma consulta a um profissional. É importante lembrar que mesmo com toda tecnologia disponível, é indispensável uma avaliação médica, capaz de determinar a intensidade do treino para cada pessoa. Procurar orientação de um professor de educação física também é importante. Os aplicativos são ótimos aliados, mas nunca vão substituir um profissional.

Essa é apenas uma pequena parte do que realmente temos de tecnologia no mercado, sem dúvidas usando de forma inteligente e com suporte de um profissional de educação para acompanhar os exercícios e orientar de maneira correta, e pelo aplicativo você acompanhar toda sua evolução dos treinos é sem dúvidas fundamental.

Mas, além de tudo, a tecnologia pode ajudar também na hora de cuidar da saúde e manter a boa forma física. A cada segundo a

tecnologia avança e graças a ela a vida das pessoas está se tornando mais simples. Hoje é difícil imaginar a vida sem um celular ou um controle remoto

Sem dúvidas a tecnologia a cada dia vem ajudando as pessoas na questão da prática de exercícios, com vários aplicativos auxiliando no monitorando dos exercícios, a tecnologia só passa a ser vilã quando não sabemos utilizar de forma correta e inteligente, ela sempre em que ser um suporte e não o centro de todas as ações.

Conclusão

Os avanços da tecnologia, vem a exercer várias influências sobre a qualidade de vida da sociedade atual, mediante estímulos à atividade física ou a falta dela. A inserção tecnológica pode ou não vir a tornar-se favorável.

A tecnologia está alterando a cada dia a forma como vivemos ao trocar a força pela mecânica, vindo a estimular a falta de atividade física e tirando o prestígio de se movimentar no dia-a-dia. Com isso percebe-se o aparecimento de um mercado voltado à atividade física. Contudo, junto a isso os avanços tecnológicos estão apropriando-se da prática, sugerindo outras necessidades ou soluções mediante produtos que prometem a facilitação da prática.

Porém, por outro lado, há a conclusão de que tais avanços não dão estímulo à prática de pessoas que são sedentárias. Ao contrário, ela vem facilitar a vida de modo que se ofereça opções onde não há esforço físico e, mediante os meios de comunicação estão promovendo consumo inativo das atividades físicas espetáculo. Para a apreciação da atividade física dentro de nossa sociedade, não precisa ser praticante, basta ser espectador conectado aos produtos ligados a este mercado.

Torna-se um grande desafio para os profissionais de Educação Física e de saúde, vir a promover equilíbrio entre consumo passivo (espectador) e a prática da atividade física. Com o avanço da tecnologia, faz-se necessário a promoção e divulgação que venha a incentivar, trazendo oportunidades para a prática de atividade física, com o intuito de combater o sedentarismo, colaborando, mesmo que parcialmente, com um dos aspectos que influencia a qualidade de vida.

Referências

EDUCAÇÃO FÍSICA, SAÚDE E TECNOLOGIA, Disponível em: <<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao-fisica/saude-etecnologia/19899>>. Acesso em: 05 de junho de 2020.

HOSPITAL SANTAMÔNICA, Disponível em: <https://hospitalsantamonica.com.br/usoexcessivo-de-internet-e-celular-pode-causar-danos-ao-cerebro-similares-ao-de-cocaina/>. Acesso em: 05 de junho de 2020.

MATTOS, A. D. et al. Atividade física na sociedade tecnológica. Ef-deportes: Revista digital, Buenos Aires, v. 10, n. 94, p. 1, mar. 2006.

O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COMO PROMOTOR DE SAÚDE, Disponível em: <<https://www.unirios.edu.br/noticias/4830/o-profissional-de-educacao-fisica-comopromotor-da-qualidade-de-vida>>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

SAÚDE, Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/fitness/use-a-tecnologia-a-favor-damalhao/>>. Acesso em: 05 de junho de 2020.

BODY SHAPE ACADEMIA: UMA BOA AVALIAÇÃO FÍSICA DEVE CONTER: ANAMNESE. Disponível em: <<https://m.facebook.com/bodyshapeacademiaoficial/posts/1175557425824579>>. Acesso em :10 de junho de 2020.

KENSKI, V.M. *Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação*. 8 ed. Campinas, SP : Papirus, 2012.

TRABALHAR A QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO ATRAVÉS DA CAPOTERAPIA

Francisco Júlio Sales¹
 Rita Cristiane de Oliveira Gomes²
 Valéria Alves da Silva³

Introdução

A Capoterapia é uma terapia opcional em que se usam elementos da capoeira adaptada voltada para indivíduos que não tem nenhum hábito de atividades físicas ou esportivas, respeitando as condições físicas, as potencialidades, os limites e as características psicológicas particulares de cada praticante.

Pode-se entender que a Capoterapia é uma adaptação da Capoeira, que contém todos os seus elementos, todavia não vem a trazer as técnicas, bem como o rigor que lhe é comum, contudo trás a leveza, a tranquilidade bem como os aspectos lúdicos que vem a cativar e atrair os que a praticam, visto que ela é uma manifestação artística que vem a englobar, por imediato, em apenas uma atividade, diferentes elementos que não são encontrados juntos em qualquer outra forma de manifestação artística. Ela vem a trabalhar a sensibilidade, o intelecto e a afetividade mediante o mais essencial referencial de vida do homem que é o seu próprio corpo. De acordo com Lima (2009), a Capoterapia se define como sendo uma modalidade lúdica que contém movimentos adaptados mediante a

¹ Graduado em Educação Física – FAEX; Bacharel em Educação Física – UNIFAJ; Pós Graduado MBA Executivo em Gestão de Academias, Fitness e Wellness – FACESMA; Personal Trainer na Academia Universu’s Fitness em Palmácia/CE; Orientador Social dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Município de Palmácia/CE; Monitor de Capoeira do Grupo CAMANGÚLA no Município de Palmácia/CE;

E-mail: juliosalespirata@gmail.com

² Especialista em Docência do Ensino Superior – FACESMA; Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica – Falc; Psicopedagogia Clínica, institucional e hospitalar – CETREDE; Gestão e Políticas Públicas – Fak. Graduada em Licenciatura Pedagogia – UVA; Professora da rede municipal de Maracanaú há 33 anos e de Fortaleza há 20 anos; Atualmente Diretora Acadêmica da Faculdade Cesma de Maracanaú-FACESMA; E-mail: cristiane@facesma.com.br

³ Graduada em Matemática pela UVA; Especialista em Docência do Ensino Superior – KURIOS; Professora da rede estadual do estado do Ceará; Professora da Faculdade Cesma de Maracanaú; E-mail: valstee.alves7@gmail.com

gestualidade da Capoeira. De forma a respeitar o ritmo e a intensidade apropriada ao público que a pratica. Os elementos de Capoeira usados para a composição da atividade são: a ginga, as noções básicas da esquivada, as cantigas de Capoeira, a roda e a ausência de saltos e golpes mais profundos.

São adquiridos mediante cada um idoso de acordo com suas necessidades, limitações e potencialidades, e na Capoterapia encontramos também praticantes com necessidades especiais, os mesmos também aprendem a superação de seus limites físicos com a utilização de movimentos e ritmos que vem a estimular a sua coordenação psicomotora. Conhecendo assim com uma maior proximidade inúmeras pessoas com diferentes graus de limitações, de maneira a ajudá-las e também serem ajudados e a conhecerem a história, dentre outras expectativas, combatendo assim a discriminação, vindo a superar preconceitos e ganhar assim uma melhor convivência.

Nota-se que na prática de atividades físicas, essencial em todas as etapas da vida, como uma ferramenta na melhora da qualidade de vida na terceira idade, visto que ela vem a ajudar a melhorar a aptidão física e a saúde, bem como a manutenção de massa muscular, vindo a possibilitar ao idoso praticante uma maior autonomia funcional bem como a realização de atividades do cotidiano (LACOURT; MARINI, 2006).

A Capoterapia vem a ajudar a todos os indivíduos que a praticam a terem mais funções das percepções visuais e auditivas, estimuladas, bem como a coordenação motora fina, mediante palmas, a utilização de instrumentos e músicas da capoeira em atividades completamente lúdicas.

Todos os elementos da Capoterapia tem uma grande importância para o corpo, a saúde e a mente, ajudando também os idosos a se tornarem mais felizes, produtivos e com uma melhor qualidade de vida.

Isso se torna muito cativante para os professores de Capoeira, pois não é somente uma brincadeira para idosos e sim um enorme trabalho voltado para eles, e em cada vivência o professor percebe que é útil para eles bem como eles ao professor.

A população de idosos vem aumentando de forma significativa no mundo. Estima-se que a cada dez brasileiros, um venha a ter sessenta anos ou mais, sendo que esta proporção no ano de 2050

irá atingir um a cada cinco brasileiros. Esse grande aumento se deve principalmente aos avanços da tecnologia bem como às melhorias nas condições de saúde, refletindo assim na diminuição da mortalidade da população idosa, e também no aumento da longevidade por conta da implementação de políticas bem como incentivos dentro da área da saúde e descobertas tecnológicas.

Ao analisar os benefícios da Capoterapia para os idosos, percebe-se que onde há Capoterapia tem um avanço significativo na parte da flexibilidade, na capacidade de realizar tarefas, no equilíbrio, na agilidade, e não podemos esquecer a autoestima. Dessa forma, notamos que a Capoterapia trás resultados satisfatórios para seus praticantes.

As vivências de lazer vem a constituir um essencial elemento da Capoterapia, em que o idoso vai sentir prazer e satisfação, contribuindo dessa maneira para a melhoria na qualidade de vida (PRAZERES *et al.*, 2016).

Envelhecimento

A população de idosos vem aumentando de forma significativa no mundo. Estima-se que a cada dez brasileiros, um venha a ter sessenta anos ou mais, sendo que esta proporção no ano de 2050 irá atingir um a cada cinco brasileiros.

Esse grande aumento se deve principalmente aos avanços da tecnologia bem como as melhorias nas condições de saúde, refletindo assim na diminuição da mortalidade da população idosa, e também no aumento da longevidade por conta da implementação de políticas bem como incentivos dentro da área da saúde e descobertas tecnológicas (WICHMANN, *et al.*, 2013; BATISTA; VIEIRA; SILVA, 2012).

Segundo Sobreira e Oliveira (2011), no crescimento da população idosa, o sexo feminino teve uma maior expansão em relação ao sexo masculino.

Isso se deve aos fatores biológicos e também às diferenças de exposição aos fatores de risco da mortalidade.

Os autores enfatizam que o processo de mudança demográfica da população do mundo levou a uma reorganização com os cuidados e assistência em relação à saúde da população de idosos, tendo em âmbito individual, familiar, comunitário ou social.

Esse processo faz com que a sociedade venha a se adequar a essas mudanças de maneira a garantir ao idoso um envelhecimento saudável. As mudanças orgânicas vêm a ocasionar inúmeras mudanças anatômicas e funcionais, vindo a tornar o idoso vulnerável às morbidades crônicas, incapacitantes e que dependem de cuidados especiais e de alto valor, vindo a caracterizar um processo de transição epidemiológica que abrange transformações demográficas, sociais, econômicas, psicológicas e culturais (BORGES *et al.*, 2008).

Dentro desse contexto de modificações e mudanças que ocorrem no processo de envelhecimento, o bem-estar torna-se um fator primordial para uma velhice. Bem sucedida, pois vem a se relacionar com a capacidade de aceitação das mudanças fisiológicas e funcionais, comuns do processo biológico, cabendo dessa forma ao indivíduo o discernimento de compreender que o envelhecimento não é voltado somente às doenças e delimitações, e sim a um bem-estar físico, psicológico e social (MENESES *et al.*, 2013).

Para Meneses e Lopes (2012) torna-se necessário a desvinculação da concepção de idoso problemático, inútil e doente e projetar a imagem do idoso saudável e com sabedoria, destacando o cuidado que não deve se limitar ao técnico, e sim o envolvimento de sentimentos e emoções no ato de cuidar.

Segundo Hott e Pires (2011) é essencial difundir estratégias de promoção de envelhecimento ativo, promoção da saúde, manutenção da autonomia e valorização das redes de suporte social, procurando engajamento profissional no cuidado integral e multidisciplinar, visando uma melhor qualidade de vida.

Dessa forma, há a necessidade de inserção do idoso em campos de socialização, ocupação, participação e convívio com as outras gerações. Dentro dessa concepção, os centros de convivência são uma fonte de intensa interação, troca de experiências, conhecimentos, resgate de autonomia, melhora da autoestima e qualidade de vida, senso de humor e inclusão social.

Nos últimos anos, o Brasil registrou uma diminuição significativa na participação da população com faixa etária de idade até os 25 anos e ganho no número de idosos. E a diferença é a mais clara se for comparar as populações de faixa etária de até 4 anos de idade e acima dos 65 anos. No ano de 2010, segundo o Censo Demo-

gráfico, o país tinha 13,8 milhões de crianças de faixa etária de até 4 anos e 14 milhões de pessoas acima de 65 anos.

De acordo com Instituto Brasileiro Geográfico e Estatística (IBGE), apresenta os primeiros resultados gerais do último recenseamento. Alguns números apresentados de forma preliminar no mês de novembro do ano de 2010 foram ajustados, exemplificando o total da população com a inclusão das estimativas da população das residências fechadas no período de coleta de dados.

Segundo o IBGE, o grupo de crianças de 0 a 4 anos de idade do sexo masculino, apenas a exemplificar, vinha a representar 5,7% de toda a população no ano de 1991, enquanto o do sexo feminino representava 5,5% no ano de 2000, estes percentuais diminuíram para 4,9% e 4,7%, chegando a 3,7% e 3,6% no ano de 2010. Enquanto isso, a participação relativa da população com 65 anos ou mais só cresce, que no ano de 1991 era de 4,8%, passando no ano de 2000 a 5,9% e chegando em 2010 a 7,4%.

No ano de 1991, o grupo de idade de 0 a 15 anos vinha a representar 34,7% da população. Já em 2010 esses números caíram para 24,1%. Já entre a população acima de 65 anos vinha a corresponder no ano de 1991, a 4,8% da população, passando para 7,4% em 2010. “Isso significa que há menos crianças e adolescentes no Brasil do que há 10 anos e a população de idosos cresceu”, aponta Fernando Albuquerque, gerente da Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE.

O Brasil, de acordo com o censo 2010, tem 45.932.295 pessoas entre 0 a 14 anos, 34.235.060 pessoas entre 15 e 24 anos, 46.737.506 pessoas entre 25 e 39 anos, 39.983.120 pessoas entre 40 e 54 anos, 14.785.338 pessoas entre 55 a 64 anos e 14.081.480 pessoas com mais de 65 anos de idade.

A Região Norte, mesmo diante do contínuo envelhecimento, ainda vem a apresentar, de acordo com o IBGE, uma estrutura claramente jovem. A população de crianças com menos de 5 anos dessa região era no ano de 1991 de 14,3% em 1991, caindo para 12,7% no ano de 2000, vindo a chegar a 9,8% em 2010. Já a proporção de idosos na população foi de 3% no ano de 1991 para 3,6% em 2000, e para 4,6% no ano de 2010.

As Regiões Sul e Sudeste são as mais envelhecidas do Brasil, sendo que as duas tinham no ano de 2010, um contingente de pes-

soas idosas com 65 anos ou mais, num total de 8,1%. Neste ano, a população de crianças abaixo de 5 anos era de 6,5% no Sudeste e de 6,4% no Sul.

Já na Região Centro-Oeste, há uma estrutura de idade parecida com a média nacional. O percentual de crianças menores de 5 anos no ano de 2010 chegou a 7,6%, percentual que era de 11,5% e 9,8% nos anos de 1991 e 2000 respectivamente. A população de idosos cresceu, passando de 3,3% no ano de 1991 para 4,3% no ano de 2000 e 5,8% no ano de 2010. Na região Nordeste a Paraíba apresenta a maior proporção de idosos por 100 jovens, num total de 47,9% de idosos para cada 100 jovens entre 0 e 15 anos, seguido do Rio Grande do Norte com 44%, o índice menor na Região Nordeste fica com o estado de Maranhão e Piauí com 27,9%, idosos por 100 jovens. As mulheres octogenárias são a grande maioria na Região Nordeste, 63,9%, um padrão que é repetido pelas suas UF. Há uma estimativa de que no ano de 2050, haverá 2 bilhões de idosos em todo o mundo e, dentro desse mesmo ano em nosso país, as projeções apontam para mais de 5 milhões de homens e aproximadamente 9 milhões de mulheres com 80 anos ou mais (IBGE). No entanto tornam-se necessárias políticas públicas de maneira efetiva de cuidado e atenção voltados a esse grupo de população que vem aumentando em proporções consideráveis, de modo especial em regiões com problemas socioeconômicos onde há a demanda por recursos voltados à competição de inúmeros grupos populacionais.

Como iniciou a Capoterapia

No ano de 1983, deu-se início um projeto (iniciar a Capoeira), cujo objetivo desse projeto era a demonstração de que a Capoeira poderia vir a ser praticada por todos os segmentos da sociedade, podendo ser um ótimo instrumento da exclusão social. Esse projeto de dar início à Capoeira surgiu em Brasília, vindo a conquistar inúmeros prêmios do “Criança Esperança”, da rede globo, da UNICEF considerado como o melhor trabalho desenvolvido no Brasil, vindo a atingir cerca de 233 municípios, chegando a atender 48.000 crianças, mas infelizmente o mesmo não chegou a ser implantado em Brasília, onde se deu início ao projeto, Brasília sempre teve muitas dificuldades para a implantação de projetos sociais, por motivo de ela ter suas peculiaridades públicas, não tendo prefei-

tos mas sim administradores dentro de seus municípios satélites (GILVAN ALVES, 1999).

No ano de 1998, um projeto denominado de “Capoeira para todos”, tendo como objetivo a demonstração de que a Capoeira poderia vir a ser praticada por todas as pessoas, desde as crianças aos idosos, envolvendo adolescentes, idosos, cadeirantes, pessoas paraplégicas, portadores da Síndrome de Down, deficientes mentais, auditivos e visuais. A Capoeira poderia chegar até um berçário, vindo a fazer a diferença para crianças que tinham nascido recentemente, dessa forma foi feito, neste referido ano, foram convocados todos os capoeiristas de Brasília, fazendo um enorme mutirão, sendo uma parceria com o Banco de Brasília, em que o projeto já tinha aprovação da instituição.

Segundo Gilvan Alves (1999), “os mestres de Capoeira daquela época não viam a arte dessa forma, eles achavam que a Capoeira não poderia ser assim, que a Capoeira não poderia se tornar popular, dessa maneira, a Capoeira chegar a todos os segmentos da sociedade”. Eles consideravam que a Capoeira deveria ser mostrada, mas que uma minoria de pessoas poderiam se tornar praticantes da Capoeira, aqueles movimentos altos, de giro, saltos etc. Infelizmente os mestres da época fizeram bastantes críticas ao levar a Capoeira aos berços.

Em 1999, o projeto em que eram pra serem atendidas 20.000 pessoas que nunca tinham praticado a Capoeira, mas em um ano foram atendidas 47.000 pessoas, sendo o melhor projeto da época para a Capoeira, juntamente com a parceria de uma enorme instituição bancária (GILVAN ALVES, 1999).

No referido ano iniciou-se um trabalho no centro de saúde por vontade própria, lá não eram praticadas atividades físicas, havia um encontro para os idosos uma vez por semana, sendo que foi notado que o centro não percebia a importância da atividade física para os idosos ou simplesmente não tinham essa visão. Ao chegar lá para oferecer uma aula com ótima qualidade de vida, o mestre não poderia mencionar que iria oferecer a Capoeira porque eles não a aceitavam (GILVAN ALVES, 1999).

Neste mesmo dia todos os idosos foram reunidos, principalmente aqueles com problemas de saúde como hipertensão, diabetes, dentre outras doenças. Estavam todos em uma enorme roda, acomodados em cadeiras e a enfermeira chefe anunciou o Mestre

Gilvan, falando da palestra que ele estava ali para dar, o mesmo pegou seu material para vir a melhorar a palestra, em o objeto era o berimbau. Iniciando a tocar o instrumento, os idosos começaram a bater palmas, se movimentando e realizando movimentos de forma aleatória, passando 5 minutos, 10, 15, quanto mais o faziam, mas queriam, relatando ser a melhor reunião que haviam participado (GILVAN ALVES, 1999).

Segundo Gilvan Alves (1999), o centro de saúde foi avisando para inúmeros outros centros, que havia uma pessoa que estava realizando um trabalho para os idosos, nessa época sua agenda ficou lotada, chegando a ministrar aula em condomínios, associações e confraternizações. Iniciou assim um Abaixo Assinado para que voltasse o Projeto “Capoeira para todos”, como na época como o mesmo fazia um trabalho diferente com os idosos, sem ter técnica alguma, apenas com a vontade, foi feita uma pesquisa sobre o nome Capoterapia, não encontrando nada sobre o referido nome, surgindo assim o nome Capoterapia.

Neste mesmo ano deu-se início a um grande trabalho com idosos em várias instituições, em que se trabalhavam apenas com baralhos, dominós, xadrez e outros, mas não tinha nenhum tipo de atividade física. Começaram a trazer outros segmentos como a massagem, tia chuan e vários outros, mostrando assim a grande relevância da atividade física para os idosos. (GILVAN ALVES, 1999)

Mediante a Capoterapia dentro da Universidade Católica de Brasília, foi patenteado o nome sob orientação de diversos profissionais de Educação Física em que os mesmos citaram: “Você criou uma coisa genuinamente brasileira, que a Educação Física já vinha buscando a centenas de anos, uma coisa nossa, brasileira, que é a Capoterapia (GILVAN ALVES, 1999).

O que é Capoterapia

A Capoterapia é uma terapia alternativa em que se usam elementos da Capoeira de forma adaptada, para pessoas que não têm o hábito de praticar atividades físicas ou esportivas, respeitando sempre as condições físicas, as suas potencialidades, seus limites e as características psicológicas particulares de cada praticante.

As sessões de Capoterapia são seguidas de músicas, palmas e movimentos dentro de um ritmo, em que os que a praticam são

coordenados pelo mestre criando um ambiente de descontração e motivador dos movimentos dentro de atmosfera lúdica.

Inúmeras dinâmicas adaptadas e apropriadas com trocas de conhecimentos, isso porque é utilizadas juntamente com o berimbau, várias cantigas das épocas deles e também algumas mais atuais, podendo tomarmos como exemplo: a pulga, e percevejo, Olê mulher rendeira, Ciranda cirandinha, dentre muitas outras.

Existem hoje inúmeras dinâmicas dentro da Capoterapia, criadas com a própria ajuda deles, Mestre Gilvan afirma que a Capoterapia ainda não está pronta, ela ainda está sendo trabalhada com vários capoterapeutas, sendo que hoje se encontra em 170.000 municípios vindo a atender mais de 30.000 idosos no Brasil, sendo que o público de 50.000 idosos foi alcançado em 2018.

Como a Capoterapia é oferecida

A Capoterapia é ofertada aos que a praticam, mediante programas e projetos sociais, juntamente com parcerias como o Governo Federal, Estadual, Municipal, Associações, Sindicatos e também Organizações Sociais.

Hoje em dia a Capoterapia tornou-se mundialmente conhecida, sendo que o seu nome tem marca registrada sob o nº 828448773 junto ao INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). Assim sendo, qualquer programa, projeto, atividades e eventos só podem vir a ser exercidos com uma autorização expressa do proprietário da marca, o Instituto Ladainha – IL.

Sistema oficial de graduação e lenços

1ª Lenço cinza

O tempo de prática é em média de 0 a 1 ano calouro/iniciante. Vem a simbolizar o início na prática da Capoterapia e adaptação no sistema, estando dessa forma prontos para um novo aprendizado.

2ª Lenço verde

O tempo de prática é em média de 1 a 2 anos . Vem a refletir a participação, adaptabilidade, generosidade e cooperação. Esse estágio vem atenuar as emoções, facilitando o raciocínio correto, ampliando a consciência e a compreensão.

3ª Lenço amarelo

O tempo de prática é em média de 2 a 3 anos. O amarelo é compreensivo e inspirador; ele refulge e também ilumina e, em sua vibração mais positiva, essa cor vem a corresponder ao conhecimento e à sabedoria.

4ª Lenço azul

O tempo de prática é em média de 3 a 4 anos. Este estágio traz uma vibração constante que não subjuga ou perturba de maneira alguma.

5ª Lenço verde/amarelo

O tempo de prática é em média de 4 a 5 anos. Significa a grandeza percorrida e o caminho a ser percorrido. Perseverança e determinação são destaques nessa graduação.

6ª Lenço verde/azul

O tempo de prática é em média de 5 a 6 anos. Força e determinação são seus significados marcantes.

7ª Lenço amarelo/azul

O tempo de prática é em média de 6 à 7 anos. Vem simbolizar a firmeza de todo o praticante na adaptação de variadas situações.

8ª Lenço verde/amarelo/azul

O tempo de prática é em média de 7 à 8 anos. Vem simbolizar a Experiência e Motivação.

9ª Lenço verde/branco

O tempo de prática é em média de 8 à 9 anos. Significa estar preparado para motivar e divulgar os resultados da Capoterapia em todos os aspectos.

10ª Lenço amarelo/branco

O tempo de prática é em média de 9 à 10 anos. Dedicção, reverência, gratidão e comprometimento, são as principais características dadas a este estágio, cujo empenho é a expressão do idealismo em sua forma mais pura.

11ª Lenço azul/branco

O tempo de prática é em média de 10 à 11 anos. Momento de passar experiências e conquistas alcançadas.

12ª Lenço branco

O tempo de prática é em média de 11 à 12 anos. Pode vir a atuar como ministrante de vivências bem como auxiliar em cursos teóricos de Capoterapia, relatando experiências e resultados alcançados.

13ª Lenço branco com ponta bronze

O tempo de prática é em média de 12 à 13 anos. O portador da graduação é formador de opinião ministrante, facilitador, palestrante, conselheiro, multiplicador e formador de opinião nas conferências, referência da Capoterapia.

14ª Lenço branco ponta prata

O tempo de prática é em média de 14 anos. Este estágio é muito importante, e traz consigo um grau elevado de compreensão e maturidade, em consequência da sua passagem por todas as outras cores.

15ª Lenço branco ponta ouro

O tempo de prática é em média de 15 anos.

Torna-se importante ressaltar que os lenços só poderão serem fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Capoterapia sendo que a troca de graduação ou lenços se dará de forma anual com a participação de seus familiares, amigos bem como autoridades.

Benefícios da Capoterapia

A prática da Capoterapia vem gerar um grande aumento na produção de endorfina (substância produzida pelo nosso próprio corpo), vindo a diminuir o efeito analgésico, excitante e tranquilizante, de forma que sempre é estimulada a constante prática de exercícios.

Diferentemente dos demais esportes anaeróbicos, além da hipertrofia muscular, associado a isso, a prática regular da Capote-

rapia devolve a flexibilidade, o alongamento da musculatura, trazendo agilidade ao que a prática.

Estes benefícios vêm colaborar com o SUS (Sistema Único de Saúde), diminuindo dessa maneira as filas em hospitais, postos de saúde, vindo também a diminuir a medicação tomada pelo idoso, visto que com a Capoterapia os idosos tendem a terem uma melhor qualidade de vida.

A importância da Capoterapia no Brasil

Antigamente era conhecida como terceira idade, hoje em dia muitos dizem ser a melhor idade ou a turma dos mais vividos, enfim a forma como é conhecida não importa, o que devemos saber é que os idosos têm que ser respeitados, e a Capoterapia tem vantagens para todos da sociedade, inclusive para as cidades e estados.

Assim, se a Capoterapia for acrescentada nos municípios e estados, ela pode vir a trazer um retorno satisfatório, hoje a Capoterapia está mostrando essa realidade dentro dos locais em que ela está inserida. A Capoterapia é uma autoestima, sendo um programa que não envolve somente atividades físicas, ela traz um turismo social, dela se pode tirar o artesanato, teatro, dança, dentre outros.

A Capoterapia está sendo um dos programas que está tendo um dos melhores resultados satisfatórios no Brasil. Hoje, inúmeras pessoas se deslocam para Brasília para estarem fazendo o curso, adquirindo experiência, em que muitos são acolhidos por seus municípios. Tem-se também diversos seguidores de outros países que vêm para pegar experiência, chegando a mais de 20 mil seguidores de outros países. Hoje o Brasil conta com mais de 150.000 profissionais que são multiplicadores do programa.

O programa da Capoterapia não se volta somente ao capoeirista, nos dias atuais temos muitos fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, educadores físicos que estão ministrando aulas de Capoterapia. A Capoterapia está fazendo parte dos oito objetivos do milênio, os “ODM”, a Capoterapia contribui com uma nota 7 (na qualidade de vida e respeito ao meio ambiente), e nota 8 (todo mundo trabalhando em prol do desenvolvimento), essa modalidade de forma lúdica está tirando inúmeros idosos do sedentarismo, dando um novo rumo às suas vidas.

Os benefícios da Capoterapia como exercício físico para os idosos

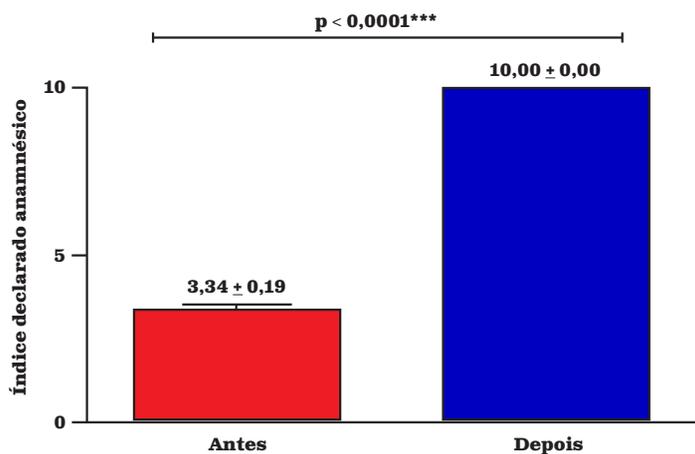
A prática da Capoterapia vem a gerar um grande aumento na produção de endorfina (substância produzida pelo nosso próprio corpo). Ela diminui o efeito analgésico, excitante e tranquilizante, vindo a estimular a constante prática de exercícios físicos.

Diferentemente dos demais esportes anaeróbicos, além da hipertrofia muscular, associado a isso, a prática regular da Capoterapia devolve a flexibilidade, o alongamento da musculatura, trazendo agilidade com a prática.

Estes benefícios vêm colaborar com o SUS (Sistema Único de Saúde), diminuindo dessa maneira as filas em hospitais, postos de saúde, vindo também a diminuir a medicação tomada pelo idoso, visto que com a Capoterapia os idosos tendem a ter uma melhor qualidade de vida.

Enfatiza-se de acordo com o gráfico abaixo que há também uma melhoria da memória dos praticantes da capoterapia. Resultado parecido ao trabalho de Ricarte e Silva (2014), que ao fazerem a análise da melhoria da memória nos praticantes, notaram uma grande melhora na capacidade cognitiva e no desenvolvimento mental.

Gráfico 01 - Avaliação dos índices declarados anamnésicos dos indivíduos avaliados. Legenda: para o teste One-Way ANOVA, como IC 95% e significância em $p < 0,05$. Teresina, 2017.



Fonte: Santos et al., 2017.

A grande relevância da Capoterapia para idosos

A relevância da prática da Capoterapia para os idosos em tempos antigos era duvidosa, mas na atualidade ela se tornou um estilo de vida para seus praticantes. Estamos falando de um público que é composto por indivíduos que já descobriram que o processo do envelhecer é inevitável, mas junto à Capoterapia procuram formas de retardação ou diminuição da velocidade, vindo a interferir de maneira positiva nesse processo.

A relação entre Capoterapia e qualidade de vida é inteira no decorrer dos anos, o metabolismo basal que é a energia que nosso corpo necessita no dia-a-dia para a sobrevivência tende a cair.

O organismo começa a funcionar de forma mais lenta e de maneira menos eficaz, músculos que são a fonte essencial que consome a energia do corpo humano, também diminuem, e dessa forma, também reduzimos o consumo de energia.

Esse processo leva a uma tendência natural que é a de acumular a gordura corporal, que cada ano que passa necessita de menos energia, mas que quase é acompanhada pela redução da ingestão de calorias na nossa alimentação.

Para que o metabolismo basal se mantenha elevado, é essencial que seja trabalhado o fortalecimento muscular. A Capoterapia mantém os músculos com maior volume bem como ativos, dando maior sustentação aos ossos, evitando o desgaste e auxiliando de forma bastante eficaz na locomoção, no equilíbrio e nas atividades cotidianas de uma maneira geral.

Inúmeras vezes os idosos buscam métodos de fortalecimento que podem ser feitos de diversas maneiras, como exercícios executados com pesos, como na musculação, assim como no Pilates na Capoterapia é trabalhada a resistência do próprio peso do corpo que de maneira igual são ambos eficientes, desde que os músculos tenham uma demanda de esforço, ou seja, se tenha uma distensão muscular no corpo.

Dentro desse processo, ter um capoterapeuta pode vir a potencializar os resultados, minimizando riscos de lesões, bem como servir de motivação para que essa turma que cresce a cada dia, que já passou dos 60 anos, venha seguir ainda mais com a Capoterapia, dando um destaque para que o importante é envelhecer com saúde.

Discussão

Define-se a capoterapia como sendo uma modalidade lúdica, mediante a formação de grupos, espontaneidade, criatividade e brincadeiras que são partes inerentes da existência, em que os movimentos são adaptados mediante a gestualidade da capoeira. Descreve-se que os elementos capoeirísticos usados para compor a capoterapia vem a envolver a ginga, noções básicas da esquivada, cânticos de capoeira e roda. Percebe-se a ausência de saltos e golpes mais contundentes, no entanto, o ritmo e a intensidade irão ser adequados quando voltados para a prática com idosos.

Constata-se também que as terapias alternativas são maneiras de prevenção do adoecimento e de suas complicações, vindo a contribuir para um envelhecimento ativo, tornando assim o paciente mais participativo dentro da sociedade, demonstrando autonomia sobre a própria velhice.

Compreende-se que as práticas comunitárias vêm influenciar de forma positiva as atividades físicas realizadas em grupo e, se realizadas regularmente, vem constituir um fator relevante para o envelhecimento saudável e ativo, bem como serem consideradas um modelo alternativo para a promoção de saúde e prevenção de agravos, favorecem a socialização, traz benefícios para a saúde, incentivando a adoção de medidas que vem melhorar a qualidade de vida.

Constata-se que a participação em grupos de terapia auxilia na promoção da saúde, vindo a contribuir substancialmente para que sejam adotadas práticas saudáveis, estimulando o processo do autocuidado e autonomia do idoso, influenciando de forma benéfica, a autoestima e qualidade de vida, mediante a inserção no meio social, vindo a construir vínculos e espaços de convívio em equipe em que são criadas estratégias de enfrentamento de problemas, dando grande impulso a um envelhecimento saudável e ativo.

Acredita-se que, além de uma grande melhoria na capacidade funcional da pessoa idosa, a capoterapia vem colaborar com o aspecto psicológico, visto que influencia a autoestima e o gosto em cuidar de sua aparência, vindo a promover a redução do estresse e da ansiedade.

Percebe-se que a capoterapia vem promover, para os idosos que a praticam, uma socialização e interação, vindo a reduzir seus

problemas psicológicos que são comuns a esta idade. Enfatiza-se que as atividades físicas são ações que vem contribuir para o desenvolvimento do bem-estar, do convívio social, das trocas de experiências, diversão e descontração, vindo a proporcionar também a redução do sentimento de incapacidade e solidão. As atividades realizadas na capoterapia fazem com que haja um estímulo cognitivo da pessoa idosa, devido ao uso da música, às suas canções e ao canto, e tudo isso possibilita que o idoso praticante venha exercitar todo o seu corpo com muita espontaneidade e prazer.

Conclusão

Ao analisar os inúmeros benefícios da Capoterapia para os idosos, podemos destacar a relevância dessa modalidade na contribuição para a melhoria no bem-estar e na qualidade de vida. A Capoterapia é uma atividade realizada com alguns elementos oriundos da Capoeira tradicional e juntamente com músicas do cançãoeiro popular demonstra ser adequada para a melhora da capacidade funcional, psicológica e social daqueles que a praticam. Torna-se necessário realizar mais estudos que venham a contemplar um número maior que aponte os vários benefícios da faixa etária em questão.

Este estudo sobre a Capoterapia permitiu ver os inúmeros benefícios que os idosos adquirem ao praticá-la, mostrando que os resultados são positivos quando se é trabalhada a Capoterapia em alguns locais. Pode-se notar que a prática da Capoterapia envolve um caráter lúdico, absorvendo elementos da Capoeira, da dança e das brincadeiras de rodas. O indivíduo praticante da Capoterapia o realiza com ludicidade, dentro de um ambiente de espontaneidade e divertimento.

Torna-se evidente que a prática da Capoterapia vem a proporcionar benefícios redundantes. Este estudo mostrou que a Capoterapia só veio a trazer muitos benefícios não só para os praticantes, mas para a família. Então tudo que chega com o enorme trabalho do capoterapeuta vem mostrar que a cada dia ministrando uma aula de qualidade de vida para tais indivíduos, somente trás um enorme benefício para os idosos.

Pessoas que são ativas fisicamente tornam-se menos propícias a redução da capacidade cognitiva em estágios mais avançados.

dos da vida, sendo assim, essas atividades são tidas como ótimas ferramentas para a amenização dos efeitos do processo de envelhecimento, incluindo os declínios de memória e qualidade de vida.

Referências

ALVES, M. Gilva. Capoterapia, 2017. Disponível em: www.capoterapia.com.br Acesso em: 04 de ag. de 2020.

BORGES, P. L. C., Bretas, R. P., Azevedo, S. F. de., & Barbosa, J. M. M. (2008). Perfil dos idosos frequentadores de grupos de convivência em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(12), 2798-2808.

LACOURT, M. X.; MARINI, L. L. Decréscimo da função muscular decorrente do envelhecimento e a influência na qualidade de vida do idoso: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, Passo Fundo, p. 114-121, 2006.

LIMA, M. C.A ginga dos mais vividos. Brasília: Mano Lima, 2009.

MENESES, D., Júnior, F., Melo, H., Silva, J., Luz V., & Figueiredo, M. (2013). A dupla face da velhice: o olhar de idosos sobre o processo de envelhecimento. *Enfermagem em Foco*, 4(1), 15-18. Retirado de <http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/495/185>

PRAZERES, M. M. V. ; MENDES, M. T. ; SOUSA, I.R.C. ; MAZOCANTE, R.P. ; Maciel, D.G. ; RIBEIRO, C. ; FRANCA, N. M. ; SAMPAIO, T. M. V. Capoterapia como lazer e atividade física lúdica para idosos: uma percepção dos capoterapeutas.. *Licere (Centro de Estudos de Lazer e Recreação. Online)*, v. 19, p. 320-340, 2016.

SOBREIRA, F. M. M.; SARMENTO, W. E.; OLIVEIRA, A. M. B. Perfil epidemiológico e sócio-demográfico de idosos frequentadores de grupo de convivência e satisfação quanto à participação no mesmo. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*. v. 15, n. ISSN 2317-5079.

WICHMANN, et al., 2013; BATISTA; VIEIRA; SILVA, 2012).

Capítulo 3

Gestão e Educação

A EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA NO SÉCULO XXI DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Maria Lúcia Vieira de Almeida Alves¹

Rebecca Vieira Rodrigues²

Rita Cristiane Oliveira Gomes³

Introdução

O presente artigo baseou-se no método qualitativo e bibliográfico por meio de trabalhos científicos, livros e sites. Utilizando de estudos de outros autores com ideias diferentes, porém relacionadas ao mesmo assunto. Com abordagem explicativa mostrando como está a educação do século XXI e sua relação com a tecnologia em anos iniciais, mostrando as dificuldades e superações desenvolvidas em meio a pandemia como também no decorrer do século.

A tecnologia no ensino inicial vem ganhando seu espaço no decorrer dos anos, se colocando mais presente dentro da educação tanto na sala de aula como nos espaços de lazer. É rotineiro aluno ou professor serem vistos utilizando a tecnologia como ferramenta para auxiliar a didática para auxiliar na aprendizagem.

Mesmo com tanta tecnologia existem vários desafios para professor e aluno, apesar dos jovens nascerem na geração da tecnologia nem sempre utilizam ela de maneira correta, acessando sites impróprios até mesmo durante a aula, copiando e colando atividades, usando redes sociais na hora dos estudos.

O professor teve que aprender novos métodos para poder se encaixar na geração da tecnologia, mas ainda tem grande dificul-

¹ Especialista em Docência do Ensino Superior – FACESMA; Graduação em Pedagogia – UNINTA; Professora do município de Fortaleza/CE; E-mail: maluvyalmeida@gmail.com

² Especialista em Psicopedagoga Institucional, Clínica e Hospitalar – FACESMA; Graduação em Pedagogia – FAEX; Professora no programa tempo de aprender de Maracanaú/CE; E-mail: rebecavieira108@gmail.com

³ Especialista em Docência do Ensino Superior – FACESMA; Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica – FALC; Psicopedagogia Clínica, institucional e hospitalar – CETREDE; Gestão e Políticas Públicas – FAK. Graduada em Licenciatura Pedagogia – UVA; Professora da rede municipal de Maracanaú há 33 anos e de Fortaleza há 20 anos; Atualmente Diretora Acadêmica da Faculdade Cesma de Maracanaú-FACESMA; E-mail: cristiane@facesma.com.br

dade no manusear, no instalar e encaixar a didática na tecnologia, além de demorar a conhecer os aplicativos e como usá-los.

Contudo mesmo com tanta evolução sempre existirão barreiras, não só na educação, mas em um todo, por isso é importante que todos continuem em constante aprendizado para fazer a diferença no seu dia a dia.

A educação no século XXI

No início do século XXI o papel do professor na educação continuava a ser o papel de interlocutor que se resumia na maioria das vezes em repassar os seus conhecimentos de forma mecânica com aplicação de prova e trabalhos. Enquanto os alunos se comportavam meramente como simples receptores de conhecimento.

Pimenta e Anastasious afirmam que nos processos de formação de professores,

(...) é preciso considerar a importância dos saberes das áreas de conhecimento (ninguém ensina o que não sabe), dos saberes pedagógicos (pois o ensinar é uma prática educativa que tem diferentes e diversas direções de sentido na formação do humano), dos saberes didáticos (que tratam da articulação da teoria da educação e da teoria de ensino para ensinar nas situações contextualizadas), dos saberes da experiência do sujeito professor (que dizem respeito ao modo como nos apropriamos do ser professor na nossa vida). Esses saberes dirigem-se às situações de ensinar e com elas dialogam, re-vedendo-se, direcionando-se, ampliando-se, e criando [...] são as demandas da prática que vão dar a configuração desses saberes. (2002 p.71).

Os professores continuam repassando os seus conhecimentos, continuam aplicando provas de forma que o aluno se sinta valorizado e importante, sendo ele o protagonista do seu aprendizado e do seu sucesso.

Segundo Sacristán (1995), as influências informais na socialização são mais eficazes e decisivas do que as experiências formais. Estas influências e outras como os seus pares, demais autores educativos e a sociedade, contribuem de modo incisivo na construção do saber docente, na medida em que, como bem ilustra Nóvoa (1997: 25), o professor é a pessoa. E uma parte importante da pessoa é o professor”.

Com o passar do tempo, a educação do século XXI veio com a metodologia onde o aluno e professor trocam conhecimentos, na sala de aula o professor divide experiências com o aluno, fazendo com que ele se sinta especial tendo o direito de argumentar ou questionar sobre o assunto abordado de forma dinâmica. Conduto o aluno passar por grandes desafios no seu dia a dia de estudante.

Desafios da educação

No decorrer dos anos apesar da facilidade de conseguir conhecimento pelos sites e plataformas é notável os desafios que tanto os professores como alunos estão enfrentando tanto em meio a pandemia como também no decorrer dos séculos. Enquanto os alunos nascem da geração da tecnologia tendo o acesso e facilidade de buscar assuntos e materiais de estudo, é notável a falta de interpretação sobre o que foi encontrado, como também acreditar em falsas informações ou que são verdadeiras, mas não atuais.

Para Carvalho e Perez (2001, p.111):

Um dos resultados significativos provenientes das pesquisas em formação de professores é o que indica um dos obstáculos para o professor adotar uma atividade docente inovadora e criativa, além da já discutida falha no mínimo de conteúdo, são suas ideias, sobre ensino e aprendizagem, “as ideias do senso comum”.

Por isso é fundamental o auxílio do professor para ajudar e direcionar o aluno a caminhos corretos e enfrentar os desafios do dia a dia. Não podemos esquecer que os professores andam enfrentando vários desafios, mas com a tecnologia tendo problemas em acessar a plataforma de aula, usam as ferramentas e saber resolver problemas de conexão.

Green e Bigum (1995) questionam se esse conflito nas escolas não ocorre porque se está lidando com uma geração nova em uma roupagem velha, isto é, com currículos, metodologias e autoridades educacionais inadequados e obsoletos à época contemporânea? Enfatizam ainda suas preocupações e interesse em desenvolver uma melhor compreensão do fenômeno juventude que é cada vez mais visível nos debates atuais: a emergência de um novo tipo de estudante, com novas necessidades e novas capacidades, pois, pais e mães também têm expressado preocupação com esses “alienígenas”, bem como

a esfera pública convencional e a opinião pública. De forma mais geral, dizem os autores, existe o discurso do problema de retenção ou de apatia que é visto como desvio da juventude contemporânea aumentando em muitos países uma onda crescente de pânico moral.

Ferramentas de ensino

As ferramentas do professor no passado eram resumidas entre quadro negro, o giz e os livros didático para desenvolver o ensino e a didática do aluno.

A Cartilha do ABC era um método muito utilizado para aprender o alfabeto, as sílabas e a formação de palavras.

O ditado de palavras é uma forma prática de ensino para formação de palavras, soletrar e conhecimento de sílabas tanto vogais e consoantes.

A tabuada era uma forma bem diferente de conhecer os números a partir de subtração, adição, multiplicação e divisão, com isso o aluno tinha o objetivo de decorar os cálculos.

A tecnologia da educação

A tecnologia é uma importante ferramenta na educação, faz com que o ensino aprendizagem se torne mais dinâmico, quando aplicado de modo responsável e criativo. Apresentando diferentes benefícios para os alunos e até mesmo para a equipe de educadores.

Trabalhar com as tecnologias (novas ou não) de forma interativa nas salas de aula requer: a responsabilidade de aperfeiçoar as compreensões de alunos sobre o mundo natural e cultural em que vivem. É indispensável o desenvolvimento contínuo de alunos e professores, trabalhando adequadamente com as novas tecnologias, constata-se que a aprendizagem pode se dar com desenvolvimento emocional, racional, da imaginação, do intuitivo, das interações, a partir dos desafios, da exploração de possibilidades, de assumir responsabilidades, do criar e do refletir juntos. (Cavalcante, 2012).

A tecnologia não veio para substituir o professor, mas para auxiliar, para ajudar, para ser complemento. É essencial que o professor saiba conduzir esses equipamentos, pois os aparelhos não vão fazer com que o estudante aprenda. Quando o equilíbrio

é encontrado, o uso de equipamentos, softwares e mídias contribuirá para o desenvolvimento cognitivo dos alunos e auxiliará os professores a despertar a curiosidade dos alunos.

Nós, educadores, temos de nos preparar e preparar nossos alunos para enfrentar exigências desta nova tecnologia, e de todas que estão à sua volta – À TV, vídeo, telefonia celular. A informática aplicada à educação tem dimensões mais profundas que não aparecem à primeira vista. (ALMEIDA, 2000, p.78).

Alguns dos benefícios que a tecnologia traz para a educação é, tornar as aulas mais atrativas; melhoram a produtividade; contribuem para o aproveitamento escolar; despertam a curiosidade e atenção dos alunos, auxiliam os educadores a dinamizar as aulas e entre outros.

Desse modo, é de se esperar que a escola, tenha que “se reinventar”, se desejar sobreviver como instituição educacional. É essencial que o professor se aproprie da gama de saberes advindos com a presença das tecnologias digitais da informação e da comunicação para que estes possam ser sistematizados em sua prática pedagógica. A aplicação e mediação que o docente faz em sua prática pedagógica do computador e das ferramentas multimídia em sala de aula, depende, em parte, de como ele entende esse processo de transformação e de como ele se sente em relação a isso, se ele vê todo esse processo como algo benéfico, que pode ser favorável ao seu trabalho, ou se ele se sente ameaçado e acuado por essas mudanças. (SOUZA, et. al., 2011, p.20).

De acordo com Souza (2011), a escola tem que se reinventar a cada dia, para sobreviver nesse mundo tecnológico. E o professor tem que se apropriar desse meio de tecnologia para poder se comunicar e repassar com segurança os conteúdos. Sempre buscando a forma mais agradável de tornar as aulas dinâmicas e a interação do aluno com o professor.

Surgimento da tecnologia

A eletricidade foi o ponto de partida para o desenvolvimento da tecnologia da informação no século XIX surgiu as calculadoras e as caixas registradoras, no final deste século surgiram também os programas de computadores.

Os produtos eletrônicos trouxeram muitas mudanças na vida das pessoas durante o século XX. A eletrônica conta com eletricidade para enviar e processar informações. Entre os primeiros aparelhos eletrônicos estão os rádios. Na década de 1920 já havia programas de rádio que eram transmitidos para as casas das pessoas. A televisão, outro aparelho eletrônico, se popularizou entre as décadas de 1930 e 1950. Os primeiros computadores também foram criados durante a década de 1940. (Tecnologia e invenção)

O primeiro computador criado foi algo grande que mal cabia numa sala, tinha várias peças e tinha que ser controlado por várias pessoas. Com o passar dos tempos os homens foram modernizando, foi diminuindo o tamanho. Com o tempo também foram criados aparelhos que ajudassem os empresários e com isso também ajudava as pessoas, pois os aparelhos só ainda não funcionavam, precisava de pessoas para controlar esses aparelhos.

Antigamente era utilizado fax, computadores, disquete, fita cassete, vídeo cassete, mini game, telefone fixo, telefone celular, filmadora, máquina de escrever, televisão em cores, mimeógrafo, uma copiadora à base de álcool e entre outros. O aprimoramento dos recursos tecnológicos de seu com o passar do tempo e de acordo com as necessidades de quem usava.

Tecnologia no dia a dia da educação

Na educação não é diferente, a tecnologia está cada dia mais avançada. Podendo ser utilizado por professores em salas de aulas, os aparelhos eletrônicos como TV, data show, pen drive, e até mesmo o professor pode levar o aluno a sala de informática para ter a prática de manusear notebook. Podendo também ser utilizados por qualquer funcionário que entenda de informática.

Os recursos tecnológicos em sala de aula podem oferecer uma grande contribuição para a aprendizagem, além de valorizar o professor que, ao contrário do que possa vir a pensar, poderá ensinar com maior segurança e estará mais próximo da realidade extra classe do aluno (SOUZA E PATARO, 2009, P.18).

A tecnologia se torna comum na vida do ser humano, mostrando que veio para ficar e evoluir com o tempo. Valente (2011, p.14) nos diz que: “a questão da aprendizagem efetiva, relevante e condizente com a realidade atual configuração social se resume na

composição de duas concepções: a informação que deve ser acessada e o conhecimento que deve ser construído pelo aprendiz”.

No decorrer dos anos a tecnologia vem encontrando seu espaço na sala de aula, mostrando que aquele velho dilema que o uso de aparelho eletrônico atrapalha os estudos, que o uso de ferramentas em sala de aula não edifica a aula e sim é um obstáculo saiu totalmente da nossa mente. Hoje o uso da tecnologia em sala de aula se tornou fundamental, não só como auxílio, mas ferramenta utilizada todos os dias, para ter uma aula de forma diferente e lúdica.

Ensino Fundamental I

Integrante da Educação Básica, o Ensino Fundamental é a segunda etapa na educação escolar dos jovens, de cumprimento obrigatório de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, Lei nº 9.394/96, com duração de nove anos. Esta etapa tem por objetivo a formação básica do cidadão que deve ser alcançada mediante domínio da leitura, escrita e cálculo; compreensão dos ambientes natural e social, político, tecnológico, artístico e valores fundamentais da vida em sociedade, compreendendo desde vínculos familiares até laços de solidariedade humana (Brasil, 1996).

Portanto o Ensino Fundamental contém várias habilidades e competências que são fundamentais no seu desenvolvimento que devem ser adquiridas. Hoje os profissionais da educação fazem o possível para inovar em suas aulas, pois é notável a importância de melhorar as técnicas e a didática de ensino, com isso a tecnologia veio para aprimorar ainda mais a educação e tirar o aluno de seus jogos e programas que não são educativos.

O atual estudante está crescendo em meio à tecnologia digital e gastam seu tempo, com jogos de computadores e vídeo game, assistindo TV e já possuem celulares. Durante o período escolar que abrange infância e adolescência, os estudantes passam cerca de dez mil horas jogando videogame, vinte mil horas assistindo TV, sem contar as horas nas salas de bate-papo disponíveis na Internet e, passam em média cinco mil horas lendo e estudando (Prensky, 2001).

Contudo os alunos crescem na tecnologia, mas não tiram proveito dela de forma correta se prendendo a atividade que en-

sina atitudes erradas e lhe afastam dos estudos, com a tecnologia na sala de aula o professor consegue mostrar jogos educativos, filmes, séries e boas práticas dentro da tecnologia.

Um professor quando quer dá aula de música utiliza uma caixa de som, notebook, o uso da internet e de aparelho celulares tornou mais constante não só na parte teórica mas na parte prática, pois muitos para ensinar algo diferente utilizam vídeos, filmes e séries para mostrar como melhorar as aulas práticas.

É interessante ressaltar que as tecnologias não devem roubar o espaço da atividade motora e sim, o professor deve introduzir estes recursos, de forma planejada, para favorecer os processos de ensino e aprendizagem dos estudantes, não apenas numa perspectiva técnica, e sim, crítica (Caploch, 2007 apud Sebriam, 2009).

Portanto tudo é necessário planejamento, estudo e capacitação para o professor não ser incapaz de ajudar seus alunos e nem ser igual seus alunos, mas sim se preparar para guiá-los nessa jornada.

Ensino fundamental x pandemia

Por causa da pandemia as escolas passam por grandes mudanças, muitas escolas aderiram aulas por vídeos curtos, passando atividades e sempre levando palavras de conforto para seus alunos e familiares que perderam entes queridos, a tecnologia se tornou ainda mais utilizada é fundamental.

A crise do coronavírus terá efeitos perenes sobre a forma de aprender. O isolamento está criando hábitos e comportamentos, tanto nas famílias, quanto nas instituições de ensino, que estão revendo uma série de processos, estruturas e metodologias.

A sociedade ficou confinada tendo o único meio de comunicação com o mundo, seu celular ou algum aparelho eletrônico, o uso de redes sociais até mesmo pelas escolas se tornou ainda mais comum, com lembranças e sempre mostrando que mesmo com a distância estão trabalhando e se importando com seus alunos.

Com o tempo, a utilização de outras plataformas de ensino se tornou ainda mais comum, em alguns locais vídeos mais longos e o uso de salas online, mas nem todos alunos têm o acesso, ou tem uma internet de qualidade em casa, tornando a sua participação cada vez mais difícil.

Além disso, nem todos os municípios possuem estrutura de tecnologia para oferta de ensino remoto e nem todos os professores têm a formação adequada para dar aulas virtuais. Outra realidade que complica a adesão de alunos às aulas on-line são os softwares utilizados para esse fim, que, em sua grande maioria, são desenvolvidos para funcionar em computadores — ambiente acessado atualmente por apenas 57% da população brasileira, segundo o IBGE. Muitas crianças da geração Z nunca ligaram para um computador e 97% dos brasileiros acessam a internet pelo celular (CUNHA,2020)

Portanto, por mais que todos tentem melhorar o ensino remoto e se aproximar dessas crianças que estão isoladas e sendo prejudicadas sempre faltará algo, sempre alguém não irá ser beneficiado pois nada substitui o ensino presencial, que não tem quedas de internet, que o aluno pode buscar o professor e melhorar suas dificuldades.

Kenski (2001, p.103) afirma que:

O papel do professor em todas as épocas é ser o arauto permanente das inovações existentes. Ensinar é fazer conhecido o desconhecido. Agente das inovações por excelência, o professor aproxima o aprendiz das novidades, descobertas, informações e notícias orientadas para a efetivação da aprendizagem.

A sala online tornou - se um aliado e companheiro de todos os profissionais da educação, sendo o único meio de se aproximar com seus alunos mesmo em meio a distância física.

Contudo muitos profissionais tiveram dificuldade por não utilizar muito a tecnologia no seu dia a dia, mas vários profissionais mais experientes compartilharam conhecimento, tiveram reuniões e planejamento para o ensino fundamental I e outros anos não foram prejudicados.

Ferramentas da atualidade

A tecnologia de reprodução dos vídeos do YouTube é baseada no Adobe Flash Player. Essa tecnologia permite que o site exiba os vídeos com qualidade comparável a tecnologias mais estabelecidas no mercado (como o Windows Media Player, QuickTime e RealPlayer) que geralmente requerem um *download* e instalação de um *plugin* no navegador para a visualização. (Wikipédia,2020)

Youtube é uma ferramenta já muito utilizada pelos profissionais da educação na procura de vídeos musicais, de conteúdo e materiais de complemento, além de algumas escolas postarem vídeos aulas dos professores para os alunos assistirem em casa.

Google meet – Mantenha sua equipe conectada fazendo videoconferências de qualidade superior, um recurso criado com a segurança e a eficiência da infraestrutura global do Google. O Meet está incluído no G Suite e no G Suite for Education. Essa ferramenta é utilizada como sala de aula online utilizada para ter a aula ao vivo e tendo a possibilidade do aluno se comunicar com o professor e ter acesso ao bate papo.

WhatsApp é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para *smartphones*. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a *internet*. O WhatsApp já utilizado como ferramenta para uso pessoal, na nossa atualidade serviu para grupos de turmas e a comunicação mais acessível com a escola e professores, para tirarem suas dúvidas, receberem agendas, receber informativos da escola para os pais, link de vídeos e link para ter acesso a sala online, além dos alunos enviarem suas atividades e os professores terem mais aproximação com seus alunos.

Microsoft PowerPoint é um programa utilizado para criação/edição e exibição de apresentações gráficas, originalmente escrito para o sistema operacional Windows e portado para a plataforma Mac OS X. A versão para Windows também funciona no Linux através da camada de compatibilidade Wine.

Plataforma de atividades no google que era disponibilizado o link aos alunos e nesse site o aluno teria o acesso da agenda de todo o mês e dos meses anteriores, além de ver vídeos dos professores e curiosidades de leitura.

Além de todos esses meios que a educação utilizou e utiliza para cada vez mais a educação entra nesse mundo virtual para ajudar e fortalecer mais os conteúdos educativos.

Resultados e discussões

Foi analisada uma porcentagem de alunos e professores que têm dificuldade com a tecnologia, tanto no uso pessoal como em

sala de aula. O artigo não pode ter pesquisa em campo por conta da pandemia e isolamento social, com isso a quantidade de pessoas avaliadas foi mínima.

Contudo é impossível não notar as dificuldades de ambos por conta das aulas online, por isso o resultado mostrou que mesmo com tanta evolução e meios de auxílio, o saber manusear, se torna cada vez mais difícil. Foi notado que o professor tem mais dificuldade que o aluno, pois já nasceu na geração da tecnologia e o professor tem que correr atrás para poder alcançar.

Considerações finais

Concluiu-se que esse artigo serviu de grande aprendizagem para ser notado tanto a evolução como dificuldades da tecnologia na educação principalmente nos ensinamentos iniciais. Hoje em dia os professores continuam repassando os seus conhecimentos, continuam aplicando provas só que de forma que o aluno se sintá valorizado e importante sendo ele o protagonista do seu aprendizado e do seu sucesso.

Alguns dos benefícios que a tecnologia traz para a educação é, tornar as aulas mais atrativas; melhoram a produtividade; contribuem para o aproveitamento escolar; despertam a curiosidade e atenção dos alunos, auxiliam os educadores a dinamizar as aulas e entre outros.

A tecnologia cada dia mais se torna comum na vida do ser humano, mostrando que veio para ficar e evoluir com o tempo. Mesmo em muito a dificuldade de manuseio até o professor que não gosta de aparelhos eletrônicos está mudando de ideia, pois pode fazer suas transações bancárias na hora do intervalo, olhar se tudo está direito em casa pelas câmeras de vigilância, além de outros meios que vinham para facilitar a vida de todos.

É interessante ressaltar que as tecnologias não devem roubar o espaço da atividade motora e sim, o professor deve introduzir estes recursos, de forma planejada, para favorecer os processos de ensino e aprendizagem dos estudantes, não apenas numa perspectiva técnica, e sim, crítica (Caploch, 2007 apud Sebriam, 2009).

Portanto é imprescindível o uso da tecnologia no século XXI, mas devemos ressaltar que o seu uso de forma errada pode causar

danos na aprendizagem, então é necessário sempre um mediador para guiar o aluno.

Referências

ALMEIDA, M. E.. *Informática e formação de professores*. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BRANCO, S. *Direito à Educação, Novas Tecnologias e Limites da Lei de Direitos Autorais*. Cultura Livre. 2012. Disponível em: http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/direito_a_educacao_novas_tecnologias_e_limites_da_lei_de.pdf; Acesso em: 21 ago. 2020.

CARVALHO, A. M; GIL PEREZ, Daniel. *O saber e o saber fazer dos professores*. In: CASTRO, A. D; CARVALHO, A.M.P. (Org.). *Ensinar e ensinar Didática para a escola fundamental e média*. São Paulo: Pioneira - Thompson Learning, 2001.

CAVALCANTE, M. B. *A educação frente as novas tecnologias: Perspectivas e desafios*. 2012. Disponível em: <https://escola-drxavier-dealmeida.blogspot.com.br/2012/02/educaca-frente-as-novas-tecnologias.html>. Acesso em: 16 ago. 2020.

COUTINHO, Kely Coutinho. *Metodologia de pesquisa TCC: saiba como definir*, Disponível em: <https://www.tuacarreira.com/metodologia-tcc/> acesso: 20 agosto de 2020.

CUNHA, Paulo Arns da Cunha. *A pandemia e os impactos irreversíveis na educação*, Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2020/04/15/pandemia-educacao-impactos/>. acesso: 16 agosto de 2020.

G SUITE, *Google Meet*, Disponível em : <https://gsuite.google.com.br/intl/pt-BR/> acesso em : 16 de agosto de 2020.

GREEN, Bill; BIGUM, Chris. *Alienígenas na sala de aula*. In: SILVA, Tomás Tadeu da. Tomaz Tadeu da Silva (org.) Petrópolis RJ: Vozes,1995. Acesso em: 21 ago. 2020.

KENSKI, V.M. *O papel do Professor na Sociedade Digital*. In: CASTRO, A. D. de CARVALHO, A.M.P. de (Org.). *Ensinar a Ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média*. São Paulo; Ed. Pioneira Thompson Learning, 2001.

MORETTI, Isabella Moretti. *Como fazer citações no TCC (Normas ABNT)*, Disponível em: <https://viacarreira.com/como-fazer-citacoes-no-tcc-normas-abnt/#:~:text=A%20cita%>

C3A7%C3%A3o%20direta%20longa%2C%20quando,recuo%20de%204cm%20a%20esquerda. acesso: 21 agosto de 2020.

POWER POINT, *Microsoft PowerPoint* in: título da enciclopédia. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Microsoft_PowerPoint. Acesso em : 19 de agosto de 2020.

PRENSKY, Marc. *Digital Natives, Digital immigrants. From the Horizon: NBC University Press*, v. 9, n. 5. Oct. 2001. Disponível em: http://ritla.net/index.php?option=com_content&task=view&id=Itemid=136 acesso em: 14 agosto de 2020.

SACRISTÁN, J. G. (1995). *Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores*. In Nóvoa, A. (org.). *Profissão professor*. Porto: Porto Editora. Acesso em: 21 ago. 2020.

SEBRIAM, Débora Cristina da Silva. *Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino de Educação Física*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Mídias para a Educação). Université de Poitiers Faculdade de Motricidade Humana de Lisboa Universidad Nacional de Educación a Distancia de Madrid. Madrid, 2009.

SILVA, PENHA, Ana Maria da Conceição Silva, Matilde Gonçalves da Penha. *O uso das tecnologias no ensino fundamental: novos desafios para o professor de educação física em uma escola pública de Goiânia*, Goiânia, Disponível em: [file:///C:/Users/rebec/Downloads/22329-Texto%20do%20artigo-159349-1-10-20151016%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/rebec/Downloads/22329-Texto%20do%20artigo-159349-1-10-20151016%20(1).pdf). acesso: 14 de agosto de 2020.

SOUSA, R. P.; MOITA, F. M. C.; CARVALHO, A. B. G. *Tecnologias digitais na educação*. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Acesso em: 17 ago. 2020.

SOUZA, Roberto de, Joami. PATARO, P.R.M. *Vontade de saber Matemática*. 1. Ed. São Paulo: FTD, 2009. Acesso em: 16 ago. 2020.

VALENTE, J. A. *Educação a distância: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2011. Acesso em: 22 ago. 2020.

YOUTUBE, *youtube* In: título da enciclopédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/YouTube>. acesso em: 19 de agosto de 2020.

WHATSAPP, *WhatsApp* in: título da enciclopédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/WhatsApp>. acesso em: 20 de agosto de 2020.

AS ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DA DIDÁTICA NO ENSINO SUPERIOR

Carlos Alberto Oliveira da Silva¹

Maria Aurilucia de Araújo²

Rita Cristiane Oliveira Gomes³

Luciana Mascena Silva⁴

Introdução

Este artigo sintetiza algumas leituras, indagações e conclusões provenientes de um trabalho de pesquisa em busca de melhorias para a didática do ensino superior. Da mesma forma, aspectos centrais da perspectiva didática da abordagem deste trabalho, de considerados teóricos e parte do corpus empírico utilizado, montam o escopo de atuação profissional.

Esta pesquisa aborda a questão das estratégias de ensino em nível superior e também reflete sobre alguns desafios para a qualidade do ensino e da formação do professor no nível superior. Foi realizado a partir de uma abordagem de estudo qualitativo e bibliográfico. Visamos contribuir para o conhecimento do campo da Didática no Nível Superior, para a compreensão dos processos de ensino em sala de aula do nível e refletir sobre os desafios e propostas para melhorar a formação profissional de docentes a esse nível.

Em relação à relevância deste problema de pesquisa, pode-se apontar que, nas últimas décadas, vêm aumentando a abordagem

¹ Especialista em docência do ensino superior – FACESMA; Graduado em pedagogia – Centro Universitário INTA; Professor do município de Fortaleza; E-mail: professoralberto2019@hotmail.com

² Especialista em psicopedagogia clínica, institucional e hospitalar – FACESMA; Especialista em docência do ensino superior – FACESMA; Graduada em pedagogia – UVA; Professora do município de Fortaleza; E-mail : auriluciaar@gmail.com

³ Especialista em Docência do Ensino Superior – FACESMA; Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica – Falc; Psicopedagogia Clínica, institucional e hospitalar – CETREDE; Gestão e Políticas Públicas – Fak. Graduada em Licenciatura Pedagogia – UVA; Professora da rede municipal de Maracanaú há 33 anos e de Fortaleza há 20 anos; Atualmente Diretora Acadêmica da Faculdade Cesma de Maracanaú-FACESMA; E-mail: cristiane@facesma.com.br

⁴ Graduada em Biologia – UVA; Especialista em Auditoria ambiental – CENTEC; Mestra em Ciências Morfofuncionais – UFC; E-mail: lumascena2@gmail.com

de temas ligados ao papel do Ensino Superior no desenvolvimento e fortalecimento acadêmico.

O ensino superior no Brasil

O século XX foi um dos mais dinâmicos nos processos de modernização no continente Americano em relação ao domínio do Ensino Superior, período em que algumas tendências comuns no processo de estruturação de um sistema de ensino superior, tal como apresentando expansão, diversificação e fragmentação como características predominantes ao longo do século (SILVA & BORBA, 2011).

Cada Instituição de Ensino Superior tem um projeto educacional, que propõe uma educação centrada na aprendizagem dos discentes que lhe permita atuar em uma sociedade em transformação. É uma educação que combina harmoniosamente e equilibradamente requisitos e condições globais e locais; o universal e o singular; tradição e modernidade; os longos e curtos prazos; a indispensável competência e compromisso social. Da mesma forma, a educação visa aumentar a inteligência individual e coletiva e enriquecer o conhecimento e a cultura (BELLO, 2001).

Até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, o Ensino Superior estava estruturado, em suas bases fundamentais, sob os termos dos Decretos nº 19.851, relativo à organização das universidades brasileiras, nº 19.852, relativo à reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e do Ensino Superior brasileiro e o de nº 19.850 que criava o Conselho Nacional de Educação e suas funções, todos a partir de abril de 1931, com a Reforma Francisco Campos. O duplo objetivo destes documentos legais é de:

[...] equipar tecnicamente as elites profissionais do país e proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindíveis à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura (CAMPOS, 1940, *apud* FAVERO, 1988, p.340).

E essas diretrizes ressaltam que o papel da Universidade não é somente no aspecto didático, mas também social.

[...] transcendente ao exclusivo propósito do ensino (é uma unidade social ativa e militante, isto é, um centro de contacto, de colaboração e de cooperação, de vontades e de aspira-

ções, uma família intelectual e moral, que não exaure a sua atividade no círculo dos seus interesses próprios e inéditos, sendo que como unidade viva, tende a ampliar no meio social, em que se organiza e existe, o seu círculo de ressonância e de influência exercendo nele uma larga, poderosa e autorizada função educativa (CAMPOS, 1940, *apud* FÁVERO, 1977, p. 34).

Segundo observações de Fávero (1977) nesta época havia poucas escolas para uma minoria. E que os objetivos apresentados eram amplos e otimistas para este cenário e que não se podia ofertar uma educação de forma adequada. Mesmo com a finalidade social da Universidade, a autora nos adverte de que a escola de nível superior, nas suas origens, se apresentava como “altamente hierarquizada, rígida e elitista”, que “pouco se comunicava com a sociedade de que em parte”.

Na revolução de 30, Getúlio Vargas assume o governo da República, nomeia ministros das várias pastas e Francisco Campos fica como Ministro da Educação. Elaborar decretos sobre as reformas do ensino secundário, superior e comercial que passam a ser conhecidas como “Reforma Francisco Campos” (SILVA e BORBA, 2011).

Efetivamente, apenas a partir de 1934, quando foi criada a Universidade de São Paulo, podemos falar de uma “universidade brasileira”. Um ano após surgia, organizada por Anísio Teixeira, a Universidade do Distrito Federal, ambos os projetos foram uma tentativa de ultrapassar a mera agregação de escolas superiores independentes. A terceira e mais audaciosa tentativa conduzida por Darcy Ribeiro, foi a Universidade de Brasília em 1961 (GOERGEN, 1979, p. 47).

Desta forma ficou evidente a ideia que o ensino superior deveria assumir a forma de Universidade, tendo como pré-requisito a existência de no mínimo três estabelecimentos de Ensino Superior para a constituição de uma Universidade, podendo ainda ser em estabelecimentos isolados. Sob esta orientação, em 1934 foi criada a USP e em 1935 a Universidade do Distrito Federal, contudo, ainda insuficiente para os moldes universitários (SILVA e BORBA, 2011).

Um segundo marco, significativo para o crescimento do Ensino Superior, foi à aprovação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que, em seu artigo 67 dispõe: “O ensino superior será ministrado em estabelecimentos agrupados ou não, em universidades, com

a cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamentos profissionais”. O que segundo Fávero (1977) foi um retrocesso no desenvolvimento do sistema universitário brasileiro.

Como consequência destes instrumentos legais, escolas isoladas, que deveriam ser transitórias, se solidificaram na estrutura de ensino de 3º grau, atualmente o Ensino Superior. E, por conseguinte, o nosso ensino de terceiro grau, manteve-se as escolas superiores independentes (SILVA e BORBA, 2011).

Em 20 de dezembro de 1961 com a promulgação da Lei 4.024, com a defesa do monopólio estatal para oferta da educação aos brasileiros. Seguindo a linha do tempo, em 1961 surge a campanha de alfabetização, cuja didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha alfabetizar em 40 horas adultos analfabetos (SILVA e BORBA, 2011).

Em 1962 é criado o Conselho Federal de Educação, o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire. Nesse contexto, o Decreto-Lei nº 9053 desobriga o curso de Didática, o Parecer nº 242/62 extingue o esquema de três mais um (SILVA e BORBA, 2011).

A Didática perdeu seus qualificativos geral e especial e introduziu-se a Prática de Ensino sob a forma de estágio supervisionado. Nesse contexto criou-se o PABAAE-Programa Americano Brasileiro de Auxílio ao Ensino Elementar, a fim de aprimorar os professores do Curso Normal. A Didática passa a não considerar o contexto político-social no processo de ensino, e sim tecnicista (BELLO, 2001).

Em 1964 um golpe militar aborda todas as iniciativas de se desenvolver a educação brasileira e neste período foi criado o vestibular classificatório e houve grande expansão das universidades no Brasil. É instituída a Lei 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971 dando a formação educacional um cunho profissionalizante, preparando a mão-de-obra necessária para o crescimento econômico e tecnológico da sociedade (BELLO, 2001).

O acordo feito entre o MEC/USAID⁵ marcou e sustentou as reformas do Ensino Superior e do Ensino Médio. Provocando a

⁵ O acordo MEC/USAID incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID).

superposição de conteúdo da nova disciplina “Currículos e Programas”, implantada pelo Parecer 252/69 e Resolução nº 2/69, do Conselho Federal de Educação, sobre a didática nos cursos de Pedagogia (BELLO, 2001).

A Pedagogia Tecnicista a preocupação básica era eficácia e a eficiência do processo de ensino. Os cursos de Didática priorizam a organização racional do processo de ensino, no foco no planejamento didático formal e na elaboração de materiais instrucionais, e o professor torna-se mero executor desvinculando a teoria da prática. Neste período, a Didática assume um discurso reproducionista e é questionada por movimentos que reivindicam sua revisão apontando novos rumos (BELLO, 2001).

Em 1986, a Secretaria de Educação do Município de São Paulo propôs o ensino por eixos temáticos. A proposta não é efetivada, mas serve de referência para os PCNs, anos depois. Nesse ínterim é realizada a I Conferência Brasileira de Educação, marco histórico na educação brasileira (MARTINS, 2008).

Em 1992 um projeto de lei para uma nova LDB foi apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro e foi aprovado em dezembro de 1996. O Conselho Federal de Educação foi extinto e criado o Conselho Nacional de Educação, menos burocrático e mais político. A Educação brasileira não evoluiu no quesito qualidade e que os estudantes não aprendem o que as escolas se propõem a ensinar (BELLO, 2001).

A educação atual está estagnada, características impostas em todos os países do mundo, que é mais o de manter o “status quo”, precisamos de propostas concretas para a nossa realidade brasileira e não baseada numa realidade de outro país. É fundamental o envolvimento familiar na educação dos nossos alunos e mais ainda o incentivo à educação para que, desta forma, possamos obter melhor desenvolvimento no ambiente escolar, com um ensino significativo a fim de erradicar o analfabetismo e a evasão escolar.

O que é didática

A palavra didática vem da expressão grega Τεχνή διδακτική (*techné didaktiké*)⁶, que se pode traduzir como arte ou técnica de

⁶ Origem: Dicionário informal. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/did%C3%A1tico/3184/>. Acesso em: 13.ago.2019.

ensinar. Em primeiro lugar, a didática pode ser definida como a ciência da aprendizagem e do ensino. A didática é uma disciplina científico-pedagógica cujo objeto de estudo são os processos e os elementos que existem na aprendizagem.

Dentro desta ciência de ensino e aprendizagem, a combinação de fazer o conhecimento didático é necessária, isto é, teoria e prática. A prática é muito importante, pois é sabido que o ser humano aprende através da experiência. No entanto, é importante não cair exclusivamente nos ensinamentos através desta técnica. É por isso que é tão importante complementá-lo com a teoria (MASETTO, 2010).

É elementar enfatizar que uma boa teoria deve ser capaz de ser realizada, isto é, deve ser aplicável à realidade. Há autores que afirmam que não é necessário recorrer à dicotomia entre teoria e prática, que ambos devem andar de mãos dadas, já que a práxis em si é ação e reflexão (MASETTO, 2010).

Sendo uma ciência, a didática tem um objeto formal e material. O objeto formal pode ser definido como a abordagem com a qual o objeto material é observado. Este último refere-se ao processo de aprendizagem e ensino. O objeto material pode ser identificado com as várias estratégias e métodos usados no processo (MASETTO, 2010).

Embora o conceito de didática possa ser aplicado em vários aspectos, é normalmente utilizado em organizações escolares. Através desta ciência, tentamos organizar e discutir as técnicas de ensino. Para este propósito, o discente e o docente são geralmente distinguidos, e o currículo e o contexto em que eles aprendem são adicionados (MASETTO, 2010).

A Didática assume a função de clarificar o papel sociopolítico da Educação, da escola e do ensino. Seus pressupostos enfocam uma Pedagogia Crítica que trabalha no sentido de ir além dos métodos e técnicas, procurando associar escola-sociedade, teoria-prática, conteúdo-forma, técnico-político, ensino-pesquisa e professor-aluno. Em seu âmbito pedagógico, passa a auxiliar no processo de politização do futuro professor despertando-o quanto à ideologia que inspira a natureza do conhecimento. Assim, a Didática crítica supera o intelectualismo formal do enfoque tradicional e recupera seus prestígios no âmbito educacional (MASETTO, 2010).

A didática no ensino superior

Aqueles que enfrentam pela primeira vez um cenário de ensino como professor e aqueles que, após o exercício da profissão, enfrentam novos problemas em situações de mudança educacional, acharão essencial conhecer as categorias, leis, princípios e teorias da didática. Reivindicada por alguns como ciência e por outros como disciplina científica, a didática dá ao professor as ferramentas necessárias para realizar seu trabalho e cumprir a função de ensinar e instruir.

Atualmente, estamos falando sobre a retomada de uma nova forma de educação, visto que hoje há sérios problemas em todos os níveis (básico, regular, ensino superior, universitário e não universitário). É por isso que a importância da análise da educação nesta seção é essencialmente didática, principalmente sobre a formação universitária (Ensino Superior), já que há muito tempo, a didática foi esquecida, confundida com a metodologia como algo maior que a didática. O problema de um professor nas salas de aula da universidade é a didática (a arte de ensinar).

Mas o Ensino em si não se limita apenas ao campo da Pedagogia. Seus princípios servem como fundamentos metodológicos para a vida cotidiana, sendo incorporados ao modo individual de ação como filosofia de vida. Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem, como é concebido, executado e avaliado, não difere muito de qualquer outra atividade humana.

Qualquer um que domine os fundamentos da Didática pode projetar, executar e avaliar objetivamente seu modo de ação em qualquer outro contexto da vida. No entanto, a didática tem sido tradicionalmente concebida apenas a partir do contexto pedagógico e é a partir desse contexto que é analisada neste trabalho.

O caráter científico da Didática é assumido na medida em que tem problemas a serem resolvidos, objeto de estudo, objetivos a serem alcançados, campos de ação, um sistema de contradições internas, leis, princípios e a possibilidade de desenvolver hipóteses que sejam empiricamente verificáveis.

Desse modo, os problemas que se resolveram desde a Didática estão relacionados às insuficiências que se manifestam no processo de ensino-aprendizagem como aquele processo em que professores e alunos interagem em um contexto espacial e tempo-

ral e cujo produto final é formação integral dos alunos, sendo este último seu objetivo.

O processo de ensino-aprendizagem é formativo quando o aluno, ao ser educado, é educado. No processo citado, o aluno (de qualquer nível, mas com diferentes graus de complexidade) é dotado de um sistema de conhecimento relacionado à cultura acumulada pela humanidade ao longo de sua evolução, sendo classificado de acordo com os conceitos, teorias, leis, princípios, etc. Contribui para o desenvolvimento de habilidades intelectuais e práticas, bem como modelagem de comportamento, pensamentos e sentimentos com base em princípios éticos e morais para torná-lo uma boa pessoa.

Deste modo, o objeto da Didática é o processo de ensino-aprendizagem onde se estabelece um sistema de relações entre o professor e os alunos no contexto espacial e temporal e onde um sistema de categorias que determina a estrutura e o funcionamento coincide do referido processo.

Desafios da didática no século XXI

Na vida moderna, toda e qualquer profissão implica em responsabilidade e competição, por mais ambígua que seja, assim, nas salas de aula da universidade, a pedagogia e o ensino são da maior importância, baseados na integralidade do ser humano. Para atingir os objetivos educacionais estabelecidos nos programas escolares, os professores planejam, organizam, gerenciam e implementam o processo de ensino-aprendizagem na sala de aula e fazem isso de acordo com sua formação, experiência e recursos que possuem no contexto em que trabalham.

Esta premissa é fundamental no trabalho de ensino seja teórico ou prático. Embora a educação seja tão complexa e sutil e onde há uma diversidade de aspectos que comprometem a educação, em um sentido mais social, é mais extensa abrangendo uma série de aspectos sociológicos.

No entanto, fazendo uma análise esporádica em nosso país, a educação em um sentido amplo é um processo muito complexo porque tem uma série de problemas sociais, políticos, econômicos e organizacionais onde as estruturas ou projetos curriculares devem se aprofundar no contexto de cada local. Objetivos claros

e concretos alcançáveis sem esquecer o contexto global, portanto as universidades de hoje nos mostram que estamos com sérios problemas, os estudantes que entram na universidade não têm uma visão clara da profissão que querem, nem têm uma vocação definida.

Isso parece um tanto rotineiro, e muitas vezes, isso é uma causa no aprendizado dos alunos, por isso o trabalho do professor universitário é extremamente delicado e complexo ao mesmo tempo, pois requer uma alta preparação pedagógica e didática.

Aparentemente o problema da Educação nas universidades está se tornando cada vez mais perceptível e mostra que sérios problemas parecem repetir-se. Na verdade, o volume de críticas de professores, estudantes e futuros empreendedores, sugere a necessidade de reexaminar o ensino superior em todos os seus aspectos.

Para muitos professores das instituições de ensino superior, universitárias ou não, a pedagogia é um espaço -quase um lugar! - ao qual se recorre quando se tem o objetivo de formar professores para a escola básica e, às vezes, quando se deseja aprender formas mais práticas de “transmitir o conteúdo” aos alunos, maneiras de facilitar o trabalho em sala de aula (PIMENTA E ALMEIDA, 2011, p.236).

Muitos professores universitários e faculdades técnicas lamentam que os estudantes não estejam interessados no trabalho como tal, mas eles vão para a faculdade porque é uma coisa usual. Eles também acham que a maioria dos estudantes está apenas interessada em passar nos exames, na esperança de obter posições lucrativas. A falta de orientação dos alunos sugere talvez a falta de uma orientação profissional mais eficaz.

Na mesma linha de reflexão Pimenta e Almeida complementam: “Ter um domínio rigoroso e seguro do saber referente à área de conhecimento de sua formação é algo que diz respeito a apenas uma das dimensões do trabalho docente - a dimensão técnica” (2011, p. 237).

Como podemos ver, este é o caso de muitas universidades em nosso país. Os estudantes de hoje mostram uma conformidade, um interesse muito reduzido em sua formação profissional, o que requer, portanto, uma orientação tutorial e uma profunda reflexão de cada um.

Conseqüentemente, a didática é a disciplina pedagógica de natureza prática e normativa cujo objetivo é a técnica de ensino, uso adequado da “metodologia” como parte da didática, técnica de dirigir e efetivamente orientar os alunos para um objetivo claro, sempre fazendo uso da pesquisa, fator fundamental nas faculdades, tanto do professor quanto dos alunos. Por isso a didática é uma ciência teórica e prática eminentemente social, que desenvolve uma série de capacidades do ser humano.

A teoria precisa de prática, porque é onde é revalidada e a prática, por sua vez, nutre a teoria. Então, o professor de hoje em qualquer centro superior e/ou universidade deve lidar adequadamente com o ensino em si, não apenas como um explicador do conteúdo de um curso, mas como um educador com uma missão clara de estimular, orientar e habilmente direcionar o processo educacional do aluno, sem esquecer a pedagogia, claro.

Contribuições para a melhoria no ensino

Ninguém duvida hoje que a educação universitária está em um momento de transformação e busca por um novo senso de conhecimento, instigado pela realidade social e pela demanda de qualidade. A universidade do século XXI é mais aberta e flexível, prepara a vida pessoal e profissional, responde aos problemas que a sociedade atual tem. Os processos de mudanças afetam a sociedade em geral e a educação em particular.

Formação do professor

Para iniciar o assunto sobre formação de professores faz-se necessário voltar à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, Lei 9.394 (BRASIL, 1996) que estabelece a formação de professores da educação básica em nível superior, em graduação plena e em licenciaturas. Desde então, todos os novos professores do ensino fundamental e infantil do Brasil têm essa exigência e aqueles que já estivessem atuando e tinham formação em nível médio, mestrado, tiveram que se adequar a essa nova regra. Para isso, o governo federal deu o prazo de dez anos, ou seja, até o ano de 2006, instituindo-se a chamada Década da Educação. Essa formação inicial é viabilizada tanto em cursos normais, instalados nos Institu-

tos Superiores de Educação (IES) quanto nos cursos de pedagogia pertencentes às universidades.

Ainda de acordo com a LDB, fica a cargo dos sistemas de ensino o aperfeiçoamento profissional continuado dos professores bem como a garantia de um período para estudos para esse mesmo professor, incluído em sua carga horária de trabalho. Este disposto é considerado como manutenção e desenvolvimento do ensino em vista das despesas geradas por essa demanda.

Em relação à Educação Especial, sendo a LDB promulgada dois anos após o Brasil ser signatário da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), sua tradução e divulgação em nosso país, ficam claros os primeiros intentos em relação à formalização de uma educação inclusiva e uma educação para todos já que cada município, estado ou a união àquela época ficavam obrigados a “matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no Ensino Fundamental”.

A Educação Especial passa a ser considerada como uma modalidade da educação a ser “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino”. Ainda nessa ocasião, os alunos que atualmente são denominados público alvo da Educação Especial, à época eram considerados alunos com necessidades educacionais especiais, dentro dos quais ainda eram englobadas categorias mais abrangentes como a educação dos índios, dos negros, dos superdotados.

Para viabilizar essa situação o artigo 59 diz o seguinte:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996, p. 24).

Para isso, e para a adequação à proposta de que todos os professores tenham formação em ensino superior, a LDB estabelece no inciso 3º do Artigo 89 que os municípios, os estados e a união se comprometem em “realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância”.

Após designar formação inicial superior para todos os professores na LDB de 1996, no ano de 2001 com finalização e apro-

vação no início do ano de 2002 é promulgada a Resolução CP/1 do Conselho Nacional de Educação instituindo as diretrizes curriculares em âmbito nacional para a formação de professores da educação básica, referentes aos cursos de licenciatura e de graduação plena (BRASIL, 2002).

No artigo 2º são reiteradas as orientações inerentes à formação para a atividade docente vigentes na LDB desde 1996 e, dentre elas, destaca-se o “acolhimento e o trato da diversidade” reforçando a identidade de uma educação inclusiva nos currículos de formação inicial de professores tanto em cursos normais superiores quanto na graduação em Pedagogia.

No artigo 6º da mesma resolução um dos itens referentes às competências e conhecimentos exigidos de um professor para a sua atuação menciona-se o “conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas” (BRASIL, 2002) como algo que deve ser discutido, refletido e aprimorado desde o início da formação profissional dos professores.

Estendendo-se para além da formação inicial, a resolução atenta para a necessidade de formação continuada, que é uma característica importante da profissão docente, em vista da dinâmica do próprio trabalho e dos agentes que influenciam diretamente sobre a escola e sua população, fazendo da educação um exercício em constante mudança e aprimoramento. O texto aponta que a formação continuada deve ser vista como um retorno planejado e sistemático dos professores ao meio acadêmico, indicando essa busca constante de conhecimento, inerente à profissão, tal como se segue no parágrafo 2º do artigo 14º:

§ 2º Na definição da estrutura institucional e curricular do curso, caberá a concepção de um sistema de oferta de formação continuada, que propicie oportunidade de retorno planejado e sistemático dos professores às agências formadoras (BRASIL, 2002, p. 6).

Vale lembrar que essas são as indicações de tal resolução referentes à formação do professor no que diz respeito à inclusão. O parecer CNE/CP 9/2001 referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena (BRASIL,

2001b) destaca a seguinte ideia que vem justificar a preocupação em se estabelecer a Resolução CP/1 de 2002:

As novas tarefas atribuídas à escola e à dinâmica por elas geradas impõem a revisão da formação docente em vigor na perspectiva de fortalecer ou instaurar processos de mudança no interior das instituições formadoras, respondendo às novas tarefas e aos desafios apontados, que incluem o desenvolvimento de disposição para atualização constante de modo a inteirar-se dos avanços do conhecimento nas diversas áreas, incorporando-os, bem como aprofundar a compreensão da complexidade do ato educativo em sua relação com a sociedade (BRASIL, 2001b, p. 10).

O mesmo parecer aponta uma discussão importante acerca da formação e da prática docente como a da dicotomia entre teoria e prática que precisa ser superada. As relações entre a teoria à prática e as experiências anteriores estão diretamente ligadas às aprendizagens significativas, que fazem parte tanto da formação do professor quanto da formação do aluno da educação básica.

Se a busca por essa transposição das teorias aprendidas nos bancos escolares para as práticas na vida cotidiana é um ponto importante para que as aprendizagens sejam efetivamente significativas para as crianças, essa também deve ser a lógica da formação de professores. Dessa maneira, uma reformulação inovadora, flexível e plural nos cursos de formação de professores se faz necessária e é isso que busca a Resolução CP/1 de 2002 (BRASIL, 2002).

No que se refere à forma de trabalho dos cursos de formação, o Parecer CNE/CP9/2001 (BRASIL, 2001b) destaca a importância da relação entre teoria e prática e o aproveitamento da experiência anterior. São apontados como fundamentos da educação básica as aprendizagens significativas, as quais remetem continuamente o conhecimento à realidade prática do aluno e às suas experiências anteriores.

Portanto, esse também deve ser o fundamento da formação de professores, já que deverão reproduzir tais alicerces. A dicotomia teoria versus prática é discutida, porém a solução é clara, como sugere o seguinte trecho do parecer:

Para construir junto com os seus futuros alunos experiências significativas e ensiná-los a relacionar teoria e prática é preciso que a formação de professores seja orientada por situações equivalentes de ensino e de aprendizagem (BRASIL, 2001b, p. 15).

Como instrução a Resolução (BRASIL, 2002, p. 3) estabelece no parágrafo único do artigo 5º que “a aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas”. Isso mostra como o professor deve ser reflexivo sobre suas ações desde o início de sua formação, estabelecendo relação entre a forma como é ensinado e como virá a ensinar seus alunos.

Finalizando, faz-se interessante destacar que o parecer sobre a resolução aponta a revisão no formato da formação de professores para a educação básica existente no Brasil na época como algo necessário de imediato, mas também como um desafio o qual deve ser enfrentado de maneira inovadora, flexível e plural, tal como a educação deve ser encarada de um modo geral para que sejam garantidos os direitos ao aprendizado de todos os alunos, sejam eles crianças ou futuros professores.

Assim como aponta o Parecer (BRASIL, 2001b), a LDB (BRASIL, 1996) e a Resolução CP/1 (BRASIL, 2002) são consideradas como uma evolução do processo brasileiro de formação de professores para a educação básica, em 2006, outra resolução, posterior, também sobre o mesmo tema, mostra-se como uma preocupação, um retrocesso para esse desenvolvimento visto que se opõe à formação integrada juntamente com os demais professores e em nível de formação inicial. A Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 (BRASIL, 2006b, p. 1) institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura “definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país”.

Essa resolução, em seu artigo 10º, modifica o modelo de formação inicial extinguindo as habilitações dos cursos de Pedagogia e passando a oferecer formação para a docência, acrescida das atividades inerentes à gestão, porém exclusivamente nas modalidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

A Educação Especial é retirada da formação inicial passando a ser oferecida em nível de pós-graduação lato sensu. Nessa organização, todo professor recebe formação inicial generalista em relação ao atendimento de alunos com qualquer tipo de deficiência

ou necessidade de apoio, já que o cenário que se tem é o da inclusão e, quando atuarem, esses professores certamente receberão em suas salas de aulas alunos com tais características.

De acordo com essa Resolução de 2006, são reforçadas as habilidades necessárias a um professor, assim como tudo aquilo que é exigido dele enquanto exerce a profissão. Dentre esses aspectos, estabelece-se no artigo 5º que:

O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: [...] X – demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras (BRASIL, 2006b, p. 2).

Como é possível observar, no que se refere ao trabalho voltado para a inclusão escolar, a referida resolução pontua de forma abrangente todos os itens que devem ser respeitados.

Sobre a formação continuada, a LDB (BRASIL, 1996) destaca em seu artigo 80º que o poder público incentivará sua realização, inclusive na modalidade a distância, além de garantir que os institutos superiores de educação tenham programas de educação continuada para os profissionais da Educação de diversos níveis. Sobre a formação em serviço, uma vertente da formação continuada, essa é abordada apenas no artigo 61º no que se refere às maneiras que os professores têm disponíveis para chegar aos objetivos de atender os diferentes níveis e modalidades da educação, sendo indicado o primeiro deles por meio da relação entre teoria e prática, oferecida nas capacitações em serviço.

Para além das políticas que regulamentam a formação de professores no Brasil, é necessário e interessante buscar informações sobre o que vem sendo produzido e publicado sobre a temática. Gatti (2011) apresenta um dado importante sobre o interesse dos pesquisadores pelo tema formação de professores ao longo dos anos finais do século XX e os iniciais do século XXI.

Como o período da amostra refere-se a mudanças significativas nas políticas de formação docente no país, essa evolução no perfil das pesquisas desenvolvidas mostra-se bastante relevante já que o foco é alterado e os professores ganham voz. Essa voz pode permitir que a formação docente seja avaliada pelos seus atores e não somente por ela mesma. Além disso, o aumento do percentual

de trabalhos voltados para o tema mostra também um aumento do interesse sobre o mesmo. Também mostra que os tipos de formação com maior número de trabalhos apresentados são: formação inicial e continuada.

Estratégias ativas: aprendizagem significativa

Neste cenário a criatividade deve ter um lugar de destaque neste processo de transformação. Se a criatividade se alimenta de problemas, crises e situações de mudança estamos em um momento auspicioso para recorrer a esse potencial humano.

Nas orientações surgiram até agora a metodologia é enfatizada como ferramenta essencial ou alavanca para realizar a mudança do tradicional conteúdo acadêmico para conteúdo profissional focado no desenvolvimento de habilidades, isto é, de um ensino baseado em informações dos docentes com base na atividade de formação do aluno (PIMENTA e ANASTASIOU, 2014, p. 206).

A criatividade é a alma de estratégias inovadoras orientadas para a aprendizagem, quanto é o aluno, que tem que mostrar a aquisição das habilidades. A sensação de globalização da aprendizagem é uma consequência imediata dessa transformação.

Cada instituição de ensino superior tem um projeto educacional, que propõe uma educação centrada na aprendizagem dos discentes que lhe permita atuar em uma sociedade em transformação. É uma educação que combina harmoniosamente e equilibradamente requisitos e condições globais e locais; o universal e o singular; tradição e modernidade; os longos e curtos prazos; a indispensável competência e compromisso social. Da mesma forma, a educação visa aumentar a inteligência individual e coletiva e enriquecer o conhecimento e a cultura (PIMENTA e ANASTASIOU, 2014, p. 209, 215).

Nas estratégias criativas, o discente adquire um papel maior do que nas metodologias tradicionais. Ele constrói o conhecimento e desenvolvimento de habilidades através de busca pessoal orientada pelo professor. Nesse sentido, é mais implicativo e, portanto, mais atraente e motivador (PIMENTA e ANASTASIOU, 2014, p. 217).

Nestes casos, o discente não se limita a registrar a informação recebida, mas é contrastada mais tarde em um grupo. Existe, portanto, uma terceira nota que é a natureza colaborativa e com-

partilhada do conhecimento. Você aprende confrontando informações. O ensino criativo é caracterizado precisamente por ser ativo, motivador, dinâmico, implicativo (PIMENTA e ANASTASIOU, 2014, p. 207).

De início, devemos admitir que não há panaceias ou receitas generalizadas, para solução da desmotivação dos discentes, maior dificuldade enfrentada no ensino superior e motivador para o abandono. A chave, em todo caso, está no professor que tem a capacidade ou o manejo de estratégias para enfrentar tais situações. Os professores deixam centros de treinamento e faculdades de educação dominando o conteúdo a ser transmitido; através da prática, adquirem as habilidades necessárias para sobreviver e até mesmo para atuar como bons professores, ou como os discentes chamam “*showman*”, de acordo com Pimenta e Anastasiou (2014, p. 231). No entanto, o que adquirem através da prática são as competências que os tornam profissionais de ensino inovadores e criativo.

Estamos na Era Digital ou na Sociedade da Informação e do Conhecimento. Há décadas temos vindo a migrar para outro paradigma, o da comunicação e interação digital, mas já se falava em metodologias ativas desde de J. Dewey. Atualmente tem se uma gama de Instituições de Ensino Superior -IES, que utilizam o meio virtual para conquistar, fidelizar e proporcionar o tão sonhado ensino superior, com mais comodidade.

No campo acadêmico, as estratégias de aprendizagem mais ativas e menos expositivas criam “grandes revoluções na produção e socialização do conhecimento com base nas tecnologias de informação e comunicação, nos ambientes virtuais e digitais e na cultura digital que afetaram significativamente o mundo do conhecimento” (MASETTO e GAETA, 2013, p.301).

Portanto, o trabalho com o conhecimento em nossa sociedade no ensino superior tem exigido outras práticas docentes, as quais, conforme Masetto (2009, p. 6) inclui:

...pesquisar as novas informações, desenvolver criticidade frente à imensa quantidade de informações, comparar e analisar as informações procurando elaborar seu pensamento próprio, sua colaboração científica, sua posição de intelectual, apresentá-la a seus alunos juntamente com outros autores. Exige dominar e usar as tecnologias de informação e comunicação como novos caminhos e recursos de pesquisa, nova forma de estruturar e comunicar o pensamento.

Exigindo assim de seus professores, adaptações às novas necessidades dos discentes, a fim de tornar as aulas mais interativas, com fácil acesso ao conhecimento e às tecnologias. “postura pedagógica de seus professores com características diferenciadas daquelas de controle” (BERBEL, 2011, p.30). E conseqüentemente facilitando a aprendizagem, além de inserir a universidade ou faculdade no mundo digital.

As mudanças no processo de aprendizagem não ocorrem somente na alteração do Currículo, dos conteúdos, mas também envolvem o método aplicado, pois Masetto (2003, p. 37-39), ao refletir sobre o conceito de aprendizagem, o relaciona ao desenvolvimento da pessoa em sua totalidade, abrangendo as áreas do conhecimento, do afetivo-emocional, de habilidades e a de atitudes ou valores.

Estando em consonância com a afirmação de Morán (2015, p.15) que:

Os processos de organizar o currículo, as metodologias, os tempos e os espaços precisam ser revistos. Pelo caminho mais suave, elas mantêm o modelo curricular predominante - disciplinar - mas priorizam o envolvimento maior do aluno, com metodologias ativas como o ensino por projetos de forma mais interdisciplinar, o ensino híbrido ou blended e a sala de aula invertida. Outras instituições propõem modelos mais inovadores, disruptivos, sem disciplinas, que redesenham o projeto, os espaços físicos, as metodologias, baseadas em atividades, desafios, problemas, jogos e onde cada aluno aprende no seu próprio ritmo e necessidade e também aprende com os outros em grupos e projetos, com supervisão de professores orientadores.

As metodologias ativas incluem materiais escritos, orais ou audiovisuais, previamente planejados, organizados, selecionados ou elaborados, “mas a melhor forma de aprender é combinando equilibradamente atividades, desafios e informação contextualizada. As metodologias precisam acompanhar os objetivos pretendidos”. (MORÁN, 2015, p.17).

As estratégias didáticas inovadoras, podem ser aquecimento; desbloqueio; situações simuladas; confronto com situações reais; pequenos grupos; especialista e/ou preparação prévia; ação centralizada no professor; pesquisa e projetos; base em leitura e escrita (ABREU E MASETTO, 1985). Enquanto Margibel de A. Oliveira propõe a Aprendizagem Baseada em Problema (ABP) “utilizam a

problematização como estratégia de ensino/aprendizagem, com o objetivo de alcançar e motivar o discente, pois diante do problema, ele se detém, examina, reflete, relaciona a sua história e passa a ressignificar suas descobertas”.

Considerações

A inovação exigirá mudanças na prática pedagógica, não apenas como uma opção na docência, mas porque não tem como mantê-la como no passado, pois hoje os alunos encontram-se completamente conectados e inseridos em contextos digitais. Por esses motivos, a ressignificação da formação inicial docente inclui a qualidade das práticas pedagógicas, aqui defendidas como alicerçadas nas estratégias didáticas adotadas pelo formador de docentes. Assim, julgamos serem as metodologias ativas de ensino-aprendizagem favoráveis à promoção do diálogo epistêmico.

Deste modo, para que haja o favorecimento da potencialização da aprendizagem de forma significativa, o uso de estratégias didáticas ativas no ensino superior deve ocorrer na formação inicial de professores, previstas teoricamente e aplicadas no currículo prático, porque tanto neste nível de ensino quanto na Educação Básica não apenas o conteúdo é fator importante, mas também o método a ser utilizado. A sociedade requer cidadãos críticos, logo, o uso de métodos tradicionais que incentivam a passividade precisa ser substituído ou trabalhado de forma híbrida com as metodologias ativas, para que o aluno seja também produtor de conhecimento.

Referências

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. *O professor universitário em aula: práticas e princípios teóricos*. 5. ed. São Paulo, MG Ed. Associados, 1985.

BELLO, José Luiz de Paiva. *Educação no Brasil: a História das rupturas*. 2001. Editado em, 7 de maio de 2012. Disponível em: <https://educomunicacaofam.blogspot.com/2012/05/um-resumo-da-historia-da-educacao.html>. Acesso em: 01.jun.019

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. *As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes*. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

BRASIL, Congresso Nacional. *Lei n.9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União n. 248 de 23/12/96. -Seção I, p. 27883. Brasília, 1996.

BRASIL, Parecer CNE/CP 9/2001, de 08 mai. 2001. *Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. 2001b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 12.jun.2019.

BRASIL, Resolução CNE/CP 1, de 18 fev. 2002. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 12.jun.2019.

BRASIL, Resolução CNE/CP 01, de 15 maio 2006. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura*. 2006b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 12.jun.2019.

BRASIL, *Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro 2009*. Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-332010/2009/Decreto/D6755.htm. Acesso em: 12.jun.2019.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A universidade brasileira: em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.

GATTI, B. A. *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília: UNESCO, 2011.

GOERGEN, P. L. *A universidade, sua estrutura e função*. Educação e Sociedade, São Paulo, n. 2, p. 47-59, jan. 1979.

MARTINS, Ana Rita. *O que ensinar em História*. 01 de Dezembro de 2008. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/1791/o-que-ensinar-em-historia>. Acesso em: 01.jun.2019.

MASETTO, Marcos T.; GAETA, Cecilia. *Docência com Profissionalidade no Ensino Superior*. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Ituiutaba, v. 4, Special Issue 1, p. 299-310, jul./dez.2013

MASETTO, Marcos Tarciso. Formação pedagógica dos docentes do ensino superior. *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Administração* - ISSN 1984-5294 - Edição Especial - Vol. 1, n. 2, p.04-25, Julho/2009.

MASETTO, Marcos Tarciso. *Docência no ensino superior voltada para a aprendizagem faz a diferença*. Cadernos Pedagogia Universitária. PUC – São Paulo/Mackenzie, 2010.

MORÁN, José. *Mudando a educação com metodologias ativas*. [Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol. II] Carlos Alberto de Souza e Ofélia Elisa Torres Morales (orgs.). PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015.

SILVA e BORBA. Regina Nogueira da, e Ernesto Oliveira. *A importância da didática no ensino superior*. Disponível em: <http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2011/11/10/outros/75a110bfed8a88954e5f511ca9bdf8c.pdf>. Acesso em: 01.jun.2019.

PIMENTA. Selma Garrido, ALMEIDA. Maria Isabel de, (Orgs.) *Pedagogia universitária: caminhos para a formação de professores*. São Paulo: Cortez, 2011.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA DE GÊNEROS TEXTUAIS NA ESCRITA: ESTUDO CASO

Cícera Rita Rogério de Medeiros¹
Maria Eliane Magalhães da Silva²
Rita Cristiane de Oliveira Gomes³

Introdução

O presente trabalho visa mostrar, dentro do tema “*A importância da leitura de gêneros textuais na escrita – um Estudo de Caso*”, uma forma de buscar mais conhecimentos e mostrar sua importância dentro do processo ensino/aprendizagem. Neste contexto, a leitura, enquanto prática cultural na formação do cidadão ocorre a partir das situações que a realidade se apresenta, numa perspectiva interacionista. No momento da prática social, processam-se leituras, as quais habilitam o aluno a ampliar as possibilidades de leituras de diversos textos e da própria realidade social, sendo necessário para um bom desenvolvimento cognitivo.

O objetivo desta pesquisa é investigar se o contato do aluno com os mais diferenciados gêneros textuais efetivamente esclarece e produz conhecimentos múltiplos, bem como favorece a internalização da gramática e ortografia, beneficiando, assim, a escrita através das produções textuais. Com isso, pretende-se verificar a importância da leitura de diversos gêneros textuais a fim de que o aluno leia e escreva melhor, de maneira eficiente, que atenda aos

¹ Professora da SME/ Fortaleza; Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Habilitação em Língua portuguesa e suas literaturas, na Faculdade Grande Fortaleza. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

² Graduada em Ciências da Religião – ICRE; Graduada em Pedagogia – UVA; Graduada em História UVA; Graduada em Letras/Português – UFC; Especialização em psicopedagogia – UFC; Especialização em Ensino religioso – FINOM; Especialização em História para Formação de Professores de Quilombos – UFC; Mestra em Educação – UFC; Professora de Caucaia e São Gonçalo do Amarante; E-mail: elienemariajacyra@gmail.com

³ Especialista em Docência do Ensino Superior – FACESMA; Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica – Falc; Psicopedagogia Clínica, institucional e hospitalar – CETREDE; Gestão e Políticas Públicas – Fak. Graduada em Licenciatura Pedagógica – UVA; Professora da rede municipal de Maracanaú há 33 anos e de Fortaleza há 20 anos; Atualmente Diretora Acadêmica da Faculdade Cesma de Maracanaú-FACESMA; E-mail: cristiane@facesma.com.br

propósitos comunicativos exigidos pela situação sócio-cultural em que o aluno é inserido.

Será mostrada, através dos gêneros textuais, uma proposta mais adequada de levar ao aluno a adquirir o hábito de leitura e desenvolver habilidades, bem como a competência para produzir textos; conhecer os diversos gêneros e obter, através deles, um conhecimento da comunicação do dia-a-dia; desenvolver a escrita através de produções, dentro dos respectivos gêneros.

Através do enfoque das relações oralidade e escrita, serão colocadas em pauta as questões das variedades linguísticas, do uso de uma linguagem informal ou formal e conseqüentemente, da norma padrão. As dificuldades existem e quando se trata de turmas do Ensino Fundamental II (6.º ano), público por meio do qual esta pesquisa foi desenvolvida, é mais severo o grau de desconhecimento dessa variedade de gêneros (abordagens) textuais. Para tanto, foi concebida a modalidade escrita da leitura de textos escritos como também as atividades de produções textuais. Consideramos que um estudo, nesse sentido, possibilitaria trabalhar com a língua contextos situacionais, operando com gêneros textuais diversos. Nossa hipótese é de que as atividades de transcrição e, principalmente de transformação, criariam condições para que os alunos desenvolvam capacidades de observação das especificidades, tanto da fala quanto da escrita e, a partir daí, saibam proceder com conhecimento para organizar suas produções de modo “consciente”.

Iniciaremos esta pesquisa apresentando o suporte teórico fornecido por diversos autores que já explanaram sobre o assunto, dentre eles Freire (1996), Geraldi (1986), Kleiman (2000) Soares (1999), Val (1994), Vigotsky (1989). Posteriormente, será apresentado o procedimento metodológico pelo qual a pesquisa foi realizada, ressaltando cada uma das etapas. Após, serão apresentados os dados coletados para sua posterior análise, o que acarretará na divulgação do resultado. Em seguida, serão feitas as considerações finais, em que serão apresentadas as perspectivas tanto realizadas pela pesquisa quanto para estudos posteriores, além de sugestões metodológicas de ensino de leitura.

A leitura é um instrumento necessário para a aquisição de novas aprendizagens que propiciam o alargamento de horizontes ao educando. Assim, aprimorar a própria capacidade de leitura do

educando significa estar lhe construindo as bases para uma reflexão do seu próprio saber, tornando-o apto a formular e reformular hipóteses, aceitar ou rejeitar conclusões e, assim, tornar-se mais acessível a mudanças, a transformar-se em agente de mudança na sociedade em que vive a tornar-se ator e protagonista da própria história.

Partimos do pressuposto de que a construção da identidade social é um processo dependente da realização discursiva em circunstâncias particulares: os significados que os participantes dão a si mesmo e aos outros engajados no processo. O mesmo ocorre com a questão do letramento, um processo contínuo de alfabetização do sujeito, o que permite situá-lo como um longo processo ocorrido com o indivíduo sempre em constituição. Processo este circunscrito entre duas vertentes indissociáveis: a aquisição do sistema de escrita e a efetiva possibilidade de uso no contexto social. Esta última vertente considera que mais do que conhecer as letras, as regras ortográficas, sintáticas ou gramaticais, o ensino de língua escrita requer assimilação das práticas sociais de uso, contribuindo, assim, para a conquista de um novo status da sociedade.

Seria importante que os autores tivessem a concepção de que o processo de ensinar a ler e escrever, numa sociedade de tradição oral como a nossa, tem imersões identitárias, uma vez que envolve a aculturação desses grupos por meio da escrita; aprender a ler e a escrever envolve a aprendizagem de práticas discursivas de grupos aos quais o aprendiz não pertence. Daí a dimensão eminentemente política do trabalho do professor, que, muitas vezes, fica obliterada do conceito de mediador (KLEIMAN, 2006).

Uma significativa parcela dos alunos chega ao ensino fundamental com uma deficiência muito grande na escrita, decorrente, muitas vezes, de uma total ausência do hábito da leitura no âmbito familiar ou também de um despreparo do ensino nas séries iniciais. De acordo com tal pressuposto, questionamos: De que forma a leitura de variados gêneros textuais influencia na habilidade da escrita nas turmas de 5^{os} anos? Faz-se necessária a introdução da leitura de diversas formas de gêneros textuais, para posteriormente haver as produções escritas, haja vista a necessidade de gêneros escritos que sejam familiarizados, ou seja, leituras de gêneros que sejam do seu contexto – um mundo diversificado.

A clientela das turmas em estudo possui uma aprendizagem precária e com uma escrita mais deficiente ainda, daí a necessidade de se desenvolver um trabalho de intervenção pedagógica, que venha recuperar a aprendizagem, ou pelo menos amenizar essas lacunas deixadas. A escola, na época da educação tradicional, depositava muitos conteúdos e não instiga o aluno; não o deixava com fome de conhecimento; não o tornava um ser reflexivo e crítico, infelizmente esses profissionais ainda trazem vícios da época, estão em sala de aula ainda reproduzindo conhecimentos.

Não há outra forma de pensar, refletir, criar e ter visões diferentes que não seja através da leitura, daí o propósito deste trabalho, mostrar duas vertentes, o antes e o depois: a educação tradicional e o atual. Através da leitura exposta na mídia ou meios tecnológicos, há uma facilidade maior na aprendizagem, por serem temas já inseridos no cotidiano do aluno, a linguagem cibernética, bem como a TV e os vídeos-game, fascina e tornam o ambiente agradável e facilitador, tornando um momento lúdico, de fácil interação. E nessa leitura ele torna-se um produtor de textos com mais eficiência, porque reflete essa realidade e assim, em sua mente a refaz de acordo com seus parâmetros, de acordo com seu olhar sobre a vida. O aluno então se vê diante da necessidade de separar o que lhe faz crescer, do que lhe pode fazer retrogradar em seu processo de formação consciente.

É importante que os alunos tenham contato com diferentes gêneros textuais, visto que, é justamente essa diversidade que lhe é oferecida pela mídia. A escola, consciente desse novo tempo, deve disponibilizar aos alunos, leituras consoantes à sua vivência, proporcionar momentos de contato com a prática de leituras diversas, estimulando-lhes também a criatividade, a sensibilidade, a imaginação e o senso crítico.

Vygotsky (1989) frisa que a aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar e que esta nunca parte do zero. Toda aprendizagem da criança, na escola, tem uma pré-história. Os profissionais da área declaram que o desinteresse pela leitura é um dos maiores obstáculos para a formação do hábito de estudo. Assim, no plano da linguagem, o ensino dos diversos gêneros textuais que socialmente circulam entre eles (alunos), além de ampliar sobremaneira a sua competência linguística e discursiva

siva, aponta-lhes inúmeras formas de participação social que eles, como cidadãos, podem fazer ao usar da linguagem escrita.

Referencial teórico

Sabemos do mundo de possibilidades que o letramento nos oferece, sendo assim, este propõe e mostra a importância da leitura e da escrita na educação escolar, centrada como objeto do conhecimento e como instrumento necessário para a aquisição de novas aprendizagens que propiciem o alargamento de horizontes ao educando. Segundo Freire (1996), numa sociedade que exclui dois terços de sua população e que impõe ainda profundas injustiças à grande parte do terço para o qual funciona, é urgente que a questão da leitura e da escrita seja vista enfaticamente sob o ângulo da luta política a que a compreensão científica do problema traz sua colaboração. É um absurdo o grande índice de analfabetismo e os índices dos que, mal alfabetizados, conseguem ler e escrever.

Como base para nossa pesquisa, utilizaremos os conceitos fornecidos por autores como Bakhtin (1953), Colomer e Camps (2002), Freire (1996), Geraldi (1986), Kleiman (2000), Maia (1998), Maturana (1998), Martins e Bicudo (1982), Meurer (2000), Rojo e Cordeiro (2004), Soares (1999), Val (1994), Vigotsky (1989), Rodríguez e Kaufman (1985).

Teoria da pesquisa

Martins e Bicudo (1989) explicam que, diferentemente da pesquisa quantitativa, a *qualitativa* busca uma compreensão particular daquilo que estuda; não se preocupam com generalizações, princípios e leis. O foco da sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, buscando mais a compreensão do que a explicação dos fenômenos estudados. Esses autores comentam que muitas perguntas são feitas, no meio acadêmico, com relação a essa metodologia. Uma delas é a seguinte: “Como é que o pesquisador pode descobrir as qualidades essenciais a serem estudadas?” Essa é uma questão constantemente formulada àqueles que fazem pesquisa qualitativa. A resposta, à mesma não é dada a partir de padrões de procedimentos pré estabelecidos como corretos para o desenvol-

vimento da pesquisa. Mas essa resposta, segundo os autores, depende da instintividade e da habilidade do pesquisador.

Diversidade de textos

Os textos escritos variam, conforme Magda Soares (1999), em função de suas finalidades: informar, entreter, instruir, emocionar, anunciar, seduzir, convencer... A finalidade do texto determina sua organização, estrutura e estilo – seu gênero. Como muitas são as finalidades com que são produzidos os textos no contexto social, igualmente muitos são os gêneros. A palavra gêneros sempre foi bastante utilizada pela retórica e pela teoria literária com um sentido especificamente literário, para identificar os gêneros clássicos – o lírico, o épico, o dramático – e os gêneros modernos, como o romance, a novela, o conto, o drama, etc. Mikhail Bakhtin (1979), pensador russo que, no início do século XX, se dedicou aos estudos da linguagem e da literatura, foi o primeiro a empregar a palavra “*gêneros*” com um sentido mais amplo, referindo-se também aos textos que empregamos nas situações cotidianas de comunicação escrita.

Para Kaufman e Rodríguez (1998), podemos selecionar e classificar os textos segundo nossos interesses e as características peculiares a cada tipo. Contudo, nenhuma classificação será estanque devido à grande variedade de textos produzidos pelos membros de uma comunidade, de acordo com fatores sociais, históricos, econômicos e culturais, a autora compreende como uma ferramenta, isto é, como um instrumento que possibilita exercer uma ação lingüística sobre a realidade. Para ela, o uso de uma ferramenta resulta em dois efeitos diferentes de aprendizagem: por um lado, amplia as capacidades individuais do aluno; por outro, amplia seu conhecimento a respeito do objeto sobre o qual a ferramenta é utilizada. Por exemplo, ao usar o computador, o aluno não apenas aprende como usá-lo cada vez melhor, mas também passa, a saber, mais sobre seus programas e ferramentas.

Leitura através de gêneros textuais escritos

Há, sem dúvida, um interesse crescente no trabalho com gêneros por parte da escola no Brasil, motivado, em grande parte,

pela normatização legal do conceito por meio de documentos oficiais como os PCN, mas a relação entre o uso da noção de gênero e o ensino de leitura, bem como a escrita, é ainda um campo de pesquisa muito pouco explorado.

Pode-se afirmar que a maior parte dos trabalhos, aliás, focaliza a produção de textos, e não a compreensão leitora. Além disso, questões teóricas ligadas ao próprio conceito de gênero ainda permanecem em aberto, o que torna particularmente difícil a sua transposição para o contexto escolar.

Ampliando essa perspectiva, é necessário que o aprendizado da leitura seja visto como o desenvolvimento da competência do leitor, no uso de gêneros textuais. Essa competência engloba igualmente a capacidade de compreender de maneira também crescente as práticas discursivas e as relações sociais associadas ao uso de diferentes gêneros.

Gêneros textuais são tipos específicos de texto de qualquer natureza, literários ou não. Tanto na forma oral como na escrita, os gêneros textuais são caracterizados por funções específicas e organização retórica mais ou menos típica. São reconhecíveis pelas características funcionais e organizacionais que exibem e pelos contextos onde são utilizados. Gêneros textuais são formas de interação, reprodução e possível alteração social que constituem, ao mesmo tempo, processos e ações sociais e envolvem questões de acesso (quem usa quais textos) e poder (MEURER, 2000, p. 149/150).

Assim, a leitura necessita ser entendida no seu contexto textual, ou seja, professores precisam entender como se constroem os sujeitos enquanto leitores, em suas várias dimensões, para que se tenha a ideia da construção histórico-cultural do ato de ler e, neste sentido, o trabalho com gêneros textuais, como objeto de ensino, se torna fundamental.

Desenvolvendo a escrita a partir de produções textuais

Geraldi (1985; 1991), em seu livro “O texto em sala de aula” e, posteriormente, na obra “Portos de Passagem”, enfatiza o uso do texto com unidade de significação, ancoragem para o processo ensino-aprendizagem. Tal concepção indica como atividades básicas no ensino da Língua Portuguesa: leitura, análise linguística e pro-

dução textual. No mesmo enfoque, importa considerar a manifestação de Rojo e Cordeiro (2004, p.08):

O texto na sala de aula, ou o texto como objeto de ensino ou como material sobre qual se desdobra um ensino procedimental (processual), em leitura e compreensão de textos e em produção de textos, afirma-se juntamente como o deslocamento dos eixos do ensino aprendizagem de língua materna: de um ensino normativo, que priorizava a análise da língua e a gramática, para um ensino procedimental, em que os usos da língua escrita, em leitura e redação são também valorizados.

Para os autores, em um primeiro momento, o texto foi tomado como objeto empírico, objeto de uso e não de ensino, fixando-se em atividades de leitura, produção e análise linguística. Mais tarde, o texto passou a ser suporte para o trabalho com estratégias procedimentais e aqui, algumas propriedades do texto passam a ser utilizadas como atividades de ensino, sobretudo, as estruturais, por meio da linguística textual. Assim, o que ensinar sobre os textos se torna objetos de ensino procedimental.

Como obter uma leitura proveitosa com motivação

Um fator que, sem dúvida, contribui para o interesse da leitura de determinado material consiste em que este possa oferecer ao aluno certos desafios. Assim, parece mais adequado utilizar textos não conhecidos, embora de temática ou conteúdo mais ou menos familiar ao leitor; em uma palavra, trata-se de conhecer e levar em conta o conhecimento prévio das crianças com relação ao texto em questão e oferecer ajuda necessária para que possam construir um significado adequado sobre ele – o que não deveria ser interpretado como explicar o texto, ou seus termos mais complexos, de forma sistemática.

Também é preciso levar em consideração que existem situações de leitura mais motivadoras do que outras; por exemplo, a prática da leitura fragmentada – um parágrafo cada um, duas páginas por dia... – muito freqüente em nossas escolas, é mais adequada para “trabalhar a leitura” em determinados aspectos que para a simples leitura por crianças. De qualquer forma, este tipo de leitura nunca deveria ser usado com exclusividade. As situações de

leitura mais motivadoras também são as mais reais: isto é, aquelas em que a criança lê para se libertar, para sentir o prazer de ler, quando se aproxima do caminho da biblioteca ou recorre a ela. Ou aquelas outras em que, com um objetivo claro de resolver uma dúvida, um problema ou adquirir a informação necessária para determinado projeto, aborda um texto e pode manejá-lo à vontade, sem a pressão de uma audiência.

Como ressaltam, acertadamente, Colomer e Camps (apud KLEIMAN, 1997), seria mais produtivo que as escolas dediquem boa parte do tempo atualmente a oralizar os textos, a discutir e a comentar o que e como ele foi lido, o que se pretendeu etc.

A Leitura e a tecnologia

Nada mais temerário do que afirmar que crianças e jovens não gostam de ler; ou que a televisão é a grande vilã da história ou que, antigamente, as pessoas liam mais. Com essas afirmações esquece-se de que ninguém se torna leitor apenas por um ato de obediência e de que ninguém nasce gostando de leitura, assim como ninguém nasce gostando de futebol ou de cinema. Dessas coisas aprende-se a gostar, e essa aprendizagem é cultural. Casos em que as pessoas não tiveram acesso a livros interessantes, ou passaram por experiências negativas quanto ao ato de ler, e consequentemente não gostam de ler.

Uma pessoa, pois, desenvolverá o gosto pela leitura se desde cedo tiver experiências gratificantes, quer através dos livros ou mesmo da Internet ou da televisão. Pesquisas recentes mostram que a televisão não é obstáculo à leitura, atende a certas expectativas das pessoas e não ocupa o lugar do livro. Muitas vezes ela até chama atenção sobre determinados títulos, estimulando a leitura.

Um leitor forma-se aos poucos, sedimentando estratégias e habilidades de leitura ao longo de toda a sua vida. Daí a importância de se começar o quanto antes o contato da criança com o mundo dos livros, antes mesmo que ela aprenda a ler. Portanto, muitas das pessoas que não gostam de ler são apenas as que não foram estimuladas ou os que passaram por experiências negativas, lendo livros que lhes foram impostos e nada lhes acrescentaram. Na verdade, quando o texto é acessível e significativo, as pessoas se animam e a leitura acontece. Assim, devem-se buscar soluções

para que as crianças tenham mais oportunidades de conhecer livros que tornem o ato de ler uma experiência gratificante, cheia de emoções e não uma rotineira tarefa escolar.

Maturana (1998) acrescenta que, por trás de todo o comportamento do ser humano, estaria um emocionar. Emoções são fundadoras de comportamentos individuais e de grupo; assim é viável aplicar técnicas e metodologias em nossas salas de aula para resgatar uma leitura mais emotiva, seja ela através da tecnologia ou através de livros significativos.

Desde o princípio, há necessidade de que o professor demonstre ao aluno que o ato de escrever pressupõe alguns elementos essenciais: para quem escrevemos o que queremos dizer com que finalidade; qual é o gênero mais adequado a essa finalidade e como se produz esse gênero. Essa demonstração deve se dar por meio de uma prática constante de produção de textos de diferentes gêneros e, além disso, efetivada em condições prazerosas de produção, isto é, em um ambiente acolhedor e de respeito, de prazer e trabalho.

Toda essa base teórica que aqui foi apresentada serviu de suporte para a pesquisa qualitativa que foi realizada. Com isso, pode-se identificar através da aplicação de tais conceitos, de que maneira o discurso apresentado pelos autores pode ser aplicável pragmaticamente dentro de um contexto sócio-discursivo.

Metodologia

Este capítulo pretende expor a metodologia usada no presente trabalho – a do diagnóstico, sua aplicação, vantagens e desvantagens. A escola de ensino fundamental e médio Deputado Fausto Aguiar Arruda, faz parte da rede estadual de ensino em Pacatuba-Ce. A escola utiliza diferentes atividades para despertar o interesse e facilitar o processo de construção do conhecimento e a participação do aluno em sala de aula.

A fim de se resguardar cientificamente o estudo e as condições para a comprovação das hipóteses, o questionário/atividade (TD de interpretação textual com respostas objetivas) seguido de uma proposta de produção textual) foi aplicado a alunos com a idade de 9 e 10 anos, em turmas de 6^{os} anos do Ensino Fundamental, por ser essas turmas as primeiras do ensino fundamental II,

advindos das séries iniciais, sendo nessa transição onde se encontram as maiores dificuldades por não estarem mais em processo de ciclos das séries iniciais. Os alunos que participaram da pesquisa sempre estudaram em escolas públicas, possuem uma realidade social bastante debilitada, vivendo a falta de estrutura familiar e a violência constante na comunidade onde residem.

O instrumento utilizado no diagnóstico foi: o questionário/atividade (TD de interpretação textual com perguntas objetivas, seguido de uma proposta de produção textual). Para execução desta atividade foram selecionados textos de gêneros discursivos diferentes, tais quais: poesia, fábula e biografia, optando-se por aqueles mais frequentes ou mais necessários nas práticas sociais de leitura, sendo observados fatores como intencionalidade, informatividade e intertextualidade que, segundo Val (1994), estão relacionados a fatores pragmáticos envolvidos no processo sócio comunicativo. Os textos foram selecionados de acordo com a faixa etária e com variantes da língua escrita, a fim de que o aluno não somente as reconheça, mas também aprenda a interpretá-las. A pesquisa limitou-se aos alunos de 6^{os} anos do Ensino Fundamental II, pois se pretende trabalhar com um método tradicional, apenas aplicando a atividade supracitada, com aplicação de produção textual sem qualquer orientação sobre o formato do texto – gênero textual e no dia seguinte a aplicação da mesma atividade, sendo que desde o princípio, feito a leitura do texto com os alunos, explicando-os, em seguida como deve ser feito o texto, que gênero será produzido, como interpretá-lo para responder o questionário.

A pesquisa foi feita durante 6 aulas e todas as atividades foram executadas em sala, com tempo estabelecido de 50 minutos cada. No primeiro momento, não foi explicado o questionário, nem o texto, portanto foi intencional; no segundo momento, foram feitos todos os procedimentos para uma boa leitura e interpretação, bem como a forma e gênero a ser produzido. Todos fizeram a mesma atividade, sendo executadas individualmente, para tanto, não foram informados da participação da pesquisa diagnóstica que tem por objetivo mostrar a importância dos gêneros textuais para a habilidade da escrita. Assim, a pesquisa procurou ser a mais imparcial possível, além de, dessa maneira, não influenciar nos resultados.

Análise, levantamento e descrição de dados

A aplicação do questionário em três textos de diferentes gêneros revelou-nos dados essenciais para a análise, que visam identificar os textos que mais interessam aos alunos: o gênero conto liderou a pesquisa; a poesia ficou em segundo lugar e a biografia não despertou muito interesse, alegando o aluno de não ter interesse por esse tipo de texto, portanto, foi o menos votado. O gênero literário apresentou justificativas como “através dele aprendem muito”, “ele transmite uma lição de vida” e “porque permite sonhar”.

Texto literário

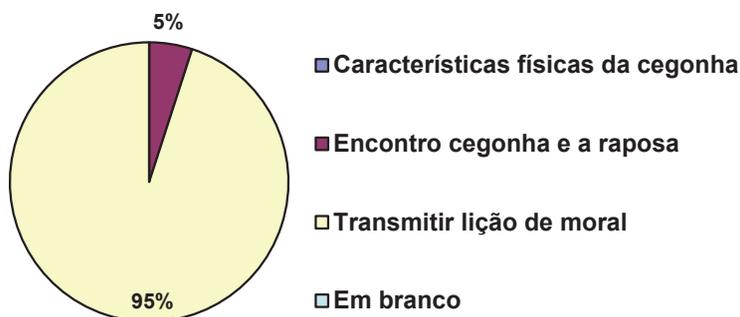
Os textos literários são registros de pensamentos e fantasias do homem e de sua relação com o mundo. Têm o objetivo de divertir e expressar pensamentos e ideias através do conteúdo e da forma escolhida pelo autor. São eles: fábulas, poemas, contos, novelas e outros. Podemos encontrar o referido texto nos apêndices. Verifica-se que todas as crianças responderam às questões, o que corresponde a 100% do grupo de 20 crianças. Portanto, todas demonstraram ter entendido o texto. “Sobre a ideia central do texto, todas as crianças indicaram que se deve evitar fazer com os outros os que não querem que façam para você”, demonstrando, portanto, 100% das crianças compreenderam a ideia central do texto. Nenhuma criança deixou de responder às questões propostas, sendo que todas as crianças responderam e acertaram todas as questões, dando a entender que houve um excelente entendimento do texto. A maioria das crianças, isto é, 19 das 20 crianças, indicaram que possuem interesse por este tipo de texto. A alternativa “às vezes” não recebeu qualquer indicação.

A tabela abaixo indica a interpretação do texto pelos alunos. Verifica-se que todas as crianças responderam às questões, o que corresponde a 100%. A maioria do grupo (19 crianças), correspondente a 95%, demonstrou ter entendido o texto. Uma única criança (1), isto é, 5%, respondeu que era o 1º encontro da cegonha com a raposa, o que indicava características físicas da cegonha não obteve nenhuma resposta.

Tabela 1 - Intenção do texto literário

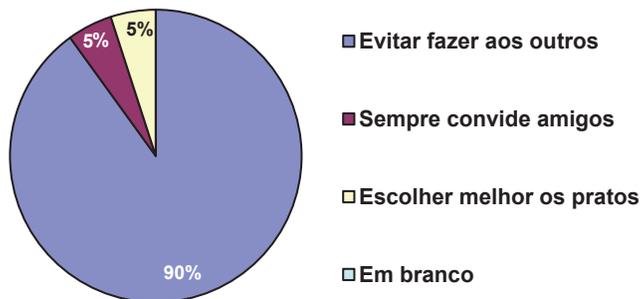
INTENÇÃO DO TEXTO	FREQUÊNCIA	%
Informar sobre características físicas da cegonha		00,00
Contar um episódio do 1º encontro entre a cegonha e a raposa		15,00
Transmitir uma lição de moral	19	95,00
Em branco		00,00
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Gráfico 1 - Intenção do Texto Literário**Tabela 2** - Ideia Central do Texto Literário

IDEIA CENTRAL DO TEXTO	FREQUÊNCIA	%
Evite fazer aos outros o que você não quer que façam para você	18	90,00
Sempre convide amigos para ir a sua casa		15,00
Escolha melhor os pratos que irá cozinhar para os amigos		15,00
Em branco	0	0,00
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

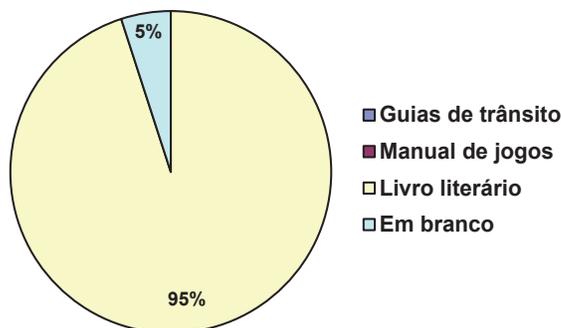
Gráfico 2 - Ideia Central do Texto Literário

Sobre a ideia central do texto, 18 crianças indicaram “que se deve evitar fazer com os outros, o quê não quer que façam para você”, demonstrando, portanto, que 90% das crianças compreenderam a ideia central do texto. Nenhuma criança deixou de responder à questão, entretanto 5% (1 criança) respondeu: “só convida os amigos para ir na sua casa” e 5%(1) criança optou pela resposta: “escolha melhor o prato que irá cozinhar para os amigos.”

Tabela 3 - Onde Encontrar o Texto Literário

ONDE ENCONTRAR O TEXTO	FREQUÊNCIA	%
Guias de trânsito		00,00
Manual de jogos	0	00,00
Livros literários	19	95,00
Em branco	1	5,00
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Gráfico 3 - Onde Encontrar o Texto Literário

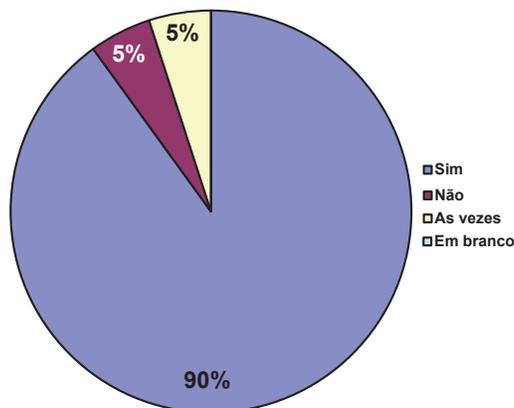
Neste item, 1 criança deixou de indicar a resposta, o que corresponde a 5% do universo pesquisado. A alternativa “manual de jogos e guias de trânsito” não recebeu qualquer indicação; recebeu a indicação, correspondendo a 95%, a alternativa que indicava “livros literários” foi indicada por 19 crianças.

Tabela 4 - Interesse Pelo Texto Literário

VOCÊ SE INTERESSA POR TEXTO LITERÁRIO	FREQUÊNCIA	%
Sim	18	90,00
Não		15,00
Às vezes	1	5,00
Em branco	0	0,00
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Gráfico 4 - Interesse Pelo Tipo de Texto – Literário



A maioria das crianças, isto é, 18, indicaram que possuem interesse por este tipo de texto, correspondendo a 90% do grupo. A alternativa “às vezes” recebeu 1 indicação, ou seja, 5%. Apenas 1 criança indicou que não tem interesse por textos literários, correspondendo a 5% do universo pesquisado.

Na questão para dizer, por que gosta ou não gosta, as indicações foram:

Tabela 5

GOSTA PORQUE...		Não gosta porque...	
Aprendem muito	4	Fala coisas ruins	1
Ensina o que é certo	2	Não consigo entender	1
Gosta do jeito dessa história	3	Só gosto de história de aventura	1
Ensina uma lição de vida	3		
Os animais falam	2		
Sempre tem um fundo de verdade	2		
Gostoso de ler fábulas	1		

Texto biográfico

Textos informativos têm a função de informar conhecimentos, descobertas e conclusões. Ex.: biografia, relato histórico, monografia, relato de experimento científico. Quanto ao texto biográfico, a indicação de 15 alunos dos respondentes recaiu sobre a alternativa “autora de peças de teatro”, do universo pesquisado, apenas 3 crianças, optaram pela alternativa “atriz de cinema” e somente 2 crianças indicaram a alternativa “médica pediátrica” e nenhuma criança deixou de responder à questão.

A alternativa com menor índice de indicações foi “dar uma opinião sobre o teatro na televisão”. A alternativa que indicava “contar a história do teatro em São Paulo, do universo pesquisado e a maioria das indicações, correspondente recaiu sobre a alternativa “informar sobre a vida de Tatiana Belinky. A opção “revistas e jornais” obtiveram a maioria das indicações, apesar do alunado não possuir muito interesse por textos biográficos, nenhum deixou de responder ao questionário.

A alternativa “sim, tem interesse” obteve resposta negativa de não ser o texto predileto – gosta de outros tipos de texto, as indicações, representando a maioria do universo pesquisado.

Tabela 6 - Intenção do Texto Biográfico

INTENÇÃO DO TEXTO	FREQUÊNCIA	%
Autora de peças de teatro	15	75,00
Atriz de cinema	3	15,00
Médica pediatra	2	10,00
Em branco	0	0,00
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Gráfico 5 - Intenção do Texto Biográfico

Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto ao texto biográfico, a indicação de 15 dos respondentes recaiu sobre a alternativa “autora de peças de teatro”, correspondendo a 75% do universo pesquisado, apenas 3 crianças, 15%, optaram pela alternativa “atriz de cinema” e somente 2 crianças, 10% indicaram a alternativa “médica pediátrica” e nenhuma criança deixou de responder à questão.

Tabela 7 - Ideia Central do Texto Biográfico

Ideia CENTRAL	FREQUÊNCIA	%
Contar a história do teatro em São Paulo	1	5,00
Dar uma opinião sobre o teatro na televisão	1	5,00
Informar sobre a vida de Tatiana Belinky	18	90,00
Em branco	0	0,00
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Gráfico 6 - Ideia Central do Texto Biográfico

Fonte: Pesquisa de campo

As alternativas com menor índice de indicações foi “dar uma opinião sobre o teatro na televisão”, equivalente a 1 crianças, ou 5% e a alternativa “contar uma história sobre o teatro, 1 criança, ou seja, 5% do universo total pesquisado. A maioria das indicações, correspondente a 18 crianças, ou seja, 90%, recai sobre a alternativa “Informar sobre a vida de Tatiana.

Tabela 8 - Onde Encontrar o Texto Biográfico

ONDE ENCONTRAR O TEXTO	FREQUÊNCIA	%
Letras de música	2	10,00
Revistas e jornais	17	85,00
Manuais de aparelhos eletrônicos	0	0,00
Em branco	1	5,00
TOTAL	20	100,00

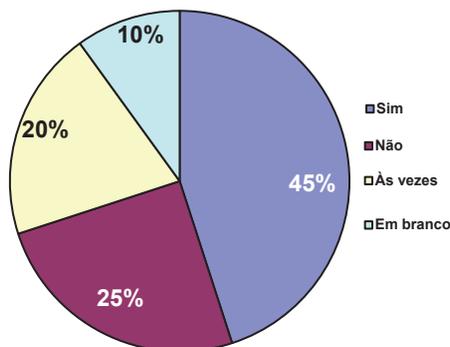
Fonte: Pesquisa de campo.

A opção “revistas e jornais” obteve a maioria das indicações, isto são 17 crianças, representando 85% do universo pesquisado. A opção “letras de músicas” obteve 2 indicações, correspondendo a 10% do universo pesquisado, “manuais de aparelhos eletrônicos” não obteve nenhuma indicação e apenas 1, ou 5%, dos respondentes deixou de fazer indicação da resposta.

Tabela 9 - Interesse Pelo Texto Biográfico

VOCÊ SE INTERESSA POR BIOGRAFIA	FREQUÊNCIA	%
Sim	9	45,00
Não	5	25,00
Às vezes	4	20,00
Em branco	2	10,00
Total	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Gráfico 8 - Interesse Pelo Texto Biográfico

Fonte: Pesquisa de campo.

Nenhum respondente deixou de indicar sua resposta, apenas quatro, ou 20%, indicou a alternativa “às vezes”. A alternativa “não interessa” recebeu 5 indicações, ou 25% do universo, e a alternativa “sim, tem interesse” obteve 9 indicações, 45%, representando a maioria do universo pesquisado.

Na questão “por que gosta ou por que não gosta” as indicações foram:

GOSTA		NÃO GOSTA	
Dá informação	2	Não tem emoção	4
Fala da vida dela	3	É chato	3
Informa sobre as pessoas	2	Não tem graça	2
É interessante	2	TOTAL	9
TOTAL	9		

Texto poético

O poema é um texto literário, geralmente escrito em verso, com uma distribuição espacial muito particular: as linhas curtas e os agrupamentos em estrofe dão relevância aos espaços em branco; então, o texto emerge da página com uma silhueta especial que nos prepara para sermos introduzidos nos misteriosos labirintos da linguagem figurada. Pede uma leitura em voz alta, para capturar o ritmo dos versos recursos estilísticos empregados pelo poeta, quer seja para criar atmosferas de mistério de surrealismo, relatar epopeias (como nos romances tradicionais), ou ainda, para

apresentar ensinamentos morais, como nas fábulas, (o referido texto encontra-se nos apêndices).

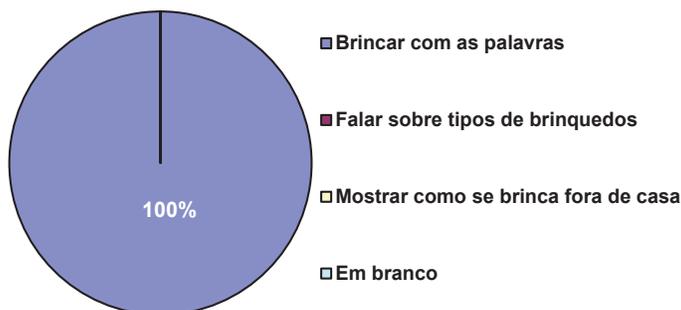
Todas as crianças fizeram suas indicações, “brincar com as palavras – todas as crianças marcaram a alternativa correta sobre os tipos de brinquedo” foi indicada com 100% de acertos, o que corresponde a 20 alunos indicou a resposta “brincar com as palavras”. Todas as indicações recaíram na resposta: os brinquedos acabam, mas as palavras se renovam. Todas as crianças, sem exceção, responderam ao questionário.

Tabela 10 - Intenção do Texto Poético

INTENÇÃO DO TEXTO	FREQUÊNCIA	%
Brincar com as palavras	20	100,00
Falar sobre tipos de brinquedos	0	0,00
Mostrar como se brinca fora de casa	0	0,00
Em branco	0	0,00
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Gráfico 9 - Intenção do Texto Poético



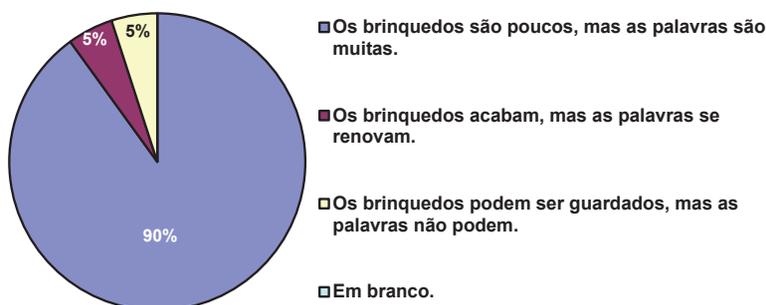
Fonte: Pesquisa de campo.

Todas as crianças fizeram suas indicações, sendo 20 crianças, ou seja, 100%, indicou a resposta “brincar com as palavras”.

Tabela 11 - Ideia CENTRAL DO TEXTO POÉTICO

IDEIA CENTRAL	FREQUÊNCIA	%
Os brinquedos são poucos, mas as palavras são muitas	18	90,00
Os brinquedos acabam, mas as palavras se renovam	1	5,00
Os brinquedos podem ser guardados, mas as palavras não podem	1	5,00
Em branco	0	0,00
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Gráfico 10 - Ideia Central do Texto Poético

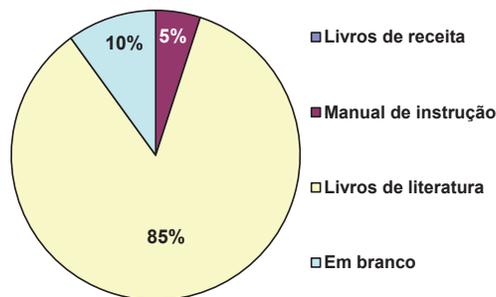
Fonte: Pesquisa de campo.

Somente 1 criança, ou seja, 5% das indicações recaiu na resposta “os brinquedos acabam, mas as palavras se renovam”, com 18 indicações, ou 90%, a alternativa “os brinquedos são poucos, mas as palavras são muitas” foi indicada por 1 criança ou 5% do universo pesquisado e 20 crianças, indicaram “os brinquedos podem ser guardados, mas as palavras não”.

Tabela 12 - Onde Encontrar o Texto Poético

ONDE ENCONTRAR O TEXTO	FREQUÊNCIA	%
Livros de receita	0	0,00
Manual de instrução	1	5,00
Livros de literatura	17	85,00
Em branco	2	10,00
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Gráfico 11 - Onde Encontrar o Texto Poético

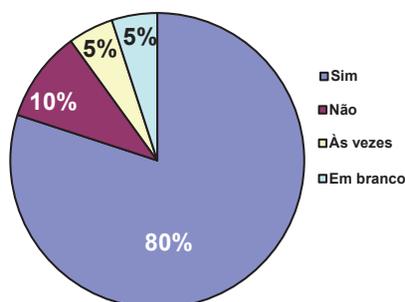
Neste item apenas uma criança, 5%, respondeu e a alternativa “manual de instrução”, ou seja, 5%. Não foi indicada por qualquer criança; a resposta “livros de receita” foi indicada por 17 crianças ou 85% das respostas “livros de literatura” foi indicada pelo universo pesquisado.

Tabela 13 - Interesse Pelo Texto Poético

VOCÊ SE INTERESSA POR POESIA	FREQUÊNCIA	%
Sim	16	80,00
Não	2	10,00
Às vezes	1	5,00
Em branco	1	5,00
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico mostra que os que assinalaram gostar de poesia, apontaram o gosto pelas rimas, e os que assinalaram que não gostam, não entendem, acham sem graça e quase não leem.

Gráfico 12 - Interesse Pelo Texto Poético

Fonte: Pesquisa de campo.

A maioria das indicações foi para a resposta “sim”, com 16 indicações, ou 80% do universo, 2 crianças, 10%, optaram pela alternativa “não”, 1 criança, ou 5%, deixaram de responder e a alternativa “às vezes” recebeu 1 marcação, ou seja, 5% .

Na questão gosta ou não gosta deste tipo de texto e por que as indicações foram:

GOSTO		NÃO GOSTO	
Gosto de rimas	5	Não entendo	1
Gosto de ler	3	Não tem graça	1
Acho divertido	1	Quase não leio	1
Envolve nossa criatividade	1	Total	3
É poético	2		
Acalma e inspira	3		
É uma emoção diferente	2		
Total	17		

Os poucos alunos que revelaram não gostar de ler nenhum dos gêneros (que foi um total de 10% do total de 20 alunos) alegaram que não o entenderam, apreciam leituras que envolvam mais aventuras, ou desejam textos mais longos. O gênero poético apresenta como atrativos de leitura: o caráter lúdico/ sonoro das palavras, seu grau de emoção e o dom de despertar a criatividade, expressos como: “gosto de rimas”, “gosto de ler poesia”, “acho divertido”, “envolve nossa criatividade”. Lido em voz alta, para que os alunos percebessem o som das rimas, das aliterações, dos grandes silêncios e do suspense, despertou nos alunos a força evocativa da experiência pessoal com os brinquedos e palavras, levando-os a perceber o valor, a estética da linguagem. Os alunos assinalaram que a poesia os fez acalmar e inspirar-se, pois envolve emoção e criatividade. Dentre uma turma de 20 alunos, 1 disse não entender de poesia, por isso gostava pouco “não entende” ou não “acha graça”, ou raramente lêem ou realmente não gostam. Evidentemente que, se não incorporarem a poesia em suas rotinas de leitura, dificilmente estarão preparados para apreciá-la e deixarão de sentir que a vida é viver praticamente na paixão, no entusiasmo e na emoção.

Quanto à biografia, dos muitos que a apreciaram, entenderam-na como simples transmissão de informações, seja sobre o teatro, seja sobre a vida da artista. Os que não gostaram, apontam

a falta de emoção, de aventura, “por ser chato”, “não tem graça”, como fatores do não gostar de ler. Realmente, o texto repousa na temática e nas ideias e não nas ações, dentro de uma temporalidade restritiva, que não permite o transporte à emoção. Planejar bem a tarefa de leitura, selecionar criteriosamente os materiais que serão empregados, tomar decisões sobre ajudas eventuais, evitar situações de concorrência e promover, sempre que possíveis àquelas situações que abordem contextos de uso real, certamente são ações que resultarão em incentivo ao gosto da leitura. E, se aliados à recompensa pelo esforço, ao respeito pelo ritmo próprio de cada um e de seu repertório de vida, uma leitura mais emotiva, seja ela de caráter tecnológico ou não, será resgatada.

Sugestões de ensino dos gêneros textuais

Assim, ratificando Beaugrande e Dressler (1983) através da situacionalidade, a adequação do texto à situação sociocomunicativa, aconselha-se aplicar técnicas e metodologias em nossas salas de aulas visando resgatar uma leitura mais emotiva, que pode até mesmo ser empreendida através da tecnologia dos computadores e de leituras específicas, que não as de caráter didático. Experiências positivas de leitura geralmente resultam em bons futuros leitores. O contrário é igualmente válido. O desafio é grande, pois as tradicionais aulas fundamentadas apenas na transmissão do saber permanecem alheias ao movimento das novas tecnologias educacionais e ao perfil do novo espectador.

Para o professor que fundamenta na interatividade os princípios que potencializam o ambiente do ensino-aprendizagem, tais fundamentos significam que, comunicar em sala de aula, é engendrar, disponibilizar a participação e a exploração livre e plena dos alunos, de modo que a apropriação das informações, a utilização das tecnologias comunicacionais (novas e velhas) e a construção do pensamento se efetuem como criação e não simplesmente como transmissão.

A experiência como profissional na área, aliada ao relato de outros colegas que têm se proposto a ensinar produção textual a partir do enfoque de gêneros, têm revelado que essa estratégia tem ampliado a capacidade dos alunos de observar, de antecipar, de interpretar e de interagir, atribuindo significados a seres, obje-

tos e situações cotidianas. Como os gêneros fazem parte de nossa vivência linguística, cultural e social, pois que, recortados da realidade concreta e transpostos para o universo escolar, seria interessante que houvesse uma seleção deles, de modo a contemplar a progressão curricular e os objetivos propostos pelos PCN de cada escola. Igualmente recomenda-se a leitura em voz alta e o incentivo ao aluno para dar o desfecho das várias narrativas.

Procurar textos que realmente interessem aos alunos, de preferência fartamente ilustrados ou levá-los a ilustrar textos (como alguns fizeram durante a aplicação do questionário), também é uma estratégia recomendada. Incentivar os alunos a frequentar as bibliotecas, não apenas como fonte de consulta para trabalhos escolares obrigatórios, mas como fonte de prazer de leitura; deixar sempre à disposição, materiais de leitura, sejam revistas, jornais ou livros; assistir a programas educativos ou teatralizar textos significativos, também ajudarão na formação do futuro bom apreciador de leitura, da leitura com prazer. Sugere-se, também, que o professor se interesse em descobrir quais os *hobbies*, as preferências esportivas, sociais e culturais de seus alunos – futebol, esgrima, balé, surf, criação de lagartos, música axé – para trazer ao âmbito das salas de aulas, textos que se referem a essas modalidades. Conhecer e levar em conta o conhecimento prévio desse universo de interesses é ter um aliado para a conquista de leitores que leram compreendendo. O questionário revelou que apenas uma pequena parcela dos respondentes não quis ou não teve elementos estruturais para responder à pergunta “gostar ou não gostar de ler...”.

Pressupõe-se que essa reação esteja ligada ao lugar cada vez menor que a leitura tem no cotidiano do brasileiro, à pobreza no seu ambiente de letramento (o material escrito com o qual entra em contato, dentro e fora da escola), à preferência por meios mais ágeis de leitura (televisão, Internet, games), à vivência familiar que não o estimula a ler, e até mesmo à precária formação de um grande número de profissionais da escrita que, não sendo leitores, têm, no entanto, que ensinar a ler e a gostar de ler.

O aspecto mais importante desta proposta é que ela sugere atividades baseadas em gêneros de textos preferidos pelos alunos, relacionados ao seu fazer cotidiano e atentos ao entorno da sociedade em que vivem. Numa sociedade altamente urbanizada e tecnificada como a nossa, saber ler compreendendo palavras, nú-

meros ou imagens, é questão de sobrevivência. Poder fazê-lo com prazer é questão de sabedoria. Uma vez que há um reconhecimento pelos professores da importância da leitura em sala de aula, é necessária a utilização de diferentes estratégias com o propósito de cativar os alunos para a leitura. Para que isso se efetue, a escola e os professores precisam promover uma prática constante de leitura, organizada em torno de uma diversidade de textos e gêneros textuais. O ideal é que o professor seja um bom leitor e que esteja sempre atualizado em relação a novas publicações. Cabe a ele proporcionar às crianças e aos adolescentes um convívio estimulante com a leitura, assim como possibilitar que estes cumpram o seu papel, que é o de ampliar, pela leitura da palavra, a leitura do mundo.

A partir do que é preconizado pelos documentos oficiais (PCN e PCNEM), “nas funções sócio discursivas da escrita e nas condições de produção das diferentes interações verbais”, bem como, fala aqui os diversos autores que defendem o uso de gêneros no cotidiano escolar, constatamos que o trabalho com gêneros textuais de circulação na sociedade pode tornar as aulas muito mais produtivas e interessantes para os alunos.

Assim, o trabalho pedagógico com gêneros textuais pode ser o caminho para um ensino e aprendizagem efetuados de forma eficaz, contribuindo de maneira significativa para que os estudantes sejam mais competentes não só em suas atividades escolares, mas, principalmente, em suas práticas sociais.

Considerações finais

Os estudos relacionados ao ensino de língua materna, à medida que se expandem dentro da comunidade científica, vão tornando, aos poucos, o ideal de processo de ensino-aprendizagem uma realidade cada vez mais possível de ser uma realidade cotidiana, a fim de ser o caminho mais viável para o acesso à cidadania. Esta pesquisa representa um passo dado nesta caminhada. Através desta análise, pudemos verificar que oferecer um ensino de língua materna ao educando, de maneira verdadeiramente eficaz, está além de somente reproduzir conteúdos que se restringem apenas ao que o professor quer ensinar, sem, no entanto, nunca se questionar o que o aluno quer aprender.

Por meio deste estudo, identificamos a necessidade de se conhecer mais a fundo os anseios de aprendizagem dos alunos.

Os resultados positivos de interesse em gêneros, principalmente o de ao lazer sem maiores preocupações com o acréscimo de conhecimento – como um aliado do professor para despertar o interesse e, conseqüentemente, a formação do hábito de leitura. Os elementos que mais contam nesse caso são as relações afetivas que os alunos possam ir estabelecendo com a língua escrita, como a criatividade, a emotividade e a prática da leitura oral, que igualmente estão contemplados nos gêneros literário e poético e mais diluídos no biográfico.

Na sociedade moderna é fundamental ter a habilidade de descrever, analisar e comparar, para que a pessoa possa expor o seu próprio pensamento, oralmente ou por escrito. Não é possível participar ativamente da sociedade globalizada se houver a incapacidade de manejar símbolos, signos, dados, códigos e outras formas de expressão linguística. A sociedade atual exige competências e habilidades e não simplesmente conteúdos. É necessário conscientizar escolas e professores de que o simples informar, na atual sociedade globalizada, não é o modo mais adequado de tratar o ensino e a aprendizagem. É necessário informar e formar. Romper esse círculo – de que educação é conteúdo simplesmente, não é tarefa fácil.

Romper com a postura da maioria de professores que considera o conteúdo como sua responsabilidade e a habilidade como responsabilidade do aluno, também não é fácil. Há que se quebrar paradigmas dos dirigentes das instituições, dos professores, dos pais de alunos, dos alunos e da comunidade envolvida, todos comprometidos em mudar o foco, rumo a um trabalho pedagógico integrado, sistêmico, cujas responsabilidades estejam claramente definidas. A nova visão de educação requer, pois, o trabalho de todos – escola, professor e sociedade – em torno de um trabalho cooperativo para que se estabeleçam rotinas de planejamento e de acompanhamento do programa de ensino. Assim, o trabalho centrado em projetos pode ser uma ótima alternativa que pode ampliar a visão de que a disciplina de Língua Portuguesa não seja a única responsável pelo alto índice de alunos que lêem sem compreender, lêem sem prazer e lêem por ler, automaticamente e sem objetivos. Ou ainda, que responsabiliza o professor de Português pelos in-

sucessos dos alunos nas séries seguintes, e pior ainda, pelos altos índices de evasão e de reprovação escolar.

A leitura também ganha uma nova forma de ser trabalhada, de um modo sistêmico, vista como um processo de compreensão da linguagem escrita, resultado da união de texto, forma e conteúdo (intenção do escritor) e das expectativas e conhecimentos prévios do leitor. Ratifica-o a pesquisadora SOLÉ (1998), ao preconizar o modelo interativo de leitura: do leitor, de sua história de vida, de sua formação cultural, religiosa e política, vai derivar todo o processo de parar, pensar, recapitular, relacionar, formular perguntas e decidir o que é importante e o que é secundário na leitura. Nesse item, as concepções educacionais de cunho sócio-histórico, como as de Freire (1985) e Vigotski (1989) ganham uma voz especial neste trabalho, pois priorizaram a importância da interação e da socialização dos saberes através do diálogo, da escrita e do respeito aos saberes dos indivíduos.

O trabalho de leitura na escola tem de ter por objetivo, pois, levar o aluno a desenvolver habilidades e competências e não simplesmente a reproduzir uma memorização, um adestramento. Deve levar o aluno à análise e à compreensão das ideias dos autores, a fim de que os conteúdos informativos e/ou emocionais o façam portador de uma mensagem para si, para sua família ou para sua comunidade. Um aspecto muito interessante foi revelado neste trabalho: a importância da emoção. Essa informação perpassou nas respostas dadas principalmente nos itens relativos ao gostar ou não gostar de ler o texto biografia. A ausência da “aventura”, da ação, da emoção foi revelada como fator de não gostar de ler tais textos.

O estudo aqui apresentado nos enriquece pelo fato de nos mostrar sua importância no desenvolvimento da leitura, da escrita, envolver e desenvolver o emocional do aluno. Tratam-se de textos curtos, de fácil compreensão, sendo sua aceitação otimizada, beneficiando-os pelo fato de falar de assuntos de sua realidade social, igualmente, apesar de ter-se desenvolvido pesquisas e diagnosticado sua importância em sala de aula e no desenvolvimento cognitivo do alunado, percebe-se a necessidade de mais estudos para pesquisas e aprimoramentos para futuros projetos pedagógicos no ensino fundamental.

Referências

- BAKHTIN, M. (1953) *Os gêneros do discurso*. In: __ **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 277-326.
- COLOMER, T.; CAMPS, A. *Ensinar a ler ensinar a compreender*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 11.ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1985.
- GERALDI, J.W. *O texto na sala de Aula*. Cascavel: Assoeste, 1986.
- KAUFAMAN, Ana Maria; RODRIGUEZ, Maria Elena. *Escola, leitura e produção de textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- KLEIMAN, Ângela. *Texto & Leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2000.
- LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*.
- MAIA JR., Raul. *Dicionário Global da língua portuguesa*. Edição atualizada. São Paulo. Editora Difusão cultural do livro. 1998.
- MATURANA, H.R. *Da biologia à psicologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- MARTINS, M.H. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 93 p.
- MEURER, J. L. *O conhecimento de gêneros textuais e a formação do profissional da linguagem*. In: FORTKAMP, M.B.M. *Aspectos da Linguística Aplicada: estudos em homenagem ao prof. Hilário Inácio Bohn*. Florianópolis: Insular: 2000.
- ROJO, R. e CORDEIRO, G.S. *Apresentação: Gêneros orais e escritos como objetos de ensino: modo de pensar, modo de fazer*. In: Schneuwly, B & DOLZ, J e colaboradores. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas - S.P Mercado de Letras, 2004.
- SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.125.
- VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- VIGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

A TECNOLOGIA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Francisca Rousane Sales de Oliveira Andrade¹

Josinéa de Jesus Lemos²

Rita Cristiane Oliveira Gomes³

Luciana Mascena Silva⁴

Introdução

Sabendo que a tecnologia é um tema que vem se ampliando a cada dia e da necessidade de incluí-la nos processos de aprendizagem, uma vez que a mesma faz parte do cotidiano dos alunos, o referido estudo busca desenvolver o tema “A tecnologia no Âmbito da Educação Infantil”, a fim de identificar como incluir as novas tecnologias no currículo pedagógico da educação infantil.

O estudo se justifica pela necessidade de compreender como inserir as tecnologias na educação infantil, de forma que venha contribuir para o aprendizado de forma lúdica, sem esquecer que este conteúdo precisa ser bem dosado, pois as crianças precisam desenvolver habilidades cognitivas, físicas e motoras, sociais, com isto é essencial um bom planejamento para inclusão das tecnologias.

O objetivo geral da pesquisa é demonstrar como a tecnologia é essencial na educação infantil, auxiliando no processo de aprendizagem, uma vez que logo cedo eles têm contato com diversas tec-

¹ Formada em pedagogia; Pós Graduação em psicopedagogia – Facesma; Pós Graduação em gestão escolar e coordenação pedagógica – Facesma; Pós Graduação em Educação inclusiva com ênfase em Libras – Facesma; cursando Fisioterapia – UniFametro.

² Especialista em Docência do Ensino Superior – Facesma; Graduada em Pedagogia – UECE; Técnica Formadora da célula da Ed. Infantil – Município de Fortaleza/CE; Professora do Município de Fortaleza/CE;
E-mail: josinea_lemos@hotmail.com

³ Especialista em Docência do Ensino Superior – Facesma; Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica – Falc; Psicopedagogia Clínica, institucional e hospitalar – CETREDE; Gestão e Políticas Públicas – Fak. Graduada em Licenciatura Pedagógica – UVA; Professora da rede municipal de Maracanaú há 33 anos e de Fortaleza há 20 anos; Atualmente Diretora Acadêmica da Faculdade Cesma de Maracanaú- FACESMA;
E-mail: cristiane@facesma.com.br

⁴ Graduada em Biologia – UVA; Especialista em Auditoria ambiental – CENTEC; Mestra em Ciências Morfofuncionais – UFC; E-mail: lumascena2@gmail.com

nologias, possuindo facilidade no uso destas ferramentas. Tendo como objetivos específicos, identificar a história da educação e da tecnologia no Brasil, a influência da tecnologia na educação infantil e qual a melhor forma de inseri-la nas salas de aula.

O estudo está fundamentado em conteúdos teóricos sobre o tema, pelos quais se busca compreender os benefícios e formas de utilização da tecnologia para a educação infantil, sem deixar de lado os demais materiais que devem ser utilizados, gerando crianças criativas e pensantes. A fim de obter maior embasamento no estudo realizado, analisaremos os conflitos entre defensores do ensino antigo e atual conforme diz Mortatti (2000), e de qual forma a tecnologia possui influência no processo de ensino como menciona Niskier (1993) e Kenski (2012) e a revolução eletrônica descrita por De Pablos (1998).

Para compreender os processos educativos através dos softwares consultamos Cruz (2011) e Libâneo (2001) que deixam explícito os benefícios da utilização da tecnologia na educação infantil. Consultaremos ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o Ministério da Educação de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para identificar as determinações legais e como incluir a tecnologia no ensino.

Histórico da Educação Infantil no Brasil

A educação no Brasil deu início entre os séculos XVI e XVII quando o ensino estava diretamente ligado às práticas religiosas, em 1549 com a chegada dos Jesuítas iniciaram-se as atividades educacionais quando foi fundada a primeira escola. O Projeto Jesuíta era mais um projeto de catequização que visava propor mudanças na religião e costumes indígenas, a intenção era torná-los “homens civilizados”, e educá-los de acordo com a cultura europeia.

Nos primeiros anos da República a alfabetização foi marcada pela disputa entre os métodos sintéticos e analíticos, em 1980 foi marcado pelo ecletismo pedagógico e ainda pela divisão entre teoria e prática.

Neste período, ler e escrever eram considerados um meio de comunicação, assim alfabetizar era civilizar, disciplinar, por conta disso Mortatti (2000, p.143) diz que neste período era grande o conflito entre os defensores de métodos antigos e métodos atuais.

Eram considerados antigos os métodos sintéticos (soletração, silábico e fônico), onde o novo método seria o analítico que seria intuitivo, auxiliando a construir um sistema cultural para o povo.

Toda história da educação está ligada a acontecimentos importantes no Brasil, sendo que a educação infantil iniciou-se na década de 40, quando surgiram as creches, com a crescente urbanização e avanço do capitalismo, que a princípio tinha uma ideia mais de cuidados e assistencialismo que educacional, uma vez que as crianças eram deixadas para serem cuidadas porque precisavam trabalhar.

Na década de 70 e 80 foi quando surgiram os estudos para a primeira infância, sendo que o grande marco ocorreu com a Constituição Federal de 1988, que reconheceu a creche e a pré-escola como parte do sistema educacional. O Art. 208 diz em seu parágrafo IV, que será garantido: educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmar direitos constitucionais, enquanto mais tarde o Ministério da Educação – MEC (1994), no ano de 1994 publicou a Política Nacional de Educação Infantil, visando a melhoria no ensino infantil e a expansão das vagas, com isto veio a qualificação dos profissionais na área.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabeleceu como dever dos municípios a educação infantil sendo creche para crianças de 0 a 3 anos e pré-escola de 4 a 6 anos, deste modo constituiu a primeira etapa da educação básica.

O MEC publicou em 1998 o documento de subsídio para credenciamento e funcionamento das instituições de Educação Infantil, com isto visando à elaboração do currículo de Educação Infantil, sendo que em 1999 foi publicado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que são atualmente os principais parâmetros para elaboração e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil.

A lei define a educação infantil como um processo que visa promover o desenvolvimento, sendo um processo essencial uma vez que “[...] evidencia a necessidade de se considerar a criança como um todo, promovendo o desenvolvimento integral e inserção na esfera pública” (BRASIL, 2006, p. 10).

Com tudo isso a Educação Infantil passou a ser vista como um direito a todas as crianças brasileiras, havendo uma junção do educar e cuidar, possibilitando descobertas e aprendizagem.

História da tecnologia

A tecnologia vem sendo um assunto muito divulgado, o tema consiste na ciência envolvendo diversos instrumentos, técnicas e métodos que buscam resolver situações complexas, visando o desenvolvimento dos setores através da otimização dos processos.

Sobre a tecnologia, Niskier (1993, p.73) propõe “uma mediação do encontro entre Ciência, Técnicas e Pedagogia” ou ainda “um exercício crítico com utilização de instrumentos a serviço de um projeto pedagógico”.

Na educação a história da tecnologia se iniciou nos Estados Unidos na década de 40, quando foram desenvolvidos cursos com ferramentas audiovisuais.

Com a revolução eletrônica em 1960 houve um grande avanço na comunicação, que a princípio foi determinante o uso de rádio e televisão, isto influenciou a vida de milhares de pessoas, em seus costumes, política, economia e educação (DE PABLOS, 1998, p. 52), já em 1970 o desenvolvimento da informática, com a utilização de computadores utilizados para fins educativos, ganhou destaque.

No Brasil o uso da tecnologia teve maior avanço com o ensino a distância em 1939, onde as aulas eram através de rádio, assim foram criadas o Movimento de Educação de Base (MEB) que tinha o objetivo de alfabetizar jovens e adultos, depois em 1967 teve o projeto Minerva e SACI, onde eram utilizados o rádio e televisão para transmissão de conteúdo educacional.

Durante o passar dos anos houve diversos avanços na tecnologia voltada para a educação, onde os serviços da internet passaram a estar disponíveis no Brasil desde 1980, com isto a tecnologia passou a ser frequente nas salas de aula, o que traz diversos benefícios para a educação.

Como a educação é um processo complexo precisa ser constantemente aprimorado, com isto o uso das tecnologias na área da educação é essencial para o ensino-aprendizagem.

A influência da tecnologia na Educação Infantil

As tecnologias estão presentes em todas as áreas, isto não seria diferente na educação infantil, atualmente destacam-se o desenvolvimento da Tecnologia da Informação e Comunicação, elas atuam de forma direta sobre o modo de viver das pessoas, Kenski (2012, p.13) conceitua a tecnologia como algo que busca desenvolver e modificar o cérebro humano, o que possibilita inúmeras descobertas.

Os recursos tecnológicos fazem parte do cotidiano das crianças, que já nasceram em um mundo onde há diversas tecnologias, e que elas se adequam rapidamente a este ambiente. A tecnologia digital e a educação são indissociáveis, pois existem diversos recursos que podem ser usados para aprender, com isso é preciso ensinar como utilizar estes recursos de forma correta.

A tecnologia proporciona uma mudança na educação, tanto na forma do aluno aprender, quanto na sua percepção do mundo como um todo. Na educação infantil a utilização destes recursos é essencial, onde podem ser inseridos sons, movimentos, imagens, jogos, realizando uma ligação da criança com o mundo em que vivemos, gerando ainda interesse o que causa um maior desenvolvimento do aprendizado.

A partir de 1990 o perfil das crianças mudou, de certo modo por conta dos diversos avanços no mundo, eles possuem maior capacidade de fazer diversas atividades ao mesmo tempo, são ativas e gostam de participar e interagir, diante disso é necessário que as escolas incluam atividades lúdicas utilizando diversas tecnologias para aumentar o nível de aprendizado.

A introdução de softwares na educação infantil vem sendo constante, isso ocorre por conta de a maioria das crianças já terem contato com a tecnologia em casa, normalmente eles utilizam computadores, tablets, celulares, os quais podem ser utilizados como recurso pedagógico.

Dessa forma, a busca por softwares educativos vem sendo crescente, pois atraem as crianças facilitando a sua introdução nas aulas, pois as crianças são ativas e curiosas, tendo habilidades para jogos. Segundo Cruz (2011, p.1):

O uso de softwares como recurso na educação infantil possibilita de forma dinâmica e interativa que a criança observe

os elementos apresentados, explore e busque entender o funcionamento com a vantagem de ter implícito, uma sequência de passos que vão desenvolver diferentes habilidades como: a coordenação motora, atenção, memória e raciocínio lógico. Para tal, os softwares devem ser interessantes, motivadores e desafiadores. É preciso também que o professor domine as ferramentas necessárias e conheça bem os softwares aplicados levando em consideração as limitações de cada criança e faixa etária.

Com isso o professor deve agir como facilitador, estando atento para avaliar os softwares, assim como o desempenho dos alunos nas atividades, onde também deve considerar a faixa etária das crianças.

A tecnologia vem influenciando diretamente todos os campos da educação, o que não seria diferente na educação infantil, por isso é vital saber utilizar os recursos existentes sempre buscando maior qualidade para o ensino infantil.

Normalmente na educação infantil são utilizados os computadores, vídeos, gamificação, atividades, músicas, entre outros. De acordo com (LIBÂNEO, 2001, p. 70):

[...] as mídias apresentam-se, pedagogicamente, sob três formas: como conteúdo escolar integrante das várias disciplinas do currículo, portanto, portadoras de informação, ideias, emoções, valores; como competências e atitudes profissionais; e como meios tecnológicos de comunicação humana (visuais, cênicos, verbais, sonoros, audiovisuais) dirigidos para ensinar a pensar, ensinar a aprender a aprender, implicando, portanto, efeitos didáticos como: desenvolvimento de pensamento autônomo, estratégias cognitivas, autonomia para organizar e dirigir seu próprio processo de aprendizagem, facilidade de análise e resolução de problemas, etc.

Para obter um controle maior é preciso que toda a metodologia seja adequada à educação infantil, sendo essencial que as crianças desenvolvam a criatividade e raciocínio, sendo a tecnologia uma aliada do processo e não o único meio.

Diante do exposto, fica evidente que é vital o uso da tecnologia, pois a mesma já faz parte da vida das crianças, a tecnologia pode influenciar de forma positiva o processo de aprendizagem, mas para isso os conteúdos e formas que serão elaborados devem estar de acordo com a faixa etária, assim como o tempo de uso, não deixando de lado as demais atividades.

Para inserir novas tecnologias nas salas de aula, as escolas devem parametrizar as formas de inserir a tecnologia nas salas de aula, a tecnologia digital e a educação são indissociáveis, sendo as tecnologias recursos que favorecem o aprendizado, com isso é preciso dominar as tecnologias para tirar o máximo de benefícios com seu uso.

Na educação infantil, sua inserção pode ser realizada através de sons, imagens, contos, brincadeiras e jogos, gerando identificação e interesse nos alunos. A forma de inclusão deve ser de acordo a faixa etária, enquanto crianças de 0 a 3 anos de idade devem iniciar com sons, imagens, fotos e jogos de fácil manuseio. As crianças com 3 a 5 anos já estão em uma fase que é essencial o uso da tecnologia, normalmente eles já sabem manuseá-los, com isso podem realizar atividades mais abrangente, assim a escola deve determinar nas propostas pedagógicas o conteúdo que será desenvolvido.

O uso da tecnologia na Educação Infantil em tempos de pandemia

A pandemia que se instalou no mundo vem trazendo imensos desafios, e na área da educação não seria diferente, com isto ocorreu o fechamento das escolas públicas e particulares, interrompendo as aulas presenciais (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

Com isto diversas escolas vêm implantando atividades e aulas online e utilizando a tecnologia como aliada para passar conteúdo aos alunos, professores que não entendiam muito do mundo tecnológico precisou aprender rapidamente para atender a atual demanda permitindo que crianças de 0 a 5 anos tenham seus direitos respeitados, vivenciando as experiências da infância com o mundo (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

Quando se fala na educação infantil o uso exclusivo das tecnologias se torna ainda mais complexas, isto ocorre porque nesta fase de educação infantil é quando as crianças precisam da interação para que haja uma aprendizagem eficaz, as tarefas que são realizadas na escola não são iguais as desenvolvidas em casa, pelos pais, pois necessita da interação com professores e outros alunos.

Com isto a escola deve manter a comunicação com a família, mas sem propor que os pais substituam a função das escolas, mas sim agindo de forma a acolher as famílias no enfrentamento a pandemia. Cassiana Magalhães, professora da UEL, acredita que

o ensino a distância pode trazer impactos negativos nas crianças (LAPSAPE, 2020).

A principal recomendação para a educação infantil é que as atividades sejam lúdicas para que as crianças consigam aprender brincando. A pedagoga Xênia Honório diz que:

Os educadores precisam criar ambientes que sejam os mais lúdicos e diversificados possíveis, para que a criança consiga se envolver com essas aulas. Consigam, realmente, aprender neste tempo que elas passam conectadas. É um desafio para todo mundo, para as crianças, para os educadores e para os pais (MEC, 2020, p.1).

Deste modo, além do uso de tecnologias não existe a interação com os professores, e as crianças dependem muito dos pais para desenvolver as atividades.

Acredita-se que este contato dos alunos com professores e colegas é essencial para ajudar as crianças a passarem por este momento de isolamento social, mas este contato deve ser limitado, considerando que crianças até 6 anos não devem permanecer muito tempo conectados às mídias digitais.

É preciso compreender que quando as brincadeiras e interações ocorrem por telas de computador, celular e TV, a exposição precisa ser curta. As crianças ganham com este contato com música, teatro, contação de histórias, mas restringem o contato físico e a interação social (LAPSAPE, 2020).

Diversos canais, blogs, sites, vêm produzindo conteúdos para as crianças, é uma forma de auxiliar os pais a desenvolverem atividades com os filhos, são contações de história, músicas, brincadeiras, teatro e atividades diversas. Com isto, a tecnologia será de grande auxílio neste momento, mas não substitui o contato diário na sala de aula, que é vital para o desenvolvimento das crianças.

As novas tecnologias invadiram o cotidiano docente, mas por diversas vezes não possuem condições de trabalho adequadas, com isso algumas instituições de ensino buscaram qualificar os docentes.

Após este momento de pandemia, os docentes terão outra visão sobre o uso de tecnologias, e isto com certeza trará grande avanço na educação do Brasil. Com a maior necessidade de uso dos meios digitais passou a se pensar mais em formas de inserir a tecnologia na vida dos alunos e professores, assim como nas de-

sigualdades sociais que excluem muitas crianças neste momento, ficando explícito o prejuízo que isso trará para o aprendizado.

Dessa forma, espera-se que o aprendizado seja maior que os prejuízos ocasionados pelo distanciamento social, que todos possam aprender e trazer algo novo para o sistema de educação do Brasil.

Com a aproximação da volta às aulas presenciais é vital que se desenvolvam medidas e estas precisam ter planejamento e investimento, é importante planejar ações respeitando as famílias e crianças, assegurando a proteção de todos (LAPSAPE, 2020).

Para isto é preciso considerar as condições sociais e estruturais das instituições de ensino, a fim de não colocar em risco a vida das pessoas, com isto diversos documentos vêm sendo elaborados para garantir um retorno seguro, comprometido com os direitos das crianças e de toda comunidade escolar.

Metodologia

A metodologia utilizada para obtenção do conteúdo se caracterizou como pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2010, p.29), a pesquisa bibliográfica é realizada com base em materiais disponíveis em livros, revistas, artigos acadêmicos, monografias, dissertações e teses, que abordam o tema pesquisado. Sendo assim, as fontes devem ser confiáveis para uma fundamentação consistente.

Gil (2010, p.30) ainda diz que a pesquisa é do tipo descritivo explicativo, com leituras em materiais bibliográficos que tem objetivo verificar a importância da obra consultada para pesquisa. O objetivo principal é aumentar conhecimentos sobre o tema e estabelecer a importância da inclusão da tecnologia na educação infantil. Desta forma, o método constitui-se em uma revisão bibliográfica de artigos científicos acerca da Tecnologia na educação infantil.

Este artigo propõe uma reflexão sobre o uso da tecnologia no âmbito da educação infantil, para levantamento dos artigos foi realizado busca online, usando os seguintes descritores: Tecnologia; Educação Infantil; Importância da Tecnologia na Educação Infantil.

A avaliação inicial do material bibliográfico foi realizada mediante a leitura dos artigos, com a finalidade de selecionar aqueles que atendiam aos objetivos do estudo. Deste modo, foi realizada lei-

tura dos conteúdos que possibilitaram a realização deste artigo, as leituras foram seletivas, na qual “procura determinar o material que de fato interessa, relacionando-o diretamente aos objetivos da pesquisa.” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41).

Os critérios de inclusão foram textos em português e disponíveis na íntegra que fazem relação com o tema abordado. O critério de exclusão foram artigos que fizeram fuga ao tema, textos sem relevância ou incompletos.

Resultados e discussões

A pesquisa confirmou que a tecnologia é essencial para o aprendizado, uma vez que já faz parte do dia a dia até mesmo das crianças, que possuem grandes habilidades para utilizá-los. Com isto ela precisa ser cada vez mais inserida na educação infantil, proporcionando maior aprendizado aos alunos, e gerando interesse e curiosidade, desenvolvendo a criatividade de forma geral.

Diante dos estudos pode-se constatar que o tema educação surgiu por volta de 1549 pelos Jesuítas, enquanto a educação infantil ganhou força com a revolução industrial quando surgiu a necessidade de ter creches para que os pais deixassem os filhos para trabalhar, a princípio as crianças recebiam apenas cuidados, mas com a Constituição Federal de 1988 foi reconhecido a pré-escola que tinha um sistema educacional, com isto foi garantido o ensino para crianças antes dos 5 anos de idade.

Enquanto isso, a tecnologia surgiu na década de 40 nos Estados Unidos, chegando ao Brasil através de aulas que eram disponibilizadas em rádios, e mais tarde na televisão. Ao longo da história muitos avanços tecnológicos surgiram e foram se adequando ao sistema educacional, o que ocasionou grandes vantagens para alunos e professores, uma vez que com o uso da tecnologia é possível gerar maior interesse nos alunos, incluindo-as como recursos pedagógicos o que vem sendo um diferencial na qualidade do ensino.

A inserção da tecnologia na educação infantil é algo promissor, através de atividades realizadas com meios tecnológicos é possível prender a atenção das crianças, o que auxilia na compreensão dos assuntos, mas, é preciso ter cautela, pois nesta fase é vital desenvolver habilidades físicas, motoras, cognitivas, assim o professor deve incluir a tecnologia de forma moderada.

Entre os diversos recursos que podem ser utilizados na educação infantil ressaltamos o uso de computadores, tablets, celulares, por meio dos quais podem ser realizadas atividades musicais, contação de histórias, gravação de vídeos, a fim de inserir os conteúdos através das tecnologias existentes.

É preciso salientar que o papel do professor é essencial neste processo, pois o mesmo deve avaliar os conteúdos e meios que serão disponibilizados nas aulas, acompanhar o desenvolvimento dos alunos e a eficácia do método. Assim, o professor precisa também conhecer as diversas tecnologias existentes para realizar a implantação de forma correta entre os alunos. É certo que as crianças vão adaptar-se bem às novas tecnologias, pois são de uma geração altamente tecnológica, por isso essa ferramenta não pode ficar fora das salas de aula.

A tecnologia que antes era algo optativo hoje é essencial, e foi possível identificar isso atualmente, que todos precisam conhecer e saber manipular as tecnologias que surgem, pois, em um momento irá precisar delas, com isso deve sim fazer parte do currículo escolar.

Conclusões

Diante de tudo o que foi exposto pode-se concluir que com a globalização, cada vez mais cedo as crianças entram no mundo tecnológico, e possuem habilidades para a utilização dos mesmos, sendo que crianças que não sabem ler nem escrever sabem manusear celulares e tablets.

Com isso as tecnologias existentes são capazes de auxiliar no processo de educação infantil, mas nunca substituir as demais técnicas que são de suma importância para o desenvolvimento infantil, assim é importante que sejam utilizadas como instrumentos de auxílio no processo, evitando-se de toda forma os excessos.

Durante o estudo realizado foi possível compreender como surgiu a educação no Brasil e de qual forma esta educação se estendeu às crianças na fase inicial da vida, pois até certo tempo não existia a educação infantil e as crianças entravam na escola já na fase de alfabetização. Nesse sentido, identificamos que houve grande avanço no sistema educacional no país.

A tecnologia possui grande influência na educação infantil, atualmente as escolas usam muitos meios tecnológicos para passar conteúdos, realizar brincadeiras e desenvolver diversas técnicas no ensino das crianças. Não tem como negar a importância da tecnologia no mundo e no âmbito educacional não seria diferente, com isto ela pode trazer ganhos no processo de ensino e aprendizagem.

O currículo escolar deve parametrizar as formas de incluir as novas tecnologias nas salas de aula, avaliando quais conteúdos podem ser apresentados de forma tecnológica, o ensino do uso de equipamentos, despertar o interesse das crianças e saber inserir diversos métodos a fim de alcançar o resultado esperado.

O docente precisa planejar a aula, executá-la e avaliar a sua eficiência, realizando correções a fim de alcançar o objetivo almejado, deste modo a tecnologia será uma grande aliada no ensino infantil. De posse de tais conclusões, vale ressaltar a importância da tecnologia ser utilizada sempre com a supervisão dos adultos, sejam professores, pais e família em geral, orientando o uso da forma correta e equilibrando o seu uso, para que as crianças tenham outras formas de aprendizagem, desenvolvendo outras habilidades que são vitais na infância.

Desta forma, a pesquisa que se resultou no trabalho apresentado aqui se faz importante ferramenta para os docentes e família, a fim de compreender a importância da tecnologia na infância, e auxiliar neste processo gerando maior conhecimento aos alunos.

Conclui-se que todo conteúdo estudado foi capaz de engrandecer a formação como pedagogo, uma vez que é essencial adquirir diversas habilidades para o uso em sala de aula, pois favorece a transmissão de conteúdo para os alunos, tornando o profissional qualificado para exercer suas funções.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado, 1988. O dever do Estado com a educação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. *Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.* Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 30 jun. 2020.

CRUZ, Audilene M. et al. *Utilização de Softwares educacionais voltadas para a Educação Infantil.* Disponível em: http://aplicando-educacao.blogspot.com.br/2011/09/p-marginbottom-0_24.html. Acesso em 02 jul.2020.

DE PABLOS, J. P. *Visões e conceitos sobre a tecnologia educacional.* Porto Alegre: ArtMed, 1998.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa.* 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KENSKI, Vani Moreira. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.* 8. ed. Campinas (SP): Papirus, 2012.

LAPSAPE, Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas – FFCLRP-USP. *Referências para o trabalho na Educação Infantil durante a pandemia de COVID-19.* São Paulo: LAPSAPE, 2020. 33p. Disponível em: <https://sites.usp.br/lapsape/referencias-ei-durante-pandemia/>. Acesso em: 09 jul. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora.* São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, T. C. S. DE; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katálisis*, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf> Acesso em: 10 jun. 2020.

MEC, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito da criança de 0 a 6 anos à educação.* Brasília, DF: MEC/SEF/DPEF/Coedi, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf. Acesso em 01 jul. 2020.

MEC, Ministério da Educação. *MEC orienta instituições sobre ensino durante pandemia.* 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/>

pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/06/mec-orienta-instituicoes-sobre-ensino-durante-pandemia. Acesso em: 20 jul. 2020.

MORTATTI, M. R. L. *Os sentidos da alfabetização*. São Paulo: UNESP, 2000

NISKIER, Arnaldo. *Tecnologia Educacional uma visão política*. Petrópolis: vozes, 1993.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Nota técnica: Ensino a distância na educação básica frente à pandemia da COVID-19*. 2020. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf Acesso em: 10 jul. 2020.

A TECNOLOGIA COMO ELO PEDAGÓGICO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA, AUXILIANDO NESSE TEMPO DE AULAS REMOTAS

Alice Regina Ramos Martins¹
Antônia Cristina De Sousa Gomes²
Rita Cristiane Oliveira Gomes³
Izabel Cristina de Oliveira Pires⁴

Introdução

A Pandemia de Coronavírus (COVID-19) assolou a humanidade, onde um 1/3 da população encontra-se em casa, privada da liberdade de ir e vir, algo tão essencial. Todos nós fomos pegos de surpresa, o vírus detectado na China matou milhares de pessoas e afetou vários países, influenciado em diferentes setores. Vivemos um momento único, em que foi preciso desacelerar para conter a proliferação da pandemia, a principal recomendação do Ministério da Saúde foi o isolamento social e o uso de máscaras. Com isso, escolas públicas e privadas de todo o país tiveram que suspender as aulas. Assim as redes de ensino de todo o Brasil estão enfrentando o imenso desafio de garantir a aprendizagem dos seus estudantes em tempos de isolamento social e fechamento das escolas por conta do Coronavírus.

Diante do momento atual da COVID-19, seguindo as recomendações da OMS (Organização Mundial de Saúde) e do decreto

¹ Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica - Facesma; Especialista em Atendimento Especializado com ênfase em Libras - Facesma; Graduada em Pedagogia - UVA; Professora do Município de Pacoti /CE; Gerente do MaisPaic do Município de Pacoti/CE; E-mail: alice.regina80@gmail.com

² Gestão e coordenação pedagógica - Facesma; Atendimento Educacional Especializado com Ênfase em Libras - Facesma; Psicopedagogia clínica e institucional- KURIOS; Graduada em Pedagogia - KURIOS Professora do município de Pacoti-Ce; E-mail: cristinasantm30@gmail.com

³ Especialista em Docência do Ensino Superior - Facesma; Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica - Falc; Psicopedagogia Clínica, institucional e hospitalar - CETREDE; Gestão e Políticas Públicas - Fak. Graduada em Licenciatura Pedagogia - UVA; Professora da rede municipal de Maracanaú há 33 anos e de Fortaleza há 20 anos; Atualmente Diretora Acadêmica da Faculdade Cesma de Maracanaú-Facesma; E-mail: cristiane@facesma.com.br

⁴ Graduada em Direito - UNIFOR; Especialista em Docência do Ensino Superior; E-mail: Izabelcristinaoliveira@gmail.com

Nº 33.510, 16 de março de 2020, do Governo do Estado do Ceará, que suspende atividades presenciais, onde no inciso III suspende as atividades educacionais presenciais em todas as escolas, universidades e faculdades das redes de ensino públicas, obrigatoriamente a partir de 19 de março de 2020. Com diversos estados e cidades se preparando para antecipar as férias e fechar escolas, o Brasil entrou na lista dos 100 países que incluíram seus sistemas de ensino nas políticas de isolamento social, uma medida importante para desacelerar a taxa de crescimento do Coronavírus. No mundo inteiro, no dia 17 de março de 2020, mais de 776 milhões de alunos já estavam sem acesso à sala de aula – isso representa mais de duas vezes a população inteira do Brasil.

Na situação inusitada do isolamento social o fluxo do calendário escolar junto às medidas de suspensão das atividades presenciais e a criação de um modelo pedagógico inviabilizou a reposição das aulas, dentro de condições razoáveis de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020 tornando – se um grande desafio.

Dessa forma as Secretarias de Educação de todos os municípios do Brasil de acordo com a Portaria do MEC Nº 343\2020 dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, diante dessa nova realidade, as escolas se organizam para atender seus alunos, bem como proporcionar condições aos professores para reaprender o seu fazer pedagógico, sendo a Educação a Distância de modo remoto a solução.

Diante de tantos acontecimentos repetidos que mudaram nossa rotina ficamos com o questionamento: Será que estamos prontos para viver esse momento Emergencial? No meio de tanta informação, é difícil saber por onde começar e o que realmente considerar, pois todo nosso cotidiano foi afetado. Além disso, sabemos que as consequências do fechamento das escolas vão muito além dos dias letivos e lições perdidas.

A escola, em seu papel social, também é responsável por cuidar das crianças enquanto os pais trabalham e, em muitos casos, a merenda é a principal refeição diária para crianças de classes sociais mais vulneráveis. Se impedidas de irem à escola sem nenhuma chance das famílias se planejarem, há grandes possibilidades de crianças terem que ficar com avós ou parentes mais velhos, que são justamente o grupo de maior risco em caso de infecção. São

questões complexas e que dependem de políticas públicas para serem mitigadas.

Nossa maior intenção nesse artigo é ampliar o uso das tecnologias para o sucesso da aprendizagem fortalecendo os vínculos Escola e Família, refletimos como a tecnologia pode ser meio condutor para o fortalecimento de vínculos. Repensar o fazer pedagógico com base nas mudanças pelas quais a sociedade, de um modo geral tem passado, com o tempo nos deparamos com diferentes fatores que mudam de acordo com nossa realidade social.

Metodologia

Em decorrência das constantes mudanças no desenvolvimento humano e tecnológico, é necessário que os indivíduos busquem constantemente evoluírem e esta evolução não se refere somente a adaptações biológicas e sociais. O momento de pandemia causado pela COVID19, fez com que muitos profissionais se reinventassem, pois apesar das tecnologias estarem cada vez mais disponíveis a população, esta não busca conhecer e apropriar-se desse conhecimento de forma correta.

De acordo com AUGUSTUS, 2020, as ferramentas digitais são fundamentais para que as empresas consigam superar a crise e vencer as barreiras impostas pelas ameaças externas. As *Digital Skills*, por sua vez, podem contribuir com o andamento de atividades-chaves de uma organização e ajudar na manutenção de empregos, visto que se uma empresa observar que seu colaborador não necessita estar no escritório para realizar determinadas atividades, poderá adotar a prática do *Home Officer* e manter o emprego do funcionário.

Infelizmente na área da educação já era perceptível o quanto alguns professores pararam no tempo, se tratando de formas tecnológicas e seus diversos recursos. No dia a dia escolar são usadas inúmeras tecnologias para conseguir alcançar o objetivo que é repassar conteúdos de forma clara e objetiva para os alunos. Para isso são usados notebooks, Datashow, caixa amplificadora, lousas digitais, televisores de LCD, redes sociais, entre outros.

Afirmar que 100% dos profissionais estavam preparados para começarem a trabalhar online seria precipitado e incorreto, seriam necessárias formações voltadas para uso das TIC'S para que

estes pudessem acompanhar tamanho desenvolvimento, porém não houve tempo para isso e neste momento todos foram obrigados a buscar este conhecimento por conta própria, adaptando seus recursos para o momento.

Para que os pais e alunos tenham acesso aos conteúdos são ativados os grupos do Whatsapp, estes grupos já eram usados como ferramenta de interação entre a família e a escola, no entanto eram usados por cerca de 80% das turmas. Com a necessidade do contato para as orientações pedagógicas, este número teve um acréscimo considerável.

De acordo com Guilherme Dearo, (Revista EXAME. Maio de 2020):

O app de videoconferências *Zoom* foi o mais baixado no período, com 3,2 milhões de downloads. A necessidade de fazer Home Office e de estudar a distância, mantendo contato com equipes de trabalho, colegas e professores, fica ainda mais evidente com outros apps que aparecem no top 9, como o Hangouts Meet (1,2 milhão de downloads), o Google Classroom (1,1 milhão) e o Microsoft Teams (700 mil).

Estes aplicativos passaram a fazer parte do cotidiano das instituições de ensino, ressaltando que anteriormente eram baixados vários outros aplicativos, no entanto estes tinham como principal objetivo as relações sociais, o que não tinha nem uma relação com trabalho, são estes: Youtube, Instagram e Snapchat. Os aplicativos voltados para o trabalho de forma informal eram: Whatsapp, Facebook e Messenger. Com o auxílio desses aplicativos as aulas podem ser apresentadas de forma interativa, variando entre chamadas de grupo, ao vivo ou vídeos gravados com o auxílio de feedback positivo dos pais e alunos.

Como estão as escolas de hoje no período da pandemia causada pelo coronavírus

A pandemia causada pelo vírus COVID-19 alterou o modelo tradicional de ensino na educação básica que perdurava há anos, o presencial. As escolas foram forçadas a criarem estratégias para que a aprendizagem continue acontecendo, mesmo que a distância. Essa situação começou com a expansão massiva do COVID-19 em todo o mundo, embora o impacto das questões de saúde pública

afetou a situação mundial na área mais ampla, consequências econômicas, políticas e sociais também afetam o campo da educação. Segundo relatos, na maioria dos países, o isolamento social é mais ou menos estritamente determinado. Nos primeiros 30 dias da disseminação global em larga escala o vírus afetou diferentes setores da sociedade, alcançando 300 milhões de crianças e adolescentes, os deixando fora da escola. Em vista do aumento do número de casos, no final de março de 2020 essa situação afetou metade dos estudantes do mundo, ou seja, mais de 850 milhões de crianças, em 102 países. No momento da redação deste artigo, a UNESCO relatou que 1,6 bilhão de crianças e jovens em 191 países são afetados pelo fechamento das escolas, representando 90,2% da população estudantil do mundo que enfrenta perturbações no desenvolvimento escolar.

Essa paralisação obrigatória tornou-se inevitavelmente o centro do debate educacional, usando a tecnologia educacional para realizar atividades escolares fora da sala de aula, a disponibilidade de ferramentas online deve ser enfatizado desde o início, o conceito de realização de atividades fora da sala de aula é diferente da educação à distância (EAD). No entanto, dada a emergência, os governos estaduais e municipais, independentemente de sua estrutura, fizeram as adaptações necessárias para a prática do ensino a distância, de forma imediata, eles enfrentam o foco nos problemas que surgem, afinal o cenário é totalmente novo diante da realidade que tínhamos. Preparar os professores para o desenvolvimento de cenários de ensino à distância, dos quais geralmente, eles são mediados pelo uso da tecnologia. Em vista disso, professores experimentam, inovam a capacidade de sistematizar esse processo de conhecimento e avaliação, os alunos usam as ferramentas o máximo possível em seu processo de aprendizado, muito, anteriormente desconhecido.

No Brasil, o governo carece de uma política nacional de confrontação, os estados federados se organizam de maneiras diferentes. São Paulo, o maior estado do país, proporciona educação não presencial com o apoio do canal educacional da TV Educação com o National Media Center. Nesse sentido, o canal preparou cursos de transmissão alternativa de TV e TV virtual, o conteúdo do curso é baseado em grau e estágio da educação básica.

Apesar de todos os esforços nessas ações, seja nacional ou global, o sistema educacional entrou em conflito com a fragilidade da educação. A pandemia destacou a desigualdade social e mostrou quanto trabalho precisamos fazer antes de atingirmos nossa meta. Oferecer um nível justo de educação na situação específica do Brasil e suas diferentes realidades. A Magna Carta do país, garante o gozo igual do direito à educação como um direito social. Esse período também despertou muitas reflexões – ou apesar da lição inicial – sobre as mudanças que precisam ser feitas nas escolas “pós-pandemia”. O primeiro desses pensamentos se refere a eles seguirem apenas o currículo e não ter relação direta com o público e a realidade envolvida e não entender os requisitos educacionais. Em outras palavras, a transposição sozinha não é uma abordagem viável, o conteúdo dos documentos do curso não constitui o pilar do conteúdo do ensino: Planejamento, seleção de conceitos e objetos de conhecimento, reflexão sobre o que, quem é o que queremos ensinar. É preciso ficar claro que, embora eles tenham acontecido neste momento, estas não são práticas ensinadas pessoalmente pela escola e, portanto, têm uma natureza intencional. Além disso, enquanto o sistema de atividades presenciais persistir, não será possível o tema é como na sala de aula, não há necessidade de ajustar método de ensino.

Diante disso, a segunda reflexão é revelada: isso é comprovado pela escola. Por meio do projeto, a estrutura não é tão rígida e o slogan e a flexibilidade adapte-se à situação, incluindo a leitura de bons livros, filmes e aprendizado, associado às experiências sociais isoladas e diante de uma pandemia global, independente do currículo rigoroso, mostrando à escola que o desafio para as crianças é de outra ordem. Todos estão passando por essa situação, portanto o trabalho é em conjunto para a construção educacional.

A terceira lição inegável é que essa pandemia mostra a desigualdade que marca nossa sociedade, porque, embora algumas crianças possam usar a tecnologia, método avançado de acesso à Internet, com apoio dos pais/responsáveis em casa, outras razões são excluídas deste processo, ou a falta de equipamento técnico adequado em casa, ou porque o responsável está focado em outros assuntos ou porque não conduz a educação escolar apropriada para orientá-los em suas atividades, pobreza extrema e vulnerabilidade social, entre outros fatores que são mazelas da nossa sociedade.

A situação criada pelo COVID-19 destaca os problemas existentes no ensino em sala de aula, exacerbou essas situações e até antecipou outras situações, indicando uma necessidade urgente de fazer investimentos substanciais em estruturas materiais e pessoais para que possamos honrar os fatores que determinam nossas decisões constitucionais. Também demonstra a necessidade de treinamento de maneira muito aberta, uma vez colocado o professor da “escola de remodelação”, parece que finalmente, o foco da prática de ensino precisa ser alterado para promover o ensino ativo – embora sua expressão seja repetida, na maioria dos casos, não encontrou uma aplicabilidade eficaz. O sistema educacional faz da pedagogia um usuário ativo e incentivo à tecnologia, tornando todos agentes da transformação desse momento,

A disseminação do COVID-19 é uma das causas da crise global em vários campos, causa morte, desemprego e agitação social. Além disso, é claro que como um direito para todos a educação está longe de ser um direito efetivo e existe em diferentes países, o país está declarando leis e desfruta efetivamente. No entanto, a pandemia também despertou profunda reflexão entre todas as pessoas, afinal o momento que passamos nos faz refletir sobre onde estamos e para onde queremos ir. Portanto, exemplos sociais também estão relacionados ao modelo educacional atual.

Dado as dificuldades encontradas, é óbvio que mudanças no campo da educação e a tecnologia requerem grande movimento, o que exige muito investimento na sociedade, bem como políticas de educação, formação e promoção de professores. Com esse cenário as equipes são formadas e desenvolvem as habilidades necessárias para a alfabetização cultural digital, podem parar a luta com a tecnologia através da tranquilidade e segurança e adotar recursos digitais como uma ferramenta de aprendizagem. Acreditamos que o mundo será diferente, “Volte ao mundo da normalidade” (acreditamos que esses dias de 2020/2021 fazem parte de uma realidade que não será normalizada para sempre) assim, tal expressão não terá sentido, pelo menos não relacionado ao modelo de “normalidade” em que vivemos.

Até fevereiro de 2020 não era cogitado essa associação repentina de professor e redes sociais, os recursos tecnológicos eram integrados de forma gradual e orgânica, com o advento da pandemia tivemos que recorrer a essa mudança quase que de for-

ma imediata. E manter essas associações de redes e profissionais de educação em resposta a esta pandemia nos deixa um legado vivo, nos permite configurar melhor as escolas pós-pandemia, pois já vivemos a experiência de nos desdobrar para nos adaptar à nova realidade, no pós-pandemia teremos o movimento de selecionar o que temos de melhor desse período para enriquecer mais ainda nossas instituições de ensino.

Considerações finais

No presente trabalho buscamos fazer uma reflexão sobre como o Covid-19 mudou bruscamente nossa realidade educacional. Fazendo nossos professores e alunos utilizarem os meios tecnológicos como principais recursos no ensino aprendizagem. Refletimos sobre como essa adaptação passou a ser realidade de muitas esferas educacionais pelo mundo, visto que a pandemia teve um alcance global, atingindo escolas de todo o mundo.

Consideramos, também, que nesse processo de ensino e aprendizagem, os nossos professores se esforçam diariamente nas questões referentes à adaptação aos recursos digitais. Muitos tiveram que desbravar um universo novo, visto que anteriormente esse não era o recurso usado por ele e essa mudança brusca ocasiona diferentes transtornos para os professores. Muitos excedem a carga horária de trabalho, gastam mais em busca de ter uma melhor qualidade tecnológica para facilitar seu trabalho. Sem contar os danos emocionais que a nova tarefa acarreta, afinal muitos trabalham em ambientes que antes eram inteiramente familiares.

Também notamos que tais dificuldades se fazem presentes na realidade de nossos estudantes, muitos não têm acesso fácil à internet, não tendo computador em casa e tendo o celular como único meio para assistir e participar das aulas. A obrigação na forma de ensino e aprendizagem atinge em todas as esferas, professor e aluno.

As nossas escolas foram obrigadas a se adaptarem aos novos meios, buscando novos recursos, novos meios para melhorar o desempenho do todo. Entende-se que esse debate não se encerra aqui, mas que abre possibilidades para diferentes discussões sobre o assunto. A escola pode trabalhar e refletir como as tecnologias podem ser inseridas e trabalhadas no cotidiano educacional em “em

tempos normais”, gerando estratégias inovadoras para que esse meio seja mais um avanço na nossa estrutura educacional.

Referências

DEARO, Guilherme. Apps mais baixados em quarentena revelam novas necessidades. Revista Exame, Abril/2020. Disponível em: <https://exame.com/casual/apps-mais-baixados-em-quarentena-revelam-novas-necessidades/> Acesso em: 28/10/2020.

Decreto Nº 33.510, 16 de março de 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Portaria do MEC Nº 343\2020

ROCHA, Lucas. Como as escolas estão usando tecnologia para enfrentar o Coronavírus?. Editora/Blog ou site. Cidade ou País em que a publicação foi feita. 2020. Disponível em: <https://exame.com/casual/apps-mais-baixados-em-quarentena-revelam-novas-necessidades/> onível em: <https://canaltech.com.br/carreira/como-as-escolas-estao-usando-tecnologia-para-enfrentar-o-coronavirus/>. Acesso dia: 28/10/2020.

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE À LUZ DAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

Francyeidson Silvestre Cambé¹

Elane Silveira Gomes²

Gleudson de Sousa Luz³

Izabel Cristina de Oliveira Pires⁴

Introdução

Nas disciplinas trabalhadas ao longo do curso, a gestão escolar e o seu modelo de gerenciamento se apresentaram como elementos fundamentais na condução da aprendizagem dos alunos e do corpo docente juntamente com o exercício de aspectos voltados para questões emocionais. Nos debates desenvolvidos de um modo geral, pode-se perceber que um trabalho escolar com foco na gestão democrática e nos fatores ligados à emoção fortalecem o processo de ensino e os resultados aparecem. O bom andamento desta atividade passa, portanto, pela gestão efetiva do diretor/gestor na escola, desde a dimensão organizacional até a pedagógica, median-do as políticas educacionais.

As vivências no dia a dia das escolas públicas das redes estadual e municipal de ensino aliando às experiências desenvolvidas no curso, juntamente com a leituras compartilhadas pelas disciplinas e discussões, demonstraram que a realidade de nossos espaços educativos tanto no interior como nas grandes capitais do Brasil, não são tão divergentes. Partindo desse princípio e dessas prerrogativas fazem nos questionar, qual o papel da gestão demo-

¹ Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica - Facesma; Graduado em Matemática - Fafibe; Formador do município de Pacoti/CE; Professor do município de Pacoti/CE; E-mail: francycambe@gmail.com

² Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica - Facesma; Graduada em Licenciatura Plena no Curso de Formação de Professores para o Ensino Fundamental nas Áreas Específicas - UECE; Pós graduação em matemática - URCA; Professora nos Municípios de Pacoti e Guaramiranga-CE; E-mail: elane-silveiraben@gmail.com

³ Especialista em gestão Escolar e letramento - FACESMA; Graduado em pedagogia com habilitação em Matemática- UVA; Professor de Matemática da rede municipal de Pacoti/Ce; Diretor Municipal de Pacoti/Ce.

⁴ Graduada em Direito - UNIFOR; Especialista em Docência do Ensino Superior; E-mail: Izabelcristinaoliveira@gmail.com

crática e das competências socioemocionais dentro das instituições de educação básica e como estes elementos colaboram para a efetividade das atividades educacionais, algumas questões específicas são necessárias para a devida condução da investigação em pauta, pois norteiam a pesquisa elaborada. Como objetivos específicos é trazido o desenvolvimento de pontos que abordam fatores históricos, conceituais e de relevância do tema trabalhado.

A metodologia é muito importante para a elaboração de um trabalho científico, pois é nela que é compreendido o caminho que deve ser seguido pelo autor, para que assim possa alcançar os objetivos e que auxilia no processo de construção do conhecimento. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 14) a aplicação de técnicas e procedimentos é o que traz validade científica ao conhecimento produzido. Nesta pesquisa, utilizou-se das técnicas de pesquisas bibliográficas aliada a pesquisa de campo constituída através da aplicação de questionário com levantamentos relacionados ao tema em pauta, considerando que estes fatores possam responder os objetivos a serem alcançados.

Como justificativa deste estudo apresentamos e priorizamos a inserção da gestão democrática nas instituições básicas de ensino e a elaboração de práticas que possibilitem o desenvolvimento das competências socioemocionais, discutindo como tais aspectos tornam os processos educativos e de dinâmica escolar mais adequados e efetivos para os diversos componentes do espaço educacional.

Tal abordagem expressada neste estudo traz à tona o debate acerca das práticas cotidianas dos gestores e procedimentos metodológicos no âmbito emotivo, ou seja, a pesquisa partiu de problemáticas concretas vivenciadas nas escolas de educação básica e cujos desdobramentos são de grande valia para gestores, docentes, discentes e comunidade escolar. Desta feita, a referente pesquisa não se caracteriza como um ato particular apenas, mas como uma prática coletiva na qual o cotidiano escolar foi discutido pelos diversos envolvidos no processo de educação com um foco no processo democrático e emocional.

A disposição dos autores adotados nesta pesquisa para a fundamentação teórica lançou luzes para os caminhos a seguir na elaboração e na compreensão e esclarecimento dos achados deste artigo. Para a construção deste estudo utilizou-se de autores como:

Domingues (2014), Luck (2010), Saviani (2003), Vale (2009), Abed (2014), Jones (2013) e entre outros que auxiliaram na análise da contribuição destas formações para as práticas educativas dentro das instituições de ensino.

O universo desta pesquisa busca entender e responder as questões que se interpõem no cotidiano como as lacunas que precisam ser preenchidas nesse caminho, para que possa prosseguir nessa jornada. Por fim, nos resultados e conclusões são expostos os achados e as informações que elucidam os presentes questionamentos desta pesquisa e abordam os destaques da investigação expandindo a compreensão que se tem sobre a temática da gestão democrática e das competências socioemocionais nos ambientes educativos, colaborando para uma melhor atuação das diversas categorias que compõem as unidades escolares.

A gestão democrática e a sua trajetória histórica

Na eventualidade de observarmos um olhar histórico sobre a trajetória da coordenação pedagógica, é possível perceber que houve um grande percurso em meio as adversidades nos processos de ações educativas ao longo dos anos. Ainda nesse caminho, encontraremos também a explicação para alguns resquícios ainda vigentes nessa função.

O conceito “coordenação escolar” é um termo muito recente, que nasceu por volta dos anos 90, que vem ser substituído por Supervisão Educacional, que segundo Saviani, (2003, p. 14) tem a ação de velar sobre alguma coisa ou sobre alguém a fim de assegurar a regularidade do seu funcionamento ou de seu comportamento. Essa ideia de supervisão vem desde a Revolução Industrial, criado no continente europeu visando a melhoria na qualidade e na produção das fábricas, e com anos depois também seguindo para outros eixos como o esportivo, político e educacional.

Posteriormente, essa ideia de Supervisão Educacional, chega ao Brasil oriunda dos ensinamentos Jesuíticos, através da Ratio Studiorum, que direcionava um conjunto de regras que deveriam guiar a organização da educação, que nesse período era lecionado pelo os padres da companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola, e essas regras entraram em vigor nos anos seguintes. Como descreve Saviani, (2003, p. 21.) O Ratio previa a figura do prefeito

geral de estudos como assistente do reitor para auxiliá-lo na boa ordenação dos estudos, a quem os professores e todos os alunos deveriam obedecer.

Depois de alguns anos, puderam observar a entrada de uma nova reforma na educação a chamada Pombalinas, uma consequência da expulsão dos Jesuítas, assim surgindo um novo conceito para o cargo de Diretor Geral de estudos, que era responsável por todo funcionamento da escola e Saviani, (2003, p.22) complementa, que englobava os aspectos políticos-administrativos (inspeção e direção).

Desde do nascimento do conceito de supervisão até a nossa contemporaneidade, houve uma construção de entender a função do coordenador escolar, até chegarmos à atualidade. Hoje, apesar de que ainda haja alguns sinais da sua constituição enquanto administrador, técnico, burocrata da educação, principalmente nas representações sociais dos professores em suas atividades rotineiras. Conforme afirma Saviani (2003, p. 14), existe toda uma armação analítico-reflexiva no presente que faz com que a ação supervisora passe da condição de função para a de profissão, pela mediação da ideia de supervisão.

Afinal, essa é uma interrogação construída e que faz parte de uma grande discussão em nossos dias, onde passa ser uma pauta da grande demanda da categoria educacional, que por sua vez, esse conceito ainda não está consolidado de fato, pois visto que tanto da supervisão escolar, quanto o conceito de coordenação pedagógica ainda são vistas como cargo/função desempenhadas por profissionais da educação, que de alguma forma se destacaram na profissão docente, no caso da escola privada. Já nas instituições de ensino público, os professores já efetivos ou de cargos comissionados, submetem-se a um processo seletivo para a ocupação do provimento que acontece por um determinado período de tempo, ou seja, não passando na seleção, o docente volta para a sala de aula e isso acontece com todos os membros do núcleo gestor, havendo uma exceção da secretária.

Nesse segundo ponto será abordado a discussão sobre a formação dos gestores, apresentando as indicações da legislação nacional a seu respeito. É importante observar, que neste momento, o trabalho que o gestor assumia era de características de atividades de cunho burocrático da escola. Segundo Domingues (2014)

aponta as mudanças advindas do rompimento do modelo jesuítico para entrar em cena o Estado como responsável pela instrução/educação pública (p. 20).

Voltando-se para o contexto da segunda metade do século XX, podemos exemplificar que, a conjuntura social brasileira do período ainda trabalhava em momentos de regimes autoritários. O conceito de gestão democrática, naquele contexto, ainda não passava de uma ideia a ser construída e trabalhada. Durante o seguimento da democratização da educação, durante os anos de 1930, o Brasil passou por transformações significativas em seu projeto nação, que também refletiu efetivamente na educação.

Com o passar do tempo, outras mudanças sociais chegaram à escola. De acordo com Luck (2010, p. 17):

As mudanças educativas, políticas e sociais, o desenvolvimento tecnológico e as reformas educativas impõem ao trabalho pedagógico uma dinâmica particularizada a cada tempo, espaço, currículo e comunidade atendida, exigindo adequações da escola e de seus profissionais.

De acordo com o autor Luck, essas transformações aconteceram não de forma repentina, mas de modo paradigmáticas assim ocorrendo novas aberturas de ideias de perspectivas democráticas no país e no ambiente escolar.

Conforme destaca os estudos de Zainko (2000), durante o período de 1930 a 1964, a educação foi um campo de muitas transformações ideológicas, que refletiam com efeito no cenário nacional, em que os interesses vinham da classe política, dos setores das classes progressistas e dos liberais, que estavam buscando ideias para edificar um sistema nacional para todas as escolas públicas do país.

Segundo Torres e Garske (2000), no momento em que o princípio democrático foi estabelecido não havia certeza sobre o que esse conceito significava:

Se hoje o conceito de democracia tem múltiplos significados, naquele momento também o tinha. Mas nem por isso deixava de ser uma palavra de ordem. As diferenças daquele momento eram submetidas a um objetivo comum, o de varrer do País a ditadura militar, reinstalando o governo liberal, mediante o retorno à normalidade dos três poderes políticos (Executivo, Legislativo e Judiciário), as liberdades políticas individuais, etc. Hoje, no entanto, as diferenças de concepção sobre a de-

mocracia criam embaraços, pois se trata já de definir, qualitativamente, o perfil da nova sociedade (p. 64).

Durante muitos anos, a educação permeia os mais diversos espaços e cenários, ultrapassando as necessidades de mercado e visando uma efetivação na formação da cidadania, desenvolvendo, assim, as potencialidades humanas. Com a modernidade, depois do ano de 1934, os Estados, Distrito Federal e os Municípios, começaram a promover ideias mais voltadas para o campo da gestão democrática no ensino público.

Luck (2000, p. 12) coloca em destaque que:

Essa mudança de paradigma é marcada por uma forte tendência à adoção de concepções e práticas interativas, participativas e democráticas, caracterizadas por movimentos dinâmicos e globais, com os quais, para determinar as características de produtos e serviços, interagem dirigentes, funcionários e “clientes” ou “usuários”, estabelecendo alianças, redes e parcerias, na busca de soluções de problemas e alargamento de horizontes.

Anteriormente, as escolas adotavam, conforme Freitas (2000), uma administração de característica taylorista de visão e procedimentos voltados para uma linha de pensamento empresariais (alguns deles ainda presentes em nossa sociedade). Retirar-se esse contexto de administração, para ter uma nova visão sobre a gestão escolar implicou na transformação da compreensão sobre posicionamentos dos gestores e de toda comunidade escolar de modo geral, pois só assim a participação de todos que compõem a escola é possível desenvolver um trabalho educativo que passa a ser visto como fundamental para o processo de gestão neste novo contexto democrático.

Por intermédio da promulgação da Constituição Federal de 1988, mais especificamente no Artigo 206, Inciso VI, que estabelece a “gestão democrática no ensino público” em seguida após alguns anos foi instituída no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394 de 1996, a discussão se fortaleceu e acabou permitindo que a comunidade escolar e seus educadores de modo geral explorassem os princípios e os valores democráticos para uma nova percepção sobre a gestão da escolar, que, neste sentido, foram construídos a partir do processo político de cada instituição pública.

Em concordância com a LDB 9394/96 que norteia em seus artigos 12 e 13, inciso IV, os estabelecimentos de ensino têm o dever de cumprir e “articular-se com as famílias e comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” e, assim, como “colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade”. Esses sinais são essenciais para que se possa ter um projeto mais democrática e autônomo, que deve ser de conhecimento dos gestores escolares.

Ainda pode-se pontuar esse princípio regulamentado na LDB 9.394/96, nos artigos 14 e 15 que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Ao observarmos essas diretrizes da LDB, é possível compreender que ela nos apresenta e dar uma base muito importante e que precisa ser observada. É notório que o processo da qualificação da gestão democrática é bastante complexo e difícil entendimento por se identificar como uma nova política de diversas determinações e por tentar quebrar as barreiras tradicionais ainda existentes nas instituições de ensino.

Para a autora Luck (2010), para ser construído as práticas de caráter educacional é preciso estabelecer de forma abrangente, integrada e consistente, as propostas de ação que atenderão o projeto do Estado para a educação (p. 172). Em conformidade ainda complementa, que existem falhas na promoção dos resultados almejados como o distanciamento das políticas propostas e a realidade do contexto escolar, falta de recursos humanos, financeiros e de infraestrutura e descontinuidade de ações governamentais resultante da rotatividade de dirigentes educacionais.

A gestão democrática e sua implementação em instituições de educação básica

O modelo de gestão o qual a instituição de ensino é regida afeta diretamente a forma como toda a dinâmica do ambiente educacional se dará, uma vez que corresponde ao processo de organização determinado pela gestão escolar juntamente com a sua estruturação e como se dá o seu funcionamento em seus diversos elos componentes.

Em termos de gestão escolar, o papel do gestor acaba se voltando tanto para o âmbito administrativo, ligado a questões mais burocráticas, quanto para o pedagógico garantindo melhores condições de funcionamento, a atuação dos professores e do coordenador pedagógico, segundo Libâneo (2001), a construção de uma escola saudável com um ensino que se mostra como algo de qualidade envolve a participação de diversos componentes que contribuem direta e indiretamente para o seu funcionamento de modo eficaz não ficando a cargo exclusivamente do professor.

O que faz com que se possa seguir um padrão mais objetivo em que normas e preceitos fixos seriam estabelecidos e obedecidos ou modelos que abarcasse os diferentes elementos sociais compreendendo seus subjetivismos e integrando-os à sua composição, uma vez que ao conter e lidar com diversos tipos de indivíduos dotados de particularidades a sua organização fica sujeita as nuances destes seres de forma que atenda suas necessidades, mas mantenha sua estrutura básica de arranjo, que vai além de simplesmente corpo docente e administrativo, mas também de estudantes, seus pais e a comunidade em que se encontram.

De fato, a organização e gestão refere-se aos meios de realização do trabalho escolar, isto é, à racionalização do trabalho e à coordenação do esforço coletivo do pessoal que atua na escola, envolvendo os aspectos, físicos e materiais, os conhecimentos e qualificações práticas do educador, as relações humano-interacionais, o planejamento, a administração, a formação continuada, a avaliação do trabalho escolar. Tudo em função de atingir os objetivos. Ou seja, como toda instituição as escolas buscam resultados, o que implica uma ação racional, estruturada e coordenada. Ao mesmo tempo, sendo uma atividade coletiva, não depende apenas das capacidades e responsabilidades individuais, mas de objetivos comuns e compartilhados e de ações coor-

denadas e controladas dos agentes do processo. (LIBANÊO, 2001, p. 7).

Neste sentido, é possível compreender que o processo de implementação do sistema de gestão democrática nas instituições de ensino se dá a partir da ligação entre todas as categorias que atuam no funcionamento direto e indireto das escolas, ou seja, é fundamental que haja a comunicação por parte dos setores que integram fazendo desse sistema de diálogo algo efetivo em que as demandas e atuações das esferas sejam apreendidas e abordadas de maneira geral, no propósito de que até mesmo haja a colaboração entre estes para a execução de forma mais eficiente de suas atividades num sistema de total colaboração, em um contexto de conhecimento e apoio das demais funções existentes e não ao contrário, uma vez que a partir disso temos a noção de que, de acordo com Santos e Sales (2012), “a cultura democrática define a flexibilidade nas relações na instituição, a autonomia dos sujeitos nos processos de elaboração-desenvolvimento e avaliação das propostas da escola, não a inexistência de parâmetros e objetivos que nor-teiam o trabalho”.

O coletivo se organiza para agir em prol de objetivos comuns, de modo em que as responsabilidades por área são estabelecidas e buscam se concretizar através da conexão entre elementos internos e externos, ou seja, a gestão democrática abre caminhos para a cooperação do corpo social, Negrini (2006), “assim a escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade e passa a acontecer como uma comunidade educativa, interagindo substancialmente com a sociedade civil”.

Logo, nos estudos de Negrini (2006, p. 6), é relatado que:

O esforço de todos os envolvidos é que fundamenta a participação coletiva, que é de vital importância para a instalação de um ambiente democrático na escola. Sendo assim a escola deve se perceber como exemplo de ambiente democrático, assegurando a participação dos envolvidos consequentemente com suas decisões e responsabilidades sobre elas. Valores como inclusão, justiça, participação e diálogo são próprios da democracia, por isso tão importante a implantação do espírito democrático na escola. Quando se age democraticamente a diversidade é valorizada e a inclusão se torna prática ao reconhecer como útil a participação, decisão e ideia do outro. A escola deve estar aberta ao debate também para a comunida-

de externa, discutindo as diversas abrangências de fatos importantes à escola, tendo para isso que organizar-se em tempo e espaço, convocando a todos para participar e entender as funções de cada um e a missão da escola, também pais e alunos para assim debater questões primordiais no processo educativo.

O gestor por meio desse padrão de organização, deverá buscar estabelecer as condições necessárias para que o ambiente escolar consiga enxergar tal regime como benéfico para todos e viável para a sua instauração em âmbito escolar para os elementos internos e externos que lhe constituem, Negrini (2006), “focalizando todas as relações da escola, privilegiando a gestão participativa e colegiada, onde poder e responsabilidades são distribuídos de forma equilibrada”.

As políticas públicas viabilizam este molde de gerenciamento fomentando o aporte legal que encontra nos gestores a sua aplicabilidade executada através de todo o seu corpo institucional que se sente seguro e enxerga esse contexto de maneira adequada e mais eficiente para atender as demandas e a realização das atividades de todos e a organização do espaço escolar, incluindo a participação e considerando as necessidades da comunidade em que se encontra tendo em vista que se estabelece ali com o objetivo de prestar serviços para os indivíduos daquele local e não se porta como inerente à realidade vigente em tal ambiente, de acordo com estes pressupostos Santos e Sales afirmam que:

Em relação ao sentido de liderança, situamos a necessidade da presença do/a líder como mediador/a do processo de gestão, seja da escola ou do ensino. Este/a líder-professor/a líder-gestor/a atua com autoridade e autonomia junto à comunidade escolar, a partir de uma relação dinâmica e horizontal, entre todas as representações da instituição; circulando e atuando em todos os espaços da escola, em vista da natureza educativa do seu trabalho. O que queremos dizer é que o/a gestor/a democrático/a se contrapõe ao/a “gestor/a de gabinete”, àquele/a que fica exclusivamente delegando, despachando e definindo atribuições entre quatro paredes. Mesmo com um perfil democrático e progressista que referenda a proposta da gestão escolar e da gestão do ensino, não defendemos a ausência de regras, de normas e de um ritual escolar, mas acreditamos que eles devem ser construídos pela própria comunidade, que sejam instituídos por ela, a partir das necessidades próprias, em articulação com a ges-

tão dos sistemas de ensino, tendo em vista a finalidade pedagógica. A compreensão de relações mais democráticas, seja no âmbito escolar ou mais amplamente, na sociedade, muitas vezes é confundida com a ausência de liderança, de respeito nas relações, de normas, de regras e de organização do tempo e do espaço (2012, 178).

As relações desenvolvidas nesta proposta de gerenciamento objetivam modificar os padrões hierárquicos que durante muito tempo estratificam as funções e não traziam avanços e melhorias para o desenvolvimento da escola, dos profissionais e dos entes que ali eram assistidos. O processo de conscientização parte dos núcleos gestores fazendo com que a fundamentação encontre no contexto da instituição bases para se fortalecer e se dar de modo concreto.

A respeito da atuação do gestor e seu papel como indivíduo reflexivo temos o seguinte:

Ser gestor nada mais é que um gerador de ideias, pensamentos, orientador e principalmente um líder em condições de trazer novas possibilidades para organização do processo educativo, é romper com tabus, é ir além do tradicional, é oportunizar os envolvidos a refletir em prol de melhorias nesse processo. É sair da condição de poder absoluto, para compartilhar as tomadas de decisões coletivas. É fazer do diálogo uma arte, e não simplesmente realizar discursos sem respostas ou sem resultados, ou seja, é buscar a solução de conflitos tendo em vista, o contexto em que a comunidade está inserida (SILVA, 2017, p. 1700).

Por conseguinte, respaldado nesses pressupostos, obtemos o entendimento acerca do que é o modelo de gestão democrática e como a sua implementação é possível e de que forma se aplica dentro das instituições de educação básica. Na medida em que existe legislação que viabiliza sua prática gestonária e que também deve haver por parte dos indivíduos que gerenciam as escolas suporte para a sua comunidade, interna e externa, conforto para reproduzir e se sentir contemplado em tal padrão.

As competências socioemocionais e a sua contribuição para a educação

Nos últimos anos estamos vivenciando profundas mudanças em nossa sociedade, tudo muda a todo instante e as relações com

o conhecimento e a educação devem estar acompanhadas desses desenvolvimentos. As instituições de ensino, no entanto, não estão habilitadas com esse ritmo agitado das transformações, elas levam um tempo para se adequarem, isso acontece tanto no Brasil como no mundo. A educação voltada para as competências socioemocionais, buscam possibilidades que sustentam a prática pedagógica e se adequam ao novo estudante e à sua nova realidade.

Com o intuito de contribuir para o avanço da educação, e na busca de uma nova metodologia de ensino-aprendizagem comprometida com a transformação social e pessoal dos alunos, o desenvolvimento das competências socioemocionais vem disseminar o desenvolvimento de seres mais pensantes e críticos, proativos e construtores de conhecimento, que sejam capazes de se relacionar consigo e com os outros, compromissados com um mundo melhor. Como disserta ABED, (2014):

Calcado no pressuposto de que o aprender envolve não só os aspectos cognitivos, mas também os emocionais e os sociais, este estudo foca a compreensão das inter-relações entre o desenvolvimento das habilidades socioemocionais e o processo de ensino e de aprendizagem. Compreender como tais habilidades podem contribuir com a melhoria do desempenho escolar e vida futura dos estudantes permite construir caminhos que promovam o desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação de qualidade (p. 7).

Essas mudanças na forma de desenvolver a aprendizagem e concepções de ensino, têm restituído os cronogramas e as responsabilidades dos atores da escola que são os professores e alunos, essas competências concebem um processo de construção, desconstrução e reconstrução nas interações sociais vividas nas escolas. Resgatar a complexidade do processo de ensino-aprendizagem a partir dessa nova abordagem, requer refletir sobre as ações e inter-relações entre os diversos fatores que envolve a aprendizagem, e assim essa teoria teve o apoio e as contribuições de vários teóricos intervencionistas como o Piaget, Vygotsky, Wallon, Winnicott, Feuerstein que desenvolver o processo de ensino e o desenvolvimento humano.

Segundo ABED, (2014):

Cada um desses autores, oferece bases para refletir sobre diferentes aspectos inerentes à integração entre as habilida-

des cognitivas e socioemocionais. As referências teóricas de Jean Piaget colaboram para pensar sobre o desenvolvimento cognitivo e suas implicações para a estruturação do currículo escolar. A psicanálise de Donald Winnicott contribui para o entendimento do papel das figuras parentais na constituição emocional dos sujeitos. As concepções de Lev Vygotsky embasam a compreensão da influência da mediação da cultura e das interações sociais nos sujeitos da aprendizagem. As contribuições de Henri Wallon dão subsídios para pensar o desenvolvimento do ser humano nas instâncias biológica, psíquica e social, uma vez que o autor propõe um modelo de desenvolvimento que integra as dimensões do ato motor, da afetividade e da inteligência humana.

É perceptível que essa educação tenta buscar nos alunos a formação de um sujeito integral e preparando-o para vida em convívio em sociedade, não somente através dos conteúdos das disciplinas que são transmitidas pelos profissionais de educação, mas também trazendo suas experiências cotidianas, suas emoções e situações de tomada de decisões para que possa gerar em si mesmo ações construtivas e de responsabilidade. Muitos são questionamentos que envolvem os trabalhos dos professores na inserção das habilidades socioemocionais nos currículos das instituições, inclusive também nos meios acadêmicos, pois a teoria e suas concepções desse ensino começam a ganhar força na segunda metade do século passado. Como descreve Jones, (2013):

Compreende um conjunto de termos para uma ampla gama de habilidades que envolvem a inteligência emocional, competência social e autorregulação, abrangendo as áreas relacionadas aos processos emocionais, às habilidades interpessoais e à regulação cognitiva. Estão relacionados às capacidades que auxiliam a pessoa a lidar melhor com as próprias emoções, a relacionar-se positivamente com outros e a executar tarefas diversas (estudar, trabalhar, etc.) de uma maneira competente (p. 13).

Essas competências socioemocionais fundamentam-se ainda pela concepção de dualidade entre dois pontos: a razão e a emoção, que a partir dos conhecimentos que permitem uma melhor compreensão da ação do funcionamento cognitivo e das relações com os diversos aspectos da nossa realidade. Buscando uma qualidade de ensino e na inserção dessas habilidades, baseados nos pressupostos teóricos foi elaborado um programa para de ensino para as

instituições de ensino, “com o objetivo de promover cinco conjuntos de competências cognitivas, afetivas e comportamentais: autoconsciência; autocontrole; consciência social; habilidades sociais e tomada de decisão responsável” (Weissberg, 2013 pág. 22).

Conforme os autores Bisquerra (2000), Goleman (1997), Vale (2009) e Vallés & Vallés (2000), após alguns anos de estudos e análises de programas dedicados à educação socioemocional, as competências socioemocionais foram agrupadas em cinco categorias:

Autoconsciência emocional: adquirir um melhor conhecimento das próprias emoções, reconhecer as diferenças entre sentimentos e ações e compreender as causas dos sentimentos;

Gestão das emoções: desenvolver habilidades para controlar as próprias emoções, prevenir os efeitos prejudiciais das emoções negativas (por exemplo, melhorar a capacidade para expressar verbalmente a ira sem lutar), desenvolver habilidades de resistência à frustração, desenvolver habilidades para gerar emoções positivas;

Controlar produtivamente as emoções: desenvolver habilidades de auto – motivação, maior capacidade de concentração nas tarefas e maiores responsabilidades, desenvolver a capacidade de saber esperar por recompensas a longo prazo em detrimento de recompensas imediatas;

Empatia: desenvolver a capacidade de aceitar a perspectiva do outro, desenvolver sentimentos de empatia e sensibilidade com os outros, e desenvolver a capacidade de escuta;

Gerir relacionamentos: desenvolver competências para resolver conflitos e negociar acordos, desenvolver a capacidade de cooperação, de partilha e de ajuda (Vale, 2009, p.131).

Com a inserção de cada uma dessas habilidades na metodologia de ensino, podemos entender que há um aumento na compreensão dos efeitos do desenvolvimento social e emocional de crianças e jovens, que resultará na melhoria de sua vida adulta. Nesse sentido, uma vez que buscamos entender essas competências elas podem nos apresentar uma relação com o sucesso na vida escolar. Com uma formação integral desses estudantes, as escolas podem voltar seus esforços para as várias áreas do conhecimento com o intuito de potencializar a vida desses alunos, e assim serem bem-sucedidos ao longo da sua vida.

Muitas intuições ainda hoje oferece um ensino totalmente tradicional, apenas voltado para o ensino e preparação cognitiva

e a base de conteúdo programáticos, visando o vestibular para as faculdades privadas e o Enem para as públicas, não se trata de retirar os conteúdos pois eles são de grande importância para a formação, mas tem um equilíbrio com os demais aspectos do lado do ser humano, assim podendo inseri-lo em suas múltiplas facetas construtivas. Portanto, inserir as habilidades socioemocionais na proposta pedagógica das escolas é considerar os seres que comparecem à escola em sua integralidade.

As competências cognitivas e socioemocionais na sala de aula

A discussão sobre o papel dessas competências ganhou força nos últimos anos, com as teorias já apresentadas e debatidas agora o passo seria para sua implementação nas salas de aula, um importante passo para garantir uma educação plena e que pudesse formar um ser humano em sua integralidade. “As competências socioemocionais são habilidades que você pode aprender; são habilidades que você pode praticar; e são habilidades que você pode ensinar” (PORVIR, 2015, p.01). O ensino das competências para as crianças e jovens, envolvem um processo de aprender, adquirir e aplicar os conhecimentos que são vistos em sala de aula, essas ações podem ajudar a proporcionar a esses alunos uma variedade de experiências individuais, que se tornam essenciais para melhor enfrentar os desafios da vida.

Os professores têm um papel de grande importância nesse processo de ensino, pois no plano de intervenção devem levar em consideração não apenas os conteúdos tradicionais, mas também a promoção e desenvolvimento dessas habilidades para garantir comportamentos socialmente adequados e que possam facilitar a socialização desses alunos tanto em sala de aula como na sociedade. Como descreve os autores (HECKMAN & KAUTZ, 2012):

Pesquisas realizadas em diversas áreas do conhecimento – como Educação, Psicologia, Neurociências e Economia revelam que o desempenho cognitivo dos alunos é beneficiado quando aspectos socioemocionais são acionados e desenvolvidos de forma intencional. Valorizar e desenvolver essas habilidades não significa rejeitar a relevância dos conteúdos curriculares tradicionais, mas oferecer mais um canal de apoio para que todos os envolvidos no processo educativo possam planejar, executar e avaliar ações mais equitativas e eficientes (p. 15).

Para ajudar os professores nessa didática de ensino, durante todo o ano letivo esses profissionais passam por formações de qualificação para que possam melhor atuar e utilizar métodos didáticos e práticos para facilitar o desenvolvimento socioemocional dos alunos. E ao mesmo tempo que os professores praticam essas habilidades, os mesmos estão aprendendo dar uma atenção melhor para cada aluno e entendê-lo de forma individual. Para Mering (2011, p. 32), a realidade é que “[...] o ser humano é definitivamente complexo e, para desenvolvê-lo de maneira completa, é necessário incorporar estratégias de aprendizagem mais flexíveis e abrangentes”. Assim podemos dizer que as competências é uma das saídas mais viáveis para o indivíduo se conectar ao mundo em que vive e aprender viver em sociedade:

As crianças precisam de um conjunto equilibrado de capacidades cognitivas e socioemocionais para se adaptar ao mundo atual, cada vez mais exigente, imprevisível e mutante. Aquelas capazes de responder com flexibilidade aos desafios econômicos, sociais e tecnológicos do século 21 têm mais chances de ter vidas prósperas, saudáveis e felizes. As competências socioemocionais são úteis para enfrentar o inesperado, atender múltiplas demandas, controlar os impulsos e trabalhar em grupo (Associação Brasileira Educação à Distância - ABED, 2014 p. 22).

O grande desafio que é imposto para a execução dessas habilidades em sala de aula, é promover uma prática que possa resgatar o desenvolvimento completo do ser humano e em toda a sua complexidade e na sua individualidade. Esse desenvolvimento requer uma aplicação que seja de modo consciente, estruturado e que possa entender as múltiplas demandas trazidas pelos estudantes no momento das aulas. Esses esforços servem de lição para a construção de um conhecimento com base nas dimensões das competências e também com os aspectos cognitivos para melhorar o aprendizado e acelerar a melhoria da qualidade da educação:

Considerando a realidade escolar de nossa sociedade, em que os alunos passam várias horas na escola, cabe pensar no papel do ambiente escolar como promotor da saúde mental e física dos alunos e dos professores. Trabalhar as dimensões socioemocionais é importante para o enfrentamento de situações desafiantes e para a formação de pessoas autônomas (ABED, 2014, p. 07).

Um dos meios de promover essa educação é através do uso das tecnologias que vem como um auxílio para a execução das aulas, promovendo um ensino mais diversificado e com ferramentas que facilitam as pesquisas e a interatividade com os estudantes, além de fomentar novas formas de aprendizagens. As competências podem estabelecer uma relação bem intimista com essas tecnologias, e assim impulsionando cada vez mais seu uso nas salas de aulas, os profissionais de educação a cada dia tem propiciado e contribuído para esse acesso para garantir uma formação completa.

É importante ainda salientar, que os professores em sua prática de ensino em sala de aula não só domine os conteúdos que ensina da parte cognitiva, mas também que impulsione e desenvolvam nos estudantes a consciência dos sentidos e dos conhecimentos que envolvam as competências socioemocionais em seu aspectos energéticos e efetivos em sua relação social. Segundo o Instituto Ayrton Senna (2015, pág.23), é fundamental que a escola possa trabalhar com os alunos “competências que englobam os aspectos cognitivos e socioemocionais, tais como responsabilidade, colaboração, comunicação, resolução de problemas, pensamento crítico, criatividade e o autocontrole.” Nesse sentido, o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos alunos, como motivação e engajamento, pode, e deve, ser promovido pelo entusiasmo e prazer com que apresenta o conhecimento aos alunos.

Desse modo, ainda é importante trazer a discussão que em suas avaliações é fundamental que os professores preparem as suas atividades com conteúdo que envolvam tanto o cognitivo como o emocional, e que são condizentes com a linguagem e interesses dos estudantes, para que eles possam ter em seu processo de aprendizagem a experiência de situações que são promissoras para o sucesso, enaltecendo sua autoestima para enfrentar e vencer os desafios que são imposto durante sua trajetória escolar.

Segundo Meier e Garcia (2007):

A escola deve promover muitas experiências de sucesso e oportunidades de conquistas reais para que os alunos desenvolvam um sentimento positivo em relação a si mesmos. O professor-mediador deve, além disso, incentivar processos metacognitivos para que os alunos tomem consciência de suas próprias competências para o aprender, ou seja, perce-

bam a dimensão do seu envolvimento e da sua responsabilidade pelo sucesso (p. 62).

Se faz necessário que os professores ofereçam um retorno pontual dessas atividades que são desenvolvidas, não somente as habilidades cognitivas dos conteúdos programáticos como por exemplo, interpretar corretamente a tarefa, mas também às habilidades socioemocionais, como a capacidade de controlar a ansiedade, o medo, prestar atenção nas aulas e concentrar-se na execução das atividades. Tudo isso é pensado de forma integral, para que os alunos possam alcançar um pensamento auto reflexivo.

Conforme descreve (GARCIA, 2013):

O professor é parte integrante - embora diferenciada - do grupo classe, portanto as suas próprias ações revelam a sua forma de sermundo. Desse modo, sua postura deve servir como modelo de relacionamento interpessoal saudável e ético: o professor deve ser atento e cuidar da forma como compartilha, com os alunos, seus sentimentos e experiências, oferecendo seus próprios exemplos, inquietações, reflexões, construções... Sem perder de vista, é claro, seu lugar de mediador, de professor, de elemento de liderança e organização da cena pedagógica (p. 36).

Por fim, tão importante quanto promover a educação é desenvolver nesses estudantes as habilidades socioemocionais e a socialização desses sujeitos, assim é dada a missão das escolas em colaborar com a construção desse processo e assim contagiar novas gerações que estejam comprometidos com esses objetivos e na melhoria da educação.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos os quais são adotados ao longo do desenvolvimento de uma pesquisa são fundamentais para o prosseguimento do estudo realizado, uma vez que é através disso que os objetivos propostos serão atingidos para a efetividade do conhecimento que está sendo proporcionado.

Teóricos como Prodanov e Freitas (2013, p. 14) relatam que, a aplicação de técnicas e procedimentos é o que traz validade científica ao conhecimento produzido. Diante disso no trabalho desenvolvido foram adotados procedimentos de caráter bibliográficos,

em que foram considerados autores que trouxessem averiguações sobre a área contemplada, para que embasados nesses pressupostos as demais apreensões obtidas fossem trabalhadas.

Tais considerações se deram por meio da análise e revisão bibliográfica de estudos realizados sobre o modelo de gestão democrática e aspectos relacionados às competências socioemocionais no cenário educativo, em que parte da base teórica utilizada foi a de Domingues (2014), Luck (2010), Saviani (2003), Vale (2009), Abed (2014), Jones (2013) entre outros.

Além de que para a obtenção dos resultados também foi desenvolvida pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários estruturados a 37 profissionais da educação básica do município de Pacoti e Guaramiranga, os quais continham em torno de 5 perguntas ligadas a temática abordada, cuja as respostas obtidas possibilitaram a apreensão de algumas noções acerca da problemática considerada para análise.

Com o propósito de compreender a dinâmica própria destas ações para a prática dos docentes e a gestão das instituições de ensino, tendo em vista os seus procedimentos metodológicos voltados para os estudantes e a efetividade destas práticas, no intuito de que amparado em referenciais conceituais possa se obter uma compreensão e criticidade acerca do desenvolvimento das competências socioemocionais para o amadurecimento e mediação de conhecimentos nos processos pedagógicos.

Análise dos resultados

Por vez, baseado nos estudos realizados, no aporte de teóricos sobre a área contemplada e os dados obtidos a partir da aplicação dos questionários compreendemos que a estrutura das instituições de ensino de educação básica se modificou ao longo dos anos, na proporção em que a realidade social e histórica se transformou e atribuiu novos valores e preceitos para o funcionamento destes órgãos incluindo novas perspectivas para a construção dos processos de ensino e organização de tais espaços levando em conta atributos que ganham destaque diante das configurações atuais como é o caso dos elementos de cunho emocional.

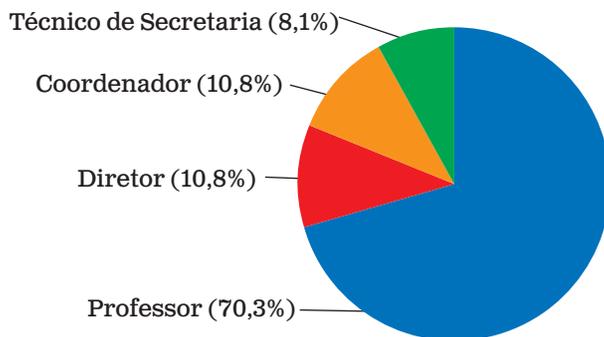
Conceitos como o de democracia ao serem incluídos de maneira a se firmarem como fatores inerentes a realidade social e po-

lítica de nossas sociedades, tornaram fundamentais que os demais elementos que compõem as diversas comunidades agregassem para si este preceito e se fundamentassem para coexistirem de forma comum em sua performance (SILVA, 2017).

Novos modelos de gestão surgem e os que carregam o padrão democrático amparados nas metodologias que buscam atender inclusive as necessidades emocionais se firmam e ganham, inclusive, legislações que lhes endossam. Os ambientes educacionais aderem à proposta no sentido de tornarem seus sistemas metodológicos mais abrangentes, efetivos e com uma qualidade que traz melhorias não apenas para os resultados da escola, mas para os funcionários, os estudantes e a parcela externa que abriga aquele local. E que, por vez, não pode se encontrar alheia às metodologias e práticas ali adotadas, uma vez que apresenta características e especificidades próprias que devem ser consideradas para o funcionamento e atendimento adequado de qualquer local que lhes prestem serviços.

Os resultados atingidos com base na aplicação dos questionários aos 10 profissionais da área educativa do município de Pacoti demonstraram que além de elementos ligados a gestão democrática práticas que possibilitem o desenvolvimento de competências socioemocionais se tornam mais presentes no cotidiano escolar seja para os discentes como entre a própria dinâmica daquele espaço. Os gráficos a seguir apresentam os dados obtidos acerca dos primeiros e segundo questionamento levantado:

**Gráfico 1 - Sobre a função
Contagem de qual sua função?**



Os dados obtidos acerca da função exercida na instituição de ensino se mostram relevantes, na medida em que é fundamental compreender como os diversos profissionais que atuam no espaço educativo compreendem os elementos relacionados às competências socioemocionais e gestão democrática. Logo abaixo outros números são apresentados:

Gráfico 2

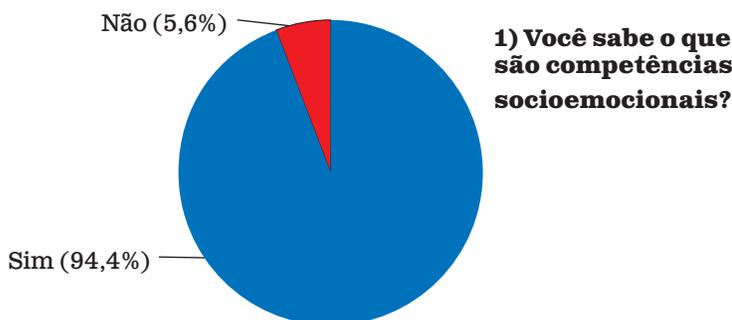
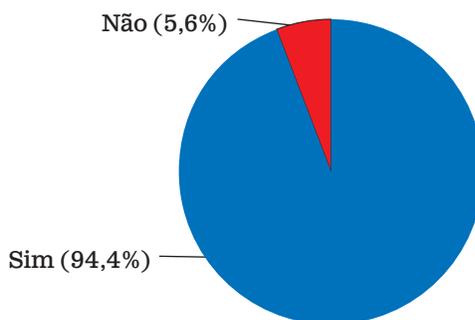


Gráfico 3

1) Em suas práticas metodológicas você considera abordagens que possibilitem o desenvolvimento das competências socioemocionais?



Os números obtidos para estes levantamentos demonstram que a configuração das escolas já vem se modificando para melhor atender as demandas que vem surgindo em nossa contemporaneidade, uma vez que buscam contemplar em sua realidade fatores que abarquem elementos socioemocionais. Os gráficos a seguir apresentam mais apreensões de informações tratando de ques-

tões sobre prática metodológicas profissionais em sala de aula e da instituição mediante aspectos voltados para os contextos das competências:

Gráfico 4

3) Você acredita que práticas metodológicas focadas no desenvolvimento das competências socioemocionais podem trazer aspectos positivos para os diversos componentes da instituição de ensino que você trabalha?

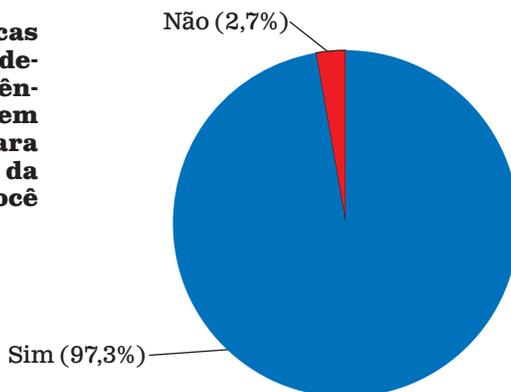
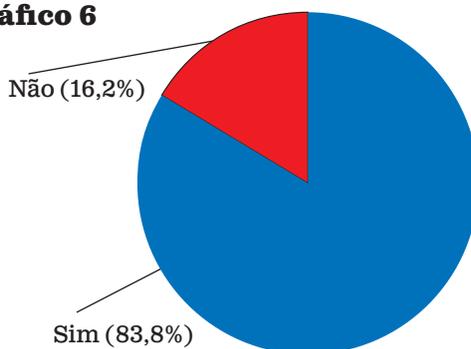


Gráfico 5

Os aspectos revelados a partir de tais noções numéricas apresentam resultados positivos, na medida em que revelam o espaço o qual os quesitos socioemocionais vem agregando em sua realidade saindo de práticas educativas que se limitam exclusivamente a uma perspectiva conteudista, mas se ampliando para a construção de saberes que vão além dos muros escolares e perpassam outras formas de crescimento e conhecimento possibilitando o amadurecimento em várias áreas dos profissionais que assistem naquele espaço juntamente com os estudantes. Em relação ao modelo de gestão as bases obtidas também se apresentaram como satisfatórias:

Gráfico 6

5) Você acha que o modelo de gestão adotado pela instituição de ensino a qual você trabalha foca em um gerenciamento de caráter democrático, ou seja, que todos os elementos que fazem parte daquele espaço discorrem sobre as decisões que são tomadas acerca do funcionamento deste órgão visando o bem-estar de todos?



De um modo geral foi possível perceber que os dados alcançados revelaram inúmeros aspectos positivos para a realidade educativa do município de Pacoti, levando em conta a maneira como parte das instituições de ensino são geridas e os procedimentos metodológicos que permitem o desenvolvimento das competências socioemocionais possibilitando o crescimento intelectual, emocional e psicológicos dos seus estudantes e profissionais atuantes garantindo a efetividade de suas ações e o melhor desempenho em todos os setores que compõem a escola.

Conclusões

Tomando como partida a discussão sobre as referências, bases teóricas e resultados obtidos no presente estudo, foi possível compreender que as competências socioemocionais justificam e se aplicam no sentido de sustentar uma crença de aprimoramento para os processos de ensino, a promoção do sucesso escolar e o progresso do aluno. Trazer essas habilidades para dentro do contexto escolar, é visar um novo modelo de trabalhar práticas educativas. O uso dessas competências para o aperfeiçoamento do aluno não é algo inédito, e tampouco novo, embora ainda venha lutando para ganhar espaço no cenário educacional, uma vez que se tratam de elementos revolucionários para o contexto histórico o qual estamos vivendo.

Essa nova metodologia de ensino-aprendizagem pode contribuir para criar cidadãos motivados, comprometidos e com responsabilidade cognitiva e emocional, como por exemplo no letramento das atividades e na resolução de problemas onde são os pontos essenciais, essas futuras crianças e jovens com uma base socioemocional sólida, poderão garantir e progredir muito mais em um mercado de trabalho focado nas competências. Assim esses estudantes, terão uma menor possibilidade de desenvolver doenças físicas e mentais, pois como já estavam trabalhando essas habilidades na sua carreira estudantil, terão um controle maior de suas emoções, impulsos e de seus medos, além de progredir em seus relacionamentos interpessoais.

É importante investir em políticas públicas para melhor disseminar essas habilidades e conhecimentos das competências socioemocionais para todas as instituições de ensino, no sentido de

melhor atender e contribuir para a formação desses jovens estudantes e prepará-los para o enfrentamento dos desafios que fazem parte do mundo moderno de hoje. Embora as legislações como a LBD e as diretrizes dessas habilidades tentam e buscam e investem nesses instrumentos de ensino, é necessário que as instituições de ensino sejam capazes de buscar a melhoria e incorporar essas práticas em sua proposta pedagógica para obter o sucesso na sua qualidade de ensino. Por fim, espera-se um olhar para a valorização e desempenho dessas habilidades para que aconteça uma melhor cooperação na promoção do ensino e enriquecimento dos conceitos construídos e discutidos até aqui.

Referências

ABED, Anita. O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica. São Paulo: UNESCO/MEC, 2014. Disponível em: <https://escolastransformadoras.com.br/wp-content/uploads/2017/09/Anita-Abed - habilidades-socioemocionais1.pdf>. Acesso em: 09 de julho de 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Gestão democrática na educação: exigências e desafios*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, São Bernardo do Campo, v. 18, p. 163-174, 2002.

DOMINGUES, Isaneide. *O coordenador pedagógico e a formação continuada docente na escola*. São Paulo: Cortez, 2014.

FREITAS, Kátia Siqueira de. *Uma inter-relação: políticas públicas, gestão democrática participativa na escola pública e formação da equipe escolar*. Em aberto, Brasília, v. 17, p. 47- 59. Fev. /jun. 2000.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 de julho de 2020.

HECKMAN, J. J.; KAUTZ, T. *Hard evidence on soft skills*. *Labour Economics*, v. 19, n. 4, p. 451- 464, 2012.

Instituto Ayrton Senna. *Políticas públicas educacionais para desenvolver competências para o século 21*. (2015). Disponível em: chrome-extension://ohfgljdgelakfkefopgkclcohadegdpjf/https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/ins_titutoayrtonsenna/

radar/estante-educador/revista_educacao_Integral.pdf. Acesso em: 09 de julho de 2020.

Jones, S. M., Bouffard, S. M., & Weissbourd, R. (2013). *Educators' social and emotional skills vital to learning*. *Phi Delta Kappan*, 94(8), 62-65. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/003172171309400815>. Acesso em: 09 de julho de 2020

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. *O sistema de organização e de gestão da escola: teoria e prática*. In: LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra Educação escolar. Políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 433-478.

LÜCK, Heloísa. *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Positivo, 2010.

MEIER, M. *O professor mediador na ótica dos alunos do ensino médio*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, (2007).

METRING, Mariza. *AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM ESCOLAR*. (2011). Disponível em: [http://conquistaeducacao.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Compet%C3%Aancias Socioemocionais.pdf](http://conquistaeducacao.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Compet%C3%Aancias%20Socioemocionais.pdf). Acesso em: 20 de julho de 2020.

NARDI, Elton Luiz. *Gestão democrática do ensino público na educação básica: dimensões comuns e arranjos institucionais sinalizados em bases normativas de sistemas municipais de ensino*. EDUCAR EM REVISTA, v. 34, p. 123-136, 2018.

NEGRINI, Sandra Maria. *Gestão democrática da escola pública: uma relação teórico prática*. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/65-4.pdf> . Acesso em: 20 de julho de 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico. Métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Maria do Carmo Gonçalves; SALES, Mônica Patrícia da Silva. *Gestão democrática da escola e gestão do ensino: a contribuição docente à construção da autonomia da escola*. Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências (Online), v. 14, p. 171-183, 2012.

SAVIANI, D. *A Supervisão Educacional em Perspectiva Histórica: da função à profissão pela mediação da ideia*. In FERREIRA, N. S. C. *Supervisão Educacional para uma Escola de Qualidade: da formação à ação*. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Jéssica Nogueira. *Os desafios da gestão democrática*. In: Educere, 2017, Curitiba. III CONGRESSO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. CURITIBA: EDITOR, 2017. p. 16997-17009.

TORRES, Artemis; GARSKE, Lindalva Maria. *Diretores de escola: o desacerto com a democracia*. Em aberto, Brasília, v. 17, n.72, p. 60-70, fev./jun. 2000.

VALE, V. *Do tecer ao remendar: os fios da competência sócio-emocional*. Exedra journal, Coimbra, n.2, p.129-146. 2009.

ZAINKO, Maria Amelia Sabbag. *O Planejamento como Instrumento de Gestão Educacional: uma análise histórico-filosófica*. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 125-140, fev./jun. 2000.

SERVIÇO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: O PAPEL DA GESTÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ana Celia Ananias¹
Francisca Zeneida Marque Oliveira²
Yuri Ferreira de Sousa³
Maria Eliane Magalhães da Silva⁴

Introdução

O artigo é resultado da análise referente à aprendizagem dos alunos com carência de atendimento especializado, tendo como perspectiva os seus direitos e a sua inclusão, com enfoque nas estratégias eficazes no aprendizado dos alunos com surdez. Para a realização do mesmo, analisamos as possíveis estratégias de aprendizagem, os métodos e a inclusão durante a inserção na educação, sob a ótica de que a educação é direito de todos. Para alcançar o propósito deste trabalho, delimitamos como objetivo específico analisar e identificar as estratégias eficazes no processo de aprendizagem do aluno com necessidades especiais.

Destaca-se também a compreensão de gestão desde o seu contexto mais amplo, gestão do sistema de ensino; como no micro, gestão de Escola, buscando compreender o direcionamento que as políticas educacionais impõem ao sistema de ensino, percebido diretamente nas escolas.

¹ Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica com Ênfase em Libras – Fapesma; Pós graduada em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Mental- FALC; Licenciada em Pedagogia em Regime Especial- Licenciatura Plena- UVA; Professora aposentada no município de Palmácia.

E-mail: celiaananias@gmail.com

² Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica – Fapesma; Especialista em psicopedagogia – INTA; Graduada em Pedagogia – FAEPI; Graduada em história e geografia- UVA; Professora do município de Palmácia/CE;

E-mail: zeneidamarques1@hotmail.com.br.

³ Estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia – Fapesma.

⁴ Graduada em Ciências da Religião – ICRE; Graduada em Pedagogia – UVA; Graduada em História UVA; Graduada em Letras/Português – UFC; Especialização em psicopedagogia – UFC; Especialização em Ensino religioso – FINOM; Especialização em História para Formação de Professores de Quilombos – UFC; Mestra em Educação – UFC; Professora de Caucaia e São Gonçalo do Amarante; E-mail: elienemariajacyra@gmail.com

A inclusão e o aprendizado para pessoas com necessidades especiais, são amplamente reconhecidos como fatores fundamentais no desenvolvimento pleno do indivíduo, o que coloca para os sistemas de ensino o desafio de organizar projetos pedagógicos que promovam a inclusão de todas as crianças.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional impulsionou o desenvolvimento da educação inclusiva, fundamentando-se numa proposta que reconhece, aceita e favorece a diversidade na escola, assegurando o ingresso a todos na educação escolar, independentemente de diferenças individuais. Firmando sua concepção de uma educação democrática e para todos, acatando a diversidade e pluralidade dos seus alunos, realizando o atendimento capacitado às suas necessidades educacionais e o compromisso com uma educação de qualidade.

O Ministério da Educação dissemina nacionalmente a política de educação inclusiva e tem implementado ações que colocam como prioridade a ampliação do acesso e do atendimento educacional especializado, criando as condições necessárias para a inclusão nas escolas de ensino regular, propiciando participação e aprendizagem de todos os alunos e possibilitando avanço as demais etapas e níveis de ensino.

Mesmo com toda a importância que a educação possui na vida do homem e estando amparada por lei, várias pessoas não possuem as mesmas oportunidades de acesso ao ensino de qualidade. No meio escolar deparamo-nos com uma grande parcela da população brasileira que ainda não tem acesso à educação, particularmente, os portadores de necessidades especiais (DUARTE; COHEN, 2006, p.2).

Aprofundamento teórico sobre o tema

O que é Educação Inclusiva?

Gonçalves (2005) cita que no Brasil há 24 milhões de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência e que isso deve ser tratado como uma questão social de interesse de todos. Nos diversos períodos da história da humanidade, a deficiência era vista de diferentes maneiras.

Na Idade Média, por exemplo, a deficiência era entendida como uma degeneração humana, sendo que as pessoas portadoras de deficiência eram abandonadas, mortas ou ficavam sujeitas a crenças ligadas ao sobrenatural. Havia, nessa época, para aqueles que apresentavam deficiências a marginalização social, a segregação, o isolamento e o prognóstico da incurabilidade. Era comum que muitos portadores de necessidades especiais sofressem diversos tipos de humilhação. Foi somente a partir do século XX que a sociedade passou a compreender o conceito de diversidade, defendendo o direito de singularidade de cada indivíduo.

A Educação Inclusiva compreende a Educação Especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar. Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica da escola como, por exemplo, a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos. A Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas, primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser incentivado.

Educação Inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de Educação não significa negar as dificuldades dos estudantes, pelo contrário, com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as crianças. Preservar a diversidade apresentada na escola, encontrada na realidade social, representa oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais com ênfase nas competências, capacidades e potencialidades do educando.

Tipos de necessidades educacionais especiais

Altas habilidades/superdotação: Notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, iso-

lados ou combinados; Capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; Capacidade de liderança; talento especial para artes; capacidade psicomotora;

Autismo: Transtorno do desenvolvimento caracterizado, de maneira geral, por problemas nas áreas de comunicação e interação, bem como por padrões restritos, repetitivos e estereotipados de comportamento, interesses e atividades;

Condutas típicas: Manifestações de comportamento típicas de portadores de síndromes (exceto Síndrome de Down) e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado;

Deficiência auditiva: Perda parcial ou total bilateral de 25 decibéis (dB) ou mais, resultante da média aritmética do audiograma, aferidas nas frequências de 500 Hertz (Hz), 1.000 Hz, 2.000 Hz, 3.000 Hz, 4.000Hz; variando de acordo com o nível auditivo da seguinte forma: – Surdez leve/moderada: perda auditiva de 25 a 70 dB. A pessoa, por meio de uso de Aparelho de Amplificação Sonora Individual – AASI, torna-se capaz de processar informações linguísticas pela audição; conseqüentemente, é capaz de desenvolver a linguagem oral;

Surdez severa/profunda: perda auditiva acima de 71 dB. A pessoa terá dificuldades para desenvolver a linguagem oral espontaneamente. Há necessidade do uso de AASI e ou implante coclear, bem como de acompanhamento especializado;

Deficiência física: Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, abrangendo, dentre outras condições, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções;

Deficiência Mental: Caracteriza-se por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual como na conduta adaptativa, na forma expressa em habilidades;

Deficiência Múltipla: É a associação de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa;

Deficiência Visual: É a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, variando de acordo com o nível ou acuidade visual da seguinte forma;

Cegueira: é a perda total ou o resíduo mínimo de visão que leva a pessoa a necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e ferramenta de escrita.

Baixa Visão ou Visão Subnormal: é o comprometimento do funcionamento visual de ambos os olhos, mesmo após tratamento ou correção. A pessoa com baixa visão possui resíduos visuais em grau que lhe permite ler textos impressos ampliados ou com uso de recursos ópticos especiais.

Surdo cegueira: É uma deficiência singular que apresenta perdas auditivas e visuais concomitantemente em diferentes graus, necessitando desenvolver diferentes formas de comunicação para que a pessoa surda cega possa interagir com a sociedade.

Síndrome de Down: Alteração genética cromossômica do par 21, que traz como consequência características físicas marcantes e implicações tanto para o desenvolvimento fisiológico quanto para a aprendizagem.

Inclusão na escola regular

Inclusão na escola

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, a escola representa um papel social que amplia e rever concepções e paradigmas, bem como busca desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

A fim de capacitar essas pessoas a intervirem na formação de suas próprias potencialidades e a serem capazes de exercerem poder transformadoras as condições ideológicas a elas impostas e materiais de ascendência em aprendizados que promovam o fortalecimento do domínio social e demonstrem as possibilidades de democracia.

A diversidade deve ser respeitada e valorizada entre os alunos. Por isso a importância do papel da escola em definir atividades

e procedimentos de relações, que envolvam alunos, funcionários, corpo docente e gestores, para que possibilite espaços inclusivos, de acessibilidade, para que todos possam fazer parte de um todo, isto é, que as atividades extraclases nunca deixam de atender os alunos com necessidades especiais.

O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica. De acordo com o artigo 4º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, a educação especial considera as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características biopsicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pauta em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar:

- I - A dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;
- II - A busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;
- III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos (BRASIL- MEC/ SEESP, 2001, p. 1).

Assim, o trabalho com a Educação Inclusiva nas Unidades Escolares têm que ser direcionado a partir do seu contexto real, analisando as condições em que a escola recebe os alunos com necessidades especiais e como assegura aprendizagem, possibilitando a integração entre educação regular e especial.

Nas Escolas Inclusivas as pessoas se apoiam mutuamente e suas necessidades específicas são atendidas por seus pares, sejam colegas de classe, de escola ou profissionais de áreas. A pretensão dessas escolas é a superação de todos os obstáculos que as impe-

dem de avançar no sentido de garantir um ensino de qualidade (MADER,1997).

Conforme Mader (1997) afirma, é necessário construir uma política de igualdade com seriedade e responsabilidade, possibilitando ações significativas e de qualidade na prática de educação inclusiva.

Há um emergente consenso de que as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas nos planos educativos feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de Escola Inclusiva:

O desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência e desvantagens severas (SALAMANCA, 1994, p.6).

Mantoan (2003) enfatiza que reconstruir os fundamentos de escola de qualidade para todos, remete-se em questões específicas relacionadas ao conhecimento e a aprendizagem, ou seja, considera-se que o ato de educar tenha intenções e representações, do que temos por papel da escola, do professor e do aluno conforme, os paradigmas que os sustentam.

Entende-se então que a escola inclusiva exige mudanças de padrões, que precisam ser definidos como modelos, exemplos que se materializam de modo perfeito no mundo concreto. A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas Mantoan (2003, p.32).

Ainda nos dias atuais a inclusão é vista como um desafio, causando angústias e expectativas em grande parte dos profissionais da educação. Porém, mais amenas que em tempos passados, pelo fato de que, ao ser devidamente aceita pela escola, desencadeia um compromisso com as práticas pedagógicas que favorecem todos os alunos, ou seja, uma verdadeira mudança na concepção de ensino, visando uma aprendizagem significativa, inclusiva e de qualidade. Não há sentido em preservar modelos de ensino tradicional, desrespeitar as diferenças, mantendo uma escola excludente.

O artigo 208 da Constituição Federal, 1º reza que - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo. Ainda

no artigo 208 descreve que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, deve ser preferencialmente na rede regular de ensino. E já no século XXI, a escola que precisa é aquela que tem o compromisso com a formação integral do cidadão, de um cidadão crítico, participativo e criativo, que atenda as demandas e a competitividade do mundo atual, com as rápidas e complexas mudanças da sociedade moderna.

Assim, a educação escolar no exercício da cidadania implica na efetiva participação da pessoa na vida social, cabendo-lhe o respeito e a solidariedade, poupada a sua dignidade, a igualdade de direitos e repellido quaisquer formas de discriminação.

Parceria escola e família

O envolvimento da família no processo educacional da criança é uma necessidade importante. A família deve ser orientada e motivada a colaborar e participar do programa educacional, promovendo desta forma uma interação maior com a criança. Também é fundamental que a família incentive a prática de tudo que a criança assimila.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não se restringe aos esforços da escola, inclui também a construção de redes de colaboração com a família e a sociedade fortalecendo o combate à intolerância e às barreiras atitudinais, bem como a compreensão da diversidade no desenvolvimento infantil (ARRUDA; ALMEIDA, 2004, p. 16).

A criança, como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura. Assim, a qualidade da estimulação no lar e a interação dos pais com a criança se associam ao desenvolvimento e a aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais.

Os pais e familiares de crianças com necessidades educacionais especiais necessitam de informações sobre a natureza e extensão da excepcionalidade: quanto aos recursos e serviços existentes para a assistência, tratamento e educação, e quanto ao futuro que se reserva ao portador de necessidades especiais.

Em suma: as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas,

espaços onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima sócio-afetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar — sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo (Mantoan, 2003, p.35).

Métodos e estratégias no processo de aprendizado do aluno com deficiência

Métodos educacionais para os alunos com necessidades especiais

Atualmente tem sido vasto o número de métodos educacionais para ser trabalhado com os alunos com necessidades especiais, sendo eles criados pelo MEC e pelas instituições responsáveis, ou pelo próprio corpo docente da escola, ou exclusivamente o professor da sala de recursos. Devemos repensar a escola e suas práticas pedagógicas, visando o benefício de alunos e professores.

É preciso organizar e estabelecer o desenvolvimento de estratégias de intervenção que facilitem a implementação desta proposta. Claro que não há modelos pedagógicos prontos, fechados, nem diretrizes que possam dar conta de uma transformação da escola tradicional, para uma escola inclusiva e de qualidade para todos.

Cada escola, cada turma, cada professor, cada aluno, possui suas especificidades e estão inseridos em diferentes realidades. Mas, é possível estabelecer algumas adaptações que possam contribuir de forma simples, prática e abrangente às diversas situações, dificuldades e necessidades especiais existentes nas escolas, uma vez que os alunos com necessidades especiais, já estão chegando na escola, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível no intuito de favorecer uma aprendizagem de qualidade para todos os alunos envolvidos no processo.

As orientações e métodos, sugeridos a seguir, possuem como referência principal, o Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola, produzido em Brasília

no ano de 2000, pelo Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial.

Métodos para alunos com deficiência visual: Posicionar o aluno de modo a favorecer as condições de audição na sala de aula, facilitar a locomoção e o deslocamento do aluno, proporcionando maior grau de independência, evitando acidentes, através da melhor disposição possível do mobiliário, explicar verbalmente, de forma detalhada todo o material utilizado visualmente em sala, para que o aluno tenha noção do que e de como está se desenvolvendo a atividade, oferecer suporte físico, verbal e instrucional, para a locomoção do aluno, no que se refere à orientação espacial, ampliar o tempo disponível para a realização das atividades e provas, evitar dar uma avaliação diferente, pois isso pode ser considerado discriminatório e dificulta a avaliação comparativa com os outros estudantes, ajudar só com o necessário, ter um comportamento mais natural possível, sem superproteção, ou pelo contrário, indiferença.

Métodos atender necessidades especiais em alunos surdos ou com deficiência auditiva: posicionar o aluno na sala de aula de forma que possa ver os movimentos do rosto (orofaciais) do professor e de seus colegas, utilizar a escrita e outros materiais visuais para favorecer a apreensão das informações abordadas verbalmente, utilizar os recursos e materiais adaptados disponíveis: treinador de fala, tablado, softwares educativos, solicitar que o aluno use a prótese auditiva, etc., utilizar textos escritos complementados com elementos que favoreçam sua compreensão: linguagem gestual, língua de sinais, apresentar referências importantes e relevantes sobre um texto (o contexto histórico, o enredo, os personagens, a localização geográfica, a biografia do autor, etc.) em língua de sinais, oralmente, ou utilizando outros recursos, antes de sua leitura, promover a interpretação de textos por meio de material plástico (desenho, pintura, murais, etc.) ou de material cênico (dramatização e mímica), utilizar um sistema alternativo de comunicação adaptado às possibilidades e necessidades do aluno: língua de sinais, leitura orofacial, linguagem gestual, etc.

Adaptações para atender necessidades especiais em alunos com deficiência mental/intelectual: O professor deve privilegiar o desenvolvimento e a superação dos limites intelectuais desses alunos, exatamente como acontece com as demais deficiências, como por exemplo: para o cego, a possibilidade de ler pelo braile, para o

surdo a comunicação em Libras, etc. Além disso, para a promoção do acesso do aluno ao conteúdo curricular, há outras mais específicas sugeridas a seguir. Posicionar o aluno de forma que possa obter a atenção do professor. Estimular o desenvolvimento de habilidades de comunicação interpessoal. Encorajar a ocorrência de interações e o estabelecimento de relações com o ambiente físico e de relações sociais estáveis. Estimular o desenvolvimento de habilidades de autocuidado. Estimular a atenção do aluno para as atividades escolares.

Métodos para atender necessidades especiais em alunos com deficiência física: A maioria dos alunos com deficiência física apresenta como necessidade especial para o acesso ao currículo ajustes no ambiente físico, tais como: Posicionar o aluno de forma a facilitar-lhe o deslocamento na sala de aula, especialmente no caso dos que utilizam cadeiras de rodas, bengalas, andadores, etc. Utilizar recursos ou equipamentos que favoreçam a realização das atividades propostas em sala de aula: pranchas para escrita, presilhas para fixar o papel na carteira, suporte para lápis (favorecendo a preensão), presilha de braço, cobertura de teclado, utilizar os recursos ou equipamentos disponíveis que favoreçam a comunicação dos que estiverem impedidos de falar: sistemas de símbolos (livro de signos, desenhos, elementos pictográficos, ideográficos e/ou outros, arbitrários, criados pelo próprio professor juntamente com o aluno, ou criado no ambiente familiar, etc.), auxílios físicos ou técnicos (tabuleiros de comunicação, sinalizadores mecânicos, tecnologia de informática), utilizar textos escritos complementados por material em outras linguagens e sistemas de comunicação (desenhos, fala, etc.). Alguns poderão apresentar também uma deficiência mental, o que deverá ser identificado para que as respostas educacionais atendam a todas as suas necessidades.

Métodos para atender necessidades especiais em alunos com altas habilidades (superdotação): Estimular a independência do aluno, estimular o aluno a ler, a pesquisar, a buscar novas informações em materiais extraclasse, de forma que ele aprenda a estudar pesquisando, e assim, possa extrapolar os conteúdos regulares, seguindo seu próprio ritmo, estimular a utilização de processos cognitivos complexos, como o pensamento criativo, a análise crítica, etc. Estimular discussões amplas sobre fatos, questões, ideias, buscando o aprofundamento do nível de complexidade de análise.

se, comunicação, tomada de decisão, organização do pensamento e raciocínio lógico, planejamento, entre outros; o fato de ter altas habilidades pode dificultar a convivência entre pares, por isso é de grande importância que a interação e as habilidades de comunicação interpessoal constituam objetivos de ensino, de igual importância aos demais conteúdos curriculares. Estimular o envolvimento em atividades cooperativas e estimular o desenvolvimento do respeito pelos demais seres humanos, independentemente de suas características, talentos e competências. O aluno com altas habilidades pode se tornar alguém impaciente com pessoas que possuem um ritmo diferente do seu, desta forma, é importante tratar do desenvolvimento e da prática do respeito humano enquanto conteúdo curricular.

Métodos para atender necessidades especiais em alunos com transtornos globais do desenvolvimento: É importante que o professor estabeleça claramente, com os alunos, os limites necessários para a convivência no coletivo, é fundamental que seja identificada a forma mais adequada de comunicação, para cada aluno, de forma a permitir que ele trabalhe com compreensão, com prazer e com a maior autonomia possível, é importante que o ensino seja individualizado, quando necessário, norteado por um Plano de Ensino que reconheça as necessidades educacionais especiais do aluno e a elas respondam pedagogicamente.

É importante que o aluno possa, sempre que possível, relacionar o que está aprendendo na escola, com as situações de sua própria vida, é importante, também, que as atividades acadêmicas ocorram em um ambiente que por si só seja, tenha significado e estabilidade para o aluno, a previsibilidade de ações e de acontecimentos pode diminuir em muito a ansiedade do aluno que apresenta comportamentos não adaptativos.

Parafraseando Matoan (2003), é importante que o professor estruture o uso do tempo, do espaço, dos materiais e a realização das atividades, de forma a diminuir ao máximo a ansiedade que um ambiente complexo pode representar para esse aluno. Estimular o aluno a saber, ouvir; levá-lo a refletir sobre seus atos e suas consequências, criar condições para que o aluno possa expressar verbalmente e de outras maneiras, seus sentimentos, oferecer alternativas diversificadas para diferentes problemas, desenvolver a consciência corporal, buscando o conhecimento de si mesmo e

do que o rodeia e proporcionar atividades em que as possibilidades de sucesso sejam mais frequentes que o fracasso.

Estratégias eficazes no aprendizado do aluno com deficiência

Mantoan (2003), acreditando no desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, aponta algumas estratégias eficazes que ajudam no trabalho do corpo docente, como na aprendizagem dos alunos, expressando em palavras comuns, por exemplo.

- Colocando como eixo das escolas que toda criança é capaz de aprender;
- Garantido tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com as possibilidades de cada um;
- Abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados por alunos, professores, gestores e funcionários da escola;
- Estimulando, formando continuamente e valorizando o professor, que é o responsável pela aprendizagem dos alunos;
- Substituindo o caráter classificatório de avaliação escolar, através de notas e provas, por um processo que deverá ser contínuo e formativo de todo o processo de ensino e aprendizagem.

Construir a escola inclusiva significa articular democracia, participação e autonomia. Sua implementação não será um processo fácil, pois o compromisso em atender com qualidade e eficiência pedagógica a todos os alunos é um compromisso com a melhoria da qualidade educacional para todos, a inclusão, portanto, implica em práticas pedagógicas inovadoras visando o sucesso de aprendizagem de todos os alunos. O que somente será concretizado com a consciência e a valorização dos fatos e das normas coletivas mediadas pela responsabilidade social.

Considerações finais

Falar sobre inclusão de maneira geral, não é uma tarefa fácil, pois passamos a entender amplamente como realmente aconte-

ce nas escolas, e as grandes dificuldades enfrentadas pela escola, pela família e principalmente pelo aluno. Porém com a determinação de ambas as partes é possível sim obter bom resultado nesta longa caminhada da inclusão.

Todas as estratégias serão bem sucedidas no aprendizado do aluno, se trabalhadas com amor e dedicação, tanto da parte dos professores como da família, para que o aluno com necessidades especiais a cada dia consiga seu lugar na sociedade, seu lugar não de deficiente mas de pessoa, cidadão que pode como todos exercer seus direitos e deveres.

Com esta educação eficaz e de qualidade, em que esses alunos passam a ser iguais aos demais, mesmo com suas limitações, assim estimasse a modificação da sociedade para que todos, sem discriminação de grupo, raça, cor, credo, nacionalidade, condição social ou econômica, possam desfrutar de uma vida com qualidade, sem exclusões.

Referências

ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA Mauro de. *Cartilha da inclusão escolar: Inclusão Baseada em Evidências Científicas*. Rio Preto: ABDA, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. *Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola, alunos com necessidades educacionais especiais - Adaptações Curriculares de Grande Porte*, Brasília: MEC/SEESP, 2005, vol. 5.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

MADER, Gabrielle. *Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma*. São Paulo, Memnon, 1997.

MAZZOTTA, Marcos J.S. *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. 5. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

UNESCO – Organização das nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura / Ministério da Educação e Ciência da Espanha / Coordenadoria nacional para Integração da pessoa portadora de deficiência. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, 1994.

O GESTOR ESCOLAR PEDAGÓGICO: ARTICULADOR DAS PROMOÇÕES DAS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES DE PODER NA ESCOLA

Beatriz Dias Sousa¹
Edinir Silva Teixeira²
Márcio Roque Cordeiro³
Dolores Raissa Teixeira Cunha⁴

Considerações iniciais

O objetivo deste presente trabalho é analisar sob a ótica da revisão literária a função do gestor pedagógico como articulador da promoção das transformações de relações de poder, de prática, da organização escolar e de maneira específica, identificar a função do gestor escolar frente ao processo de planejar coletivamente uma forma de gestão que construa uma escola consciente e democrática. Analisar as competências e habilidades voltadas para a gestão educacional pertinente à gestão de pessoas, na procura de resgatar e valorizar os aspectos humanos presentes na escola, dos quais fazem parte: a afetividade, os valores, os sentimentos, as emoções, as representações, entre outros.

Inicialmente é interessante definirmos o conceito de gestor, para isso consultamos o verbete no dicionário Sacconi (2005), no qual ele define como “aquele que gere ou gerencia”. Aquele que é membro de uma empresa ou que participa da sua administração”. Partindo desta definição, analisamos que o gestor além de dirigir

¹ Graduada em Pedagogia; Especialista em Didática – UECE; Especialista em Co-ordenação Pedagógica – UFC; Especialista em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica – FAVENI; Gestora escolar do município de Maracanaú/ CE; E-mail: biadiassousa@gmail.com.

² Licenciada Plena em PEDAGOGIA e em Matemática pela UVA. Especialista em Gestão Escolar: UVA. Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino de Maracanaú desde 2008. Gestora Escolar da Rede Estadual de 2013 a 2017. Gestora Escolar da Rede Municipal no Ano de 2012 e hoje na EMEIEF José Assis de Oliveira desde 01.08.2017. E-mail : professoraedinirteixeira@gmail.com.

³ Graduado em Pedagogia – UFC; Habilitação em Matemática e Física – UVA; Psicólogo – UNIFOR; Especialista em gestão e avaliação da Educação Básica – UFJF; Professor do município de Maracanaú/CE; Professor da Rede Estadual do Ceará; E-mail: marciroqcordeiro@gmail.com.

⁴ Graduada em Letras UFC, Especialista em docência do ensino superior FACESMA; Professora da Faculdade Cesma de Maracanaú – FACESMA.

uma empresa, deve participar de maneira significativa em todos os ambientes que dela são constituídos. Um gestor se difere de um simples diretor devido a sua identificação e comprometimento com a instituição – ela não é vista somente como uma estrutura de geração de lucro ou prejuízo e sim como uma organização formada por funcionários que devem ter o mesmo compromisso e identificação que o gestor.

A gestão educacional é uma atividade responsável para mobilizar meios e procedimentos sempre visando atingir como alvo principal, os objetivos da organização. Há algumas considerações que devem ser revistas referentes à gestão escolar, pois, a organização e os processos de gestão assumem diferentes modalidades, conforme a concepção das finalidades sociais. Juntando-se a tudo isso, somam-se as diretrizes políticas da educação em relação à sociedade e à formação dos alunos.

A administração de uma instituição educacional é uma tarefa que requer a conscientização de que se está lidando com algo muito precioso, cuja missão é desenvolver um trabalho que, em nenhuma circunstância, pode prescindir de ética, competência e, acima de tudo, do comprometimento e da responsabilidade com os princípios da educação.

Para isso se faz necessário que o gestor educacional tenha sensibilidade, competência e habilidade para visualizar com acuidade esse panorama e nele encontrar soluções nos mais variados contextos e de identificar de fato os diferenciais que sustentarão a realização de seu trabalho à frente de uma instituição educacional.

Compreender o conceito de gestão talvez seja uma condição básica para que possamos compreender a dinâmica que envolve todo o processo da democratização da escola. A gestão escolar pressupõe coletividade e só poderemos trabalhar em conjunto se conseguirmos nos enxergar no outro, quer seja nos alunos, nos professores, nos funcionários da escola, nos pais dos alunos e na própria comunidade escolar.

Nesta perspectiva, Silva afirma que, “[...] o trabalho do dirigente será, em grande parte, coordenar os objetivos dos envolvidos, procurando fazer com que se compatibilize com o objetivo do empreendimento sob sua responsabilidade.” (SILVA, 2000, p.41).

Sempre levando em conta seu envolvimento no planejamento escolar e no projeto político pedagógico-curricular, a organiza-

ção geral do trabalho, direção e coordenação e avaliação da organização e da gestão da escola. Portanto, nas escolas mais organizadas as interações das pessoas conscientes das suas responsabilidades, ao assumir o cargo de gestor, terão todas as chances de se sobressair melhor na formação humana. São as relações humanas e sociais construídas com consciência no cumprimento de suas obrigações, que vão fazer a diferença das características interativas das instituições escolares.

A importância da afetividade na relação educativa

Para que o gestor possa conduzir sua função de maneira positiva, é necessário que ele tenha como aliado o docente, pois ele é mola propulsora e disseminadora de todo o processo educacional. O valor e a importância de uma equipe que comungue dos mesmos ideais são imprescindíveis para que se tenha certeza do trabalho realizado e para que a instituição realmente coloque em prática as ações necessárias e à realização de suas metas e estratégias educacionais rumo à sua função essencial que é o desenvolvimento e a educação de um povo.

Nesse momento o despertar da consciência afetiva desse gestor em relação aos seus educadores e educandos, passam a depender também da articulação entre a Política e a Educação, sendo sempre o caminho que deve seguir em direção a avanços bastante significativos para uma instituição que pensa no desenvolvimento integral do homem e tem consciência de sua responsabilidade para com a nação onde vive este homem, este cidadão. Assim Teixeira discute:

Como a escola visa formar o homem para o modo de vida democrático, toda ela deve procurar, desde o início, mostrar que o indivíduo, em si e por si, é somente necessidades e impotências; que só existe em função dos outros e por causa dos outros; que a sua ação é sempre uma transação com as coisas e pessoas e que saber é um conjunto de conceitos e operações destinados a atender àquelas necessidades, pela manipulação acertada e adequada das coisas e pela cooperação com os outros no trabalho que, hoje é sempre de grupo, cada um dependendo de todos e todos dependendo de cada um. (- TEIXEIRA, 1965, P. 10).

A experiência acumulada pelos educadores quando feita de forma consciente, é, naturalmente, a base para a reflexão e a elabo-

ração do projeto educativo de uma escola, e, para que funcione torna-se fundamental a maneira de interagir do gestor com o corpo docente, procurando sempre valorizar suas ideias e, se possível, estimular inovações. Só através do estímulo à criatividade, e, de um relacionamento consciente de parceria com os mesmos será possível dar criatividade às novas ações que envolvam os processos ensino/aprendizagem, daí a necessidade de estudos e compreensão do que se pretende, pois, por trás de qualquer proposta esconde-se uma concepção do valor que se atribui ao ensino.

Cabe aos gestores conscientes de sua função, orientar aos professores e demais elementos pertencentes à comunidade escolar, a responsabilidade de criar um clima que favoreça, não somente o desenvolvimento intelectual das crianças, mas, igualmente, a sensibilidade, a afetividade e todas as suas potencialidades, no sentido de integração na sociedade de hoje e do futuro. É fundamental esse despertar de consciência, pois servirá para possibilitar aos educandos a condição de prosseguir.

O desafio do gestor escolar que acredita na afetividade é mostrar para os que trabalham na escola que eles lidam com gente e não com coisas, isso exige uma prática mais humana, e que deve estar presente afetividade, alegria, capacidade científica e domínio técnico a serviço da mudança, pois sem isso o professor torna-se apenas treinador, transferidor de conhecimento ou exercitador de destrezas.

Na gestão de pessoas, as questões pedagógicas devem ser priorizadas, oportunizando a atualização e a participação de toda equipe escolar em cursos e ações de formação; diagnosticar e encaminhar as demandas de formação dos profissionais da escola, sobretudo para trabalharem com a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais na educação regular, o que é muito difícil ao professor atualmente. Desse modo os gestores devem organizar atividades de formação que favoreçam aos professores a troca de experiências vivenciadas nas ações de formação continuada de aperfeiçoamento da equipe escolar, a fim de aprimorar o trabalho da escola. Promover dinâmicas e ações para desenvolver equipes e lideranças, mediar conflitos e favorecer a organização dos segmentos escolares, em um clima de compromisso ético e solidário, no qual predomina a afetividade, a interação, a motivação e o respeito mútuo entre as pessoas.

Nesse contexto, o gestor escolar deve conhecer o pensamento dos seus educadores, suas representações e os significados que eles dão às suas ações, para que possa intervir e propor mudanças dentro da escola e do fazer pedagógico desses professores, pois, o desempenho do educador depende do perfil do seu gestor e da coordenação, se for um gestor ou coordenador com concepção democrático-participativo desenvolverá ações e competências profissionais participativas, deixando o educador agir com os seus alunos de forma interativa e dialogada. Essas capacidades envolvem um conjunto de habilidades que são: bom relacionamento com os colegas, disposição colaborativa, saber expressar-se e argumentar com propriedade, saber ouvir, compartilhar interesses e motivações.

A autonomia na escola afetiva não pode ser uma condição dada e sim uma conquista circunstancial, não existe uma competência individual e sim uma prática coletiva. “O processo educacional se assenta sobre o relacionamento de pessoas, orientado por uma concepção de ação conjunta e interativa” (LÜCK, 2006, p.98).

Assim se faz necessário aos gestores escolares compreender esta mudança paradigmática com a devida responsabilidade que envolve a construção deste processo na escola. É necessário ter a clareza do conceito de gestão escolar e sentir-se parte desse processo. Sendo assim, todos devem estar intimamente ligados ao significado que atribuem à ação que devem realizar.

Afetividade, motivação e desenvolvimento

O desenvolvimento humano não está pautado somente em aspectos cognitivos, mas também e, principalmente, em aspectos afetivos. Assim, a sala de aula é um grande laboratório para que se observe e questione os motivos que levam o convívio escolar do professor e aluno, muitas vezes, a ficar desgastado e sem estímulo.

Sabe-se que o ser humano tem grande necessidade de ser ouvido, acolhido e valorizado contribuindo dessa forma para uma boa imagem de si mesmo. Neste sentido, a afetividade está intimamente ligada à construção da autoestima. Sendo assim, sua importância em toda relação é fundamental para os sujeitos envolvidos. Logo, a relação entre professor e aluno, deve ser a mais próxima possível, pautada em partilha de sentimentos e respeito mútuo das diferentes ideias.

Vale ressaltar que a tarefa de educar deveria ser para a maioria das famílias e professores, uma função tão natural quanto respirar ou andar. No entanto, educar apresenta em suas ações familiares e educacionais, e dentro de teorias consideradas ideais, uma complexa tarefa a ser desempenhada.

O contato com diferentes grupos sociais possibilita a construção do autoconceito da pessoa. A família e outras pessoas que convivem com a criança, fazem parte do seu primeiro grupo social representando neste momento, seu contato afetivo, que pode ser positivo ou negativo, influenciando no futuro desta criança. O autoconceito que essa criança terá de se refletir em suas ações e na forma como será tratada ou mesmo percebida pelos outros.

Quando a criança ingressa na escola e tem uma visão negativa de si, demonstra um comportamento diferente dos demais colegas como, agressividade ou apatia e, na maioria das vezes é considerado preguiçoso, desatento, irresponsável, ou seja, “aluno-problema” e, automaticamente é encaminhado pela professora ao Serviço de Orientação Educacional, pois seu desempenho escolar apresenta-se comprometido. Porém, a questão está relacionada a inúmeros fatores, inclusive, no autoconceito que este aluno faz de si, quando não acredita no seu potencial de resolver situações desafiadoras e desanima no primeiro obstáculo que encontra.

Por isso, a escola, enquanto segmento de grupo social que constrói diferentes relações, deve propiciar melhores condições de aprendizagem, selecionando atividades e posturas necessárias, que promovam o resgate da autoestima do aluno. Para OLIVEIRA (1998), o aspecto afetivo tem uma profunda influência sobre o desenvolvimento intelectual. Ele pode acelerar ou diminuir o ritmo de desenvolvimento, e determinar sobre que conteúdos a atividade intelectual se concentra e, na teoria de Piaget, o desenvolvimento intelectual é considerado como tendo dois componentes: um cognitivo e outro afetivo que desenvolvem-se paralelamente. Afeto inclui sentimentos, interesses, desejos, tendências, valores e emoções em geral.

O afeto apresenta várias dimensões, incluindo os sentimentos subjetivos (amor, raiva, tristeza...) e aspectos expressivos (sorrisos, gritos, lágrimas...) de acordo com a teoria de Piaget, o afeto se desenvolve no mesmo sentido que a cognição ou inteligência e, é responsável pela ativação intelectual. Com suas capacidades

afetivas e cognitivas expandidas através da contínua construção, as crianças tornam-se capazes de investir afeto e ter sentimentos validados nelas mesmas. Neste aspecto, a autoestima mantém uma estreita relação com a motivação ou interesse da criança para aprender. O afeto é o princípio norteador da autoestima.

Desenvolvido o vínculo afetivo, a aprendizagem, a motivação e a disciplina tornam-se conquistas significativas para o autocontrole do aluno e seu bem estar escolar. Percebe-se uma forte relação entre professor e aluno, influenciando na formação da autoestima, pois o professor que não tem amor pela profissão, e apresenta diferentes reações diante de um aluno indiferente ou agressivo, pode comprometer o desenvolvimento escolar da turma.

A questão da afetividade em sala de aula não se restringe apenas às relações entre professor e aluno. Segundo Wallon (apud Galvão, 2000), é grande a importância do meio no desenvolvimento infantil. Portanto, as decisões sobre as condições de ensino, assumidas pelo professor, apresentam inúmeras situações com implicações afetivas para o aluno.

Dessa forma é possível afirmar que a afetividade está presente em todos os momentos ou etapas do trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor com o aluno. As condições de ensino, incluindo a relação professor-aluno, devem ser pensadas e desenvolvidas levando-se em conta a diversidade dos aspectos envolvidos no processo, ou seja, não se pode mais restringir a questão do processo ensino-aprendizagem apenas à dimensão cognitiva, dado que a afetividade também é parte integrante do processo.

A atividade docente deve se preocupar não somente com o conhecimento, com a tecnologia, com o rigor do pensamento lógico, mas também será fundamental trabalhar os aspectos humanos, abordar a riqueza da cultura, da linguagem de cada povo, as questões éticas e políticas de cada sociedade.

A escola na formação afetiva

O papel da escola enquanto relação professor e aluno é de suma importância para que a formação da auto estima seja pautada em segurança, autonomia de ideias, conceitos que o próprio aluno tenha de si e que contribuam para seu desempenho escolar e de sua vida como um todo.

A questão da afetividade e autoestima é uma preocupação mundial. Todos os segmentos da sociedade têm essas abordagens em seus discursos e buscam práticas que possam condizer com o que acreditam verdadeiramente. A afetividade no trato com as pessoas é um pressuposto do que autores referem-se como o resgate a valores humanos esquecidos por nós que estamos envolvidos com a agitação do dia-a-dia.

Acreditando nisto, Antunes afirma que a relação professor e aluno deve ser baseada em afetividade e sinceridade, pois:

Se um professor assume aulas para uma classe e crê que ela não aprenderá, então está certo e ela terá imensas dificuldades. Se ao invés disso, ele crê no desempenho da classe, ele conseguirá uma mudança, porque o cérebro humano é muito sensível a essa expectativa sobre o desempenho. (ANTUNES, 1996, P.56)

Como se pode ver a escola, como parte integrante é fundamental em uma sociedade, não pode ficar alheia a esta busca. Entretanto, apropria-se de pensamentos de teóricos como Wallon, Piaget e Vygotsky, para basear suas ações pedagógicas e transformar a relação professor e aluno em um momento mais rico no processo ensino-aprendizagem. Tais conhecimentos perdem sua validade quando professores e gestor não estão comprometidos com mudanças em suas ideias tradicionais ou posturas, que trazem ranços de práticas escolares que apenas depositam informações nos alunos, desconsiderando assim a afetividade no processo ensino-aprendizagem.

O professor e a afetividade na sala de aula

A questão da afetividade tem sido bastante discutida por professores, pais e educadores em que é percebida a importância da afetividade no processo de ensino e aprendizagem.

Para Vygotsky, a relação afetiva entre professor e aluno é um elemento inseparável do processo de construção do conhecimento. Ele afirma que as interações entre pessoas, como mediação aluno-conhecimento, são aspectos fundamentais para a aprendizagem. Portanto, é fato que a afetividade está presente em todo processo de aprendizado, inclusive no âmbito escolar, em que os alunos, professores e conteúdo se relacionam. Essa relação pode

resgatar o gosto pelo aprendizado, condição inerente à formação integral do aluno.

Uma educação entre professores e alunos que não aborde a emoção na sala de aula como a afetividade traz prejuízos para a ação pedagógica, pois podem atingir não só o professor, mas também o aluno. E se o professor não souber lidar com crises emocionais isso poderá provocar desgastes físicos e psicológicos.

Segundo Antunes (1996, p.85): “O aluno sente que os professores constituem equipe com uma finalidade e que esta se valoriza pela intensidade com que se respeita, respeita sua individualidade e a inteligência e age com espontaneidade afetiva.” Esta prática se faz necessária para o próprio exercício do processo educativo, não deixando de lado a realidade de que, enquanto seres humanos, os professores possam ter dificuldades para estabelecer relações afetivas com alguns os alunos, até porque estas interferências deverão ser resolvidas ao longo do seu trabalho, mesmo porque para isso deverão estar sempre em contato com novas metodologias, pois influirá em sua educação pessoal e profissional.

Vale-se dizer então que além das metodologias usadas deve-se prevalecer o bom senso do educador a respeito da utilização de novas técnicas na aprendizagem, ressaltando-se a necessidade da existência de relações educacionais no ambiente da sala de aula. Sabe-se que é mediante o estabelecimento de vínculos que ocorrem o processo de ensino – aprendizagem, mas estes vínculos precisam ser significativos e prazerosos, para que a aprendizagem aconteça e se institua em um ambiente onde o ajustamento afetivo seja a condição primordial.

A afetividade é um componente básico do conhecimento e está intimamente ligado ao sensorial e ao intuitivo. A afetividade se manifesta no clima de acolhimento, de empatia, inclinação, desejo, gosto, paixão, de ternura, da compreensão para consigo mesmo, para com os outros e para com o objeto do conhecimento. A afetividade dinamiza as interações, as trocas, a busca, os resultados. Facilita a comunicação, toca os participantes, promove a união. O clima afetivo prende totalmente, envolve plenamente, multiplica as potencialidades.

A educação precisa incorporar mais as dinâmicas participativas como as de autoconhecimento (trazer assuntos próximos à vida dos alunos), as de cooperação (trabalhos de grupo, de criação

grupais) e as de comunicação (como o teatro ou a produção de um vídeo).

Na educação podemos ajudar a desenvolver o potencial que cada aluno tem, dentro das suas possibilidades e limitações. Para isso, precisamos praticar a pedagogia da compreensão contra a pedagogia da intolerância, da rigidez, do pensamento único, da desvalorização dos menos inteligentes, dos fracos, problemáticos ou “perdedores”.

A inclusão não se faz somente com os que ficam fora da escola. Dentro da escola muitos alunos são excluídos pelos professores e colegas. São excluídos quando nunca falamos deles, quando não os valorizamos, quando os ignoramos continuamente. São excluídos quando supervalorizamos alguns, colocando-os como exemplos em detrimento de outros. São excluídos quando exigimos de alunos com dificuldades de aceitação e de relacionamento, resultados imediatos, metas difíceis para eles no campo emocional.

Há uma série de obstáculos no caminho: a formação intelectual valoriza mais o conteúdo oral e textual, separando razão e emoção. O professor não costuma ter uma formação emocional, afetiva. Por isso, tende a enxergar mais os erros que os acertos. Por isso, é importante organizar atividades com gestores e professores de sensibilização e técnicas de autoconhecimento e autoestima. Assim será mais fácil aprender e comunicar-se com os demais. Sem essa base de autoestima, alunos e professores não estarão inteiros, plenos para interagir e se digladiaram como opostos, quando deveriam ver-se como parceiros.

Nesta perspectiva, a convivência afetiva, que é necessariamente dialógica, deve ser estabelecida entre educadores – educando uma relação de respeito à dignidade de cada um dos sujeitos envolvidos. O comprometimento com o outro faz com que o processo educativo seja conduzido com afetividade e, ao mesmo tempo, com rigorosidade, engajamento, seriedade.

A afetividade, o diálogo, o respeito e o comprometimento com o outro impulsionam à busca epistemológica do saber que vai sendo aprendido e construído numa relação horizontal, com rigorosidade e competência docente, pois:

[...] é na convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os assumirem enquanto sujeitos sócio históricos- culturais do

ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando. [...] A competência técnico científica e o rigor de que o professor não deve abrir mão no desenvolvimento do seu trabalho, não são incompatíveis com a amorosidade necessária às relações educativas (OLIVEIRA, 1998, p. 11).

O processo educativo deve, sim, ser conduzido com rigorosidade, com competência técnica científica, sem que com isso sejam banidos do processo pedagógico os laços afetivos, interpessoais, dialógicos; eles precisam ser resgatados, buscando transcender a mera transmissão mecânica e bancária dos conhecimentos e gerar uma aprendizagem de fato significativa, pautada na relação afetiva, horizontal, dialógica entre educando/educador, que vão se descobrindo como homens e mulheres que estão aprendendo a ser mais na inteireza dos seus corpos conscientes.

É importante frisar que o amor transmitido pelo professor, não anula a sua autoridade. O professor ao interagir com seus alunos está ganhando muito e os mesmos também estão, pois as experiências aprendidas serão essenciais para a sua vida em sociedade. A afetividade é um fator positivo que ajuda o aluno quando este está com problemas.

Com este trabalho conclui-se que as manifestações de afetividade exercem um papel fundamental no processo de desenvolvimento do aluno, seja ela criança ou adolescente. A relação entre inteligência e afetividade, razão e emoção no desenvolvimento do aluno e no contexto da educação estão inteiramente ligadas ao desempenho escolar. Pois o desenvolvimento é um processo contínuo e a afetividade tem um papel imprescindível nesse processo de desenvolvimento do aluno, no entanto, o meio deve proporcionar relações de afetividade entre pais e filhos, professores e alunos.

Considerações finais

Este trabalho procurou mostrar como as relações interpessoais na escola são importantes para desenvolver uma educação eficaz. Teve como objetivo investigar as relações e de que forma elas influenciam no processo de ensino e aprendizagem. As observações e alguns princípios norteadores foram de fundamental importância para a construção deste, como o reconhecimento de que

a relação gestor/professor deve, e pode ser uma relação de colaboração e apoio mútuo para o desenvolvimento de cada um, fundamentado no respeito, dignidade, integridade, capacidade, abertura e afetividade.

Entende-se por afetividade a manifestação dos sentimentos e emoções contidos nas relações entre as pessoas, umas com as outras e consigo mesmas e acredito, também, que dentro da escola racionalidade e afetividade caminham juntas.

O gestor na sua interação com seus colaboradores, mesmo quando o propósito imediato é a solução de um problema prático, deve procurar dirigir sua mediação para necessidades transcendentais e proporcionar à sua equipe que podem contribuir para a expansão do seu sistema de necessidade e seu crescimento pessoal, tornando-os pensadores autônomos e eficientes solucionadores de problemas. Para isto acontecer, precisa-se de um relacionamento autêntico cada um se interessando pelo outro de maneira genuína. Os direitos individuais terão que ser defendidos e respeitados, não podendo ser barganhados, tendo-se em vista que é tarefa num relacionamento proteger os direitos das pessoas nele envolvidas.

Manifestar emoções é valorizar a afetividade. Para Wallon, exerce papel preponderante no desenvolvimento da pessoa, é por meio dela que exteriorizamos nossos desejos e vontades. Em geral, são manifestações que expressam um universo importante e perceptível, mas pouco estimulado pelos modelos tradicionais de gestão e ensino.

Educar a emoção é pensar antes de agir, não ter medo, ser líder de si mesmo, autor de sua história, saber filtrar os estímulos estressantes e trabalhar não apenas com fatos lógicos e problemas concretos, mas também com as contradições da vida. Assim uma instituição educacional, ideal necessita de educadores que eduquem com emoção, motivação e afetividade. Professores competentes e eficazes possuem mais sensibilidades do que metodologia, mais emoção do que lógica, mas exemplos do que argumentos. É por essa razão que é preciso resgatar a motivação e a afetividade no meio educacional, porque só assim se constroem professores e alunos fascinantes e inesquecíveis.

No ambiente educacional, faz-se necessário que tanto gestor, coordenadores e professores, de modo geral descubram, inventem e criem maneiras de valorizar construtivamente as diferenças

existentes. Entende-se não ser possível ao educador satisfazer todas as necessidades de seus alunos, mas, no momento em que se dispõe a ser um dinamizador do processo ensino-aprendizagem, faz-se necessário que lance mão desse importante fator que é a afetividade, a fim de lograr êxito e satisfação, tanto para si quanto para os educandos.

Estando o professor motivado a desenvolver em seus alunos a capacidade de aprender, certamente os motivará na busca de novos conhecimentos, e estará criando condições mais favoráveis à aprendizagem. A motivação de ambos, alunos e mestres, está tão conectada que é impossível tratar de uma sem abordar a outra. Podemos ir um pouco além e afirmar que a realização da aprendizagem, muito mais do que uma mera recompensa, é essencial na construção de um processo continuado de motivação – afetividade – aprendizado, no qual o aluno se motiva cada vez mais a aprender mais.

Esse clima de afetividade trará resultados extraordinários na melhoria da qualidade do ensino, professores mais satisfeitos dentro da sua profissão, alunos mais comprometidos com o processo de ensino e aprendizagem. Todos serão motivados pelo afeto e comprometidos com o processo de ensino e aprendizagem.

É urgente que as relações entre os membros que compõem os ambientes educacionais estejam permeadas pelo afeto, assim com certeza construiremos um novo modo de nos relacionarmos. Hoje, saber relacionar-se é uma arte. A relação afetiva entre os sujeitos envolvidos no processo ensina-aprender, o exercício do diálogo, o fazer compartilhado, o respeito pelo outro, o estar aberto, o saber escutar e dizer configura-se como elementos de fundamental importância para a aprendizagem.

É imprescindível, então, que no contexto escolar trabalhe-se a articulação afetividade-aprendizagem nas mais variadas situações, considerando-a como essencial na prática pedagógica e não a julgando como simples alternativa da qual podemos lançar mão quando queremos fazer uma “atividade diferente” na escola. Essa articulação deve ser uma constante busca de todos que concebem o espaço escolar como *locus* privilegiado na formação humana.

Os conhecimentos são construídos por meio da ação e da interação. O sujeito aprende quando se envolve ativamente no processo de produção do conhecimento, através da mobilização de suas

atividades mentais e na interação com o outro. Portanto, a sala de aula precisa ser espaço de formação, de humanização, onde a afetividade em suas diferentes manifestações possa ser usada em favor da aprendizagem, pois o afetivo e o intelectual são faces de uma mesma realidade – o desenvolvimento do ser humano.

A ideia de que para ensinar é preciso apenas dominar conteúdos específicos da sua área, ter paciência e experiência, está sendo superada pela ideia de que é preciso saber ouvir, valorizar a sensibilidade, a afetividade, olhar para o outro e olhar para dentro de si. Estamos diante de uma sociedade que tem sede de uma educação humanizadora, que desperta nas pessoas a sensibilidade e o cuidado para com o outro e o meio onde vivem. Refletir sobre as relações interpessoais na escola é abrir um espaço para o crescimento das relações humanas. Fica assim explícita a importância da escola ser este espaço de exercício da democracia, onde as trocas de ideias, divergências de opiniões sejam práticas comuns do cotidiano da escola e esses momentos sejam uma forma que possibilite o crescimento mútuo entre os participantes dessa caminhada.

A escola deve ser um espaço onde se possa educar para o respeito mútuo, sendo assim, gestor e professores têm um importante papel na construção dessa caminhada. É através do fortalecimento desses vínculos de afeto que gestor, professor e alunos podem ser protagonistas de uma nova sociedade: mais justa, solidária e acima de tudo mais humana. Para que sejamos participantes deste conviver diário, é imprescindível, portanto, a construção de espaços coletivos de estudo e discussão como um recurso metodológico adequado para facilitar o relacionamento interpessoal e a empatia entre seus participantes, princípios elementares para uma adequada convivência social.

O gestor educacional, objetivando na busca de excelência do desempenho da organização em que atua e vivenciando seu papel de liderança, deve incorporar em suas ações diárias conhecimentos vinculados às necessidades atuais e futuras deste público, focando suas ações e metas para obtenção de melhores níveis e resultados.

Concluindo, considera-se que a relação do gestor com os professores e a equipe educacional deve se ajustar às condições essenciais e necessárias atribuídas à aprendizagem mediada, podendo ser moldada para promover a qualidade e a efetividade de sua

prática educacional. Como um líder que aspira atingir os objetivos transcendentais da sua função profissional, o gestor da instituição educacional deveria sempre ter em mente seu papel essencial de guia, de mediador e de fonte de inspiração para seus educadores.

É de suma importância o comprometimento do gestor educacional no desenvolvimento de um sistema aberto que considere as diretrizes, os valores e as estratégias necessárias à construção de um cotidiano permeado por uma postura organizacional estimuladora, criativa, propensa ao respeito, a afetividade, a mansidão e a doçura nas relações humanas.

Referências

ANTUNES, Celso. *Alfabetização Emocional*. São Paulo: Terra, 1996.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. *Formação continuada e gestão da educação*. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *A Escola*. Revista Nova Escola. Edição 163, jun/jul, Ed. Abril, 2003.

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. *Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão*. 18. ed. São Paulo: Summus, 1992.

LIBÂNEO, José. *Organização e Gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

GALVÃO, Izabel. *Henri Wallon: Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. 13a edição. Petrópolis: Vozes, 2004

LÜCK, Heloísa. *Gestão Educacional: Uma questão paradigmática*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LUNA, Maria Theresa Santos de. *A Importância da motivação e da afetividade no processo de construção do ensino aprendizagem*, publicado 10.03.2010. www.grupoescolar.com.

MELO, Luis Carlos Ramos de. *A qualidade do processo de ensino e aprendizagem a partir da auto-estima do professor e do aluno*. publicado 13/01/2010 . pag. 1- <http://www.webartigos.com>

OLIVEIRA, Marta Kohl. *Vygotsky. Aprendizado e desenvolvimento: Um processo sócio histórico*. São Paulo: Scipione, 1998.

OLIVEIRA, G. A. *Afetividade e Dificuldades de Aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica*. 1. ed. São Paulo: Vetor.

SACCONI, Luiz Antônio. *Minidicionário Sacconi da Língua Portuguesa*. 1. edição. São Paulo: Escala educacional, 2005.

SHINYASHIK, Eduardo. *A arte de Conviver e Aprender*. Revista Aprendizagem, Edição mar/abr 2010, Ed. Melo.

SILVA, Jair Militão (Org). *Os educadores e o cotidiano escolar*. Campinas, SP: Papirus, 2000. Papirus Educação.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*, 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1965.

TIPOS DE TEMPERAMENTOS PRIMÁRIOS E SEUS REFLEXOS NA GESTÃO EDUCACIONAL

Valéria Alves da Silva¹
Daniel Bezerra Bernardino²
Izabel Cristina de Oliveira Pires³
Luciana Mascena da Silva⁴

Introdução

A princípio o temperamento do indivíduo está associado à tendência de estado de espírito, suas reações e ao grau de sensibilidade, ou seja, é um estilo pessoal peculiar, uma predisposição que forma a base de nossas tendências naturais: pensar, sentir, desejar e agir. Pode ser ainda a combinação de características inatas que se herdaram dos pais, influenciando diretamente no comportamento. Já para a psicologia trata-se de um aspecto especial da personalidade, ou seja, as particularidades do indivíduo ligadas ao comportamento. Entende-se que a compreensão do temperamento é essencial para apreensão da personalidade (EVANS, ROTHBART, 2007).

Diante de tantos desafios experienciados no campo educacional, a gestão escolar exerce um papel importante na construção de uma escola verdadeiramente democrática, ou seja, que efetivamente possibilita aprendizagem aos alunos, a partir de condições organizacionais e pedagógicas. Dessa forma entende-se que o gestor desempenha um trabalho relevante no cotidiano da escola, cabendo ao mesmo organizar o trabalho pedagógico da instituição de forma a contribuir para uma aprendizagem afetiva por parte dos alunos, assim como, é de responsabilidade do mesmo gerir dife-

¹ Docente do curso de Pedagogia e Administração da Faculdade Cesma de Maracanaú, Graduada em Licenciatura da Matemática - UVA, Habilitada em Pedagogia - FAK, Especialista em Gestão Pública - FAK, Especialista em Metodologia do Ensino da Matemática - FACESMA, E-mail: valstee.alves7@gmail.com.

² Graduado em Pedagogia - FAEPI; Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica - KURIOS; Diretor Escolar do Município de Maracanaú/CE; E-mail: danielbernardino@yahoo.com.br

³ Graduada em Direito - UNIFOR; Especialista em Docência do Ensino Superior; E-mail: Izabelcristinaoliveira@gmail.com

⁴ Graduada em Biologia - UVA; Especialista em Auditoria ambiental - CENTEC; Mestra em Ciências Morfofuncionais - UFC; E-mail: lumascena2@gmail.com

rentes demandas no tocante aos aspectos administrativos, financeiros, humanos das instituições de educação.

Para Lück (2013, p. 28):

[...] o pressuposto de tal enfoque corresponderia ao reconhecimento de que a maior responsabilidade do diretor reside na liderança, orientação e coordenação das atividades docentes, o que é verdade. No entanto, essa atuação demanda o domínio de competências muito mais complexas do que as docentes, e a atenção sobre muito mais situações do que as restritas à sala de aula.

Assim é importante entendermos que gestão é “[...] atividade pela qual são mobilizados os meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos” (LIBÂNEO et al, 2008, p. 318). De acordo com a ideia apresentada, a direção organiza e integra administração em todos seus ambientes, com o objetivo de melhor utilizar recursos disponíveis e dessa forma atingir os objetivos planejados.

Com um olhar voltado para gestão escolar, os gestores passaram então a ser professores, colaboradores, especialistas com características de liderança ou profissionais de áreas distintas à educação. Partindo dessa premissa, o trabalho tem o intuito de investigar qual a importância do estudo do temperamento para a administração nas instituições escolares visando uma educação de excelência.

Dessa maneira procura-se responder a seguinte indagação: Conhecer o próprio temperamento é de fundamental importância para se canalizar positivamente as atitudes adquiridas do temperamento e do fortalecimento das qualidades, para que se possa atingir uma liderança de excelência nas instituições de ensino ou até mesmo em outros segmentos organizacionais?

Assim, essa abordagem é relevante para entendermos a importância sobre os quatro tipos de temperamentos primários, e de que forma os mesmos podem colaborar com uma gestão de qualidade nas instituições de ensino.

Assim o objetivo geral que norteou o presente artigo consiste em apresentar por meio da revisão literária a concepção da influência da teoria dos quatro tipos de temperamentos primários colaborando com o desenvolvimento da liderança na formação do gestor educacional.

Nesse contexto, ao ler sobre temperamentos, quando hoje a filosofia e a doutrina nos trazem quatro formatos, quais sejam: o colérico, o sanguíneo, o fleumático e o melancólico, podemos aprender com isso, oportunamente, a não só compreender mais do outro, mas sobretudo mais de si, o que nos proporciona um amadurecimento profissional, pessoal e emocional.

O material utilizado para análise do trabalho, compreende a pesquisa de cunho exploratório, que a partir de um levantamento bibliográfico, proporciona maiores informações acerca da problemática levantada, com a finalidade de construir hipóteses, e assim colaborar com a compreensão da temática apresentada. Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica compreende principalmente a sondagem de leituras em livros e artigos científicos proporcionando conhecimento acerca do objeto em estudo.

Neste texto você descobrirá o que é o temperamento, a definição de temperamento de acordo com uma das linhas da psicologia, e a importância dos quatro temperamentos primários para a construção de uma das características relevantes ao gestor que é a liderança.

História de temperamentos

A teoria Humoral foi desenvolvida por Hipócrates (460 a.c -357a.c), “pai da medicina”, na Grécia antiga, baseado na teoria de Empédocles (terra, ar, fogo e água) que relaciona os temperamentos de acordo com o estudo do corpo humano, nos quais representavam quadros humores corporais (sangue, fleuma, bile branca e bile negra), ficando organizado da seguinte forma: o estado calórico (tipo sanguíneo); o estado seco (tipo colérico); o estado frígido (tipo melancólico); e por fim o estado húmido (tipo fleumático).

Mais tarde, Cláudio Galeno (considerado o mais talentoso médico investigativo do período romano) usou esta teoria para desenvolver os quatro temperamentos primários e secundários relacionados à dominância de uma das quatro qualidades descritas por Hipócrates. Atualmente essa tipologia é conhecida por teóricos e leigos de todo o mundo. De acordo com o mesmo Caron (2001), “o Galeno – 200 a.C. foi o primeiro a nomear os quatro temperamentos: sanguíneo, colérico, melancólico, fleumático, e a aperfeiçoar o pensamento de Hipócrates” (p. 57).

Esta tipologia do temperamento exerceu forte influência em teóricos da Alemanha, Estados Unidos, França, Itália e Polônia, postulando desde períodos tão antigos que as diferenças no comportamento poderiam ser explicadas por mecanismos fisiológicos e bioquímicos.

Os gregos, em fins do século XVIII e meados do século XIX, influenciam os estudiosos alemães como Immanuel Kant e Wilhelm Wundt, a partir de estudos da tipologia das teorias do temperamento.

Immanuel Kant, em 1798, publicou sua “Anthropology”, na qual apresentava sua teoria de temperamento. Considerava esta estrutura como um fenômeno psicológico, compreendido por traços psíquicos determinados pela composição do sangue, que estaria relacionada a facilidade ou dificuldade da coagulação sanguínea e também sua temperatura. Kant distinguiu quatro tipos de temperamento considerando a composição sanguínea e usando critérios de energia de vida, que oscilam da excitabilidade à sonolência, além de características do comportamento dominante como emoção versus ação: 1) *sanguíneo*, caracterizado pela força, rapidez e emoções superficiais; 2) *melancólico*, designado pelas emoções intensas e vagarosidade das ações; 3) *colérico*, rapidez e impetuosidade no agir; e 4) *fleumático*, caracterizado pela ausência de reações emocionais e vagarosidade no agir (Strelau, 1998).

Temperamento

Temperamentos são um conjunto de características que, aliadas a fatores externos (experiências vividas, ambiente, cultura, educação, etc.) definem nossa personalidade e comportamento. Naturalmente todos os temperamentos **possuem pontos fortes e fracos**.

Sobre temperamento, Allport (1937) citado por Mesquita (2014, p.4), diz:

Segundo Strelau (2002), Allport foi o teórico que contribuiu da melhor forma para a compreensão deste conceito, pelo menos nos países ocidentais. Allport (1937, citado por Strelau, 2002, p. 29), dá relevância às emoções e define o temperamento da seguinte forma: “O temperamento refere-se aos fenômenos característicos da natureza emocional de um indivíduo, incluindo a sua suscetibilidade à estimulação emocional, a sua habitual força e velocidade de resposta, a quali-

dade do seu humor dominante e todas as particularidades de flutuação e intensidade do humor, estando esses fenômenos dependentes de uma base constitucional, e logo, largamente hereditários na sua origem”.

Na perspectiva do autor supracitado, compreende-se que temperamento está intrinsecamente ligado à personalidade, porém observa-se diferentes discussões sobre o mesmo. Não obstante é notório que existem pontos de concordância entre os teóricos, por exemplo, acerca da base biológica do temperamento.

É importante ressaltar que existe diferença entre os conceitos de personalidade, temperamento e caráter, porém os mesmos estão interligados. Tanto o caráter quanto o temperamento são conjuntos de características das pessoas que definem a personalidade. A principal diferença entre temperamento e caráter é a origem, enquanto o temperamento é biológico e inato, o caráter é aprendido (MCADAMS; PALS, 2006).

Nesse sentido, quando pretendemos descrever uma pessoa exhaustivamente, costumamos detalhar os aspectos que definem o caráter dessa pessoa, uma vez que o caráter é o que as pessoas mostram em nível social. A segunda diferença entre temperamento e caráter, deriva da primeira diferença, e é sua possibilidade de modificação.

O temperamento, sendo biológico, é mais estável e permanece o mesmo, enquanto o caráter, sendo aprendido, pode ser modificado através da aprendizagem (MESQUITA, 2014). Em suma, assimila-se, temperamento e caráter são dois conceitos facilmente confundidos pela relação que ocorre entre eles, já que ambos fazem parte da personalidade.

Tipos de temperamento

Os estudos científicos confirmam a existência de quatro tipos de temperamentos: sanguíneo, colérico, melancólico e fleumático. O **tipo sanguíneo** caracteriza o homem com alegria, comunicativo e despreocupado. Sente emoções momentâneas de forma intensa, reage rápido às situações e não costuma guardar rancores. Assim prevalece o terceiro membro da entidade humana que reflete tudo que é prazer, sofrimento, alegria e dor. Para Antroposofia é um corpo real dos impulsos e desejos (STEINER, 1919 traduzido por MONGES, 2005).

Pessoas com um temperamento sanguíneo são emocionalmente instáveis, egoístas, egocêntricas, indisciplinadas, com pouca força de vontade, eles querem ser o centro das atenções e fazer o melhor para isso, são inquietos, despreocupados, desorganizados e, apesar de extrovertidos, são pessoas inseguras.

O **Tipo colérico** mandão, impetuoso e líder. Sente emoções de forma intensa, reage rápido às situações e costuma guardar rancores. Nesse temperamento a força da pulsação do sangue é o que predomina, fortalecendo o seu “eu”, gerando um centro forte e firme no interior do homem. O temperamento colérico favorece o quarto membro da entidade, que é o eu. Nesse sentido o seu “eu” é o precursor do atuar e querer ser direcionado ao exterior. Com isso o colérico mostra-se um homem que em todas as circunstâncias quer impor a sua vontade (STEINER, 1919 traduzido por MONGES, 2005).

Este tipo de temperamento, ou seja, o temperamento colérico se refere àqueles que provar para ser rápido, muito ativo, arrojado, excitável, rápido – temperado, a prática na tomada de decisões, auto – suficiente, independente, extrovertida (mas não tanto quanto as pessoas sangue), metas e objetivos conjunto são ambiciosos, intuitivo, quente, voluntarioso, determinado, firme, impondo, dominantes, manipuladoras, criativas opiniões de pessoas (tem muitas ideias, planos, metas, objetivos ...) consideram-se muito capaz de alcançar o que eles propõem, entre outros.

O **tipo melancólico** é pensador, criativo e pessimista. Sente emoções de forma intensa, é lento para reagir às situações e costuma remoer mágoas temperamento melancólico é caracterizado por um fraco sistema nervoso, fato que faz com que as pessoas com elevada prevalência neste tipo de temperamento possuam uma alta sensibilidade, um elevado nível de atividade, concentração e atenção, e um baixo grau de flexibilidade do corpo as mudanças.

Em adição, às pessoas com um temperamento melancólico são caracterizados como introvertido, pouco expressivo, perfeccionistas, pessimista, inveja, ansiedade, antissocial, desconfiado, excessivamente sensível emocionalmente, propenso ao sofrimento, seu humor é geralmente uma tristeza profunda e estável tempo, eles tendem a dar muita importância a tudo, criando preocupações e dificuldades desnecessárias, etc.

Nesse temperamento o que se sobressai é o corpo físico se expressando a partir dos órgãos sensoriais. O homem melancólico

não consegue dominar seu corpo, tem dificuldades de se sustentar em sua própria estrutura corporal, apesar do andar firme, ao mesmo tempo é pausado, arrastado, mostrando que o homem que tem como característica o seu interior, não tendo poder sobre seu corpo físico, assim sente sofrimento e dor (STEINER, 1919 traduzido por MONGES, 2005).

O **tipo fleumático** é controlado, equilibrado e passivo. Sente emoções de forma fraca, é lento para reagir às situações e não guarda rancores. Entende-se por temperamento fleumático aquele que se baseia em um sistema nervoso lento e equilibrado, que caracteriza as pessoas pelo facto de ter uma baixa sensibilidade, elevada atividade, concentração e atenção, com baixa flexibilidade para mudar.

Nesse temperamento o corpo sublime do homem é que prevalece. O primeiro membro muito sensível da sua natureza humana que prevalece, onde os membros são tão reais e primordiais quanto o corpo físico. O coração físico está por baixo de um “coração elétrico, assim como o cérebro físico está por baixo de um “cérebro elétrico” (STEINER, 1919 traduzido por MONGES, 2005).

Finalmente, o temperamento fleumático é distinto dos outros três, particularmente devido à sua tendência para se concentrar em sua vida interior e tentar não entrar ou se envolver em atividades e vida pessoal dos outros, demonstrando carinho sem demonstrá-lo.

A importância dos temperamentos primários no papel do gestor escolar

A teoria dos temperamentos trata da parte da genética da nossa personalidade, haja vista, que hoje entende-se que uma parte da formação da personalidade está associada à genética, e outra parte é moldada a partir da interação com o meio em que vivemos, através de nossas experiências vividas.

Diante do exposto compreende-se que os temperamentos possuem características distintas, das quais refletem habilidades individuais, havendo relação direta com o ensino aprendizagem, visto que cada indivíduo possui uma forma diferente de aprender. Desta forma, de acordo com Gardner (1994, traduzido por VERO-NESE, 1995), as pessoas possuem habilidades diversas, e dessa forma se valem para criar algo, para resolver problemas e produzir bens sociais e culturais, dentro do contexto. Então fica claro que

existe uma inteligência uniforme, padronizada para cada ser humano, mais que há vários tipos de habilidades.

Dentro desta perspectiva é de imprescindível entender o papel do gestor escolar, onde o mesmo está pautado na discussão, no debate, no envolvimento da comunidade, dos professores, dos alunos e dos funcionários da escola, em busca da promoção de uma gestão democrática, mobilizando ações a partir de decisões tomadas coletivamente coordenando o trabalho escolar, para assim desenvolvê-lo da melhor forma possível.

Dessa forma entende-se que o gestor exerce um papel fundamental para que a escola cumpra sua função social, ou seja, de garantir que os alunos se apropriem dos conhecimentos científicos e culturais. Nesses termos sua atuação terá que se dar no sentido de planejar e organizar e dar direção do trabalho escolar.

Conforme nos expõe Libâneo et al (2008, p. 331):

A escola ao cumprir sua função de mediação, influi significativamente na formação da personalidade humana; por essa razão, são imprescindíveis os objetivos políticos e pedagógicos. Essa peculiaridade das instituições escolares decorre do caráter de intencionalidade presente nas ações educativas. Intencionalidade significa a resolução de fazer algo, de dirigir o comportamento para aquilo que tem significado para nós. Ela projeta-se nos objetivos que, por sua vez, orientam a atividade humana, dando rumo à direção da ação. Na escola leva a equipe escolar à busca deliberada, consciente, planejada, de integração e unidade de objetivos e ações, além do consenso sobre normas e atitudes comuns. O caráter pedagógico da ação educativa consiste precisamente na formação de objetivos sociopolíticos e educativos e na criação de formas de viabilização organizativa e metodológica da educação (tais como a seleção e a organização de conteúdos e métodos, a organização do ensino, a organização do trabalho escolar), tendo em vista dar uma direção consciente e planejada ao processo educacional. O processo educativo, portanto, por sua natureza, inclui o conceito de direção. Sua adequada estruturação e seu ótimo funcionamento constituem fatores essenciais para atingir eficazmente os objetivos de formação. O trabalho escolar implica uma direção.

Para tanto se faz necessário que o gestor desenvolva a característica do espírito excelente, que trata da fusão única do talento, conhecimento e caráter de tal modo que o destaca entre aqueles que o cercam. Nessa perspectiva é que se faz necessário aprofun-

dar-se no autoconhecimento de si mesmo, observando a teoria dos quatro temperamentos primários, para que o mesmo possa contribuir com uma gestão democrática a partir de uma liderança transformacional, que corrobora para a mudança de vida e mentalidade, de dentro para fora, proporcionando um crescimento pessoal e profissional. É importante ressaltar que a liderança transformacional adota três fundamentos: Transformação Pessoal, Relacional e Comunitária:

Transformação pessoal: Maturidade é a atitude de se governar. Essa pessoa tem compromisso com a sua saúde emocional, física e mental (Panorama pessoal).

Transformação relacional: a convivência com relacionamentos líderes saudável de forma significativa proporcionará uma experiência de uma visão clara e compartilhada para a transformação pessoal, com progresso significativo, mensurável para uma comunidade de líderes transformados. Essa pessoa estreita afinidades a de um líder: consigo mesmo, com a família, com mentor/coach, grupo/equipe de trabalho e com amigos (Perspectiva relacional).

Transformação comunitária: uma massa crítica de profissionais saudáveis, em uma definição geográfica ou social, tendo uma visão clara a ser compartilhada com significativo progresso na direção de uma comunidade de influência. Essa pessoa tem o compromisso com as formas de transformação comunitária e esferas de influência: educação, governo, negócios, artes e entretenimento, e mídia e comunicação (Perspectiva comunitária).

Diante do exposto é importante enaltecer que a Teoria dos Quatro Temperamentos é um instrumento terapêutico essencial para se apropriar em busca do autoconhecimento, e assim poder contribuir de forma significativa para vida pessoal, organizacional, e para a construção de uma sociedade melhor. Dessa forma o indivíduo que anseia ocupar um cargo de gestão, precisar buscar motivações, para assim desenvolver os temperamentos do conjunto Fleumático e melancólico, pois os mesmos dentro da sua formação apresentam qualificações e habilidades como: calmo, diplomático, eficiente, bem-humorado, habilidoso, perfeccionista, sensível, idealista, líder, entre outros, e dessa forma poder torna-se líderes muitos capazes. Todavia é importante deixar claro que todos os temperamentos apresentam qualidades que podem sim contribuir para uma liderança de excelência, o que deve se observar é

até que ponto os defeitos presentes na formação dos temperamentos podem influenciar de forma negativa no desenvolvimento na construção de um líder de excelência. Assim fica evidente que se precisa enfatizar que a motivação deve estar voltada para o desenvolvimento das qualidades, para que as mesmas se sobressaiam em face dos defeitos, e dessa maneira dá espaço para uma liderança que venha a contribuir para uma gestão educacional democrática, participativa, empática, em prol de uma sociedade mais justa.

Considerações finais

De acordo com a discussão deste trabalho apreendeu-se que para alcançarmos uma gestão educacional democrática, é preciso que se observe de forma minuciosa as características que corrobora para a construção de um líder, pois entende-se que estar a frente da gestão de uma escola, exige que o mesmo apresente na sua personalidade características que mesclam misturas de qualidades encontradas nos Quatros Temperamentos Primários que contribuem de forma significativa para uma liderança de excelência, seja na esfera pública ou privada.

Por outro lado, no presente artigo tivemos a pretensão de destacar que a construção do líder ocorre a partir de um intenso processo de autoconhecimento, em busca de desenvolver uma liderança transformacional. Portanto o conhecimento acerca dos temperamentos irá auxiliar o gestor na condução de uma gestão democrática, na qual a escola é um espaço de ocupação de todos que fazem a sociedade.

Neste sentido, é fundamental que o gestor se aproprie da sua formação como homem, conhecendo suas raízes genealógicas, conhecendo as características de seu temperamento, buscando o autoconhecimento para assim desenvolver relações pessoais e profissionais de excelência. Porém é preciso ressaltar que ninguém se caracteriza por apenas um temperamento, mas também a árvore genealógica contribui para a formação da personalidade do indivíduo.

Assim, o presente trabalho cumpre o seu objetivo de abordar os fatores emocionais que podem influenciar um trabalho de excelência desenvolvido pela gestão, trazendo algumas possibilidades de soluções para os impasses potenciais encontrados em ambientes de aprendizagem.

Por fim, os autores propõem o aprofundamento de trabalhos futuros relacionados a essa temática e as relações existentes entre sentimentos e emoções nas relações escolares para possíveis mediações de conflitos no ambiente escolar.

Referências

- EVANS, D.; ROTHBART, M. (2007). Developing a model for adult temperament. *Journal of Research in Personality*, [S.l.], v. 41, p. 868-888, 2007.
- GARDNER, Howard. *Inteligências múltiplas: A teoria na prática*. Tradução de Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GIL, A. C. (2002) Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas S/A.
- LÜCK, Heloísa. *A Escola Participativa: o trabalho do gestor escolar*. 2. ed., Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.
- LÜCK, Heloísa. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. In: Em Aberto, n° 72 (Gestão Escolar e Formação de Gestores), Jun de 2000.
- LURIA, A. R. *Desenvolvimento cognitivo: Seus fundamentos culturais e sociais*. Tradução de Fernando Limongeli Gurgueira. São Paulo: Ícone, 1990.
- MCADAMS, P.; PALS, L. A new big five: fundamental principles for an integrative science of personality. *American Psychologist*, [S.l.] v. 61, 204-217, 2006.
- MESQUITA, A. G. *Desenvolvimento da versão portuguesa do questionário de temperamento do adulto: relações com a personalidade, a psicopatologia, a religiosidade e a espiritualidade*. 2014. 87 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) Núcleo de Pesquisa Cognitiva - Comportamental e Integrativa, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.
- STEINER, R. *Arte da educação I: o estudo geral do homem, uma base para a pedagogia*. Tradução de Rudolf Lanz, Jacira Cardoso. São Paulo: Editora Antroposófica, 1988.

UM NOVO OLHAR PARA A GESTÃO EDUCACIONAL: OS DESAFIOS DO GESTOR ESCOLAR NOS TEMPOS ATUAIS

Maria do Socorro de Melo Gonzaga¹
Francisca Rousane Sales de Oliveira Andrade²
Rosa Maria Araújo Peixoto Maia³
Luciana Mascena Silva⁴

Introdução

O presente texto tem por objetivo fazer uma breve reflexão através de uma pesquisa bibliográfica, da gestão educacional e o papel do gestor escolar nos tempos atuais frente a uma gestão democrática, que contemple as dimensões administrativas, financeiras e pedagógicas da escola, para a efetivação das políticas educacionais vigentes com vista ao alcance dos objetivos contemplados no Projeto Político Pedagógico, enfatizando os aspectos que possibilitem ao gestor, na sua ação de liderança frente às demandas da escola, ser um promotor de mudanças em prol de um ensino de qualidade.

Nesse contexto, por hora apresentado, reflete-se sobre a importância do gestor para mobilização de todos os segmentos escolares para concretização de uma gestão educacional democrática, na valorização da educação como meio de superação das desigualdades sociais e econômicas existentes na sociedade e para superação dos desafios vivenciados no cotidiano com foco na qualidade do ensino ofertado.

A educação sempre foi e sempre será o meio mais eficaz para superação dos problemas sociais, econômicos e políticos existentes na sociedade brasileira, permitindo ao povo uma consciência crítica para combater as desigualdades as quais são impostas a cada cidadão, oportunizando um crescimento igualitário socialmente.

¹ Coordenadora administrativa financeira da rede pública de Maracanaú. Pedagoga. Especialista em Gestão Escolar. Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas.

² Professora da rede pública de Maranguape.

³ Graduada em Letras Português/Inglês – UECE; Especialista em Gestão e Coordenação Escolar – FAPSS; Professora do município de Maracanaú/CE.
E-mail: rosmariaaraujo45@gmail.com

⁴ Graduada em Biologia – UVA; Especialista em Auditoria ambiental – CENTEC; Mestra em Ciências Morfofuncionais – UFC; E-mail: lumascena2@gmail.com

Dessa forma, a ação do gestor escolar é fundamental para promover uma gestão educacional libertadora e que atenda as reais necessidades da sociedade.

Reflexão sobre a função do gestor na gestão educacional

A ação do gestor para uma gestão democrática nas dimensões administrativas, financeiras e pedagógicas

Entende-se por gestão o ato de administrar algo para atingir determinado objetivo.

Originário do latim *gestione*, o conceito de gestão refere-se à ação e ao efeito de gerir ou de administrar. Muitas concepções foram dadas para o tema no decorrer dos anos. Andrade (2001), no Dicionário de sinônimos da língua portuguesa, alerta que, embora a palavra portuguesa gestão, em seu sentido original, expresse a ação de dirigir, de administrar e de gerir a vida, os destinos, as capacidades das pessoas, uma parcela da sociedade compreende gestão como funções burocráticas, destituídas de uma visão humanística, e como uma ação voltada à orientação do planejamento, da distribuição de bens e da produção desses bens. (OLIVEIRA; MENEZES, 2018, p. 879)

No que se refere à gestão educacional, todo o processo é voltado para o processo de ensino e aprendizagem, com foco principal no aluno. As ações desenvolvidas, pensando os aspectos administrativo-financeiros e pedagógicos, dentro do Projeto Político Pedagógico de cada escola, visam sobretudo ofertar um ensino de qualidade, de maneira que a escola cumpra com sua função social.

A busca por melhoria da qualidade da educação exige medidas não só no campo do ingresso e da permanência, mas requer ações que possam reverter a situação de baixa qualidade da aprendizagem na educação básica, o que pressupõe, por um lado, identificar os condicionantes da política de gestão e, por outro, refletir sobre a construção de estratégias de mudança do quadro atual. (DOURADO, 2007, p.940)

Nesse sentido, o gestor escolar tem a função de prover meios, através da sua liderança, para que o Projeto Político Pedagógico, seja efetivamente implementado na escola, de forma que os objetivos educacionais almejados nas políticas voltadas para a educação sejam alcançados.

Para tanto se faz necessário que o gestor escolar seja um líder atuante, que prime por uma gestão democrática e participativa, fortalecendo o diálogo entre os diversos segmentos que fazem parte da escola, estabelecendo parceria e dividindo responsabilidades por meio da participação coletiva, como por exemplo, a efetiva atuação dos Conselhos Escolares, compostos por representantes de pais, alunos, professores, funcionários e comunidade local, para o alcance de um ensino de qualidade.

O princípio da gestão democrática inclui a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de forma a garantir qualidade para todos os alunos. O processo de gestão deve coordenar a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação nas escolas em específico. Indo além, discute a importância da articulação das diretrizes e políticas educacionais públicas, e ações para implementação dessas políticas e dos projetos pedagógicos das escolas. (OLIVEIRA; MENEZES, 2018, p. 880)

O gestor precisa ter um olhar atento diante das demandas que surgem na rotina escolar e buscar estratégias para alcançar um equilíbrio nos afazeres diários.

Segundo Vasconcellos (2009), cabe ao diretor fazer a gestão das atividades, para que o projeto da escola aconteça a contento. Para ele, um grande perigo é o diretor se prender à tarefa de “fazer a escola funcionar”, deixando de lado seu sentido mais profundo de gestão escolar. Entende-se que se trata não de um papel puramente burocrático-administrativo, mas sim de uma tarefa de articulação, de coordenação e intencionalidade, que, embora suponha os aspectos administrativos, vincula essencialmente o diretor à gestão pedagógica da escola. (OLIVEIRA; MENEZES, 2018, p. 880)

O fortalecimento de uma gestão democrática, com a participação de todos que fazem parte da escola torna possível enfrentar os desafios vivenciados na escola pelo gestor, como a ausência da família no acompanhamento da vida escolar dos seus filhos, a falta de comprometimento de alguns profissionais com o processo de ensino aprendizagem e o distanciamento da comunidade local com a instituição de ensino. A participação de todos nas ações educacionais, nessa visão democrática, torna possível ao gestor escolar efetivar o planejamento feito com vista a obtenção dos resultados estipulados.

Com base a atender aos novos desafios que vão surgindo na gestão educacional, cabe ao gestor o papel de agente mobilizador para uma educação que atenda às necessidades da sociedade atual.

O papel do gestor escolar mediante as políticas públicas educacionais

Uma sociedade democrática pressupõe que o povo seja atuante e agente transformador do seu meio. A democracia, fortalecida pelas políticas educacionais, promove a equidade e a inclusão social, como diz Arroyo (2010, p. 1382):

Os estudos, as pesquisas e os debates sobre a relação entre educação e desigualdades têm sido um dos campos mais fecundos e instigantes no pensamento educacional progressista e na formulação e gestão, na análise e avaliação de políticas educativas.

Conforme as leis vigentes, são criadas políticas públicas que visam concretizar o que as mesmas determinam. Compreende-se como políticas públicas aquelas ações planejadas pelo Estado com a participação direta e indireta da sociedade civil com o objetivo de assegurar a efetivação de um determinado direito de algum segmento da sociedade. As políticas públicas, aquelas voltadas para a educação, promovem um impacto direto na qualidade do ensino, conforme determina com Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a LDB (BRASIL, 1996), com vista a assegurar o pleno exercício da cidadania de todos os brasileiros, através do seu pleno desenvolvimento como pessoa.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CF, 1988)

As políticas voltadas para a educação são formuladas com o objetivo de subsidiar meios para que as ações pensadas alcancem os objetivos almejados, favorecendo um ensino aprendizagem de qualidade, haja vista que:

Dessa forma, a construção de qualquer política pública que visa um ordenamento das ações do ente público e também

dos particulares deve ser considerada como algo participativo, que leve ao empoderamento; ou seja, ao conhecimento crítico das ações tomadas pela sociedade como um todo, fazendo-a sentir-se como co-partícipe do processo; interiorizando de maneira mais efetiva os caminhos a serem trilhados ao longo da temporalidade na qual o plano se dispõe a ordenar. (BUENO, 2009, p. 8)

É, portanto, uma análise crítica, como forma de identificar novos desafios enfrentados pelo gestor escolar em prol da concretização de um ensino de qualidade.

Diante do exposto, destaca-se então o papel do gestor, como liderança na execução e efetivação das políticas educacionais existentes, no gerenciamento da escola, de forma a buscar meios e ações para que os objetivos almejados sejam alcançados. Diante de tantos desafios no cotidiano, o gestor precisa ser o elo entre todos os segmentos da escola, para que o ensino ocorra com qualidade.

Sendo a escola um espaço próprio à difusão do saber, todo o esforço nela realizado deve convergir para a aprendizagem daqueles para quem foi criada – sejam crianças, desde a mais tenra idade, sejam jovens e adultos. Por óbvia que tal afirmação pareça, é necessário nela insistir. Tantos são os problemas da prática, que a gestão corre o risco de desviar-se dessa finalidade aparentemente tão simples. De perder-se no emaranhado dos fios do novelo do cotidiano. E isso, bem se sabe, não pode nem deve ocorrer. O sucesso de uma gestão escolar, em última instância, só se concretiza mediante o sucesso de todos os alunos. (VIEIRA, 2007, p. 48)

Surge, portanto, um anseio em atender a demanda social que necessita da implementação dessas políticas públicas voltadas para melhoria da educação no nosso país. A educação brasileira enfrenta sérios problemas, principalmente no que se refere a efetivação de ações que garantam a manutenção e o desenvolvimento do ensino, como determina a própria Constituição Federal.

Diante desse contexto, os desafios enfrentados pelo gestor escolar são inúmeros e cada vez mais exige dessa profissional capacitação técnica e pedagógica para lidar com as diversas situações.

No contexto da expansão das oportunidades educacionais, o Brasil passou a conviver de forma mais intensa com críticas contundentes sobre a qualidade da escola. Se isso é verdade para o país, também o é para os estados e municípios. O Ceará não foge a essa regra. É certo que o mote não chega a

ser original; ao contrário. Esteve presente desde as origens de nossa educação pública. A expansão para grandes contingentes populacionais, todavia, fez aumentar o volume e o tom das queixas sobre suas condições de funcionamento e gestão. (VIEIRA, 2007, p. 49)

Gestor escolar como agente transformador

O gestor escolar precisa conhecer muito bem as necessidades existentes na escola, tanto na estrutura física, nas questões burocráticas e pedagógicas, bem como na gestão de pessoas. Esse conhecimento sobre o todo da escola, o torna, enquanto líder, numa referência para todos os demais. No desempenho das suas diversas funções de orientador, articulador e mediador, precisa sempre desempenhar seu trabalho de maneira ética, contribuindo para um trabalho em equipe sempre transparente e respaldado na legalidade.

A ação do gestor ao motivar a ação docente, a participação da família, o estímulo a comunicação entre todos os segmentos, efetivar uma administração financeira responsável, propicia um bem estar na instituição de ensino, sendo os alunos os maiores beneficiados, pois um ambiente escolar acolhedor e bem gerido em todas as suas áreas, têm em seus indicadores o reflexo positivo de todas essas ações.

A gestão educacional nos tempos atuais exige um gestor que seja dinâmico, que conheça a realidade existente na qual a escola está inserida e possa contribuir para evolução social e econômica desse meio, oportunizando à comunidade uma educação que promova a participação de todos como cidadãos atuantes, capazes de exercerem sua cidadania de maneira plena.

O desafio, portanto, é o de analisar, de um lado, os impactos de práticas participativas que apontam, a partir da manifestação do coletivo, para uma nova qualidade de cidadania, que institui o cidadão como criador de direitos, o que permite abrir novos espaços de participação sociopolítica; e de outro, os aspectos que configuram as barreiras que precisam ser superadas para multiplicar iniciativas de gestão que articulam eficazmente a complexidade com a democracia. (JACOBI, 2000, p. 13)

O gestor escolar enfrenta muitos desafios, porém reconhece na sua ação um meio de contribuir, através da educação, para uma sociedade mais justa e igualitária.

Considerações finais

O presente artigo apresenta uma breve análise da gestão educacional, em uma abordagem acerca dos desafios enfrentados pelos gestores escolares nos tempos atuais.

Diante das demandas atuais, observa-se como fundamental o papel do gestor para concretização de um ensino de qualidade, consolidado por meio de uma prática participativa, atuante e ético de todos os profissionais da educação que fazem parte da elaboração, construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico da escola, fortalecendo a democracia e a autonomia no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, as políticas públicas educacionais, surgem como um meio para que o povo tenha condições, através da educação, de adquirir uma consciência crítica, com conhecimento da sua responsabilidade de agente atuante na sociedade e participante efetivo da história do Brasil, sendo o gestor escolar o profissional que exerce essa liderança necessária para que toda equipe atinja os objetivos em prol de um ensino de qualidade.

Com uma educação de qualidade voltada para a construção e o fortalecimento da democracia, as mudanças ocorrem de maneira efetiva para atender de forma igualitária, o direito de cada brasileiro exercer a sua cidadania plenamente.

Referências

ARROYO, Migue G. *Políticas Educacionais e Desigualdades: À Procura de Novos Significados*. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

BUENO, Paulo Henrique de Carvalho. *O Conceito de Território e Políticas Públicas: algumas reflexões*, 2009.

_____. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas*. Educ. Soc., Campinas, vol. 28,

n. 100 – Especial, p. 921-946, out. 2007 921 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

JACOBI, Pedro Roberto. *Educação, ampliação da cidadania e participação*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.26, n.2, p. 11-29, jul./dez. 2000.

_____. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.

OLIVEIRA, Ivina Campos; MENEZES, Ione Varques. *Revisão de Literatura: O Conceito de Gestão Escolar*. Cadernos de Pesquisas v.48 n.169 p.876-900 jul./set. 2018.

VIEIRA, Sofia Lerche. *Gestão, avaliação e sucesso escolar: recortes da trajetória cearense*. Estudos avançados 21 (60), 2007.

O CURRÍCULO NUMA PERSPECTIVA DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

Sônia Regina Sena de Souza¹
Antônio Carlos Aguiar de Souza²
Ilana Maria Ferreira Lopes³
Iury Torquato de Almeida⁴

Introdução

O Currículo é um instrumento usado de parâmetro, ou seja, a base, um roteiro a ser seguido em relação a estudo e matérias a serem estudadas. Procurando definições sobre ele encontramos no dicionário Houaiss, que currículo é como “programação de um curso ou de matéria a ser examinada”. O Dicionário Interativo da Educação Brasileira (<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp>) define currículo como o “Conjunto de disciplinas sobre um determinado curso ou programa de ensino ou a trajetória de um indivíduo para o seu aperfeiçoamento profissional». Buscando a etimologia do termo currículo vimos que deriva do latim “*currere*” significando correr, curso ou carro de corrida, porém referindo-se a curso ganha a significação de carreira, ou seja, um percurso que deve ser seguido.

Historicamente falando, currículo e ensino pertencem ao mesmo universo. Assim sabemos que o ensino passou por muitas mudanças, conseqüentemente o currículo se adequou a mesma si-

¹ Pedagoga e Arte Educadora, Mestra em Ciências da Educação e Inovação Pedagógica; Especialista em: Educação Inclusiva; Psicopedagogia; AEE - Atendimento Educacional Especializado; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Gestão Escolar: Administração, Supervisão e/ou coordenação.

E-mail: soniasena68@gmail.com

² Graduada em licenciatura plena - UECE; Especialista em Educação Infantil - FALC; Professora do Ensino Fundamental do Município de Maracanaú e Fortaleza. E-mail: ilanalopes1302@yahoo.com

³ Graduado em Administração na Faculdade FAK - carlimccc@hotmail.com;

⁴ Graduado em Administração pela FAK com Registro no CRA/CE de Nº 12.183, Especialista em Gestão de Projetos pela ABED. Licenciado em Pedagogia pela FAK. Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela FAK. Especialista em Gestão Escolar pela FAESL, Especialista em Docência do Ensino Superior pela FAK. Especialista em Gestão e Tutoria pela Uniasselvi. Mestre em Gestão de Negócios Turísticos pela UECE. Doutor em Ciências da Educação pela USC/PY. E-mail: iuryt.almeida@gmail.com

tuação. Seguindo esse raciocínio Pacheco (s.d) nos diz que: “o currículo é um projeto, um artefato, cuja construção se insere numa dinâmica e complexa conversação.” Exemplificando a afirmação, vejamos a seguinte comparação: antes existia uma relação preceptor-aluno, um ensino individualizado, mas no decorrer do tempo, houve a necessidade de se adequar à nova sociedade e expandir esse sistema, assim surgiram as escolas, organizadas em classes com seus estudantes e o docente. E por causa dessa mudança foi preciso estabelecer um plano a ser seguido. Assim como um atleta que precisa ultrapassar vários obstáculos e caminhos para alcançar seus objetivos, o estudante também teria que seguir o caminho proposto pela escola para dessa forma também alcançar seus graus, seguindo as exigências proposta pelo currículo. Outra definição sobre currículo vem com Albuquerque (2008) quando diz que:

O currículo é o instrumento por meio do qual a escola realiza o seu processo educativo. Não é fruto de uma escolha técnica e neutra. É fruto de relações de poder, de prioridades e escolhas articuladas a um determinado modelo de cultura, a uma visão particular de homem e sociedade, a determinados valores.

Concordando também com tal abordagem Ranghetti; Gesser (2009, p.12) diz que currículo é um:

Rol de disciplinas ou grade curricular a ser seguida; - determinação de objetivos, conteúdos e sequência de atividades a ser implementada pela escola; - conjunto de conhecimento ou matérias a serem superadas pelo aluno.

Durante a maioria do tempo, o currículo estabelece uma relação entre os conteúdos ou disciplinas de um conhecimento organizado seguindo uma sequência lógica com o respectivo tempo de cada grade. O que faz com que essa relação dele com o plano de estudos fique mais próxima. Seguindo tal pensamento (POPKEWITZ, 2002, p. 194) diz que:

[...] currículo é uma coleção de sistemas de pensamentos que incorporam regras e padrões através dos quais a razão e a individualidade são construídas. As regras e padrões produzem tecnologias sociais cujas consequências são regulatórias. A regulação envolve não apenas aquilo que é cognitivamente compreendido, mas também como a cognição produz sensibilidades, disposições e consciência no mundo social.

Podemos dizer que o currículo tem várias faces o que pode ser modificado e adaptado para atender a todas as realidades em que ele está inserido, dependendo do seu contexto social. Corroborando com essa ideia Moreira e Silva (1999) nos diz que “Currículo não é um veículo que transporta algo a ser transmitido e absorvido, mas sim, é um lugar em que, ativamente, em meio a tensões, se produz e se reproduz a cultura”. Ou seja, o currículo é mais uma ferramenta ou dispositivo pedagógico para que o processo de passagem de tal informação seja facilitada e bem transmitida. Conceituando de uma forma bem tradicional Bobbit (1918) nos fala que o “currículo é visto como processo de racionalização de resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos”. Assim, ele é o meio mais estruturado para tal ação. Com essa afirmação, vimos que segundo Gimeno Sacristán (1998) “Currículo é a concretização da posição da escola frente à cultura”. “É o projeto cultural de socialização que explicita a intencionalidade da instituição educativa”.

Sobre essa transformação sofrida no decorrer do tempo do currículo e sua adaptação no contexto, Sanfelice (2008) nos afirma que:

O currículo escolar é sempre um produto de um contexto histórico determinado que, tendencialmente, será alterado quando as conjunturas socioeconômicas e políticas-culturais se transformarem, dentro de um processo mais geral de permanência e mudanças da sociedade como um todo.

De uma forma breve e simplificada apresentamos quatro visões de currículo e de teoria curricular:

- a) A visão tradicional: Nessa teoria é vista de uma maneira mais convencional. A relação “ensino planejamento didática aprendizagem” é mais levada em conta uma perspectiva mais voltada ao plano de estudo a ser seguido, ou seja, um molde pré-determinado. Onde também tem duas características importantes: o convencionalismo e a rigidez.
- b) A visão tecnicista: Nessa teoria o currículo se assemelha basicamente com a teoria tradicional, no entanto outras questões como instrumentais e econômicas da educação são levadas em consideração.

- c) A visão crítica: Nessa teoria vimos uma forma mais flexível com relação às ideologias as quais são vistas também no currículo, levando em consideração o poder, as classes sociais, o capitalismo, e as relações sociais. Permitindo uma relação com o meio ao qual está inserido, contribuindo com suas identidades.
- d) A visão pós-estruturalista, vem enfatizar o currículo como prática cultural e como prática de significação.

Com essas quatro visões, vimos o quanto esse assunto é relevante para nosso sistema educacional, e como os teóricos abordam sua importância para a sociedade. Suas teorias e a forma da qual vai ser utilizada e servida em cada ambiente.

Assim o estudo a seguir irá realizar uma abordagem de como o currículo foi se transformando e se adaptando às mudanças nas quais ele foi submetido. Como pode influenciar, e de que maneira auxilia no desenvolvimento da sociedade o qual ele está inserido.

Como a teoria curricular pode moldar a conduta dos indivíduos

Formar cidadão moderno, transformador, justo, educado, responsável, que possa participar ativamente com suas ideias e sempre acrescentando algo se tornou o objetivo central de muitos projetos que pretendem promover certas capacidades, tais como: conscientização, educação, paz, justiça, liberdade e igualdade. Sabendo disso, podemos dizer que a ligação entre o saber, os direitos, o poder e a cidadania é que possibilita a solução para a transformação e libertação dos indivíduos.

E o currículo é por excelência uma ferramenta de desenvolvimento e para tal afirmação, Minto (2008) diz em seus estudos que ele aliado às atividades educacionais serão imprescindíveis:

Sabemos também que a atividade educativa é fundamental em qualquer formação social humana, tanto no sentido mais geral do seu caráter humanizador, como no sentido estrito das necessidades específicas de qualificação dos indivíduos.

Dessa forma o currículo, é uma estratégia da ação educativa, que irá conduzir, moldando a conduta dos indivíduos. E a escola atualmente lida com alunos de diferentes culturas e afetados por

uma pluralidade cultural e social em diferentes fontes de informação. Ou seja, o currículo é essa ferramenta utilizada para lidar com essas diferenças. Nesse sentido podemos afirmar, que o currículo tem como finalidade maior, auxiliar no comportamento dos indivíduos, baseado em conhecimento, em saberes e fazeres. Facilitar a troca de informações, conhecimentos e habilidades entre alunos e professores, mediante uma socialização de esforços em direção a uma tarefa comum, a qual pode ser um projeto, uma discussão, uma reflexão. Diante desta informação, Silva (2011) acrescenta que:

se faz de total importância perceber-se a necessidade dessa educação em ter a preocupação de inserir no currículo a educação de valores éticos e morais, de maneira interdisciplinar. Sempre suscitando discussões e reflexões, que de maneira livre e aberta levará o aluno a refletir o seu papel na sociedade e as contribuições que lhe serão exigidas como futuro executor ativo de sua cidadania.

É perceptível que a escola esteja diante de um desafio: adequar seu papel de guardião e transmissora do conhecimento à nova realidade cultural de seus estudantes. Essa realidade cultural tem na tecnologia uma presença cada vez mais amplificada. E com o auxílio do currículo esse desafio fica mais fácil de ser alcançado seu objetivo, que é formar cidadãos.

A partir da Teoria Curricular criamos como base de desenvolvimento do indivíduo a seguinte sequência:



Com o esquema acima podemos dizer que as Teorias Curriculares auxiliam de uma forma direta no desenvolvimento de todas as questões em evidência. Sendo bem adequado e posto em prática de forma eficaz, torna essa tarefa fácil e dinâmica.

O currículo como política de estado

O currículo tornou-se um parceiro imprescindível para a formação de uma sociedade desenvolvida. Em vários momentos, sua utilização contribuiu para o aumento dos índices educacionais. Assim, a possibilidade desse aumento faz com que um grande aliado

desse desenvolvimento seja o governo e seus governantes, que no decorrer dos anos estruturou e implantou modelos de currículos. Mudança significativa para a sociedade, já que muitas vezes seu papel não é bem esse, tornando-se o vilão desse processo.

Mas, quando bem administrado eleva mais esse crescimento. Sobre essa definição podemos nos resguardar nas palavras de Foucault (1995, p.234) quando diz que “o termo governo foi utilizado para designar a maneira de moldar, guiar, dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes, dos loucos, das mulheres.” Ou seja, se bem governado esse desenvolvimento é certo e imediato. Sanfelice (2008) em seus estudos nos diz que: “pode-se dizer que o Estado se consolidou no papel de educador do povo, usando a educação formal de instituição escolar como o veículo de execução da referida tarefa.” Também para Foucault:

o governo era entendido tanto em um sentido amplo quanto restrito, isto é, podendo dizer respeito à relação da pessoa para consigo mesma ou com outras pessoas – envolvendo alguma forma de controle ou direcionamento –, dentro de instituições ou nas comunidades; e, também, relações referentes ao exercício da soberania política.

Com base nas várias informações e matérias insistentemente divulgadas na mídia educativa brasileira, o currículo foi tomado pelo Estado brasileiro como “elemento-chave” para o processo de governo, como uma importante estratégia para governar indivíduos e a população (cf. Foucault, 2000). Ao mesmo tempo, as estratégias de poder que governam indivíduos e populações não ficam mais centralizadas no Estado. Conforme esclarece Foucault (1995b), “podemos chamar ‘estratégia de poder’ ao conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder. Podemos também falar de estratégia própria, às relações de poder na medida em que estas constituem modos de ação sobre a ação possível, eventual, suposta dos outros. Podemos então, decifrar em termos de ‘estratégias’ os mecanismos utilizados nas relações de poder” (p. 248) para o governo de indivíduos e populações. Sobre esse poderio do Estado Sanfelice (2008) diz que: “O Estado passou a discursar em prol da formação de um cidadão. Cidadãos considerados iguais perante a lei, mas de uma realidade socioeconômica e cultural desigual”.

A partir dos anos 90, veio uma revolução educacional de forma inovadora, logo após a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação onde foram elaborados e publicados os PCNs com o objetivo de promover a reformulação dos currículos nas escolas e entre os docentes, sendo considerada uma grande conquista para a educação brasileira. A elaboração, adoção e socialização dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) tinham como objetivo, Niemann (s.d) “qualificar as atividades escolares de ensino-aprendizagem e estabelecer meios para atingir os compromissos firmados internacionalmente.”

Outra inovação pedagógica ocorreu a partir de 22 de dezembro de 2017, quando foi implantada a Base Nacional Comum Curricular, a qual deve ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e das suas respectivas modalidades de ensino no âmbito da Educação Básica. Conforme o MEC 2017, a BNCC é referência nacional para os sistemas de ensino e para as instituições ou redes escolares públicas e privadas da Educação Básica, dos sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, para construir ou revisarem os seus currículos. Com base na BNCC, o Estado do Ceará constituiu seu DCRC - Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) em Regime de Colaboração, onde a unificação do currículo nos municípios pode representar economia de tempo e de recursos, além de democratizar o acesso ao conhecimento. Este documento foi instituído por diretrizes e linhas de ações básicas que configuram o Projeto Curricular que o Estado espera que seja desenvolvido pelas instituições educacionais cearenses, públicas e privadas, assegurando o direito e objetivos de aprendizagem dos estudantes da Educação Básica.

Os princípios que norteiam o documento curricular referencial do Ceará tem como preocupação o acesso dos estudantes ao conhecimento, por meio das diversas formas de linguagens, o qual propõe o desenvolvimento humano pela promoção de práticas democráticas, dentro de princípios éticos, inclusivos com práticas pedagógicas inovadoras e significativas, as quais tiveram suas competências e habilidades baseadas na BNCC, onde as competências são definidas como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), as habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

No DCRC, o governo tenta assegurar para cada cidadão o direito à educação, investindo nas escolas e no corpo docente, uma educação de qualidade. Assim, vários recursos são importantes para a intervenção da vida social de cada membro daquele ambiente. Surge então, o termo “Direito de Aprender”, direito esse garantido pelo Estado. Com essas mudanças e transformações Sanfelice (2008) diz que:

“A educação foi “revolucionada” nos seus pressupostos e métodos, na busca de cientificidade, na concepção em torno da criança, no papel do professor, na organização escolar e, muito, mais muito mesmo, nos seus conteúdos curriculares disciplinares.”

Dentro dessa concepção para assegurar uma educação de qualidade, surgiram, outras inovações no contexto de reestruturação da educação brasileira, implementadas pelo Ministério da Educação (MEC). Na Educação Básica, principalmente no ensino fundamental, foram implementados os seguintes programas: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Programa de Informatização das Escolas (PROINFO), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Programa TV Escola, em que o processo de ensino aprendizagem conta com um novo sistema de vídeo aulas pela internet, através do qual os Usuários podem ter acesso, a conteúdos didáticos, filmes e documentários, entre outros (“Conteúdo”). Cabe ainda mencionar, que os diferentes programas de iniciativa dos governos estaduais também foram implementados no mesmo período no Brasil. Sobre essa época, Niemann (2012) diz que:

Na década de 90 é considerada a década da educação, destacando-se o movimento “educação para todos” e as conferências mundiais promovidas por órgãos internacionais que visavam elevar o nível de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.

Além dessas mudanças específicas produzidas no texto curricular (no caso brasileiro, representadas pela instituição dos PCNs), ocorrerão muitas outras transformações discursivas que reconfiguram o saber escolar e as instituições, que determinam

em grande medida, como esses textos devem ser recebidos, compreendidos e implementados nas escolas.

Atualmente à política educacional brasileira, desenvolveu mais programas educacionais, os quais consistem em um conjunto de ferramentas que visam melhorar o processo de aprendizagem e ensino nas escolas por meio de ações práticas aplicadas no dia a dia em sala de aula. Programas vigentes são: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); Programa Caminho da Escola. Esses programas têm como objetivo promover e fortalecer a gestão democrática nos estados e municípios, assegurando a aplicação, de forma contínua e eficaz, das políticas educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino, com a adoção de novos mecanismos de participação e controle social.

Dessa forma a dinamicidade curricular permite ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos estudantes, tornando a prática pedagógica inovadora. Pelos tipos de programas e projetos criados, é possível dizer que a maioria das reformas na Educação Básica tem no currículo interesse especial. Ou seja, uma adaptação real do currículo ao sistema ao qual ele está inserido.

O currículo como instrumento de formação humana

É mais fácil mudar as práticas pedagógicas dos docentes do que as regras, e mandamentos de uma Instituição com o auxílio dessa ferramenta chamada currículo, muitas mudanças podem ocorrer para tornar o currículo inovador.

Como sabemos a escola é um espaço onde a experiência humana é ampliada, mas, não podemos limitar as experiências diárias dos estudantes sempre trazendo, conhecimentos novos, novas metodologias e outras áreas do conhecimento contemporâneas. Assim, o currículo torna-se um instrumento de grande valia na formação do indivíduo. Corroborando com tal pensamento Lima (2007, pg.18), nos diz que “o Currículo é um instrumento de formação humana”, ou seja, deve visar à humanização de todos, introduzindo sempre novos conhecimentos. Esse instrumento deve ser projetado a partir das experiências de vida dos estudantes, de

sua realidade, de suas condições sociais, seu dia a dia e sob a tutela dos docentes e dos princípios básicos das práticas pedagógicas inovadoras. Ele é um instrumento valioso para aqueles que tentam buscar melhorias no campo educacional.

Ainda para a autora, um currículo democrático deve visar à humanização de todos, promovendo e facilitando o acesso de tudo o que não está acessível às pessoas: bens culturais, equipamentos, instrumentos das ciências e das artes. E um currículo para a formação humana deve estar sempre aberto para a introdução de novos conhecimentos, não se limitando aos conhecimentos relacionados às vivências do estudante, às realidades regionais, ou ao conhecimento do cotidiano. Complementando tal raciocínio Moreira, 1995 apud Leite (s.d) admitem que:

[...] o currículo não é elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social, ele não pode ser negligenciado nos processos e educação que pretendem contemplar as características culturais dos alunos a quem se destina.

Um currículo para a formação humana disponibiliza sempre novos conhecimentos, não se limita aos conhecimentos de vida do estudante, às suas realidades, ou com base no assim chamado conhecimento do cotidiano. O mesmo deve ser orientado para a inclusão de todos e ao acesso dos bens culturais e conhecimentos, a serviço da diversidade multicultural.

Segundo Silva (2011) é “necessário humanizar aquilo que se ensina nas escolas, ou seja, dar vida ao conhecimento transmitido.” Criando uma relação do que é apresentado a eles à sua opinião sobre determinado assunto. É imprescindível fazer com que os alunos estabeleçam a relação daquilo que aprendem com aquilo que necessitam para viver melhor e contribuir para com o desenvolvimento da sociedade.

O currículo como processo de inovação pedagógica

O currículo expressa o projeto pedagógico que uma escola organiza e orienta determinada prática educativa. Ao elaborá-lo a escola deve sempre levar em consideração o estudante, a sociedade e a cultura. Na composição do currículo inovador cabe à escola decidir acerca das experiências que deverão ser desen-

volvidas a partir das necessidades históricas colocadas pelo estudante e pela sociedade, fundamentando-se em critérios de ordem filosófica, política, econômica, cultural, social e pedagógica. Com o uso de novas tecnologias na escola deve-se levar em consideração que o currículo mais uma vez precisa se adaptar a essa nova realidade. O uso de computadores, celulares e tablets nas disciplinas dos estudantes é também um aparato em sala de aula. Valente (s.d) diz que:

Quando o computador é usado para passar a informação ao aluno, o computador assume o papel de máquina de ensinar, e a abordagem pedagógica é a instrução auxiliada por computador.

Sobre o desenvolvimento das novas tecnologias Gonçalves (2009) faz a seguinte colocação:

A velocidade como a tecnologia avança e, com ela, a cultura visual impulsiona o educando contemporâneo a considerar tudo provisório e fugidio. A transição de uso das tecnologias tradicionais às eletrônicas, no âmbito da escola, acelera esse embate com a provisoriedade. Mudança tecnológica e velocidade inspiram a mudança de mentalidade e de vocabulário...

Assim, a aprendizagem colaborativa e a aprendizagem personalizada constituem, antes de qualquer coisa, formulação de algumas propostas de mudança de atitude perante a educação e todos os seus aspectos, especialmente na relação estudante /docente, num mundo marcado pela própria mutação. (CORREIA; DIAS.1998)

Segundo Arends (1995) a aprendizagem colaborativa, consiste no facto de possibilitar aos estudantes a aprendizagem de competências de cooperação e colaboração, cada vez mais importantes na sociedade que se nos afigura, uma vez que muito do trabalho hoje realizado decorre em organizações amplas e interdependentes inseridas em comunidades cada vez mais globais.

A aprendizagem personalizada caracteriza-se por uma adequação aos interesses, necessidades e motivações dos estudantes, assim como aos diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Parte do princípio de que cada estudante é um ser único e se realiza numa educação integral, individual e social, adaptada às suas próprias características.

Dessa maneira no atendimento às necessidades dos estudantes e da sociedade, o currículo deve considerar as exigências de um mundo de relações complexas e diversas, proporcionando ao estudante um conjunto de ideias e experiências que lhe assegure a compreensão de sua realidade, seu cotidiano, uma fundamentação sólida em termos de formação básica que instrumentalize o estudante para atuar sobre esta realidade de forma crítica. Assim concebendo o papel do currículo vê-se que não tem cabimento propostas curriculares que visem a resumir os conteúdos ou a restringir o estudante em seu mundo cultural de origem. Necessita-se da pluricultura e da interdisciplinaridade.

Considerações finais

É necessária uma reflexão sobre a formação e desenvolvimento dos docentes, pois essa formação não é para deixar alguém preparado para a diversidade, e sim, para atender a todas as dificuldades possíveis no processo de ensino aprendizagem, mas, uma formação em que o docente irá ver seu estudante de outra dimensão tendo assim acesso as peculiaridades desse educando, entendendo e buscando o apoio necessário. Nós docentes somos responsáveis pelo desenvolvimento dos indivíduos de uma sociedade, e temos um papel determinante e delicado. Devemos transmitir os conhecimentos adquiridos, com cuidado para não tirarmos a autonomia de pensamento dos jovens deixando-os com uma visão crítica e reflexiva.

Não existe uma ferramenta concreta para transformar o currículo em um projeto de função social. Políticas Públicas auxiliam e são indispensáveis para isso, porém não é o bastante. É importante e fundamental que todos os indivíduos deem sua contribuição.

A escola deve ser um lugar de aprendizado onde se desenvolvem os pilares do conhecimento e a vontade de aprender a aprender. Ela deve desempenhar um papel fundamental no processo de formação do cidadão, a problematização. Ao nosso sistema educativo devemos cumprir a tarefa de prepará-los para a reflexão crítica, desenvolvendo a capacidade de pensar. Constitui um grupo permanente de apoio, com o objetivo de orientar os estudantes, os familiares e a comunidade sobre determinados assuntos. Para desenvolver e organizar Programas e Ações educativas com o objetivo de trabalhar a prevenção e fazer os devidos encaminhamen-

tos. Nos Ambientes de Recreação desenvolvendo atividades que permitam o estudante vivenciar situações problemas, tomar consciência sobre a gravidade dos fatos, tomando uma atitude. Percebendo com objetividade as suas consequências e a importância da escola na sua formação como cidadão.

Essas e outras reflexões poderão ser feitas e servir de ponto de partida para que a escola reflita sobre seu projeto pedagógico e se define pela cultura institucional que se deseja construir em direção a um processo de transformação, tendo por base relações sociais inovadoras.

Educar é sob este ponto de vista, uma atividade para favorecer as circunstâncias por meio da transformação dos indivíduos, interferindo nos seus processos de aprendizagem.

Referências

ALBUQUERQUE, Helena Machado de Paula. *Escola e currículo: a discussão necessária*. In: APASE; Sindicato de Supervisores do Magistério no Estado de São Paulo. Ano 9, n.24, out. 2008. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/faed/nefope/publicacoes/curriculo-escolar-algumas-reflexoes> Acesso em: 20 de out. de 2012.

AZANHA, José Mário Pires. *Parâmetros Curriculares Nacionais e Autonomia da Escola*. 2010. Disponível em: <http://www.hottopos.com/harvard3/zemar.htm> Acesso em: 20 de jun. 2012.

CARDOSO, Carlos Alberto. *Refletindo sobre currículo escolar a partir das teorias e teóricos curriculistas*. 2010. Disponível em: <http://cardoso.womensblog.net/Primeiro-blog-b1/Curriculo-b1-p3.htm>. Acesso em: 20 de junho de 2012.

CORREIA, Ana Paula Sousa; DIAS, Paulo. A evolução dos paradigmas à luz das teorias curriculares. In: *Revista Portuguesa de Educação*. Universidade do Minho: Portugal: 1998,11(1).

BAMPI, Lisete. *Currículo como tecnologia de governo de cidadãos e cidadãos*. UFRGS: (s.d).

DCRC - Documento Curricular Referencial do Ceará- Seduc - CE - <https://www.seduc.ce.gov.br>

DICIONÁRIO INTERATIVO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp> Acesso em: 28 set. 2012.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. *Cotidiano escolar e currículos reais: sobre a complexidade das redes de saberes produzidas e articuladas nas salas de aula*. DASE,CP,UFES: (s.d).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2002.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L., RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GONÇALVES, Etinete do Nascimento; BORBA, Siomara. Elementos para o debate curricular contemporâneo: Richard Rorty e a contribuição do Neopragmatismo. In: *Currículo sem Fronteiras*. v.9, n.2, jul/dez 2009. Disponível em

HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos; PIZZI, Laura Cristina Vieira. Reestruturação curricular e auto-intensificação do trabalho docente. In: *Currículo sem Fronteiras*. v.9, n.2, jul/dez 2009. Disponível em

LIMA, Elvira Souza. *Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano*. Brasília: Ministério da Educação; Secretária de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag1.pdf>> Acesso em 20 de jun. 2012.

LEITE, Carlinda. *O lugar da escola e do currículo na construção de uma educação intercultural*. S.l: s.d.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Trajetoira, itinerário, itinerância e errância: perspectivando o currículo enquanto crisálida*. FAGED/UFBA: (s.d).

MEC-BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

MOITA, Filomena. *Currículo, conhecimento, cultura: estabelecendo diferenças, produzindo identidades*. Universidade Federal da Paraíba: (s.d). Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moita-filomena-curriculo-conhecimento-cultura.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2012.

NIEMANN, Flávia de Andrade. Parâmetros curriculares Nacionais: tendências e concepções no currículo da matemática para os anos iniciais do ensino fundamental. In: *IX ANPED SUL; Seminário de Pesquisa de Educação da Região Sul*, 2012.

PACHECO, José Augusto. *Competências curriculares: as práticas ocultas nos discursos das reformas*. Universidade do Minho.19p.

PARAÍSO, Marlucy Alves. *Política da subjetividade docente no currículo da mídia educativa brasileira*. Educ. Soc. Vol.27 no.94 Campinas Jan./Apr. 2006.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENE-GAZZO, Maria Adélia. *Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa sobre história do currículo*. UFMS: (s.d).

POPKEWITZ, T. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, T.T. da (Org.) *O sujeito da educação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

RANGHETTI, Diva Spezia; GESSER, Verônica. *Estruturas Curriculares: Inter e Transdisciplinaridade*. Indaial/SC: Grupo UNIASSELVI, 2009, 121p.

SANFELICE, José Luís. A história da Educação e o currículo escolar. In: APASE; *Sindicato de Supervisores do Magistério no Estado de São Paulo. Ano 9, n.24, out. 2008*. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/faed/nefope/publicacoes/curriculo-escolar-algumas-reflexoes> Acesso em: 20 de out. de 2012.

SILVA, Leniel Augusto da. *A importância da educação de valores para a formação moral do indivíduo*. Universidad de ciencias empresariales y sociales: 2011.

SILVA, Maria Aparecida da. *Currículo e projeto pedagógico: da impossibilidade de refletir sobre um sem refletir sobre o outro*. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/smed/cape/artigos/textos/maria.htm>. Acesso em: 19 jun. de 2012.

SILVA, Maria Aparecida da. *História do currículo e currículo como construção histórico-cultural*. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/smed/cape/artigos/textos/maria.htm>. Acesso em: 19 jun. 2012.

SILVA, T. T. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. In: MOITA, Filomena. *Currículo, conhecimento, cultura: estabelecendo diferenças, produzindo identidades*. Autêntica: Belo Horizonte, 2001.

GESTÃO ESCOLAR: A AUTONOMIA FINANCEIRA E SEUS REFLEXOS NO DESEMPENHO, ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO

Almir Pereira dos Santos¹

Aurileda de Lima²

Jenivando Lira Braz³

Iury Torquato de Almeida⁴

Introdução

O presente trabalho foi elaborado a partir do resultado de pesquisas realizadas com gestores escolares, e tem como objetivos verificar, analisar limites e conhecer na prática como funciona, e até onde vai a autonomia financeira na gestão escolar em algumas escolas municipais de Maracanaú. A metodologia aplicada foi baseada na realidade das escolas por meio de questionários com gestores dessas escolas, a fim de que, fosse possível se chegar a um resultado que demonstra de forma quantitativa e qualitativa o perfil mais próximo da realidade das escolas municipais, no quesito autonomia financeira e seus reflexos nas ações administrativas e pedagógicas, com foco principal na autonomia financeira. Por se tratar de um tema de significativa importância no cotidiano educacional e escolar, principalmente em escolas públicas, já tão discriminadas e questionadas em re-

¹ Graduado em Letras - UEMA; Especialista em Gestão Escolar - UDESC; Professor do município de Maracanaú/CE. E-mail: almirsantos_45@hotmail.com

² Especialista em Gestão Escolar (UECE) e Psicopedagogia Clínica e Institucional (Faculdade Maciço de Baturité); Graduada em Pedagogia (UVA); Professora efetiva da Educação Básica do Município de Maracanaú/Ceará. E-mail: aurileda.lima@hotmail.com

³ Especialista em Gestão Escolar (FAK), Docência do Ensino Superior (FAK), Educação Infantil (FAK). Graduado em Pedagogia e Licenciatura em Matemática (UVA); Professor efetivo da Educação Básica do Município de Maracanaú/Ceará e PACATUBA/Ceará. E-mail: vando_lira@yahoo.com.br

⁴ Graduado em Administração pela FAK com Registro no CRA/CE de Nº 12.183, Especialista em Gestão de Projetos pela ABED. Licenciado em Pedagogia pela FAK. Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela FAK. Especialista em Gestão Escolar pela FAESL, Especialista em Docência do Ensino Superior pela FAK. Especialista em Gestão e Tutoria pela Uniasselvi. Mestre em Gestão de Negócios Turísticos pela UECE. Doutor em Ciências da Educação pela USC/PY. E-mail: iuryt.almeida@gmail.com

lação ao nível e qualidade do ensino oferecido nessas unidades de ensino.

Com base no estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da educação – LDB de 1996, essa autonomia está ligada diretamente “à construção da identidade institucional, constituída pela formação de capacidade organizacional da escola para elaborar o seu projeto educacional, ser capaz de gerenciar diretamente os recursos destinados ao desenvolvimento e manutenção do ensino, bem como a execução dos mesmos, mediante adoção da gestão compartilhada”. Nesse sentido, a autonomia escolar surge como uma inovação no processo participativo e democrático da escola. A ideia inicial dessa autonomia financeira é dar mais agilidade, liberdade aos gestores escolares, a fim de possam gerir e agir de forma mais eficiente na solução de problemas, e no desenvolvimento de ações que viabilizem um desempenho mais eficaz nos atos administrativos e conseqüentemente, possibilitando, ou impactando diretamente em bons resultados pedagógicos.

De acordo com o princípio de autonomia da escola, essa surge com objetivo de descentralizar as decisões e ações dos órgãos superiores, no caso em específico, as Secretarias de Educação, para os protagonistas ligados diretamente às unidades de ensino, os gestores escolares, que lidam diária e diretamente com a dinâmica das escolas e suas necessidades. Essa medida de descentralização vem desde a esfera federal, que passa a responsabilidade da execução dos programas educacionais para estados, e este para os municípios, cada um com suas devidas competências e obrigações. Essa transferência de atribuição que inclui também o repasse de recursos financeiros ocorreu de forma escalonada, chegando até às escolas. No caso dos municípios, a execução dos recursos financeiros, ponto em questão, pode ser exercidos pelo próprio executivo, ou demandado os valores diretamente para as contas da escola, onde se efetivaria de fato sua autonomia financeira, desde que os gestores possam realmente aplicar os recursos nas prioridades e necessidades existente, e que não são poucas.

Portanto, quando se pensa em autonomia, a primeira palavra que vem é liberdade, mas nem tudo ocorre como realmente deveria ser. Na verdade, essa autonomia no sentido amplo da palavra, apesar de ser um princípio estabelecido pela própria LDB/1996, deixa muito a desejar, principalmente nas unidades de ensino da

rede municipal. Nas pesquisas realizadas com os gestores de escolas municipais de Maracanaú, ficou claro que essa liberdade na administração dos recursos diante das necessidades das escolas é relativa, pois ainda, em certas situações precisam da autorização da Secretaria de Educação para execução dos seus próprios recursos. Vale lembrar, que essa emancipação, digamos assim, no uso desses recursos, requer uma série de procedimentos legais a serem observados e seguidos, como as modalidades de licitações, cotações eletrônicas, dispensa de licitações em alguns casos, ou qualquer outra modalidade disposta em Lei. Nas escolas públicas estaduais do Ceará, essa autonomia financeira já é mais ampla, as escolas recebem seus recursos tanto para manutenção, como para aquisição de gêneros alimentícios para o ano todo, com base na quantidade de alunos, e cabe a escola realizar seu planejamento priorizando suas necessidades, tanto para serviços de manutenção, como aquisição de materiais de consumo, sem a intervenção da Secretaria da Educação. No caso de aquisição dos gêneros alimentícios, apesar do acompanhamento de profissionais de nutrição, que equilibram a qualidade nutricional dos alimentos ofertados, a escolha do cardápio é realizada por meio de enquetes com os alunos, e todo o processo licitatório até a execução dos pagamentos é realizado pelo Gestor.

Sendo assim, fica a percepção de que nas escolas municipais de Maracanaú, a autonomia é de certa forma relativa, pois apesar da aparente política de descentralização, as ações da administração municipal ainda tem uma postura centralizadora. É preciso que essa autonomia seja de fato uma prática efetiva, pois nas escolas as necessidades são diárias, e quase tudo é prioridade que precisam ser resolvidas logo, sob pena dificultar a boa administração escolar, influenciando até no bom andamento das ações pedagógicas. A escola não é só um prédio, um espaço, ela representa toda uma comunidade, uma sociedade, sociedade essa que dá identidade a unidade escolar, e o gestor além de administrar a escola, ele é o responsável pela condução e por tudo que lá acontece, e a comunidade escolar cobra ações que muitas vezes não depende exclusivamente do compromisso do gestor, principalmente quando são ações que envolvem aplicação de recursos financeiros, que no geral são escassos. De acordo com Luck (2001, p.91), diz que a autonomia no contexto da educação consiste na ampliação do espaço

de decisão, voltada para o fortalecimento da escola e a melhoria da qualidade do ensino que oferece, e da aprendizagem que promove pelo desenvolvimento do sujeito ativo e passivo. Esse pensamento de Luck é perfeito, o problema é que muitas ações e decisões a serem tomadas esbarram na falta de recursos e na liberdade de execução, quando esse existe. E isso certamente influencia de forma direta no desenvolvimento das ações administrativas, pedagógicas, e por consequência na qualidade do ensino-aprendizagem, pois quase nada na escola se faz sem um ajuste financeiro, inclusive as ações voltadas especificamente para o setor pedagógico.

Desenvolvimento

Autonomia

Sendo a autonomia escolar um importante princípio da gestão, para o fortalecimento e efetivação de seu planejamento e do projeto pedagógico realizado pela equipe escolar, com ações que viabilizem a execução de suas atividades, administrativas, pedagógicas e financeiras, como forma de dar maior eficiência em seus resultados. Essa consolidação da autonomia, no ambiente escolar gera um clima benéfico diante de uma gestão democrática, onde os setores colegiados são partes importantes da construção do ambiente escolar, e responsável pela qualidade da educação ofertada. Neste documento tentamos demonstrar através de depoimentos de alguns gestores da rede municipal de Maracanaú, por meio de respostas obtidas nos questionários aplicados a “real face” dessa autonomia. O objetivo é perceber como é o funcionamento da gestão financeira, a aplicação dos recursos, a “liberdade” em aplicá-los, conforme as prioridades e necessidades das escolas avaliadas. Como o foco dessa pesquisa, é a visão financeira, ou seja, a autonomia financeira da escola, e seus reflexos no desempenho administrativo e pedagógico. A visão e o conhecimento do diretor escolar foi fundamental para se obter um panorama de como funciona gestão de recursos, e como essa “emancipação financeira” influencia diretamente nos resultados escolares.

É fato notório que não se resolve todos os problemas existentes nas escolas por conta ou não da falta de recursos financeiros e sua efetiva aplicabilidade por parte dos órgãos municipais, ou do

diretor, responsável direto pela execução dos recursos na escola. Os gestores afirmam que tão logo os recursos são demandados para escola, todas as ações a serem desenvolvidas com a aplicação dos recursos, são compartilhadas, discutidas e decididas de forma democrática com a comunidade escolar, seguindo sempre o novo olhar de uma escola participativa e integrada, visando sempre o que é prioridade, o grande problema que o dinamismo das escolas torna quase tudo uma prioridade, e nem sempre os recursos são suficientes para acolher todas as demandas.

Alguns recursos são garantidos Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que repassa, anualmente, através do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE, a todas as entidades cadastradas no programa PDDE Interativo. Em Maracanaú foi constituída pela Lei n°. 1.096, de 19 de maio de 2006, o Programa de Autonomia Escolar- PAE, que surge como forma de dar mais autonomia financeira às escolas. Com a implantação desse programa o município tenta ajustar as condições escolares, as suas necessidades de forma a dar mais liberdade aos gestores na execução dos recursos e na manutenção de suas unidades de ensino. Vale lembrar que essa autonomia criada pelo PAE, impõe algumas exceções na utilização desses recursos, como a execução de obras de construção e aquisição de equipamentos. Assim como acontece nas escolas estaduais. Mesmo diante dessa autonomia financeira o que se percebe nas respostas é que os gestores, e aqui não é privilégio só dos diretores escolares de Maracanaú, são quase que uniformes em uma questão, os valores repassados para as escolas não são suficientes para suprir a demanda do cotidiano escolar. Isso não é novidade para ninguém, principalmente para os profissionais da educação, em especial os gestores que estão na ponta desse processo educacional.

Autonomia e suas limitações

No questionário aplicado aos dirigentes escolares, foi perguntado o que definiram como autonomia escolar no cotidiano da escola? Como veem essa autonomia financeira escolar no âmbito municipal? A falta de recursos pode afetar o desempenho pedagógico? De acordo com as respostas, os gestores acreditam que autonomia é a capacidade de gerir a escola de acordo com suas necessi-

dades, de forma autônoma, procurando sempre junto ao colegiado ver o que é melhor, isto obedecendo o princípio da razoabilidade, onde não se pode confundir essa autonomia financeira com liberdade para fazer o que quiser. Mesmo sabendo que os recursos financeiros são essenciais para o bom andamento das ações administrativas e pedagógicas, a escola tenta não atrelar seus bons ou maus resultados na qualidade do ensino exclusivamente na carência de recursos, mais em um conjunto de fatores que influenciam nesses resultados, como exemplo a localidade onde a escola está inserida, o nível econômico, cultural e social da comunidade no entorno da escola.

Mesmo que relativa essa “independência”, pois há situações em que o município é que define onde, e como podem ser realizados os gastos, mesmo que as necessidades tenham sido definidas pelo colegiado, pelos conselhos, ou seja, mesmo estando livres para fazerem as escolhas sobre as necessidades dos gastos, nem sempre prevalece a autonomia em algumas decisões. Poder administrar os recursos, deliberar sobre sua utilização junto aos órgãos colegiados, já um grande avanço para uma escola realmente democrática, apesar de hoje essa independência se apresentar de forma mais autêntica do que em anos anteriores, ainda temos muito a conquistar para que as instituições de ensino possam real e verdadeiramente se tornarem autônomas financeiramente, mais contudo, já se tem um caminho positivo, diante desse enorme passo, rumo a valorização da educação e da qualidade do ensino.

A comunidade escolar de hoje tem um enorme peso nas decisões administrativas e pedagógicas, as cobranças são constantes e esse acompanhamento faz a diferença, pois os pais estão diariamente dentro da escola, e isso é o diferencial na hora da utilização dos recursos financeiros destinados a manutenção da escola. Uma decisão conjunta com toda a comunidade escolar, gerenciada coletivamente dá mais credibilidade ao gestor, que dentro das possibilidades existentes, tenta atender às exigências dos educandos e educadores, entes fundamentais para bom desempenho no processo de ensino-aprendizagem. Sobre a falta de recurso afetar o desempenho das ações pedagógicas, não é correto afirmar que a falta de recursos financeiros é a causa maior ou menor do fracasso no rendimento dos alunos, mas com certeza a ausência desse, ou sua carência, influência diretamente no desempenho escolar, pois

a escola vive de cotidianos, mesmo com todos os planejamentos, a sua dinâmica e o ritmo dos alunos é que ditam as necessidades, as prioridades da escola, e estas nem sempre se consegue planejar. Desde materiais de limpeza aos recursos pedagógicos, tudo na escola requer aplicação de recursos, e a falta deste afeta de forma direta as atividades a serem desempenhadas dentro ou fora dela, pois às ações administrativas, financeiras e pedagógicas vão para além dos muros da escola. Não estamos afirmando aqui, que a escola só tem bons rendimentos se tiver recursos suficientemente satisfatório, mas com segurança podemos afirmar que teríamos resultados bem melhores, pois além da motivação dos professores que fazem a diferença nas salas de aulas, o apoio técnico financeiro por parte da unidade de ensino, elevaria mais ainda o nível e a qualidade das aulas, o que leva a bons resultados. Nesse aspecto, a ideia de mais incrementos na injeção de recursos financeiros são ações importantes para promover ainda mais a melhoria das escolas em todos os seus setores, administrativos, financeiros e pedagógicos, conforme o disposto na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB em seu Art. 12, dispõe sobre a responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, em elaborar sua proposta pedagógica, e administrar seus recursos financeiros. Diante do exposto, a autonomia financeira da escola, traz um novo olhar para o gestor, que dentro das possibilidades pode atender mais rapidamente às demandas existentes em sua unidade de ensino, de acordo com suas particularidades, acreditando-se que fará de boa fé, o bom uso desses recursos. Sobre Autonomia financeira Such e Campello (2007 e 2011), afirmam:

A gestão de recursos pela própria escola é um campo fértil para novas pesquisas, como: o papel exercido pelos responsáveis na gestão financeira dos recursos, pois estes detêm a maioria das informações técnicas e são elementos-chave na operacionalização da política; a cultura histórica da escola em captar recursos próprios; o processo de controle de gastos dos recursos da autonomia financeira, e até que ponto a administração pode afirmar que existe efetivamente um acompanhamento dos órgãos normativos/orientadores e controladores sobre os recursos geridos na escola (SUCH, 2007, p. 131).

Durante a aplicação dos questionários, algumas respostas revelaram, que mesmo os gestores sendo responsáveis pela gestão

dos recursos financeiros da escola, em alguns casos, essa utilização está submetida a uma prévia autorização da Secretaria de Educação do Município, o que deixa claro, tratar-se de uma autonomia limitada. Quando analisamos a conjuntura da escola, onde a autonomia financeira escolar ainda é um obstáculo, nos reportamos a definição do termo autonomia, como já mencionado anteriormente, “aquele que é capaz de governar sua própria vida a partir de seus próprios meios, valores, vontades ou princípios”. É lógico que nas escolas, as escolhas não são tão fáceis assim, até porque a finalidade dela não é lucrativa, e ainda, não é competência da escola gerar seus próprios recursos financeiros.

Autonomia financeira e desempenho

Sobre a presença da autonomia nas escolas do município de Maracanauá, 60% dos gestores afirmam que sim, que a autonomia é presente, 20% dizem que as decisões sobre os gastos são deliberadas junto ao Conselho escolar de acordo com as necessidades e prioridades, e outros 20% dizem que a autonomia está presente em parte, pois certas decisões partem da própria Secretaria de Educação, já “vem de cima”, conforme afirmam. Sobre a disponibilidade desses recursos na aquisição de materiais de consumo e nos gastos com manutenção 40% dos diretores escolares declaram que não conseguem efetuar esses procedimentos sem uma prévia autorização da Secretaria de Educação, já 60% dizem que sim, que têm a liberdade para executar essas ações sem a interferência de órgãos superiores. Nas respostas obtidas existe um percentual muito alto de contradições em relação à liberdade na aplicação dos recursos, são duas realidades opostas, dentro de um mesmo sistema educacional, que deveria ser no mínimo compatível em todas as unidades de ensino. Essa distorção no percentual, referente ao mesmo critério das respostas obtidas, frente a autonomia financeira da gestão, deixa indagações a serem respondidas, como pode 60% das escolas tem a liberdade de aplicarem seus recursos na aquisição e manutenção das escolas sem a interferência direta da secretaria de educação, e outra quantidade expressiva dessas escolas necessitam de autorização de órgão superior. *O Art. 37 da constituição Federal, determina que: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal*

e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Conforme o estabelecido no Art. 37 supra citado, e diante dos resultados apresentados na pesquisa realizada em algumas escolas municipais de Maracanaú, a autonomia financeira, a “liberdade” na execução dos recursos não é uniforme. Não estamos aqui falando em valores gastos, mas sim, na autonomia que deveria ser igual para todas as escolas, o que parece não ser segundo os percentuais apresentados. Essa mesma proporção de 40% e 60%, se referem também aos recursos do PDDE, algumas escolas necessitam de autorização da Secretaria para utilização dos recursos e outras não. Ainda sobre a autonomia financeira servir como base para o bom desempenho escolar, 80% dos dirigentes acreditam que não, que a questão financeira, não é critério base para se obter um bom desempenho escolar.

Considerações finais

De modo geral fica o sentimento de que, comandar, administrar, ser gestor de uma escola pública, com recursos financeiros geralmente insuficientes para suprir todas as necessidades escolares, de forma eficiente e eficaz, e com sua autonomia na gerência e aplicação desses recursos limitados, não é tarefa fácil. Apesar de já ser um grande avanço a conquista dessa “autonomia financeira”, esse processo, de descentralização dos recursos financeiros direcionados para as escolas, ainda requer uma maior liberdade para que os dirigentes escolares possam dar respostas mais imediatas às demandas, que inclui desde aquisição de materiais de consumo, pequenos serviços até o apoio técnico financeiro ao setor pedagógico. Mesmo com as garantias estabelecidas pela LDB em seu Art. 15. *Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.* Essa garantia de uma autonomia financeira é relativa, ou seja, não é ampla, integral, isso fica evidente diante das limitações impostas pela secretaria de educação.

Com a aplicação do questionário, a intenção era estabelecer uma conexão entre a autonomia financeira e seus reflexos no de-

sempenho administrativo e pedagógico, era verificar, analisar limites e conhecer na prática, se essa autonomia financeira impacta diretamente nas ações escolares. Diante dos resultados apresentados, percebeu-se que em Maracanaú os gestores das escolas municipais, apesar de administrarem seus recursos, existem limitações que dificultam o trabalho da gestão. Quem já trabalhou ou trabalha diretamente dentro da escola, sabe muito bem que todos os dias surgem situações que requerem gastos financeiros, e nem sempre a resposta a esses problemas, tem uma solução imediata. Esse poder na execução dos recursos financeiros da escola, e por consequência na solução das demandas existentes, esbarrão em dois fatores bem evidentes, nos valores dos repasses para as escolas, que são poucos em relação às demandas que aparecem, e no poder de execução, conforme as necessidades da escola vão surgindo, e na autonomia de fato. Tudo isso, lógico executado segundo os princípios legais e as normas estabelecidos, para aquisição de bens e serviços, conforme o determinado na Lei 8.666/93, com seus princípios e modalidades de licitações.

Por fim, percebeu-se que ainda falta muito a conquistar em relação a essa autonomia financeira, para que esta, se apresente como realmente deveria. A escola com seu aporte e com a liberdade de fato para executar seus processos licitatórios, seja para aquisição de materiais de consumo ou a execução de serviços, sem a interferência da Secretaria da Educação, como órgão controlador. O desejo expresso pelos gestores é que a escola realmente conquiste essa autonomia de forma ampla, sem interferências, para que as unidades de ensino, por meio dos dirigentes, consigam realizar suas ações de forma mais eficiente, a fim de proporcionar maior agilidade na manutenção e na execução dos serviços, sem perder o cuidado na qualidade desses, gerando sem sombra de dúvidas mais benefícios à comunidade escolar. Ponto pacífico, entre os gestores escolares, é com certeza as dificuldades no desenvolvimento das ações, sejam administrativas ou pedagógicas. Portanto, diante dos pontos levantados no questionário, chega-se a conclusão de que a escola ideal, não precisa ter milhões em recursos financeiros, mas com certeza, necessita de subsídios que garantam e atendam, o seu bom funcionamento.

Referências

Lima Kamile de Freitas Camurça, Nilson, Antônio Gomes Moreira, Gerra, Gleiza de Assis Braga- V Jornada Internacioanl de Políticas públucas – Progra de Autonomia Escolar;

Nilson, Antonio Gomes Moreira, Mirian, Glauca d Oliveira Souza,- Carneiro, Joyce de Oliveira – *Gestão Escolar: Dimensões e desafios* , 2013;

MENEZES, Ebenezer Takuno de. *Verbete autonomia da escola*. Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/autonomia-da-escola>. Acesso em 07 mar 2022;

Nilson, Antonio Gomes Moreira; Lerche, Sofia Vieira – *Autonomia financeira da escola em teses e dissertações (1997-2015)*;

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB de 20/12/1996;

Constituição da República Federativa do Brasil – 1888.

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS: RELATOS DE ESTRATÉGIAS EM TEMPO DE PANDEMIA NO CENÁRIO BRASILEIRO

Káthia Cyléa Meneses Oliveira¹
Tarcísio José Aquino Oliveira²
Maria Efigênia Oliveira de Almeida³
Luciana Mascena Silva⁴

Introdução

A situação vivenciada pelos brasileiros, desde o início da pandemia causada pela COVID-19, em meados de março do ano de 2020, tem sido foco de discussões sobre a necessidade do distanciamento social como forma de conter o avanço da doença. Nesse sentido, o tema central deste estudo visa discutir sobre os desafios da formação docente e as relações interpessoais que se estabelecem nesse tempo de pandemia, sobretudo as preocupações frente ao quadro de isolamento em que as desigualdades socioculturais, cada vez mais são acentuadas.

Ao relatar sobre o tema, tem-se como pressuposto sua amplitude e relevância, visto que o ano de 2020 e possivelmente, 2021, ficarão marcados pelos imensuráveis desafios colocados à humanidade, numa verdadeira escala global, pois esta pandemia afetou o mundo todo, causando principalmente o isolamento social das pessoas para a contenção do contágio.

Diante dessa realidade, o interesse e motivação para o estudo partiu da necessidade de explorar e contribuir com novos conhecimentos sobre o tema, pois isso refletiu em toda a sociedade, especialmente nos processos de ensino das Instituições de Ensino Superior (IES), que tiveram que se adaptar ao novo cenário de

¹ Especializanda do curso de Docência do Ensino Superior da Faculdade Cesma Maracanaú (FACESMA), e-mail kathiacylea@gmail.com

² Especializando do curso de Docência do Ensino Superior da Faculdade Cesma Maracanaú (FACESMA), e-mail tarcisioquino@gmail.com

³ Especializanda do curso de Docência do Ensino Superior da Faculdade Cesma Maracanaú (FACESMA)

⁴ Graduada em Biologia - UVA; Especialista em Auditoria ambiental - CENTEC; Mestra em Ciências Morfofuncionais - UFC; E-mail: lumascena2@gmail.com

restrições de contatos sociais como bem colocados por (SANTOS JUNIOR; MONTEIRO, 2020).

Considerando, ainda, compreender que uma grande parcela da humanidade tem demonstrado preocupação com essa questão, partiu-se das seguintes indagações: quais os efeitos do isolamento social nas dificuldades diárias enfrentadas pelos docentes em processo de formação? Nesse tempo de pandemia, as relações estabelecidas com professores e orientadores foram satisfatórias para o processo de aprendizagem? Esse formato de aulas à distância facilitou o seu sucesso escolar? Como o isolamento social pode afetar a motivação da formação docente?

Nessas perspectivas, o trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral contextualizar os relatos de experiências de professores em processo formativo de Ensino Superior e as dificuldades relacionadas as disponibilidades de tempo e motivação de aprendizagem. Os objetivos específicos visam destacar alguns suportes teóricos acerca das relações interpessoais na educação, do quadro de isolamento e distanciamento social e da trajetória docente do Ensino Superior e as adaptações estratégicas ao ensino à distância.

Trata-se, portanto, de um estudo de natureza bibliográfica com abordagem qualitativa descritiva com base em material já elaborado, bem como uma pesquisa empírica com objetivo de maior familiaridade com os problemas em questão. Dessa maneira, o referencial teórico contou com a colaboração de Carvalho (2009), Ferreira *et al* (2020), Matos e Costa (2020), Minicucci (2009), Sallaberry *et al* (2020), Santos (2020), e outros estudiosos para o referencial teórico.

Para consecução dos objetivos propostos, a presente pesquisa traz além desta introdução, o referencial teórico com ênfase nas relações interpessoais na educação, no quadro de isolamento e distanciamento social e da trajetória docente do Ensino Superior e as adaptações estratégicas ao ensino à distância em tempos de pandemia, materiais e métodos os resultados e discussão e a conclusão do estudo.

Conceituando as relações interpessoais na educação

As relações interpessoais estão voltadas para as atitudes e comportamentos entre indivíduos, para o desenvolvimento da in-

teligência emocional e para as técnicas de liderança, segundo Goleman (2001), entende-se por inteligência interpessoal a capacidade de compreender as outras pessoas, já inteligência intrapessoal é a capacidade de formar um modelo preciso, verídico, de si mesmo e poder usá-lo para agir eficazmente na vida.

Minicucci (2009) diz que as relações humanas ou interpessoais são eventos (acontecimentos) que se verificam no ambiente familiar ou institucional. Os problemas de relações humanas acontecem nas relações do indivíduo com o grupo, com outros indivíduos, entre grupos, do líder com o grupo, do indivíduo com o líder.

A sensibilidade social é uma das habilidades mais importantes nas relações humanas, pois é a aptidão para sentir o que os outros pensam e sentem, é a compreensão dos outros. No lidar com pessoas, a sensibilidade social, aliada à flexibilidade de comportamentos, conduz ao bom relacionamento.

É possível conhecer melhor as pessoas observando seu comportamento, dando a elas oportunidade de exporem seus pensamentos, sentimentos e ações, no relacionamento com seus semelhantes. É dessa forma que a sensibilidade social é treinada. Silva e Zanelli (2004) dizem que, de forma intuitiva, saber que se vive imersos em vários agrupamentos sociais, de diferentes amplitudes e complexidades. Lewin (*apud* Minicucci 2009) acredita que, até certo ponto, o indivíduo tem seus objetivos pessoais. Os objetivos do grupo não precisam ser idênticos aos objetivos do indivíduo, por isso, necessidades como as de contato social, de realização, o desejo de servir, são inerentes a cada indivíduo, e este precisa de espaço de movimento livre no interior do grupo para atingir seus objetivos e satisfazer suas necessidades.

No cenário educacional as relações interpessoais têm ponto relevante quando segundo Bourguignon *et al* (2017), são cuidadosamente trabalhados, ou seja, a instituição de ensino tem a comunicação estabelecida com seu corpo docente. Ação que traz resultados positivos e possibilita uma gestão participativa, onde todos tenham abertura para serem ouvidos e levados em consideração suas aspirações.

Assim, as relações sociais que se concretizam na universidade são entendidas por vários autores como importantes para a adaptação, vivência e alcance de resultados acadêmicos pretendidos pelos estudantes. Por adaptação acadêmica, entende-se as diversas tare-

fas e exigências no âmbito pessoal, social e escolar que compõem a dinâmica do estudante no Ensino Superior (FERNANDES, 2011).

Nesse entendimento, reportando-se ao estudo em questão, após ter sido determinada a situação pandêmica pela Organização Mundial de Saúde, foi dada a indicação de suspender todas as atividades letivas presenciais e repensar e reprogramar o restante do ano letivo, no sentido de manter a concretização das aprendizagens possíveis e concluir, com o menor impacto possível, os percursos escolares discentes.

Isolamento e distanciamento social

Segundo Matos e Costa (2020), as estruturas de saúde, os sistemas de suporte social e os pilares econômicos, bem como os sistemas educacionais foram postos a prova quando todos, além dos professores e alunos precisarem se reinventar para reorganizar seu cotidiano para alocar suas funções dentro do mesmo horário, enfrentando inúmeros outros desafios no desempenho de suas atividades.

Faz-se, portanto, relevante delinear, algumas considerações acerca de isolamento e distanciamento social, que em situações de contingência por isolamento social, como a pandemia da Covid-19, isso não é diferente, podendo inclusive, agravar os desafios cotidiano docentes.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, Portaria nº 356, de 11 de março de 2020 (BRASIL, 2020), por distanciamento social entende-se:

[...] a diminuição de interação entre as pessoas de uma comunidade para diminuir a velocidade de transmissão do vírus. É uma estratégia importante quando há indivíduos já infectados, mas ainda assintomáticos ou oligossintomáticos, que não se sabem portadores da doença e não estão em isolamento (BRASIL, 2020, p. 1).

Dessa forma, esta medida deve ser aplicada especialmente em locais onde existe transmissão comunitária, como é o caso do Brasil, quando a ligação entre os casos já não pode ser rastreada e o isolamento das pessoas expostas é insuficiente para frear a transmissão. São exemplos de distanciamento social ampliado: o fechamento de escolas e mercados públicos, o cancelamento de

eventos e de trabalho em escritórios e o estímulo ao teletrabalho, a fim de evitar aglomerações de pessoas. Serviços essenciais devem ser mantidos (BRASIL, 2020).

Por isolamento, segundo dados do Ministério da Saúde, mesma Portaria

(BRASIL, 2020), entende-se as medidas:

[...] que visam separar as pessoas doentes (sintomáticos respiratórios, casos suspeitos ou confirmados de infecção por coronavírus) das não doentes, para evitar a propagação do vírus. O isolamento pode ocorrer em domicílio ou em ambiente hospitalar, conforme o estado clínico da pessoa (BRASIL, 2020, p,2).

Por conseguinte, essa ação pode ser prescrita por médico ou agente de vigilância epidemiológica e tem prazo mínimo de 10 dias do início dos sintomas e 24 horas de recuperação da doença (ausência de febre sem uso de antitérmicos e melhora dos demais sintomas), ou, para casos graves ou em pessoas gravemente imunocomprometidas, esse período pode chegar a 20 dias. Na prescrição do isolamento o paciente deve assinar um termo de consentimento livre e esclarecido (acesso no link) e seguir as orientações para evitar o contágio de seus contatos próximos e domiciliares (BRASIL, 2020).

Cabe ressaltar, que o descumprimento das medidas previstas, acarretará a responsabilização nos termos previstos em lei. Caberá ao médico ou ao agente de vigilância epidemiológica informar à autoridade policial e ao Ministério Público sobre o descumprimento da medida (BRASIL, 2020). É fundamental ressaltar que essas medidas devem ser implantadas em diferentes momentos e em diferentes locais, de acordo com nível de risco medido localmente.

Na próxima seção, adentramos em uma questão, considerada de extrema relevância, dada suas características, conceitos e desafios docentes nestes tempos de pandemia.

Trajetória docente do ensino superior e as adaptações estratégicas ao ensino à distância em tempos de pandemia

Estudos de Silva e Teixeira (2017, p. 4), apontam a conceituação de Ensino Superior, como “[...] um processo de interligação e

preparação profissional, que gera um leque de conhecimentos e abre um horizonte de oportunidades para outros futuros profissionais”. Behrens (2011), outro especialista no assunto, traz sua contribuição ao destacar que a aplicação de conhecimentos práticos advindos do Ensino Superior é louvável, porque prepara futuros profissionais a atuarem como êxito em seu trabalho, destacando-se positivamente e tornando-se significativo.

Nesse contexto, a formação pode ser entendida segundo Alvarado Prada (1997, p. 99), como “[...] a contextualização do professor em um meio cultural, visando à transformação do mesmo”, já a continuidade da formação segundo Freire (1996, p. 98), mostra “[...] a contínua busca da formação e da aprendizagem durante o processo da docência”.

Nessas dimensões, percebemos atualmente, a grande necessidade docente de estar atualizando e aprofundando seus conhecimentos, tendo em vista que, nas concepções de diversos especialistas, entre eles, Fleury e Fleury (2018), a preparação e formação continuada do profissional tornaram-se elementos fundamentais, tanto para aumento da probabilidade individual de empregabilidade, quanto para o sucesso das instituições, na medida em que a educação permanente é entendida como estratégica básica de aquisição de competências.

Nessas perspectivas, segundo Matos e Costa (2020), todas as instituições de Ensino Superior dispõem de algum tipo de ambiente virtual de aprendizagem (AVA), notadamente, com a situação pandêmica iminente, acabou por precipitar a utilização mais plena do potencial do *Moodle*³, colocando docentes e estudantes frente a frente com os recursos disponíveis, a sua criatividade, resiliência e ousadia para dar passos neste novo caminho.

Corroborando com essa visão, Canal e Figueiredo (2021), expõem seus argumentos, ao destacar que inevitavelmente, o trabalho colaborativo foi estimulado, segundo a criatividade explorada e a independência, o comprometimento com a aprendizagem e a responsabilidade do estudante ampliadas.

Enfim, ressaltam que em meio aos desafios lançados ao desempenho acadêmico na vida universitária e nas dificuldades relacionadas à disponibilidade de tempo e a nova rotina, ampliou-se de forma demasiada, a necessidade de ajustes e preparação de conteúdos e materiais didáticos, além de requerer a continuidade dos

encontros *online*, o atendimento aos alunos que enfrentam essa mudança, entre outros (CANAL; FIGUEIREDO, 2021).

A esse respeito, afirmam também Cabero-Almenara *et al* (2019), que o ensino virtual tem se tornado numa abordagem amplamente utilizada nos últimos anos no âmbito do ensino superior, tanto em sua aplicação completa por meio do *e-learning* como combinada com o ensino presencial e o *b-learning*, reconhecendo nesta modalidade várias virtudes como flexibilidade, descentralização interatividade e possibilidade de utilização de recursos multimídia.

Para tanto, no tópico que se segue, serão apresentados os procedimentos do estudo, relacionando os materiais e métodos com base na revisão bibliográfica destacada e os resultados e discussões sobre o tema em questão, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do assunto investigado.

Materiais e métodos

Esta pesquisa é de caráter empírico, segundo Gil (2010), tem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema e torná-lo mais explícito constituindo hipóteses. Envolve, portanto, (a) levantamento bibliográfico; (b) pesquisa com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado através de questionários e (c) análise dos resultados.

O delineamento da pesquisa bibliográfica de natureza descritiva com abordagem qualitativa foi realizado com base em material já elaborado, constituído, principalmente, de livros periódicos e artigos científicos, segundo Gil (2010) cujo propósito é reunir conhecimento sobre um tópico e fornecer dados para a compreensão do conhecimento atual.

A abordagem qualitativa descritiva, segundo Triviños (1987, *apud* ALYRIO, 2009), exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja realizar, descrevendo os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Utilizando uma pesquisa *online* para obtenção de coleta dos dados, segundo Mendes (2009), tem-se a possibilidade metodológica que permite o acompanhamento quase que imediato dos dados obtidos, representando uma vantagem para o pesquisador. Foi elaborado, então, um questionário, a ser respondido por vários docentes, que segundo Lakatos e Marconi (2003, *apud* SILVA *et al*,

2017), trata-se de uma técnica de investigação composta por questões coletadas com o objetivo de apresentar determinado conhecimento ao pesquisador.

A população foi composta de 20 profissionais docentes em formação cujos dados coletados entre os dias 1 a 30 de maio de 2020, foram organizados em um banco de dados do programa Excel versão 2010, e foram apresentados em forma de gráficos e tabelas referentes aos principais pontos analisados.

Resultados e discussão

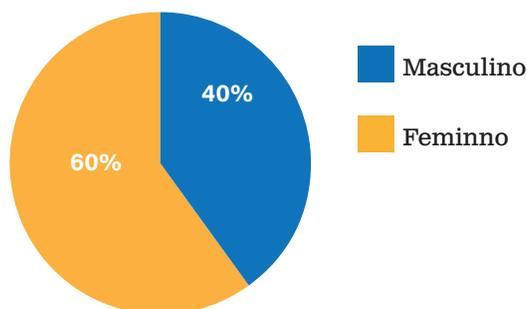
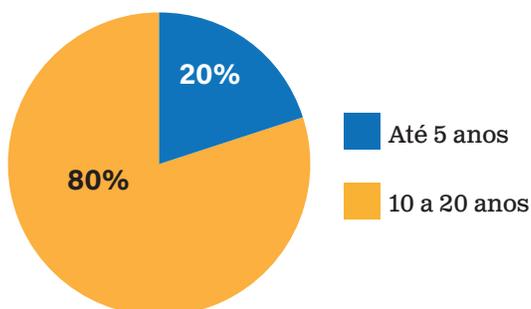
Conforme previamente referido, os dados foram recolhidos por meio de pesquisa *online* em uma Instituição de Ensino Superior (IES) e automaticamente organizados em um documento Excel. As respostas obtidas dos 20 participantes que se disponibilizaram em participar e responder ao questionário aplicado, foram apresentadas em forma de gráficos, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Características dos Docentes da Amostra

Item	Nº	%	Item	N	%
Gênero			Capacitação		
Feminino	12	60%	em EAD		
Masculino	08	40%	Sim	14	70%
			Não	06	30%
Tempo de docência			Dedicação exclusiva à docência		
0 a 5 anos	04	20%	Sim	16	80%
10 a 20 anos	16	80%	Não	04	20%
Titulação			Idade média		
Especialização	16	80%	Até 35 anos	02	10%
Mestrado	02	10%	De 36 até 40 anos	10	50%
Doutorado	02	10%	De 41 até 50 anos	06	30%
Pós-doutorado	0	0%	Acima de 55 anos	02	10%

Fonte: Dados elaborados pelos autores, 2020.

Nas características docentes em formação, a maioria são do sexo feminino, correspondendo a 60% e do sexo masculino 40%. Quanto ao tempo de docência, 20% corresponde até 5 anos e 80% de 10 a 20 anos, conforme Gráficos 1 e 2 a seguir.

Gráfico 1 – Gênero**Gráfico 2 – Tempo de Docência**
0 a 5 anos 10 a 20 anos

Relacionando-se aos itens capacitação em EAD, 70% dos respondentes confirmam essa formação, enquanto 20% ainda estão em finalização de estudos. Por sua vez, 80% das respondentes dedicam-se exclusivamente à docência, 80% e somente 20% destes complementam suas atividades em outras profissões, conforme demonstrados nos Gráficos 3 e 4, abaixo.

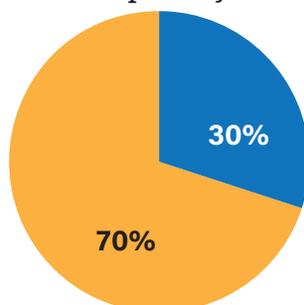
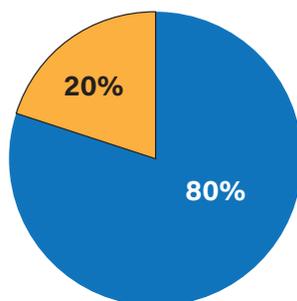
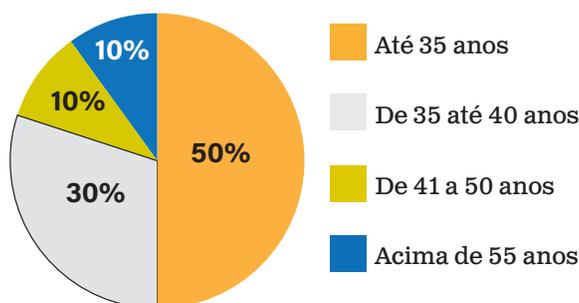
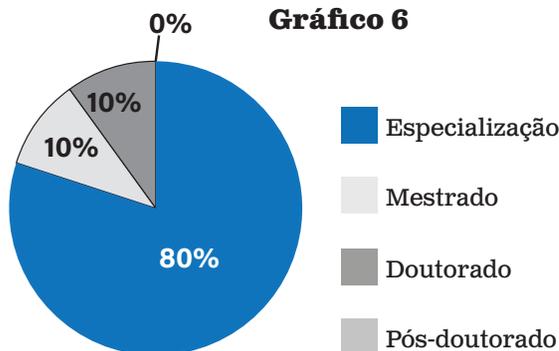
Gráfico 3 – Capacitação em EAD

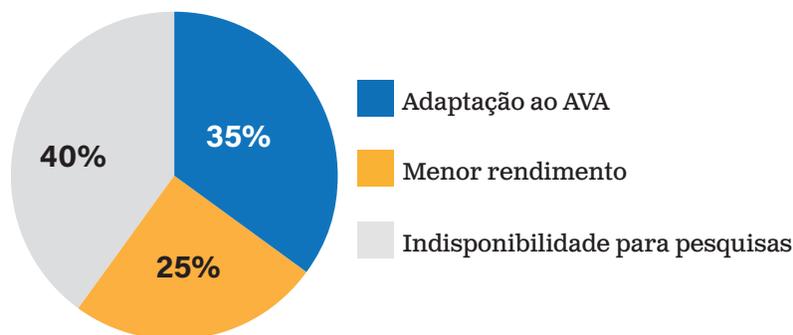
Gráfico 4 – Dedicção Exclusiva à Docência

De acordo com os itens Idade média e titulação, foram obtidos os seguintes resultados dos participantes: até 35 anos de idade, refere-se a 10%, de 36 até 40 anos corresponde a 50%, de 41 a 50 são 30% e acima de 55 anos se referem a 10% das mesmas. No que se refere ao item titulação, encontramos com Especialização, 80% dos respondentes, já com Mestrado e Doutorado 10% destes e não tem nenhum com Pós-doutorado, conforme apresentados nos Gráficos 5 e 6 abaixo.

Gráfico 5**Gráfico 6**

Analisando as indagações propostas aos participantes, evidenciou-se na primeira questão, no que se refere aos quais efeitos do isolamento social nas dificuldades diárias enfrentadas pelos docentes em processo de formação, foram obtidos os seguintes relatos, 35% declararam dificuldade em adaptação ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA), 25%, relataram menor rendimento nas atividades realizadas, e 40% ressaltaram a indisponibilidade para pesquisas, já que não dispõem de bibliotecas para tal realização, conforme Gráfico 7 abaixo.

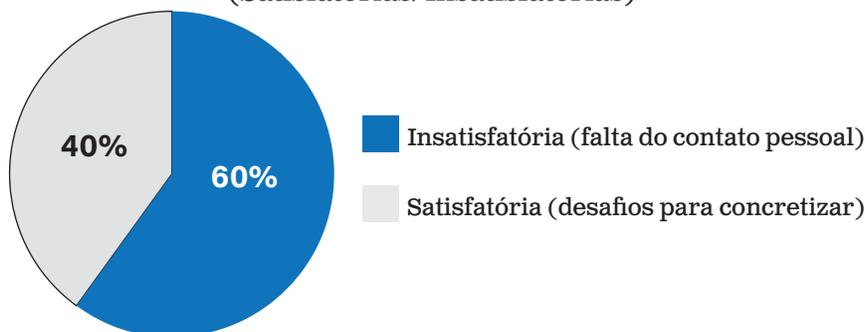
Gráfico 7 – Efeitos do Isolamento Social nas Dificuldades Diárias Enfrentadas



A esse respeito., Sallaberry *et al* (2020), apontam que os principais motivos alegados, além de demandar uma atenção individualizada dos docentes em formação, prejudica a percepção a respeito do engajamento do aluno, que pode diminuir por falta de entendimento dos conteúdos repassados, necessitando, muitas vezes de um contato e/ou mediação mais próximo do aluno-docente.

Em referência à segunda indagação, se nesses tempos de pandemia, as relações estabelecidas com professores e orientadores foram satisfatórias para o processo de aprendizagem, foram obtidas dos respondentes, os resultados que se seguem, 60% consideraram insatisfatórias, referindo-se ao fato do contato pessoal, 40% consideram que a identificação das necessidades individuais e esclarecimento de dúvidas foram mais fáceis, porém, identificaram muitos desafios que tiveram de ser ultrapassados para concretizar com sucesso esta fase (ver Gráfico 8 abaixo)

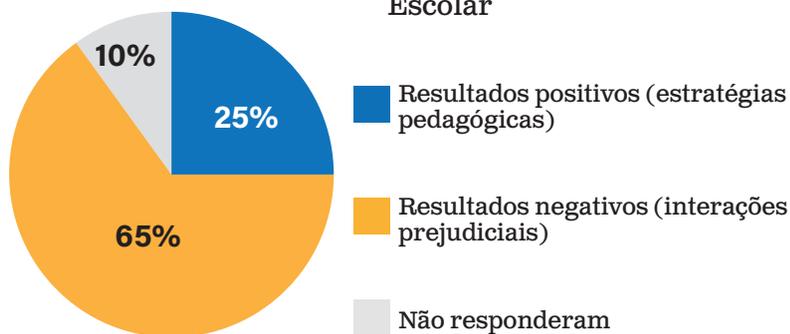
Gráfico 8 - Relações Interpessoais Estabelecidas (Satisfatórias/Insatisfatórias)



Reconhecendo as dinâmicas existentes e suas características vividas em sala de aula, segundo Matos e Costa (2020), não há como negar as inúmeras vantagens e o espaço privilegiado onde se desenvolvem muitos momentos de aprendizagem e construção das relações interpessoais, quer com os pares quer com os docentes em processo de formação, que é estar juntos nessa caminhada educativa.

Nesse entendimento, foi indagado também aos participantes da pesquisa se esse formato de aulas à distância facilitou o seu sucesso escolar, sendo relatados pelos mesmos, as seguintes proposições, 50% relataram negativamente, pois as interações foram dificultadas devido às necessidades individuais e os recursos tecnológicos precários. 25% responderam positivamente, mesmo reconhecendo o aumento de horas ocupadas no ensino à distância e as estratégias pedagógicas que tiveram que realizar, conforme demonstrado no Gráfico 9 abaixo

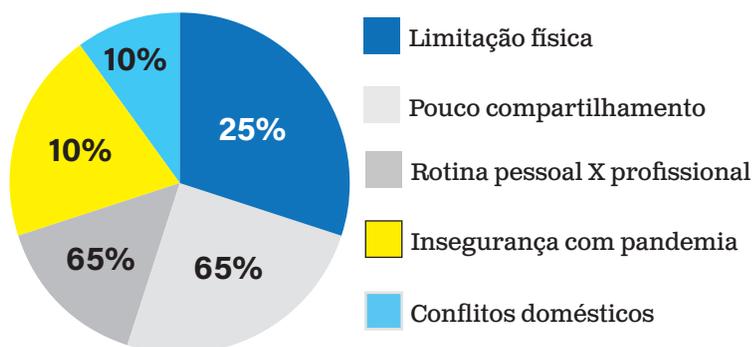
Gráfico 9 - Facilidades do Ensino a Distância para o Sucesso Escolar



A esse respeito, segundo Morin (2006 *apud* SANTO e LUZ (2013), alguns docentes em formação ainda planejam suas aulas para serem realizadas de maneira tradicional, negando a possibilidade da interação e associação das novas tecnologias da educação para uma prática educativa eficiente e positiva da realidade acadêmica. Entretanto, os alunos não mais aceitam essa postura e cobram um processo de aprendizagem mais dinâmico, rápido e eficiente, condizente com as necessidades presentes.

Nesse sentido, o próximo questionamento leva a saber como o isolamento social pode afetar a motivação docente em processo de formação, sendo evidenciadas nos relatos dos respondentes as seguintes constatações: 30% dos participantes apontam desmotivação no aprendizado pela limitação de presença física nas aulas remotas, 25% declaram pouco compartilhamento de informações entre alunos, 15% destes alegam dificuldades de separação da rotina pessoal e profissional por estarem home office e sem tempo para estudo e 20% destacam insegurança geral pelos efeitos da pandemia, e 10% dos demais alegam conflitos domésticos, conforme demonstrados no Gráfico 10 abaixo .

Gráfico 10 - Isolamento Social Afetando a Motivação Docente em Formação



Sallaberry *et al* (2020), trazem algumas considerações a esse respeito, tendo em vista as dificuldades existentes entre o ambiente virtual e a sala de aula para a motivação docente em processo de formação, pois as limitações são visíveis, quanto a percepção no aprendizado e no desenvolvimento do aluno, considerando as dificuldades na intervenção de sanar dúvidas, na complementação

de lacunas no material didático ou mesmo contextualizar conteúdos no cenário educativo, visto que isso reforçaria imensamente o aprendizado.

Portanto, mediante pesquisa realizada, entende-se que a proximidade, características do ensino presencial, é fator de estímulo e relevante facilitador para que as relações interpessoais sejam possíveis.

Considerações finais

Levando-se em consideração o objeto de investigação do estudo realizado acerca dos desafios da formação docente e as relações interpessoais que se estabelecem nesse tempo de pandemia, algumas reflexões podem ser destacadas.

Inicialmente, cabe enfatizar que a perspectiva de formação docente sempre foi motivo de discussões e promoção de desafios, tendo em vista, as possibilidades de construção de saberes pedagógicos a partir da capacidade de investigação de sua própria atividade como discente.

Do ponto de vista dos aspectos conceituais das relações interpessoais na educação, podemos destacar as imensas possibilidades do conhecimento humano, ao observar o seu comportamento, fornecendo inúmeras oportunidades de exporem seus pensamentos, sentimentos e ações, no relacionamento com seus semelhantes. No tocante às situações de isolamento e distanciamento social, merece destaque as medidas aplicadas pelo sistema de saúde para evitar aglomerações e estímulos ao trabalho home office, para que todos possam voltar aos convívios sociais mais rapidamente e, portanto, motivados.

Nos aspectos da trajetória docente do Ensino Superior e as adaptações estratégicas ao ensino à distância em tempos de pandemia, podemos ressaltar as inúmeras possibilidades de conhecimentos, no espaço virtual, para que sejam desenvolvidas suas capacidades de ensino-aprendizagem, sendo nesse percurso formativo, mais criativos, versáteis, motivados, enfim, com competência para desenvolver sua docência com excelência.

Enfim, acredita-se que os objetivos do estudo foram alcançados, todavia, torna-se necessário enfatizar como fundamental relevância a ampliação de novas pesquisas sobre o tema.

Referências

- ALVARADO PRADA, Luís Eduardo. Formação de Docentes em Serviço. In: ____ *Formação participativa de docentes em serviço*. Taubaté, SP: Cabral Editora Universitária, 1997. p. 87-103.
- ALYRIO, Rovigati Danilo. *Métodos e técnicas de pesquisa em administração*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009
- BEHRENS, Marilda Aparecida. Docência universitária: formação ou improvisação? *Revista Educação Santa Maria*, v. 36. n. 3. p. 441-454, set/dez. 2011.
- BOURGUIGNON, Helen Cristina Estanislau; CARNEIRO, Thereza Cristina Rocha dos Arbués; RESENDE, Gisele Silva Lira de. Relações interpessoais. *Revista FACISA ON-LINE*. Barra do Garças – MT, vol.6, n.3, p. 18- 35, jul.dez. 2017.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Portaria nº356, de 11 de março de 2020*. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 49, seção 1, p. 185, 12 Mar 2020.
- CANAL, Cláudia Patrocínio Pedroza; FIGUEIREDO, Zenólia Christina Campos. Permanência na educação superior pública: experiência de Política de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico de estudantes. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 11, e024242, p. 1-20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2021.24242>.
- FERNANDES, V.M.P. *Adaptação acadêmica e auto eficácia em estudantes universitários do primeiro ciclo de estudos* (Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa. 2011.
- FERREIRA, Lillian Franciele Silva; SILVA, Vanessa Maria Costa Bezerra; MELO, Keity Elen da Silva; PEIXOTO, Ana Carolina Beltrão. Considerações sobre formação docente para atuar online em tempos de pandemia de Covid-19. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 10, e024761, p. 1-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2020.24761>.
- FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 5, n. spe, p. 183-196, 26 ago. 2018.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: ATLAS, 2010.

LIMA, Vanda Moreira Machado.; TEIXEIRA, Larissa. Formação continuada da equipe gestora na escola pública municipal. *Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v. 11, n. 3, p.85-93, set./dez 2014.

MATOS, Filomena Adelaide de; COSTA, Emília. Aprendizagem e relação interpessoal no ensino à distância em Enfermagem: relato em tempo de pandemia. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 10, e024719, p. 1-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2020.24719>.

MENDES, Conrado Moreira. A pesquisa online: potencialidades da pesquisa qualitativa no ambiente virtual. *Hipertextus: revista digital*, n.2, jan.2009.

MINICUCCI, Agostinho. *Relações humanas*. Relações Humanas: psicologia das relações interpessoais. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SALLABERRY, Jonatas Dutra et al. Desafios docentes em tempos de isolamento social: estudo com professores do curso de Ciências Contábeis. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 10, e024774, p. 1-22, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2020.24774>.

SANTO, Eniel do Espírito.; LUZ, Luiz Carlos Sacramento da. Didática no Ensino Superior: perspectivas e desafios. *Revista Saberes*, Natal - RN, v.1, n.8, p.58-73, ago.2013.

SANTOS JUNIOR, Veríssimo B.; MONTEIRO, Jean Carlos S. Educação e Covid-19: as tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia. *Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade*, Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 1-15, jan./dez. 2020.

SILVA, Lucas Melgaço da.; TEIXEIRA, André Luís Germano. MARTINS, Fracylucia Maria da Silva; GERMANO, Nely. Perspectivas da formação do docente no Ensino Superior. *Revista Esfera Criativa*, vol. 01, n. 01, p. 1-16. FACESMA, Maracanaú- CE, 2017.

SILVA, N.; ZANELLI, J. C. Cultura organizacional. In: ZANELLI, J. C.; BORGES- ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, p. 407-442, 2004.

GESTÃO DO CURRÍCULO NO ENSINO FUNDAMENTAL: CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA APRENDIZAGEM

Moaci Rodrigues da Silva¹
Maria Leidiane de Sousa Leite²
Walcineide Viana Barbosa³
Iury Torquato de Almeida⁴

Introdução

O currículo escolar ganhou espaço considerável nas últimas décadas do século XX. Com o advento da necessidade e desenvolvimento de novas habilidades, resultantes do crescente avanço tecnológico e da circulação de informações, às unidades escolares foram condicionadas a revisar seus planos pedagógicos, bem como as metodologias utilizadas na implementação do conhecimento.

Nessa perspectiva, o acesso à educação escolar foi instituído como um direito público subjetivo, promulgado na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96 dentre outros documentos educacionais. Assim, considerada como indispensável à formação do cidadão, a aprendizagem escolar deve corroborar para o desenvolvimento humano integral, em seus aspectos cognitivos, sociais e emocionais.

Este estudo, além de tratar da gestão do currículo escolar no ensino fundamental, tem como objetivo oportunizar reflexões pedagógicas que possibilitem um novo olhar para a implementação

¹ Graduado em Pedagogia - UVA; Graduado em História e Geografia - UVA; Especialista em Gestão Escolar - UDESC; Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas - UFC; E-mail: moacirodrigues2808@gmail.com.

² Graduada em Pedagogia - UVA; Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira - UECE; Especialista em Administração Escolar - UVA; Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas - UFC; E-mail: leidianeleite13@gmail.com

³ Graduada em Pedagogia - UVA; Especialista em Avaliação e Planejamento do Ensino e Aprendizagem - UFC; E-mail: walcineide.vb@gmail.com

⁴ Graduado em Administração pela FAK com Registro no CRA/CE de Nº 12.183, Especialista em Gestão de Projetos pela ABED. Licenciado em Pedagogia pela FAK. Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela FAK. Especialista em Gestão Escolar pela FAESL, Especialista em Docência do Ensino Superior pela FAK. Especialista em Gestão e Tutoria pela Uniasselvi. Mestre em Gestão de Negócios Turísticos pela UECE. Doutor em Ciências da Educação pela USC/PY. E-mail: iuryt.almeida@gmail.com

qualitativa do currículo nesta etapa da educação, sem deixar de levar em consideração as peculiaridades sociais da comunidade escolar.

Inicialmente, será apresentado um breve percurso dos documentos educacionais acerca da temática, bem como alguns conceitos de currículo escolar necessários para entendimento do tema. Em seguida, trataremos dos pressupostos importantes para a sistematização e efetivação do currículo.

Fechamos com as considerações finais, na qual apresentamos reflexões pertinentes a partir dos estudos realizados.

Currículo escolar no ensino fundamental: percurso e conceitos

A educação escolar tem como finalidade, desenvolver os educandos de forma plena, vinculando suas práticas ao mundo do trabalho e ao convívio social (Brasil, 1988). Para tanto, o ensino escolar deve ser ministrado tendo por base os princípios estabelecidos nas leis educacionais, na Constituição Federal (CF) de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, dentre outros.

Para o percurso do ensino fundamental, etapa da educação básica com maiores números de anos escolares, a CF estabeleceu que fossem fixados conteúdos mínimos, que asseguram a formação básica comum a todos os educandos (Brasil, 1988). Entendido para alguns, apenas como “grade de conteúdos”, o currículo escolar vai para além de um conjunto de saberes escolares que deve ser transmitido, demandando novas diretrizes pedagógicas que dialoguem com as vivências dos estudantes.

Porém, ao longo de muitos anos, o currículo escolar era visto e implementado exatamente assim, como “grade”, “matéria”, “disciplina”, com a respectiva descrição de conteúdo a serem transmitidos para os estudantes, sem fazer paralelos com suas vivências e valores, sem espaço para reflexão e questionamentos. Na verdade, se formos avaliar o currículo por esse viés, não seria surpresa evidenciarmos que estas compreensões de currículo, foram em parte responsáveis por deixarem lacunas nas aprendizagens dos estudantes ao longo dos tempos.

A palavra currículo deriva do latim *curriculum*, que significa correr, e refere-se a curso, à rota, ao caminho da vida ou das ativi-

dades de uma pessoa ou grupo de pessoas (Ferraço, 2005). Desta forma, o currículo representa o norte, a direção do caminho que o sujeito percorrerá na sua vida escolar, sistematizado e organizado, de modo a colaborar com a função social da escola, de apropriação e construção de saberes culturais.

Desse modo, o ensino desenvolvido nas instituições de ensino fundamental, devem estar pautados no compromisso de favorecer a construção dos educandos, sendo necessário o exercício cuidadoso do olhar, de forma a atender a comunidade escolar em suas reais necessidades, originadas pelas instabilidades econômicas e sociais, que impactam decisivamente no fazer pedagógico e na construção das aprendizagens significativas por parte dos estudantes.

A LDB Nº 9394/96 estabelece em seu artigo 9º que a união incumbir-se-á de:

[...] IV - Estabelecer, em colaboração com os estados, o distrito federal e os municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos de modo a assegurar formação básica comum; (BRASIL 1996).

Ainda em relação aos currículos, a lei estabelece em seu artigo 26º que os currículos da educação básica devem ter base nacional comum abrangendo obrigatoriamente o estudo da língua portuguesa e da matemática, do conhecimento do mundo físico e natural, bem como da realidade social e política, especialmente a do Brasil, a ser complementada por uma parte diversificada, em cada sistema de ensino, que atenda às características regionais e locais dos seus respectivos educandos (BRASIL, 1996).

Atendendo aos dispostos na CF de 1988, na LDB e no Planalto Nacional de Educação (PNE) que reitera a necessidade e o estabelecimento da Base nacional comum dos currículos, em 2017 foi homologada a base Nacional Comum Curricular (BNCC), de caráter normativo, que regulamenta o conjunto de aprendizagens organizadas e progressivas, que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica.

A organização do conhecimento na BNCC, surgiu em resposta à necessidade da concretização de esforços que culminou na equidade educacional, constituindo-se, como documento base do detalhamento dos objetivos de aprendizagens, a serem consolida-

dos pelos estudantes do Brasil, independentemente de sua região geográfica e situação econômica.

Desta forma, a BNCC trata acerca dos conhecimentos comuns que precisamos garantir aos alunos e os currículos são sintetizadores desse processo, ou seja, os currículos dos estados, dos municípios e das escolas, devem estar organizados à luz da base.

Contudo, não menos importante, atenção especial também deve ser demandada a parte diversificada do currículo escolar, pois conforme Brasil (2017), “as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos”. Na mesma linha de pensamento Saviani (1995, p.23), afirma que “um currículo é, pois, uma escola funcionando quer dizer, uma escola desempenhando a função que lhe é própria”. Nessa perspectiva é possível evidenciar o avanço da sistematização do ensino e da aprendizagem ao considerar os conhecimentos essenciais comuns a todos os sujeitos e ao mesmo tempo assegurar as particularidades de cada sistema de ensino.

O currículo assim entendido e implementado, rompe com as barreiras das desigualdades sociais, corroborando para um processo amplo de reflexão e ação colaborativa de pleno desenvolvimento e exercício de cidadania, um currículo que respeita as particularidades de sua comunidade escolar, ao mesmo tempo que fornece meios para o desenvolvimento das aprendizagens essenciais para cada ano escolar.

No entanto, em se tratando do currículo escolar como fator imprescindível para a concretização do sucesso escolar dos estudantes, em especial na etapa do ensino fundamental, é importante refletirmos sobre pressupostos necessários à sua implementação, os quais discutiremos a seguir.

Pressupostos para a implementação do currículo no ensino fundamental

Ao estabelecer as aprendizagens essenciais para os estudantes do ensino fundamental a BNCC traz para o cenário da educação o compromisso do delineamento das propostas curriculares de cada instituição de ensino, com foco na equidade, compreendendo as necessidades singulares dos estudantes, bem como das suas respectivas comunidades.

O desenvolvimento do currículo escolar com foco na qualidade educacional e favorecimento da equidade, pressupõe desenvolvimento de ações previamente refletidas e planejadas, de forma que todas as interações escolares colaborem para o sucesso escolar dos estudantes.

O exercício de pensar o tempo todo, de pensar a técnica, de pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o quê das coisas, o para quê, o como, o em favor de quê, de quem, o contra quem, são exigências fundamentais de uma educação democrática à altura dos desafios do nosso tempo. (Freire, 2000, p.102)

Nesse viés, o currículo escolar é compreendido como um caminho a ser seguido, que se bem delineado em cada instituição de ensino culminará no sucesso dos discentes. No entanto, “os currículos são diversos” (Brasil, 2017), cabendo aos sistemas de ensino e suas instituições desenharem seus percursos, contudo sem deixar de atentar para o conhecimento que fazem “transbordar” suas particularidades.

Na implementação do currículo escolar na etapa do ensino fundamental, é primordial a articulação entre as aprendizagens essenciais para esta etapa de ensino, o conhecimento diagnóstico das aprendizagens já consolidadas por parte dos estudantes e o planejamento da proposta pedagógica da escola, com vista a elaboração de metodologias que favoreçam o desenvolvimento contínuo curricular, observando para tanto, se existem lacunas das aprendizagens consideradas essenciais para cada ano escolar e de que maneiras poderão ser superadas.

Para tanto, é importante que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem tenham conhecimento de quais aprendizagens são consideradas essenciais para cada série/ano de ensino, segundo os documentos educacionais. Este conhecimento é fundamental para a construção dos instrumentais diagnósticos de verificação de aprendizagens, bem como das escolhas e direcionamentos de atividades, definição de metodologias, etc.

A avaliação diagnóstica da turma/estudantes, deve ser uma constante utilizada em todo período letivo, rompendo com a visão de avaliação para mensurar resultados “conseguiu” ou “não conseguiu” aprender, devendo ser entendida como uma “janela” de oportunidades para repensar metodologias para alcance de possíveis lacunas de aprendizagens.

A esse respeito, Luckesi (2009, p. 81) afirma que, a avaliação diagnóstica é “um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem”, ou seja, a avaliação diagnóstica é um processo que deve estar presente ao longo do período letivo, subsidiando ações, reflexões e interpretação acerca da implementação do currículo, seus avanços e/ou desafios.

Desta forma compreendida, a avaliação diagnóstica colabora para um olhar cuidadoso do currículo escolar, em especial para a necessidade da verificação das aprendizagens que “foram” ou “ainda não foram” consolidadas, permitindo assim avançar ou repensar o processo, visto que, as aprendizagens são estabelecidas de forma ascendentes, tornando inviável, por exemplo, apresentar para a turma um conteúdo de nível 2 se a turma não compreendeu o conteúdo de nível 1, quando este servir de base para o seguinte.

Nesse contexto, a implementação do currículo hoje constitui-se ao mesmo tempo, como uma dificuldade e uma saída para a obtenção do sucesso escolar dos educandos. Dificuldade no sentido de concentração de esforços dos sistemas de ensino, equipes formativas, gestores escolares e comunidade escolar, para compreenderem e “engrenagem forças” para formações continuadas qualitativas de suas equipes, que alcancem a compreensão e ofereçam subsídios contínuos para assegurar o processo de ensino aprendizagem de forma contextualizada às necessidades emergentes da sociedade. Processo este, que nos dias atuais precisa ser criteriosamente planejado pelos sistemas de ensino, no intuito de estabelecer ações efetivas, condizentes com a construção cidadã dos estudantes.

Em contrapartida, ao mesmo tempo que a implementação do currículo é vista como um processo desafiador, onde as aprendizagens essenciais estabelecidas são distantes das aprendizagens observadas, também é considerado como uma saída, uma luz para a efetivação desse processo, desde que, sua implementação aconteça de forma flexível, partindo da realidade dos educandos, buscando consolidar os saberes necessários que servirão de bases e norte para a construção e ampliação do conhecimento dos alunos.

Contudo, é importante termos ciência de que, ao passo que as lacunas são identificadas e trabalhadas, é imprescindível garantir gradativamente os direitos de aprendizagens consideradas essen-

ciais para o respectivo ano escolar em curso, de forma a estreitar o abismo das desigualdades educacionais.

Nesse sentido, considerando que o currículo escolar, instituído em cada unidade de ensino, é um conjunto de aprendizagens entendidas como essenciais pela sociedade em determinado tempo e que a escola é responsável por assegurar a aquisição destas aprendizagens, o alinhamento e/ou realinhamento do projeto pedagógico das escolas deverá ser refletido constantemente, com o intuito de ajustar o desenvolvimento do currículo para o atendimento da realidade da comunidade escolar.

O currículo nacional corporiza um projecto curricular de uma sociedade, nas suas grandes linhas. Por sua vez, o projecto curricular que uma escola constrói é sempre um currículo contextualizado e admite ainda a construção de projectos curriculares mais específicos, que nele se integrem adequadamente (ROLDÃO, 1999, p. 34).

Assim, é possível dizer que os currículos a serem colocados em ação nas instituições de ensino, encontram-se intimamente imbricados ao momento social, histórico, político e econômico vivenciados, solicitando de todos os seguimentos que fazem parte da comunidade escolar a disponibilidade para refletir e realinhar suas ações pedagógicas, pautadas sobretudo em seu currículo, como proposta geradora de transformações sociais.

Considerações finais

Desenvolver de forma integral os estudantes, fornecendo-lhes meios para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme é preconizado nos documentos educacionais oficiais, demandam ações no lócus das instituições de ensino que se desenvolvem sobretudo, a partir da implementação do currículo escolar, que reflete suas escolhas e direcionamentos na busca da construção de aprendizagens significativas.

A efetivação do currículo escolar do ensino fundamental, requer de todos os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, conhecimentos e reflexões sobre os pressupostos necessários à sua implementação, que devem orientar o caminho curricular a ser percorrido em cada instituição de ensino, efetivando assim, a construção de um continuum curricular, que pos-

sibilite dentro do processo, verificar e recuperar possíveis lacunas de aprendizagens, possibilitando prosseguir o caminho da construção do conhecimento dos estudantes.

Compreendemos que para a implementação do currículo escolar, fator essencial na consolidação da aprendizagem, é necessário estarmos atentos à importância do alinhamento entre currículo e aprendizagem, bem como de suas contribuições para o processo formativo, que reverberam em ações educativas e vivências sociais pautadas no pleno exercício da cidadania.

Assim, mesmo diante de cenários atípicos ocasionados pelas intempéries naturais ou sociais, o currículo deve adequar-se às peculiaridades formativas e estratégias educacionais que busquem efetivar o processo de ensino e aprendizagem.

A temática do referido estudo, requer constantes aprofundamentos e reflexões. No entanto, acreditamos ter atingidos os objetivos propostos.

Referências

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: BNCC, 2018. Disponível em: BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf (mec.gov.br). Acesso em 25 de fev. de 2022.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: Constituição (planalto.gov.br). Acesso em: 24 de fev. 2022.

_____. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC. Disponível em: L9394 (planalto.gov.br). Acesso em 28 de fev. de 2022.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. (Org.) *Cotidiano Escolar, Formação de Professores(as) e Currículo*. São Paulo: Cortez editora, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000.

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ROLDÃO, M. C. *Gestão escolar: fundamentos e práticas*. ME-DBE, 1999.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 5 ed. Campinas - SP: Autores Associados, 1995.

UM NOVO OLHAR PARA A GESTÃO EDUCACIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Nadma Maria Soares de Freitas¹
Patrícia Jo Montaldo de Macedo²
Sissi Keyla dos Santos Mendes³
Dolores Raissa Teixeira Cunha⁴

Introdução

A partir de março de 2020 vivemos aproximadamente 19 meses de incertezas e mudanças no contexto educacional mundial. Durante esse período a gestão escolar do Município de Maracanaú enfrentou diversos desafios como mudança de paradigmas de o que e como ensinar, adequar o trabalho pedagógico às ferramentas tecnológicas, apesar de que muitos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem ainda não tinham as habilidades para utilizá-las, foi necessário aprender e se reinventar profissionalmente.

Nesse cenário, os gestores escolares tiveram um papel imprescindível de orientação e apoio emocional, tanto para os educadores como para os alunos e suas famílias que tiveram obstáculos ainda maiores como a falta de acesso à internet ou internet ruim, falta de aparelhos como celulares, computadores e/ou tabletes. Como consequência tivemos desemprego, fome, desânimo educacionais, as perdas de familiares decorrente da COVID 19, entre outros.

Com a chegada da vacina pode-se vislumbrar o retorno das aulas presenciais. À medida que a população era vacinada a Secretaria de Educação orientava as escolas para o tão sonhado retorno. Com o aumento do número de vacinados, inclusive dos adolescentes, iniciou-se o retorno gradativo dos alunos às escolas.

¹ Graduada em Pedagogia; Especialista em Gestão Escolar; Especialista em Gestão Escolar.

² Habilitada em Administração Escolar; Graduada em Pedagogia, UECE; Especialista em Gestão Escolar.

³ Graduada em Pedagogia; Habilitada em Administração Escolar; Especialista em Educação Infantil; Especialista em Português e Inglês.

⁴ Graduada em Letras UFC, Especialista em docência do ensino superior FACESMA; Professora da Faculdade Cesma de Maracanaú - FACESMA.

Como consequência ao que foi vivenciado houve uma defasagem significativa da aprendizagem dos alunos em todos os níveis de educação. Portanto, pensar em aprendizagem é, hoje, intrínseco a pensar em recuperar, resgatar e principalmente recompor essa aprendizagem que, por sinal, já vinha sofrendo muito antes da pandemia. A doença veio agravar um problema já vivenciado pelos educadores sendo tema de estudo: recuperar as aprendizagens que não foram consolidadas e recompor as que não aconteceram na idade certa. No entanto se faz necessário compreender a diferença entre recuperar e recompor.

Segundo Davi de Oliveira Santos (2021), coordenador de políticas para o Ensino Médio da Secretaria Estadual de Educação de Campo Grande define recomposição e recuperação

Não é recuperação escolar porque a ação de recuperar a aprendizagem se dá em um contexto em que a educação de fato aconteceu, o processo de ensino, efetivamente, foi desenvolvido e o estudante, com a defasagem, ou com a dificuldade de aprendizagem, é inserido no processo de recuperação. A recomposição vem no sentido em que a aprendizagem não aconteceu porque o processo de ensino ou o processo escolar ficou defasado ou debilitado em razão da pandemia. (SANTOS, 2021).

Para que seja possível alcançar os objetivos de recuperar e recompor a aprendizagem, é fundamental construir um plano de ação direcionado às necessidades reais dos alunos de cada escola. É preciso fazer, inicialmente, avaliações diagnósticas que mostrem os níveis de aprendizagem em que os alunos se encontram e, a partir desse conhecimento estabelecer metas e ações que possibilitem um trabalho direcionado e efetivo para alcançar os objetivos traçados.

Esse artigo irá relatar sobre os planos de ação, amparados pela resolução de nº 46/2021 que estabelece a forma de organização do ensino nas escolas da rede do referido Município, de três escolas. Tais ações foram construídas pela gestão das escolas junto aos professores com o objetivo de consolidar, de forma mais rápida e efetiva, as habilidades de leitura e escrita do componente Língua Portuguesa e as quatro operações no componente Matemática como também o papel da gestão escolar na efetivação desse trabalho.

As escolas cujas ações serão relatadas são: EMEIEF Cora Coralina, situada à Rua Geraldo Nobre Nº 1946 no Bairro Alto Alegre II, que oferece as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA (Educação de Jovens e Adultos), EMEIEF Professora Norma Célia Pinheiro Crispim, situada à Avenida Juscelino Kubitschek Nº 2295 no Bairro Jardim Jatobá, oferece as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA (Educação de Jovens e Adultos), e EMEIEF Santa Edwirges, situada à Rua Paulo Afonso Nº 1840 no Bairro Alto Alegre I, oferece as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental.

Papel da gestão escolar nos processos de recuperação de aprendizagens

De acordo com Sant'Anna (2011 apud FERREIRA, 1999, p.85), o termo *gestão* vem do latim (*gestio-onis*) e significa ato de gerir, gerência, administração. Então, *gestão* é um processo coletivo coordenado pelo gestor e que envolve a participação da comunidade escolar e suas lideranças.

Também segundo Sant'Anna, “as funções do gestor escolar incluem a definição dos objetivos da instituição, o estímulo à capacidade do professor, o fortalecimento de apoio às interações e a processos que se compatibiliza com a filosofia da escola.” (SANT'ANNA 2005, p.228).

É necessário dizer que a gestão escolar possui papéis fundamentais nos processos de organização dos espaços escolares e do trabalho pedagógico do professor, passando por vários caminhos, desde estratégias de trabalho e a relação direta com os alunos e a comunidade.

Dessa forma a gestão funciona como elo condutor, e de norteamo de diversas ações que auxiliam, da melhor forma possível, o trabalho do professor e a ligação da comunidade escolar, como agentes que também precisam fazer parte dessa recuperação de forma efetiva e consciente.

No contexto pós-pandêmico, o gestor escolar precisa, também, estar fortalecido emocionalmente, pois além das suas atribuições administrativas e pedagógicas, tem que lidar com os anseios dos professores, alunos e famílias decorrentes das dificuldades vi-

venciadas, das perdas e do longo período de distanciamento, sem aulas presenciais.

Traçar um plano de ação para reverter o problema da falta de aprendizagem se faz necessário no momento em que nos encontramos com tantos estudantes na situação de insatisfação do processo e habilidades não consolidadas no período das aulas remotas e/ou mesmo antes da pandemia, por entendermos que dificuldade no processo de ensino e aprendizagem não é nada nova para os educadores, que há tempos trabalham com essa temática e buscam através de estudos, pesquisas, experiências e experimentos novas formas que ajudem a resolver o tema tão polêmico da educação brasileira.

É importante visualizar a situação e, junto com os professores, traçar um plano de ação. E, em seguida, após a conclusão desse plano compartilhá-lo com toda a comunidade escolar, pais, órgãos colegiados, funcionários e colaboradores, para que todos os envolvidos, sintam-se corresponsáveis das ações, que colocadas em prática, possam contribuir para uma aprendizagem efetiva dos alunos recuperando e recompondo as aprendizagens que não foram consolidadas ao longo do período pandêmico.

A Secretaria Municipal de Educação de Maracanaú orientou através Resolução de nº 46/2021 focar as ações para a recuperação de aprendizagem na leitura, escrita e na matemática. Para a construção do plano de ação, a princípio os professores fizeram avaliações diagnósticas para conhecer em qual nível de aprendizagem de leitura, escrita e matemática, cada aluno se encontra.

A partir desse diagnóstico foram construídas ações com atividades específicas que contemplem as habilidades, de cada nível, para que sejam consolidadas as que ainda não foram apreendidas, minimizando a defasagem da aprendizagem, a reprovação e o abandono escolar.

Outro aspecto que foi considerado como fundamental na construção do plano de ação é a motivação.

No contexto educacional a motivação dos alunos é um importante desafio com que nos devemos confrontar, pois tem implicações diretas na qualidade do desenvolvimento do aluno como o processo de ensino e aprendizagem. O aluno motivado procura novos conhecimentos e oportunidades, evidenciando envolvimento com o processo de aprendizagem, par-

tipica nas tarefas com entusiasmo e revela disposição para novos desafios (ALCARÁ e GUIMARÃES, 2007).

O objetivo do plano de ação é de se trabalhar de forma individualizada ao mesmo tempo em que trabalhamos o grupo, e, assim, o desenvolvimento do aluno é percebido e mapeado de forma mais dinâmica e clara. A cada habilidade superada, outras são trabalhadas e paulatinamente o aluno vai mudando seu nível de aprendizagem. Além de que, no plano estabelecemos as metas e os objetivos a serem alcançados para que possamos avaliar as ações e seus resultados, e quando se fizer necessário redirecionar as ações.

Ao longo desse processo a gestão escolar precisa se fazer presente orientando, apoiando, criando oportunidades de espaço e materiais e motivando, também, os professores e alunos.

A leitura e escrita como emancipação cidadã

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) “a alfabetização deverá ser consolidada até o segundo ano das séries iniciais com objetivo de garantir o direito fundamental de aprender a ler e escrever, atualmente, as crianças devem ser alfabetizadas até o terceiro ano do ensino fundamental”. Percebe-se, porém, que ao longo de todos os níveis da educação básica existem alunos que não conseguem consolidar as habilidades das competências na leitura, escrita, matemática, por inúmeros motivos, desde a questão biológica às culturais, comprometendo as demais áreas do conhecimento.

Após o período de pandemia essa realidade ficou ainda pior. Por isso, foi necessário construir um plano de ação com atividades distintas para todos os níveis de leitura e escrita contemplando a Educação Infantil e, séries iniciais e séries finais do Ensino Fundamental, respeitando ações adequadas para cada faixa etária.

Estudantes com dificuldade na aprendizagem são inteligentes, porém aprendem de formas diferentes, é aí que está o x da questão: que formas são essas? Como podemos ou o que podemos fazer para que as crianças atinjam o nível desejado de aprendizagem? O primeiro caminho seria descobrir qual a dificuldade do aluno, onde está sua deficiência para depois disso planejar ações diferenciadas junto à criança. É necessário estreitar os laços através de um processo de aprendizagem dialética, motivador e efe-

recer ao aluno um aprendizado que tenha significado, entender o que e para que esteja aprendendo, desenvolver a autonomia e a construção protagonista do conhecimento.

A leitura e a escrita inserem o indivíduo numa situação privilegiada, promove o senso crítico e proporciona a emancipação do sujeito quando ele atribui significado ao que ler, provoca curiosidade, investiga, realiza descobertas, se apropria de conhecimentos e constrói novos saberes como seres pensantes e atuantes em uma sociedade.

Ler e escrever, portanto, vai além da decodificação e codificação do alfabeto, de juntar letras e transformar em sons. É compreender, entender, questionar, opinar, interpretar, achar o sentido real da história e investigar.

Atualmente os estudantes conversam através da tecnologia nas redes sociais, *WhatsApp*, *Tik Tok*, usando dialetos de acordo com suas faixas etárias e cultura. São novos pensamentos, atitudes, ações comportamentais e culturais.

A escola por sua vez está ultrapassada em relação à contemporaneidade, por esse motivo, as inúmeras ações desenvolvidas e aprendidas pelo professor no auge da pandemia da COVID 19, quando o educador se viu obrigado a trabalhar com as ferramentas digitais, ultrapassando seus limites, se reinventando para proporcionar o mínimo de conhecimento aos poucos alunos que tinham aparelho e internet e fazendo jus a sua profissão, com as aulas voltando no modo presencial, retroceder e abandonar as tecnologias voltando às aulas desinteressantes para os alunos desse novo contexto social.

A leitura e a escrita devem ser atrativas e fazer parte do contexto atual dos estudantes estimulando a observar criticamente sua realidade para que assim possam compreendê-la ou modificá-la. Ler e escrever são incríveis objetos do conhecimento, neles o ser humano é capaz de se desorganizar, criar hipóteses, se organizar, se acomodar são caminhos infinitos em busca da superação dos conflitos, das curiosidades, de novos saberes e das fantásticas descobertas. Portanto, o hábito de ler e escrever juntamente com as habilidades leitora e escrita são exercícios para o desenvolvimento do intelecto e do pensamento emancipatório.

No desenvolvimento da leitura e da escrita a criança perpassa por diversos níveis com diferentes características. De acordo

com Eliane da Costa Bruini *apud* Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1989), “a criança passa por um processo de aquisição de escrita baseado em cinco níveis de hipóteses: pré-silábica, intermediário, hipótese silábica, hipótese silábico-alfabética e hipóteses alfabética”. Para melhor compreensão no nível pré-silábico a criança demonstra interação de escrever por meio do traçado linear com formas diferentes, no nível silábico, o tentar fonetizar a escrita e dar valor sonoro para as letras, no nível silábico-alfabético a criança entende que a escrita é representada pelo som da fala, no nível alfabético a criança compreende que a escrita tem uma função social – a comunicação.

O concreto na consolidação das habilidades matemáticas

Segundo Rafael Helerbrock (2022) matemática é a área do conhecimento que envolve o estudo da aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, estatística e cálculo, em busca da sistematização de quantidades, medidas, espaços, estruturas e variações. A palavra matemática é originada do grego $\mu\alpha\theta\eta\mu\alpha$ (*mathema*), que, em tradução livre, significa “aquilo que pode ser aprendido”. De acordo CUNHA, 2007 *apud* BUENO, 2007, p.500, a palavra matemática tem origem grega (*mátema*) que significa “ciência, conhecimento, ou aprendizado” e (*matematikós*), significando “fundação do aprendizado”.

A matemática está presente em todos os segmentos da vida e em todas as tarefas executadas do nosso dia a dia, seja na compra de um simples pão, como na aplicação de um grande investimento financeiro. Assim, ao acordar, o despertador expressa as horas utilizando o princípio da contagem do tempo, quando fazemos uma refeição utilizamos o conceito da proporção, e assim por diante. (CUNHA, 2007).

O estudo da matemática é importante no desenvolvimento do raciocínio lógico, da criatividade, na capacidade de investigação e na solução de problemas. Porém, existe um tabu em relação ao estudo da matemática, por parte dos alunos, pois exige deles um grau de memorização e raciocínio, que os fazem distanciar-se de sua prática no cotidiano.

Durante muito tempo o ensino da matemática acontecia de forma mecânica, outro fator do tabu criado pelos alunos em rela-

ção ao estudo da mesma. Com o decorrer do tempo, o ensino da matemática foi modificado em sua forma de ser apresentado e ensinado, que fez com que as habilidades estudadas fossem praticadas envolvendo as situações do cotidiano.

É importante que o ensino da matemática na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, esteja associado com a parte lúdica do ensino, pois para as crianças atribuírem significados aos conceitos matemáticos, nesta faixa etária, é necessário aliar esses conceitos a brincadeiras, jogos, adivinhações trabalhos em grupo, entre outros. (LIRA, 2007).

Nos anos finais do Ensino Fundamental os recursos didáticos têm um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem com a componente curricular matemática, como por exemplo, jogos, livros, vídeos, calculadoras, computadores, entre outros. Porém, eles precisam estar integrados a situações que levem ao exercício da análise e da reflexão, que são à base da atividade matemática.

Ações pedagógicas com vistas na recuperação da aprendizagem dos educandos em português e matemática

Como vimos, para que uma criança se emancipe cognitivamente é imprescindível que ela adquira todas as habilidades necessárias para apropriar-se do conhecimento. É importante que o professor compreenda os níveis do desenvolvimento da leitura, escrita e raciocínio lógico matemático para, a partir daí, procurar subsídios na intenção de trabalhar com o aluno na perspectiva do reforço escolar com estratégias exequíveis com o propósito de recuperar as habilidades não consolidadas ao longo da vida escolar.

Existem fatores que contribuem para a falta de aquisição do conteúdo escolar, nesse caso, não se pode culpar única e exclusivamente o aluno. A causa de tal dificuldade perpassa os âmbitos desde a equipe escolar à instabilidade social, emocional e cognitiva do aluno. É importante ressaltar que nem todas as crianças aprendem da mesma forma, cada um tem sua maneira de aprender. No entanto, é preciso buscar novas estratégias que façam com que todos atinjam o nível desejado de conhecimento.

Torna-se imprescindível que se encontre mecanismos para fazer com que o educando aprenda novas formas, novos caminhos,

assim novas estratégias precisam ser pensadas para serem trabalhadas durante o ano todo, realizar recuperações paralelas e não deixar para fazê-lo no final do ano como de costume.

Nas escolas: EMEIEF Cora Coralina, EMEIEF Professora Norma Celia Pinheiro Crispim e a EMEIEF Santa Edwirges as ações e Programas são semelhantes, portanto, serão relatadas em conjunto.

Em todos os níveis escolares acontecem às buscas ativas na intenção de trazer e manter nas instituições o maior número de alunos possível, pois entendemos que lugar de alunos é na escola e é nela que devem ter vontade de ficar.

Com o retorno das atividades pedagógicas no formato presencial foi realizada uma avaliação diagnóstica com todos os alunos para identificar o nível de aprendizagem em que cada aluno se encontra após dois anos de afastamento da instituição de ensino. Em seguida professores, coordenadores e voluntários se reuniram no Conselho de Classe para juntos elaborarem o plano de ação com as estratégias mais adequadas para cada nível de aprendizagem diagnosticada.

Professores e colaboradores passaram a realizar as atividades de alfabetização com materiais concretos, alfabeto móvel, jogos envolvendo pensamentos lógicos, desafios, adaptação das atividades de acordo com as necessidades de cada aluno e com sua forma de aprender. Existem aqueles que aprendem observando o professor, outros necessitam da prática, do concreto, aqueles que aprendem de forma autônoma, outros com os próprios colegas. Nesse sentido observa-se a importância de uma sala de aula heterogênea para uma melhor condição de crescimento cognitivo e social dos alunos.

Foram elaboradas estratégias para sala de aula regular na busca de minimizar os impactos cognitivos causados pelo distanciamento social devido a COVID 19. Para as turmas 1º e 2º ano, conta-se com o assistente de alfabetização através do Programa Tempo de Aprender que, tem como estratégias, trabalhar em pequenos grupos, ou individualmente, de acordo com orientação do professor regente e coordenação pedagógica.

Outra ação apresentada é trabalhar com as crianças com maior dificuldade de aprendizagem em Português e Matemática do 3º ao 9º ano através do Pacto da Aprendizagem, estratégia do

Governo do Estado do Ceará para ações de recuperação da aprendizagem, e do Programa Contraturno da Prefeitura de Maracanaú, com profissionais da Pedagogia e das licenciaturas em Português e Matemática que tenham concluído a graduação ou estejam cursando nível superior.

No formato de voluntários, recebendo uma ajuda de custo, esses profissionais realizam o planejamento de acordo com a dificuldade dos alunos informado pelo professor. Além de português e matemática trabalha-se esporte, arte e cultura motivando-os a estarem presentes na escola no Contraturno.

Tais atividades complementares vêm ajudando os alunos e equipe docente a trabalhar as habilidades não consolidadas das crianças no decorrer desses dois longos anos. Visando atender e contemplar as reais necessidades cognitivas dos alunos existe o acompanhamento sistemático através de planilhas, organizado por etapa para que assim, o professor possa observar seus avanços como também rever suas metodologias passando o feedback ao coordenador que, por sua vez, pensa em novas estratégias com as pessoas envolvidas nas ações de reforço.

Existe um diálogo constante entre os agentes da aprendizagem no que se refere ao conteúdo trabalhado, metodologias utilizadas para que o responsável pelo processo de recuperação ajuste seus materiais e torne o aluno protagonista da sua aprendizagem segundo sua experiência, através do ato de planejar e replanejar com intuito de oferecer o que é de melhor aos alunos.

O reforço individualizado, realizado pela professora de Língua Portuguesa, é outra estratégia que mesmo antes da pandemia, já era uma prática constante e que auxilia o aluno a melhorar seu nível de aprendizagem com mais facilidade, haja visto que a professora conhece o aluno e sua dificuldade focando seu trabalho nas necessidades individuais. Essa ação acontece no período de planejamento da professora que seleciona os alunos com maiores dificuldades de sua turma, em seguida prepara uma escala de atendimento.

Para criar, incentivar e manter o interesse pela leitura contamos com os projetos de leitura que cada escola trabalha, entre eles: maleta da leitura, biblioteca itinerária e recreio literário. Esses projetos são permanentes e envolvem não apenas os professores de sala de aula, mas toda a comunidade escolar que se reveza

para que esses projetos possam continuar vivos na escola criando possibilidades e oportunidades de leitura para os estudantes de todos os níveis de ensino das escolas.

Considerações Finais

A aprendizagem é um processo que acontece de forma diversa para cada pessoa e essas diferenças demonstram, o quão importante é para quem trabalha em educação conhecer a diversidade de aprendizagens existentes e o universo de ações pedagógicas que possibilitem a aprendizagem humana.

Nesse longo processo que perpassa por várias fases da vida de uma pessoa acontecem os sucessos e insucessos, pois de acordo com a Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner divulgada no início da década de 1980 “existem talentos diferenciados para atividades específicas”. Gardner concluiu a princípio, que existem sete tipos de inteligências: lógico-matemática, linguística, espacial, físico cinestésica, interpessoal, intrapessoal e musical, mais tarde acrescentou as inteligências natural e a existencial à sua lista.

Com essa breve explicação fica ainda mais perceptível a importância de estratégias de aprendizagens que abranjam as especificidades e necessidades de aprendizagens dos alunos.

Após o momento crítico que vivenciamos com a pandemia de Covid 19 foi necessário ampliar as possibilidades de ações e estratégias para trabalhar o fortalecimento e consolidação das aprendizagens desenvolvidas durante esse período, já que nem todos tiveram as mesmas oportunidades de acesso.

Referências

ABREU, Marlene Aparecida Viana. *A Matemática o Ensino Fundamental*. Disponível em acesso dia 27/02/2022 <<https://pedagogia-opedaletra.com/a-matematica-no-ensino-fundamental/>>

ANGELO, Jamisson da Silva. *O ensino de matemática nos anos iniciais como forma de aquisição de competências básicas necessárias à formação do estudante*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 07, Vol. 01, pp. 84-98. Julho de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/basicas-necessarias>

BRASIL. *Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

Brasil. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CAMARGO, Carmem Aparecida Cardoso Maia; CAMARGO, Marcio Antônio Ferreira; SOUZA, Virginia de Oliveira. *A importância da motivação no processo ensino-aprendizagem*. Revista Thema, v. 16 n. 3 (2019).

Ferrari, MÁCIO. *Howard Gardner, o cientista das inteligências múltiplas* <<https://novaescola.org.br/conteudo/1462/howard-gardner-o-cientista-das-inteligencias-multiplas>>

LIRA, Josivaldo Albuquerque de. *Ensinar e Aprender Matemática nas Séries Iniciais Do Ensino Fundamental*. disponível em <editorarealize.com.br/editora/anais/epbem/2016/TRABALHO_EV065_MD1_SA3_ID636_30102016123832.pdf>

LOURENÇO, Abílio Afonso; PAIVA Maria Olímpia Almeida De. *A motivação escolar e o processo de aprendizagem*. Ciências & Cognição 2010; Vol 15 (2): 132-141.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. *Níveis de escrita e leitura*. Disponível em: <<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/niveis-de-escrita-e-leitura/53652>>

Portaria da SME 0258/2020

Resolução de nº 46/2021

SALAS, Paula. *Apoio pedagógico: como a gestão escolar pode contribuir para a recuperação das aprendizagens*. Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/20543/especial-foco-na-aprendizagem-apoio-pedagogico#:~:text=O%20per%C3%ADodo%20de%20pandemia%20foi,se%20tem%20suporte%20da%20fam%C3%ADlia,2021>>

SANTOS, Davi de Oliveira. *Recomposição da aprendizagem não é recuperação escolar, explica coordenador da SED*. Acesso em: <https://www.rcn67.com.br/cbn/campo-grande/recomposicao-da-aprendizagem-nao-e-recuperacao-escolar-explica/156596/>, 2021.

GESTÃO ESCOLAR: UM NOVO OLHAR E O SEU PAPEL A FRENTE DO PROCESSO AVALIATIVO NA ESCOLA

Mara Rubia de Araújo Dantas¹

Rita de Cassia Lopes Gomes²

Rosângela Cosmo Batista³

Iury Torquato de Almeida⁴

Introdução

A elaboração deste trabalho tem sua origem no curso de especialização em MBA Gestão Educacional Pública e Privada, proporcionando a reflexão sobre diversos desafios nas práticas educacionais. Dentre eles, o que gerou grande impacto no contexto atual foi a efetivação do processo avaliativo e suas consequências no ensino aprendizagem dos estudantes.

A Constituição de 1988 define a educação como “um direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Em virtude disso, iremos refletir acerca da importância do envolvimento de todos para o sucesso dos estudantes, visto que eles já têm assegurado por documentos legais a matrícula e a permanência na escola. Ressaltando que esse sucesso dos estudantes é medido pelo desempenho e competências desenvolvidas ou não pelos estudantes. Diante dessa realidade, analisaremos em específico a ação da gestão escolar à frente do contexto avaliativo, juntamente com todos os segmentos da comunidade escolar.

¹ Graduada em pedagogia – UVA; Especialista em Gestão Escolar – UVA; Especialista em Coordenação Pedagógica – UFC; Gestora Escolar do município de Maracanaú/CE; E-mail: gestoramara@gmail.com

² Especialista em ensino de língua portuguesa – UVA; Especialista em Gestão Escolar na área da educação – FALC; Graduada em Pedagogia – UVA; Gestora Escolar do município de Maracanaú/CE; E-mail: rita01coimbra@gmail.com

³ Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica – UVA; Graduada em Pedagogia – UVA; Gestora do município de Maracanaú/CE; Professora do município de Maracanaú/CE; E-mail: rosangellabatista1@gmail.com

⁴ Graduado em Administração – FAK; Licenciado em Pedagogia – FAK; Especialista em Gestão de Projetos – ABED; Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho – FAK; Especialista em Gestão Escolar – FAESL; Especialista em Docência do Ensino Superior – FAK; Especialista em Gestão e Tutoria – UNIASSELVI; Mestre em Gestão de Negócios Turísticos – UECE; Doutor em Ciências da Educação – USC/PY; E-mail: iuryt.almeida@gmail.com.

A presente pesquisa tem por objetivo geral refletir sobre as contribuições da gestão escolar diante dos desafios, na construção da aprendizagem no ensino, a partir das avaliações.

Para a realização da investigação dessa temática temos por objetivos específicos: identificar as dificuldades de aprendizagem através de uma avaliação diagnóstica; planejar as intervenções com todos envolvidos no processo de ensino aprendizagem; construir coletivamente um plano de ação contemplando as ações para minimizar os déficits de aprendizagem; elaborar um cronograma de avaliações sistemáticas das ações implementadas.

O interesse da pesquisa foi aprofundado pela necessidade de refletir um novo olhar com o surgimento das políticas públicas de avaliação, o significado de avaliação de aprendizagem e como a gestão escolar se faz necessária para desenvolver intervenções coletivas dentro da sua realidade e de acordo com os objetivos propostos.

Referencial teórico

Diante das políticas públicas contemporâneas sobre o contexto de avaliação educacional, visitaremos como se deu esta consolidação atual estudando alguns pontos importantes para entendermos o processo avaliativo cotidiano.

Segundo Luckesi (2011), a história de avaliação da aprendizagem é recente, pois muito antes, precisamente entre os séculos XVI e XVII, existiam os exames escolares e estes tinham a função estritamente classificatória, sendo que diante de um exame com 100 crianças, 70% eram reprovadas. E diante de tantas reprovações trouxeram consequências gravíssimas nas vidas desses estudantes. Esse tipo de avaliação leva em consideração apenas o conteúdo, ressaltando o aluno como coadjuvante e uma folha em branco, enquanto o professor o protagonista e o detentor dos conhecimentos.

No Brasil a legislação começou a tratar sobre avaliação da aprendizagem no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 (século XX). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, ainda tinha um capítulo sobre exames escolares e a partir da Lei n. 5692/71 redefiniu a expressão de “exames escolares” para “ aferição do aproveitamento escolar”, ainda não se servindo do termo “avaliação de aprendizagem”, passando a ser incorporado

ao texto da LDB apenas no ano de 1996. Apesar de estar presente no legislativo a prática escolar estava muito longe de consegui-la.

Nos meados dos anos 1980, aconteciam movimentos onde muitas dimensões se reuniram para mobilizações, buscando uma construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, se fazia necessária uma educação em que as pessoas fossem críticas, autônomas, participativas e conscientes de seus direitos e deveres. Então foi preciso refletir e realizar mudanças com novo olhar na função primordial da avaliação de aprendizagem com novos paradigmas.

Visto que essa modalidade de avaliação é recente, exigiu que a educação reunisse esforços de todos os envolvidos, em específico a gestão da escola. Aprofundaremos o tema gestão escolar em seus diversos conceitos, atribuições e efetivação diante a evolução das mudanças no contexto avaliativo educacional.

Avaliação da aprendizagem escolar em larga escala

No Brasil, essa prática de avaliação externa e em larga escala, embora seja amplamente divulgada, é uma prática recente e surgiu impulsionada por um contexto social econômico. Surgiu através de um projeto mundial por meios de organismos internacionais com a conferência mundial sobre Educação Para Todos, em 1990 na Tailândia, onde foram elaborados documentos que influenciaram a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB é a primeira iniciativa brasileira no âmbito nacional, com o objetivo de conhecer profundamente o nosso sistema educacional. Através dessas avaliações o governo federal investiga a eficácia do sistema de ensino do Brasil e consiste na aplicação de avaliações nas disciplinas de língua portuguesa e matemática.

Em 2005 foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP, a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (AN-RESC), mais conhecida como PROVA BRASIL, que passou a integrar o SAEB. O SAEB, contudo, nos seus primeiros anos de vida, não ganhou notoriedade entre os estados, municípios e escolas, pois eles não se reconheciam nos baixos resultados obtidos nas provas.

Em razão disso, cria-se em 2005 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como indicador de qualidade educacional desenvolvido pelo Ministério da Educação – MEC. Segundo Durham (2010), o IDEB não pode ser comparado com o SAEB, pois combina duas variáveis em um único índice “[...] o desempenho na Prova Brasil e o fluxo escolar (isto é, a repetência). Isto significa que um aumento na nota tanto pode significar que a repetência diminuiu como que o desempenho escolar melhorou” (p. 167-168).

Nessa mesma perspectiva o Estado do Ceará implementa a cultura avaliativa da educação, almejando a formulação e o monitoramento das ações educacionais. Assim, o Estado institui o Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará SPAECE, que verifica anualmente os resultados de aprendizagem dos estudantes do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e a 3. série do Ensino Médio, com intuito de investigar a equidade e a eficácia do sistema e redes de ensino.

É através dessas avaliações que a gestão escolar utiliza os indicadores como ponto de partida, para refletir coletivamente e desenvolver as intervenções necessárias no processo de ensino-aprendizagem em busca da melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem.

Avaliação da aprendizagem na escola como componente do ato pedagógico

A avaliação de aprendizagem como um ato pedagógico vem objetivando a substituição de um pensamento errôneo e tradicional onde a avaliação é caracterizada pela classificação e seletividade, em detrimento de uma avaliação diagnóstica e pela inclusão, onde o ato de avaliar o erro é o ponto de partida para realizar as intervenções necessárias. A avaliação de aprendizagem exige um planejamento sistemático, contemplando objetivos que busquem intervenções necessárias e um acompanhamento pedagógico, avaliando sistematicamente o processo realizado. O ponto de partida é a construção de conhecimentos dentro de uma visão de investigação e intervenção.

Nesse sentido, temos que compreender que o conhecimento é a base de conseguir resultados eficientes, conforme afirma Luckesi:

Quem detém o conhecimento detém o poder de fazer. É um suporte para a ação adequada e satisfatória, o que traduz em capacidade de construção dos resultados desejados. Investigar para conhecer e conhecer para agir. (LUCKESI, 2011, p. 149).

Dessa forma, se faz necessário refletir sobre a avaliação de aprendizagem na escola. Temos que ter consciência e criticidade no ato de aplicar uma avaliação de aprendizagem, para que não confunda o ato de avaliar com apenas um ato de examinar, sendo uma prática ainda comum ao propor uma avaliação escolar. Neste contexto iremos aprofundar a diferença entre o ato de examinar e o ato de avaliar segundo a linha de pensamento de Cipriano Luckesi.

No ato de avaliar deve-se levar em consideração as seguintes características e principalmente a aprendizagem depende da relação educador-educando:

- a) **Temporalidade:** Onde os exames escolares levam em consideração o passado, o que o estudante já aprendeu e o examinador o desempenho do presente e será classificado sob forma de notas ou conceito, tornando assim classificatória e seletiva. Nesse sentido o espaço escolar torna-se antidemocrático, por excluir parte dos estudantes ao realizar a avaliação seletiva. Enquanto o ato de avaliar o educador está centrado no presente e voltado para o futuro, investiga o desempenho do estudante e leva em consideração o que se pode ainda aprender. E caso o resultado seja insatisfatório investiga os fatores condicionantes que venha ocasionar o mesmo. E assim direciona as ações. Dessa forma consolida uma avaliação diagnóstica, com foco inclusivo e conseqüentemente constrói um espaço escolar democrático que subsidia a formação dos educandos como sujeitos protagonistas e cidadãos em condições de igualdade.
- b) **Busca de soluções:** Os exames ficam aprisionados nos problemas, nos erros e geralmente os examinadores associam a falta de interesse dos alunos e outros fatores. Como também os resultados estão centrados exclusivamente no produto final. Enquanto ao avaliar são considerados e focados nas possíveis soluções e deve ser planejado e está inserido no projeto político pedagógico – PPP da

escola. E a avaliação de aprendizagem é focada em todo o processo construído e também no resultado final ao mesmo tempo.

- c) Quanto à abrangência das variáveis: Os exames simplificam a realidade atribuindo exclusivamente ao educando a responsabilidade pelos resultados positivos ou negativos. Seu uso oferece possibilidades de autoritarismo na condição de aprovar ou reprovar.

Enquanto o ato de avaliar, o educador centraliza na busca do melhor resultado de ensino e da aprendizagem. E caso não seja satisfatório o avaliador investiga os fatores e parte da dificuldade para reconstruir o conhecimento. É um ato dialógico, de acolhimento, parceria, aliança e respeito, tendo o adulto como um líder da condução do ato pedagógico.

A gestão democrática

Segundo Heloisa Lück (2006), a democracia constitui-se em característica fundamental de sociedades e grupos centrados na prática dos direitos humanos, por reconhecerem não apenas os direitos das pessoas usufruírem dos bens e dos serviços produzidos em seu contexto, mas também, e sobretudo, seu direito e seu dever de assumir responsabilidade pela produção e melhoria desses bens e serviços. Com essa perspectiva, direitos e deveres são dois conceitos indissociáveis, de modo que, falando-se de um, remete-se ao outro necessariamente.

E é nessa junção que se estabelece a verdadeira democracia, construída mediante participação qualificada pela cidadania e construção do bem comum. No contexto das sociedades e organizações democráticas, dado o seu caráter dinâmico e participativo, direito e dever são conceitos que se desdobram e se transformam de forma contínua e recíproca pela própria prática democrática, que é participativa, aberta, flexível e criativa. Portanto, não são conceitos que representam condições isoladas e dissociadas. Não se trata, portanto de um sentido normativo e imperativo de direitos e deveres e sim de um sentido interativo pelo qual se transformam continuamente e são superados por estágios sucessivos de complexidade que vão tornando mais amplas, complexas e significa-

tivas as funções sociais do grupo, ao mesmo tempo em que seus membros vão desenvolvendo a consciência do processo como um todo e de seus múltiplos desdobramentos.

Conforme indicado por Carvalho (1979), “...à medida que a consciência social se desenvolve, o dever vai sendo transformado em vontade coletiva”, isto é, vai-se criando no interior da escola uma cultura própria orientada pela realização dos ideais da educação, que passam a fazer parte natural do modo de ser e de fazer da escola e, por isso mesmo, não precisa ser imposta de fora para dentro.

A construção da consciência e responsabilidade social sobre o papel de todos na promoção da aprendizagem e formação dos alunos (inclusive deles próprios com esse fim), constitui-se, pois, em condição imprescindível para a construção de escola democrática e realização de gestão democrática. Essa condição se constrói mediante uma perspectiva proativa, empreendedora, competente e orientada por elevado espírito educacional, critérios que qualificam a participação no contexto da escola.

Com essa perspectiva, a participação se constitui em uma expressão de responsabilidade social inerente à expressão da democracia. Pode-se definir, portanto, a gestão democrática como sendo o processo em que se criam condições e se estabelecem as orientações necessárias para que os membros de uma coletividade, não apenas tomem parte de forma regular e contínua de suas decisões mais importantes, mas assumam os compromissos necessários para a sua efetivação. Isso porque a democracia pressupõe muito mais que tomar decisões (Lück *et al.* 2008), ela envolve a consciência de construção do conjunto da unidade social e de seu processo como um todo, pela ação coletiva.

Destaca-se em especial, na realização de gestão democrática, a atuação de órgãos colegiados, que são organizadores da participação dos membros da comunidade escolar nessa gestão. A atuação colegiada se realiza formalmente na escola a partir de órgãos colegiados, também denominados de unidades executoras (UEX), que se constituem em espaços efetivos e organizados de participação da comunidade escolar na gestão da escola, conforme o quadro na próxima página, conforme Lück:

Um órgão colegiado escolar constitui-se em um mecanismo de gestão da escola que tem por objetivo auxiliar na tomada de decisão em todas as suas áreas de atuação, procurando di-

ferentes meios para se alcançar o objetivo de ajudar o estabelecimento de ensino, em todos os seus aspectos, pela participação de modo interativo de pais, professores e funcionários. (LÜCK, 2010, p. 66).

Nesse sentido entende-se que a gestão é um processo muito importante, porque mobiliza todos os que estão ou que fazem parte de um contexto, seja ele social ou educacional e para que aconteça essa mobilização é preciso que essa gestão esteja inserida numa perspectiva democrática, na qual tem sido um dos elementos mais presentes nos debates dos profissionais da educação, porque é somente com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, contribuindo e colaborando de forma ativa e envolvidos na tomada das decisões, que dizem respeito a escola e a educação é que pode-se melhorar a educação como um todo, possibilitando a construção de um ensino e de uma educação de qualidade nas escolas públicas do nosso país. Mas para que isso aconteça é preciso que haja uma participação de todos, tanto da equipe gestora quanto da comunidade escolar e local nos processos decisórios educativos da escola e isso só será possível através de uma gestão escolar democrática e participativa, que assegure a participação de todos os atores sociais envolvidos no processo educacional.

A gestão escolar e seus desafios pedagógicos

São grandes os desafios na gestão escolar brasileira sob a responsabilidade da direção participativa, democrática e crítica nas instituições de ensino. O papel do gestor e seus obstáculos levam-nos à liderança pedagógica. Os desafios da gestão escolar justificam-se pela necessidade de verificar quais práticas estão sendo utilizadas, o que pode ser mudado para melhorar e ampliar a qualidade do ensino, para assim enfrentar as dificuldades para oferecer um ensino de qualidade.

Segundo a LDB, Art. 12, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I. elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II. administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

- III. assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- IV. prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- V. articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VI. informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009);
- VII. notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; (Redação dada pela Lei nº 13.803, de 2019);
- VIII. promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas; (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018);
- IX. estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas. (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018);
- X. promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019).

Diante das incumbências estabelecidas pelos documentos oficiais, gerir uma escola é organizar, mobilizar e articular todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais e é pela ação e pelos resultados das ações que podemos avaliar a escola e sua forma de conduzir.

Nesse sentido se faz necessário a utilização dos instrumentos democráticos que embasam a gestão democrática nos processos do cotidiano da escola, tais como:

- a) O Projeto Político Pedagógico – PPP é o documento coletivo que garante a autonomia e norteiam todas as práticas educacionais na escola. É o fio condutor que direciona todas as atividades e caminhos objetivando a qualidade de educação.

- b) Regimento Escolar é um documento que estrutura e estabelece todas as normas, elaborada coletivamente para o funcionamento e organização da escola.
- c) O Conselho Escolar é constituído por todos os segmentos da escola, gestores, pais, professores, funcionários e membros da comunidade local, tendo como funções deliberativa, consultiva, fiscalizadora, mobilizadora e pedagógica.
- d) O Grêmio Estudantil é a representação dos estudantes, eleitos pelos seus pares e sua principal função é democratizar a escola e fomentar o protagonismo juvenil. Por meio dele, os estudantes ganham voz e conseguem levar reclamações e sugestões aos gestores, em busca de soluções.
- e) O Conselho de classe é composto pelos professores, equipe pedagógica e direção, que se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

E é através da articulação de todos os colegiados que se torna possível realizar as ações planejadas objetivando a eficácia da melhoria do ensino aprendizagem e os desafios evidenciados durante a pesquisa realizada.

De acordo com a pesquisa feita através de entrevistas com gestores escolares e professores da rede de ensino de Maracanaú (ANEXOS A e B), ficaram evidentes os desafios enfrentados por esses profissionais na sua prática frente ao contexto avaliativo. As figuras 1 e 2 nos permitem observar quais os maiores desafios encontrados pela gestão e na prática pedagógica, apontando com mais ênfase a ausência da participação e do acompanhamento das famílias, além da atenção e a efetividade de atividades diferenciadas dos alunos com déficit de aprendizagem.

Figura 1 - Dificuldade dos Gestores.



Fonte: Autores (2022).

Figura 2 - Dificuldades dos Professores.

Fonte: Autores (2022).

Outros desafios foram encontrados ao longo da pesquisa e precisam ser mencionados devido sua relevância na busca de soluções, como:

- i. Dificuldades na atuação efetiva dos conselhos escolares;
- ii. Planejamento: Resistência na elaboração de metodologias inovadoras e diversificadas;
- iii. Dificuldades dos docentes a aplicar atividades diferenciadas de acordo com os níveis de aprendizagem.
- iv. Dificuldade de uma reflexão sobre a sua prática docente,
- v. Refletir a avaliação e o processo e intervenção de acordo com o seu diagnóstico, dentre outras.

Dessa forma a gestão escolar necessita analisar a sua prática administrativa e pedagógica, a fim de avaliar e de propor mudanças para a melhoria da qualidade de ensino, que vai além da finalidade de só cumprir as exigências burocráticas, ou seja, honrando os compromissos da escola que tem por objetivo principal a aprendizagem dos alunos.

Considerações finais

Compreendemos ao longo da construção deste artigo, que a atuação do núcleo gestor é imprescindível no desenvolvimento das ações propostas em prol do sucesso do ensino aprendizagem diante do contexto avaliativo.

Dessa forma, foi preciso uma reflexão do núcleo gestor e dos docentes sobre os desafios do ato de avaliar, considerando o fazer pedagógico, tendo como parâmetros os indicadores para redimensionar ações eficazes, visando a garantia do sucesso escolar.

Com essa pesquisa, esperamos estar contribuindo para a reflexão sobre a atuação da gestão escolar no processo avaliativo,

desejando que se traduza na ressignificação de atitudes visando a elevação contínua na qualidade do ensino.

Referências

DURHAM, Eunice Ribeiro. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. *Novos estudos - Cebrap*, n. 88, p. 153-179, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/37wYSvz>. Acesso em: 15 jan. 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de*

Indicadores Sociais – 2018. Rio de Janeiro, IBGE, 2018.

LÜCK, Heloísa. *A gestão participativa na escola*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloísa. *Concepções e processos democráticos de gestão educacional*. Editora Vozes Limitada, 2010.

LÜCK, Heloísa. *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. Cortez editora, 2011.

NARRATIVAS ACERCA DE UM NOVO OLHAR PARA A GESTÃO EDUCACIONAL FRENTE A UTILIZAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA PDDE DE FORMA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Antônia Wilma de Oliveira Andrade Santos¹
Francisca Esmênia de Souza Teixeira²
Káthia Cyléa Meneses Oliveira³
Luciana Mascena Silva⁴

Introdução

A gestão de recursos financeiros requer do gestor e da comunidade escolar atitudes responsáveis e participativas, tendo em vista sua importância e abrangência, em função do movimento de descentralização administrativa e pedagógica e desconcentração da aplicação de recursos por que passa o sistema de ensino público na atualidade.

Nesse sentido, trata-se este artigo de um novo olhar para a gestão educacional frente a utilização e contribuição dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) de forma democrática, em que pese, a crescente autonomia da escola, que, mesmo relativa, abrange suas distintas áreas de atuação: pedagógica e administrativa.

¹ Especializanda do curso MBA em Gestão Educacional Pública e MBA Finanças e Gestão Pública e Privada da Faculdade Cesma Maracanaú (FACESMA). Especialista em Gestão Escolar (UFC). Especialista em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio (UVA). Licenciada em Pedagogia (Licenciatura Plena) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), E-mail: wilmaandradeoliveira@hotmail.com

² Especializanda do curso MBA em Gestão Educacional Pública e MBA Finanças e Gestão Pública e Privada da Faculdade Cesma Maracanaú (FACESMA). Especialista em Gestão Escolar (UFC). Licenciada em Pedagogia (Regime Especial) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), E-mail: esmeniasouza@ig.com.br

³ Especializanda do curso MBA em Gestão Educacional Pública e MBA Finanças e Gestão Pública e Privada da Faculdade Cesma Maracanaú (FACESMA). Especialista em Docência do Ensino Superior pela FACESMA. Licenciada em Formação de Professores do Ensino Fundamental (Licenciatura Plena) pela Universidade Estadual do Ceará, E-mail: rozangelavasconcelos@gmail.com, e-mail kathiacylea@gmail.com

⁴ Graduada em Biologia - UVA; Especialista em Auditoria ambiental - CENTEC; Mestra em Ciências Morfofuncionais - UFC; E-mail: lumascena2@gmail.com

Nessa dimensão, a autonomia escolar se dar pela atuação co-participativa do gestor e das Instâncias Colegiadas (Conselho Escolar entre outros), quanto à administração dos recursos recebidos do Governo Federal, Estadual e

Municipal, destinados à preservação, manutenção e aquisição de materiais, conforme necessidades das escolas, no caso específico aqui abordado, dos recursos federais, o PDDE.

Isso posto, a ideia de abordar o presente tema, tem relevância, ao evidenciar que o Programa consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. A utilização desses recursos tem como objetivo principal a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Notadamente, que os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse.

Com vistas a um maior aprofundamento do tema, parte-se das seguintes indagações: Programa dinheiro direto na escola: o que é, para quem se destina e como solicitar? O que pode e o que não pode ser comprado? Quais as implicações da má utilização desses recursos para a instituição escolar e sua gestão?

Nesses termos, abordaremos de forma sucinta essas percepções, adotando como objetivo geral analisar as narrativas acerca de um novo olhar para a gestão educacional frente a utilização e contribuição desses recursos. De modo específico, descrever cada indagação evidenciada e esclarecer a concepção de autonomia que orienta a referida política de gestão a partir da dinâmica da participação da sociedade para o fortalecimento das questões pedagógicas, administrativas e financeiras do ambiente escolar.

O recorte do estudo, ora apresentado, tem como suporte teórico, as narrativas de Adrião e Peroni (2007), Mata (2017), Menezes (2017), Silva e Silveira (2009), entre outros especialistas que tratam do assunto. O procedimento metodológico de abordagem qualitativa de natureza teórica descritiva caracterizou-se por uma revisão bibliográfica em obras ligadas ao assunto, com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos e legislações pertinentes.

Didaticamente, o estudo encontra-se organizado em três itens: o primeiro contextualiza as principais características do Programa PDDE, o que é, para quem se destina e como solicitar, e o que pode e o que não pode ser comprado. Os demais itens indicam: quais as implicações da má utilização desses recursos para a instituição escolar e sua gestão e esclarecer a concepção de autonomia que orienta a referida política de gestão, por fim, as considerações finais e os referenciais utilizados.

Características do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)⁵, criado no ano de 1995, também é conhecido como PDDE Básico e atualmente é regido pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16.set. de 2021, teve como legislação principal anterior, a Resolução CD/FNDE/MEC nº 10, de 18.abr.2013. Com o advento da Resolução CD/FNDE/MEC nº 15/2021, que entrou em vigor no dia 1º de outubro de 2021, foram revogadas as resoluções correlatas ao PDDE anterior.

Contextualizando essas informações, os estudos de Adrião e Peroni (2007) acerca das implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)⁶, resultam em esclarecimentos relevantes, cujos conceitos apontam suas principais características: o que é, para quem se destina e como solicitar, o que pode e o que não pode ser comprado, levando em conta suas adequações e peculiaridades.

Segundo Adrião e Peroni (2007), a sigla PDDE foi iniciativa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)⁷, sua criação demanda ações, cujos objetivos visam fortalecer a gestão e melhorar o desempenho dos alunos por meio de aportes financeiros nas escolas. O Programa tem induzido os sistemas de ensino a atuarem nessa mesma direção, tendo em vista as estratégias propostas para atender aos objetivos de descentralização financeira, historicamente reivindicada pelas escolas públicas.

⁵ Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde>>.

⁶ Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 27.03.2022.

⁷ Os programas mais importantes que o FNDE financia pela cota federal são: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Brasil Alfabetizado, Apoio ao Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Fazendo Escola/Peja) e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE).

Assim, conforme os citados autores, a Resolução n. 12, de 10 de maio de 1995, que lhe deu origem, o PDDE visou agilizar a assistência financeira da Autarquia (FNDE) aos sistemas públicos de ensino, para cumprimento do disposto no artigo 211, da Constituição Federal de 1988, referente ao papel da União frente aos demais entes federados.

Até 1998, denominou-se Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), aparecendo pela primeira vez com a atual denominação no texto da Medida Provisória n. 1.784, de 14 de dezembro de 1998. O agora Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) passou também a incorporar escolas de ensino fundamental que atendessem alunos com necessidades educacionais especiais e comunidades indígenas. Em 2003, foi novamente atualizado pela Resolução n. 3 de 27/02/03, do FNDE, com base na Medida Provisória n. 2.178-36, de 24/08/2001 (ADRIÃO; PERONI, 2007, p. 257-258).

Destacam ainda, os citados autores, que desde 1997, o Programa exige, como condição para o recebimento dos recursos diretamente pelas escolas, a existência de Unidades Executoras (UEX): entidades de direito privado, sem fins lucrativos e que possuam representantes da comunidade escolar.

“[...] A Unidade Executora tem como função administrar recursos transferidos por órgãos federais, estaduais, municipais, advindos da comunidade, de entidades privadas e provenientes da promoção de campanhas escolares, bem como fomentar atividades pedagógicas da escola” (BRASIL, 1997, p. 11).

Colaborando com essas afirmações, Oliveira e Lima (2015), destacam que a Lei n.º 11.947, no Art. 22., do PDDE⁸ contidas no Portal do FNDE (BRASIL, 2021) dispõe sobre as entidades beneficiadas com o objetivo de:

[...] prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, às escolas mantidas por entidades de tais gêneros e aos polos presenciais

8 Um estudo sobre o programa dinheiro direto na escola (PDDE). Disponível em: https://educere.bruc.com.br//arquivo/pdf2015/15930_8911.pdf. Acesso em: 27.03.2022.

do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica (BRASIL, 2009, *apud* OLIVEIRA; LIMA, 2015, p. 179).

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), possui caráter suplementar e tem o objetivo de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento e para a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social (BRASIL, 2022).

Para Oliveira e Lima (2015), uma das principais características do PDDE é a descentralização e como consequência a denominada autonomia financeira. Então, a quem se destina? Os recursos do PDDE Básico são destinados a beneficiar estudantes matriculados nas:

[...] Escolas públicas de educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal; Escolas públicas de educação especial das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal; e escolas privadas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público. Os dados dos estudantes matriculados nas escolas citadas acima serão extraídos do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação – MEC, levantados no ano anterior ao do repasse (OLIVEIRA; LIMA, 2015, p. 181).

A esse respeito, segundo Mata (2017), os recursos financeiros do PDDE Básico são repassados em duas parcelas anuais, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por intermédio da Coordenação do Dinheiro Direto na Escola – CODDE, que faz parte da Diretoria de Ações Educacionais – DIRAE, desta Autarquia.

Entre outras questões, aponta Mata (2017), que o uso do recurso não é indiscriminado. Existem regras básicas que determinam com que a instituição pode gastar, para evitar que as verbas repassadas sejam usadas de forma errada. Basicamente, o que se pode fazer com o dinheiro inclui:

[...] realizar pequenos reparos no prédio e outros serviços de manutenção; comprar material de consumo, como mate-

riais de limpeza e materiais escolares de uso coletivo; comprar material permanente, como equipamentos eletrônicos, aparelhos de cozinha, equipamentos para laboratório, etc.; realizar projetos pedagógicos e atividades educativas (MATA, 2017, p. 16).

Ressalta ainda Mata (2017), que de acordo com informações oficiais, nos casos em que o montante total de recursos não for utilizado de maneira integral, o restante não será devolvido e continua disponível para aplicação sob as mesmas regulamentações.

As implicações da má utilização dos recursos PDDE para a instituição e sua gestão

Reportando-se às implicações da má gestão dos recursos do Programa, segundo Silva e Silveira (2009), para receber o recurso à escola tem que estar inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC), do Ministério da Fazenda, para poder ter isenção do Imposto de Renda e outros benefícios, então, a partir desse processo, as escolas ficam responsáveis pela prestação de contas para evitar gastos indevidos.

O recurso a ser recebido pelas escolas é calculado de acordo com o número de matrículas do ano anterior ao repasse, que são divididos em despesas de custeio e capital, ou seja, estes recursos não podem ser utilizados para outros fins que não aqueles previamente estimulados nos parâmetros legais. Assim, não podem ser gastos com pessoal; cobrir despesas bancárias ou impostos públicos não pagos; realizar qualquer ação ou projeto que seja financiada por outro programa do FNDE (SILVA; SILVEIRA, 2009).

Nesse sentido, de acordo com o Manual de Orientação para as escolas, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), define custeio e capital, a seguir:

Recursos de custeio: são aqueles destinados à aquisição de materiais de consumo e à contratação de serviços para funcionamento e manutenção da escola; Recursos de capital: são aqueles destinados a cobrir despesas com aquisição de material permanente para as escolas, que resultem em reposição ou elevação patrimonial. (BRASIL, FNDE, 2017, p. 38).

Da mesma forma, o Manual de Orientação para Constituição de Unidade Executora, divulgado pelo MEC anualmente, Unidades

Executoras - UEx - são classificadas como “[...] sociedades civis com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos” (MEC, 2017, p. 3) e podem ser criadas por iniciativa da escola e da comunidade. Assim, cabe às Unidades Executoras a função de:

[...] administrar bem como receber, executar e prestar conta dos recursos transferidos por órgãos federais, estaduais, municipais, privados, doados, ou os recursos provenientes de campanhas escolares, advindos da comunidade ou de entidades beneficentes, bem como fomentar as atividades pedagógicas da escola (CORONEL; DE OLIVEIRA, 2005, *apud* MATA, 2017, p. 22).

Segundo Mata (2017), com relativa autonomia para resolver problemas pormenores que podem ocorrer no cotidiano escolar, surge a necessidade de criarem-se mecanismos que assegurem que os recursos estão sendo utilizados de forma correta. Para isso, existem os Conselhos Escolares, formados por professores, alunos, responsáveis e agentes das secretarias de educação que possuem, como objetivo, prestar contas dos valores utilizados durante o ano fiscal, de modo a garantir que o dinheiro do contribuinte seja bem empregado.

Com vistas a garantia de potencialização das ações, tais recursos também devem ser utilizados para pôr em prática o Projeto Político Pedagógico (PPP), da unidade escolar, caso este demande a aquisição de algo não presente na escola. Por outro lado, caso a escola não atenda as determinações previstas, quanto às prestações de contas e ao mal uso dos recursos, segundo Chagas mata (2017), diversos tipos de sanções podem ser aplicadas.

Diversas são as consequências para aqueles que se omitem no dever de prestar contas ou que prestam contas de forma irregular, segundo Adrião e Peroni (2007), sendo as principais: suspensão de repasses do PDDE e de suas ações às entidades; Inscrição das entidades e de seus dirigentes em cadastros de inadimplentes; Instauração de processo administrativo e, se for o caso, judicial em desfavor dos responsáveis, com vistas à restituição dos valores (corrigidos monetariamente); Impedimento dos responsáveis licitar ou contratar com a administração pública; Inabilitação dos responsáveis para exercerem cargo ou função pública, inclusive cargos eletivos; Penhora de bens dos responsáveis pela omissão, para garantir o ressarcimento dos valores (corrigidos monetariamente).

A concepção de autonomia que orienta a política de gestão do PDDE de forma democrática e descentralizada

É preciso entender que, no mundo atual, envolto em transformações e revoluções constantes, a escola assume um papel de não apenas transmitir conhecimentos, como era esperado em épocas passadas, mas segundo Libâneo (2005), em diferentes formas de viabilização de gestão democrática, participativa e descentralizada.

De modo geral, trata-se de repartir competências, a fim de definir instâncias e suas responsabilidades, como a criação de espaços democráticos de participação, de modo a garantir eficiência, transparência e solidez ao gerir recursos públicos destinados exclusivamente àquela unidade escolar. Emerge também, a importância da participação da comunidade local, cuja presença e conhecimento dos problemas da escola, pode agregar melhorias (MATOS, 2017).

Desse modo, a gestão escolar que pretende considerar procedimentos participativos no processo de tomada de decisão, reconsiderar suas funções, sua autonomia e inclui todos os atores co-participantes na organização do cotidiano, resultando daí, a gestão com um novo olhar voltado para um conjunto de competências e de habilidades essenciais para o desenvolvimento educacional.

Portanto, é a partir deste entendimento de organização escolar, há que se buscar um novo conceito de gestão, segundo Píneiro (2012), em que a partir dos estudos relacionados, é possível identificar que o Programa Dinheiro Direto na Escola foi criado com a justificativa de descentralizar os recursos recebidos pela escola, reconhecendo as necessidades prementes e destinando ações para a utilização da melhor forma possível, com a realização das prestações de contas posteriormente.

Considerações finais

Considerando os objetivos almejados no estudo apresentado, cabe relacionar algumas considerações, acerca do um novo olhar para a gestão educacional frente a utilização e contribuição dos recursos do programa PDDE de forma democrática e participativa, ou seja, são perceptíveis a importância do embasamento teórico para conhecer como ocorre o processo de efetivação dos recursos,

alguns de seus avanços e desafios para que dessa forma possa refletir sobre suas implicações.

A partir das informações iniciais, destacamos os principais resultados encontrados, tendo em vista que o programa apresenta implicações para a gestão escolar, desde a sua criação, evolução e destino, reconhecendo uma autonomia relativa do mesmo, a forma superficial da participação da comunidade escolar e as normas impostas para a gestão dos recursos.

Todavia, é notável que a utilização dos recursos aponta para um discurso de descentralização, autonomia e administração, porém, essa autonomia é parcial, pois cada região possui um contexto diferente e com isso, suas especificidades.

Assim, reconhecemos que há muitas questões que podem ser aprofundadas em estudos posteriores, pois a escola pode gastar os valores recebidos em algumas despesas que já vem predestinadas, resolvendo de forma parcial alguns problemas encontrados, entretanto, não satisfaz por completo as demandas desejadas, tendo em vista que as escolas não podem utilizar o dinheiro em despesas que são necessárias para o determinado momento, pois o programa delimita no que o recurso pode ser gasto.

Referências

ADRIÃO, Thereza.; PERONI, Vera. Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 98, p. 253-267, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 21.03.2022.

BRASIL, *Constituição 1988*. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. *Lei nº 9394/96*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1996.

_____. *Medida Provisória no 1.784*, de 14 de dezembro de 1998. Reeditada pela MPV nº 1.784-1, de 1999. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão da escola In: LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola – teoria e prática*. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2005

MATA, Luís Henrique Chagas. *O PDDE em uma escola municipal do Rio de Janeiro: contribuições e desafios*. Monografia apresentada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro. Curso de Graduação em Pedagogia. 42 fls. Rio de Janeiro -RJ: UNIRIO, 2017.

OLIVEIRA, Miriani Soares de.; LIMA, Michelle Fernandes. *Um estudo sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a gestão das escolas públicas estaduais de Irati*. Programa de Formação de Professores, Complexidade e Trabalho Docente. PUCPR 26 a 29 10/2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/15930_8911.pdf>. Acesso em: 27.03.2022.

PINHEIRO, Iara Ferreira. *Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – implicações na gestão, no financiamento e na qualidade do desempenho da educação básica: estudo de caso – modalidade tempo integral*. 2012. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

SILVA, Lucimara Viescinski da. SILVEIRA, Giovani Silveira da. *PDDE, sua importância para o mercado de bens e serviços escolares do município de Ponta Porã-MS, 1999-2009*. Artigo disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/ecaeco/article/view/2595/2768>>. Acesso em: 21.03.2022.

OS EFEITOS PANDÊMICOS NA EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DO GESTOR ESCOLAR NA BUSCA PELA RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Emília Regia Venâncio Gomes¹
Fransilvia Barroso Machado²
Nívea Maria Costa Vieira³
Luciana Mascena Silva⁴

Introdução

Vivenciamos os últimos anos atípicos e desafiadores, tornando-se histórico. A Covid-19, fez os profissionais de todas as áreas se reinventarem, e não seria diferente com a gestão educacional.

O novo normal, traz às Instituições Educacionais contemporâneas a missão de inovar e rever sua forma de gestão, além de ter uma acertada visão de futuro, considerando os aspectos mercadológicos, tecnológicos, econômicos e políticos.

A pandemia acentuou a diferença entre aqueles que tinham mais dificuldades de aprender; exigiu um novo educador, que precisou se reinventar, teve que se adaptar a novas tecnologias, novas metodologias, transformando-se.

A educação é um direito de todos, garantida na Constituição de 1988 e LDB 1996. Dessa forma, se propõe uma educação

- ¹ Graduada em Licenciatura Ciências da Religião Pedagogia pelo ICRE e UNIFRAN; Especialista em Gestão Escolar e Docência do Ensino Superior pela UFC e FAK; Ministra aula na Graduação nos cursos de Pedagogia pelo IDJ/UVA e FACESMA; Professora efetiva da Educação Básica do Município de Maracanaú
- ² Graduada em Pedagogia - UVA; Especialista em Gestão Escolar e da Educação Básica do Município de Maracanaú 2 Graduada em Pedagogia - UVA; Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógico - FACESMA Especialista em Docência do Ensino Superior - FACESMA; Psicopedagogia Clínica e Hospitalar - FACESMA; Palestrante em temas da psicologia comportamental; Professora do município de Maracanaú/CE; E-mail: simplesmentesilvia1@gmail.com
- ³ Graduada em Pedagogia - UVA; Especialista em Administração Escolar - UVA; Especialista em Docência do Ensino Superior - FACESMA; Professora do Município de Maracanaú/CE; E-mail: niveamaria.costa@educacao.fortaleza.ce.gov.br
- ⁴ Graduada em Biologia - UVA; Especialista em Auditoria ambiental - CENTEC; Mestra em Ciências Morfofuncionais - UFC; E-mail: lumascena2@gmail.com

que transforme a atual realidade escolar, ou seja, uma conscientização sobre modelo educacional, que busca conhecer a realidade do educando para assim agir sobre ela, transformando-a, ao ponto que educadores e educando se caracterizam como sujeitos de um mesmo processo (Freire, 1997).

A inclusão de todos na escola é um direito antes, durante e depois da pandemia. Avaliar, observar os que necessitam de maior apoio pedagógico, verificar, pensar atividades e estratégias para repor aquilo que não foi alcançado torna-se o grande desafio para a Escola.

É preciso estabelecer metas de aprendizagem diferentes para alunos com níveis de aprendizado diferentes, desenvolver a empatia dos alunos, ser tolerante em relação aos conteúdos a serem cumpridos, revendo expectativas nos resultados.

O contexto atual de educação advindos com a pandemia e pós pandemia, juntamente ao compromisso da obtenção de melhorias de ensino traz a necessidade de um novo olhar, que perpassa pela inter-relação eficaz onde dependerá da articulação da equipe, e sobretudo de seus protagonistas: gestores e colaboradores.

Sobre o papel dos professores ante a tais transformações, Libâneo aponta que estes,

assumem uma importância crucial ante as transformações do mundo atual. Num mundo globalizado, transnacional, nossos alunos precisam estar preparados para uma leitura crítica das transformações que ocorrem em escala mundial. Num mundo de intensas transformações científicas e tecnológicas, precisam de uma formação geral sólida, capaz de ajudá-los na sua capacidade de pensar cientificamente, de colocar cientificamente os problemas humanos (LIBÂNEO, 2011, p. 03).

Nesse novo contexto sócio educacional, passa-se a conviver por um lado, com preocupações ligadas à questão prioritária da saúde física e emocional desse profissional, e, por outro lado, com a desestabilização das questões educacionais provocada pela repentina suspensão das aulas presenciais e proposição de aulas em ambientes virtuais.

Manter uma equipe comprometida com os objetivos da Instituição educacional e disposta a empreender seus esforços em atender as demandas internas e externas, depende de pessoas satisfeitas e motivadas com seu trabalho e com seus gestores

Esse artigo tem o objetivo de refletir e analisar a atual realidade da gestão escolar e da gestão da sala de aula, visando propor novas metodologias consideradas nesse novo contexto sócio educacional.

Contextualizarmos a importância da gestão democrática e participativa diante dessa problemática, além de abordarmos os novos desafios dessa gestão administrativa e pedagógica junto os novos contextos da gestão de sala de aula, considerando as consequências educacionais da pandemia e pós-pandemia.

Nessa concepção, a gestão escolar também é engendrada como um sistema que agrega pessoas, “considerando o caráter intencional de suas ações e as interações sociais que estabelecem entre si e com o contexto sócio-político, nas formas democráticas de tomada de decisões” (LIBÂNEO, 2007, p. 324).

Diante dessas questões, abordaremos o papel do Gestor Escolar na motivação da prática docente e os fatores que estão engajados nesse processo, bem como abordar, o processo dos resultados no ensino-aprendizagem.

Motivação e a prática docente

A educação escolar, ao longo da sua trajetória, foi definida por uma metodologia pedagógica ancorada em processos baseados na replicação de informações de maneira uniforme, muitas vezes mecânica, sem considerar a individualidade de cada estudante.

Essa metodologia de ensino, chamada simplesmente de “tradicional”, perdeu o seu sentido em um tempo em que a informação está apenas ao alcance de um ou dois toques, na palma da mão.

Adequar o aprendizado significa ter o foco na aprendizagem do que é mais importante,

- Promover ações e desenvolver habilidades socioemocionais previstas na BNCC
- Reorganizar conteúdos de acordo com a nova realidade educacional, rever e adaptar objetivos
- Avaliar e criar estratégias de recuperação da aprendizagem, disponibilizar meios tecnológicos e outros recursos de complementação da aprendizagem

Nesse processo de complementação, a motivação é necessária não apenas para que a aprendizagem ocorra, mas também para que sejam colocadas em ação os comportamentos e habilidades aprendidos e adquiridos.

A motivação é uma condição intrínseca ao indivíduo que o motiva para fazer ou permanecer fazendo alguma coisa. Portanto, o docente manter-se motivado depende de uma série de fatores e condições que conseqüentemente repercutem em sua prática.

O estudo sobre motivação tem sido um tema bastante presente na história da Psicologia, sendo um termo muito utilizado no dia-a-dia, nos remetendo a diversos significados e sentidos, fazendo uma relação com o estímulo ou incentivo. No meio acadêmico, o estudo sobre motivação varia conforme a perspectiva teórica que propõe estudar o fenômeno (BARREIRA, 2010).

Dentre as várias abordagens que retratam a motivação, podemos destacar Maslow (1970, apud SAMPAIO, 2009). Sua teoria é chamada de Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow, tendo como marco um referencial humanista.

Portanto é possível perceber que a motivação participa da composição do sujeito e das atividades que o mesmo realiza, estando relacionada a múltiplos contextos. Desse modo, falar da prática docente é envolver em algum momento a motivação.

Como descreve Gadotti (2010, p.13) “educar significa, então, capacitar, potencializar, para que o educando seja capaz de buscar a resposta do que pergunta, significa formar para a autonomia”.

Por este motivo, é importante conhecer os aspectos relevantes no processo da prática docente associando a motivação humana, que influenciam na relação professor-aluno, conseqüentemente, no processo de ensino-aprendizagem.

Ao remeter a prática docente é preciso antes de tudo falar sobre o processo de formação desse profissional.

Dessa forma, conforme Oliari, et.al (2012) a formação profissional docente é um processo que demanda um olhar crítico sobre as próprias representações dos professores, suas concepções, crenças e valores.

Podemos ressaltar também que recai sobre a instituição de ensino, problemáticas sociais que refletem no ambiente escolar e as formas de ensinar e aprender.

Alguns aspectos que devem ser considerados neste processo: a necessidade busca de auto formação, a valorização de saberes e práticas docentes, reconhecendo as instituições escolares como espaço de formação docente, formação permanente em serviço, valorização profissional, entre outros.

O trabalho do professor diferencia-se dos demais, pois seu objeto de trabalho é o outro. Segundo Lemos (2011, p. 41) “ensinar é trabalhar com seres humanos, sobre os seres humanos, para seres humanos, e essa impregnação do trabalho pelo objeto humano merece ser problematizado por estar no centro do trabalho docente”.

Nesse processo, os saberes são elementos constitutivos da prática docente e se apresentam em diferentes vertentes: sociais, disciplinares, escolares, pedagógicos e empíricas. Portanto, não depende apenas de saber escolher a profissão, mas de perceber quais saberes necessários e apropriar-se deles (OLIARI, et.al.2012).

Tapio e Fita (2003, p.88) acrescentam: se o professor não está motivado, se não exerce de forma satisfatória sua profissão, é muito difícil que seja capaz de comunicar a seus alunos, entusiasmo, interesse pelas tarefas escolares; é definitivamente, muito difícil que seja capa de motivá-los.

Quando se fala em educação brasileira, durante muitos anos tinha-se a ideia de que qualquer escola seria melhor que nenhuma escola, qualquer professor seria melhor que nenhum professor. Por este motivo, passou-se a ser sonho: professores formados, motivados e principalmente bem remunerados.

Fazendo uma reflexão a grosso modo, por trás desse professor ineficiente, inadequado, pode estar uma formação deficitária, uma má remuneração, acarretando uma tripla jornada de trabalho, saúde fragilizada, estresse, as dívidas, falta de lazer (SANTOS, 2008).

Por este motivo, percebe-se que um bom professor quando bem remunerado, produz melhor e traz mais ganhos sociais para a sociedade.

Contudo, todas as atribuições docentes precisam, para serem bem exercidas, que os professores estejam motivados para enfrentar o seu fazer docente habitual no contexto escolar (BANDEIRA,2006).

Sabe-se que o fazer pedagógico, o tempo didático, as metodologias aplicadas nas aulas não se resumem apenas ao ato de ensi-

nar. Acrescenta-se ao processo de investimentos em cursos, tempo de planejamento, o conhecimento com a comunidade a qual a escola está inserida, dentre outras atribuições.

Diante desta realidade, ainda é fundamental destacar que os professores e alunos enquanto seres sociais, estão vivendo e sendo afetados por esse contexto de pandemia em diversos aspectos, não apenas o educacional.

Assim, é necessário se preocupar com tais indivíduos para além do cotidiano escolar, mas também pensar no pós-pandemia, que profissionais e alunos estarão de volta ao ambiente escolar quando tudo isso passar.

“Professoras e professores devem ter suas competências digitais bem desenvolvidas, estando preparados para serem pesquisadores reflexivos de sua prática pedagógica, criadores de experiências de aprendizagem, protagonistas de sua formação profissional ao longo da vida, além de terem capacidade de inovar na resolução de problemas complexos, de liderar a mudança necessária nos espaços educacionais e atuar como cidadãos digitais. A tecnologia pode ser importante aliada para o desenvolvimento destas novas competências, mas, para isso, é importante integrar conhecimentos e práticas *sobre* e *com* o uso de tecnologia na formação inicial”, declara Lúcia Dellagnelo, diretora-executiva do CIEB.

Sendo assim, o principal desafio que se apresenta aos sistemas de ensino é articular tempo e qualidade a serviço da educação por meio de políticas públicas que, a partir de um diagnóstico claro, apresentem planejamentos objetivos para desenvolver ações específicas — explicitando “o quê”, “como”, “quando”, “quem”, forma de monitoramento com indicadores e metas, avaliação e resultados esperados

O gestor escolar diante dos desafios no processo de gerir pessoas

A busca em gerir com excelência é o grande desafio do gestor diante de fatores que interferem na gestão de resultados, como a participação ativa da comunidade escolar, o trabalho colaborativo e empático à equipe, e o desenvolver das ações visando melhorar a própria estrutura da entidade.

Criada com o intuito de diferenciar e integralizar o contexto educacional, a Gestão Escolar, tem como função otimizar proces-

dos diários, aumentar e melhorar a eficiência do ensino dentro da instituição

É importante destacar que o ato de gerir, deve ser baseada em princípios democráticos, onde a participação dos segmentos da escola e comunidade escolar faz-se necessário para conduzir todo processo de ensino aprendizagem em busca de uma equidade e resultados eficazes.

Luck (2010) destaca que ao assumir a gestão de uma escola o diretor deve também ter o compromisso de ser competente no ambiente de trabalho, estabelecendo sua autonomia, mas também, aceitando a participação dos demais envolvidos no contexto escolar, onde haja um trabalho coletivo e compartilhado, para assim atingir os objetivos comuns.

Para isso, o gestor deverá trabalhar a sensibilização com toda comunidade na construção de ambientes participativos, cooperativos, de respeito e coletividade para manter um clima escolar agradável.

Torna-se evidente a importância do gestor escolar e sua liderança em gerir a dinâmica do cotidiano, as problemáticas de aprendizagem e nas relações interpessoais.

Para Luck (2010), a conquista de uma gestão democrática e participativa perpassa pela liderança do gestor no processo de trabalho com sua equipe, bem como nas tomadas de decisões. Essa dinâmica consolida os segmentos da escola para que se sintam coparticipantes do processo em busca de estratégia eficazes para resolução de problemas.

Essas questões tornaram-se pertinentes e essenciais no cotidiano escolar. O gestor tem a preocupação em trabalhar na volta às aulas presencias um clima escolar harmonioso, uma convivência constante do retorno ao convívio social e o uso dos protocolos sanitários.

Portanto, a prática pedagógica do docente nesse período passou a exigir um domínio dos recursos tecnológicos, uma abertura ao novo para utilização de ferramentas e conhecimentos que facilitem um domínio desses ambientes virtuais no processo ensino aprendizagem.

Além desse fator, a revisitação dos currículos também vem sendo motivada pela necessidade de desenvolver competências digitais nas futuras e futuros docentes. Estas compe-

tências já eram consideradas fundamentais para o exercício da profissão docente no século 21 e se tornaram ainda mais importantes no cenário pós-pandemia .(<https://cieb.net.br/tdic-professores/>)

Ao trabalhar a gestão participativa com entendimento que todos os envolvidos precisam de atenção e estratégias eficazes para minimizar o déficit na aprendizagem durante o tempo pandêmico, Paiva (2006) amplia as ideias anteriores enfocando a importância do estabelecimento de metas pedagógicas a serem conquistadas pelo gestor e sua equipe.

Dessa forma o trabalho experimentado no lócus da escola pós pandemia com docentes e discentes, vinha ser um olhar empático e comprometido.

Onde neste contexto sócio educacional, as relações, a saúde física e emocional faz parte das preocupações cotidianas da gestão em busca de um equilíbrio no impacto causado pela suspensão das aulas presenciais e vivenciadas de forma remota em ambientes virtuais.

Portanto, intervenções como essas tendem a se reverter em melhorias para escola, além de fomentar as relações interpessoais de todos os envolvidos da gestão, docentes e educandos.

Numa gestão que corrobora para a aprendizagem dos alunos, resultados, melhoria da educação, e metas estabelecidas. Como pode ser constatado, desafios administrativos, pedagógicos e relacionais não faltam para o gestor escolar nesse período pós pandemia. Como

- Melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tendo como foco a qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
- Proporcionar, dentro da matriz curricular, possibilidades para que haja a interdisciplinaridade nas diversas áreas de conhecimento e turmas;
- Aproximar escola e família através de atividades escolares que visem o interesse em comum, como por exemplo, oficinas, palestras, feira do conhecimento, reuniões, eventos esportivos, entre outros;
- Incentivar e gerenciar os projetos institucionais, de forma que estes possam de fato ter relevância à comunidade escolar e em especial ao estudante;

- Trabalhar em prol da superação dos problemas relacionados aos aspectos emocionais com o impacto do isolamento social;
- Provocar a reflexão dos professores a cerca da avaliação dos estudantes, assim como da diversidade existente no seio escolar e a motivação profissional;
- Repensar e reestruturar o Projeto Político Pedagógico (PPP) de acordo com os anseios do novo normal;
- Instigar o respeito e valorização das diversidades existentes no meio escolar, partindo da prática pedagógica;
- Proporcionar condições para que haja uma gestão democrática e acolhedora.

Fica evidente que este Gestor necessita desenvolver novas competências e novos conhecimentos, que permitam um olhar de desconstrução interna para um pensar inovador, de superação aos desafios e que possibilite a sua ação numa edificação para um novo gerir da gestão escolar.

Considerações finais

Diante da nova situação sócio educacional, as adversidades referentes à gestão escolar e à gestão de sala de aula ainda não estão aparentes.

O momento atual apresenta planos educacionais emergenciais desafiadores, diferentes realidades e envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, em especial os docentes e os estudantes.

Uma coisa que temos como certa reside no desafio de conviver com novas demandas profissionais e pessoais. Na capacidade de definir novas prioridades educacionais e de implementá-las. Além da competência de nos configurarmos internamente e socialmente.

É dessa forma que os gestores podem se tornar protagonistas de novas propostas de ações pedagógicas mais significativas que ultrapassam o interior das escolas, e especialmente, os atuais modelos de gestão.

Referências

- BANDEIRA, H.M.M. *Formação de professores e prática reflexiva*. 2006. Disponível: <http://www.ufpi.bbr/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gtl/GT1_13_2006.PDF>
- LEMOS, F. O. *A formação didático-pedagógica dos professores de Odontologia e o desafio de formar cirurgiões-dentistas cidadãos*. Rio Preto/2011.1197f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão.
- SANTOS, I. A. *Educação para diversidade: uma prática a ser construída na educação básica*. 4Df. Caderno Temático (Programa de Desenvolvimento do Estado do Paraná) Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio-PR, 2008.
- TAPIA, J/A, FITA, E/C. *Contexto, motivação e aprendizagem*. In: TAPIA, J.A. *A motivação em sala de aula: o que é, como faz*. 5. Ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- BARREIRA, S.D. *Teorias cognitivas da motivação e sua relação com o desempenho escolar*. Poiesis Pedagógica, São Paulo; v.8. n.2, p.119-175, 2010.
- SAMPAIO, J.R. *O Maslow desconhecido; uma revisão de seus principais trabalhos sobre motivação*. Revista Administração, São Paulo; v.44, n.1, p.5-16, 2009.
- OLIARI, F.A.S; TENROLLER, R.M; ROQUETTE, R.F.; NEZ, E. *Refletindo sobre a identidade e a formação do professor da educação superior*. Disponível em: <http://unifio.edu.br/m/R.M;revista_eletronica/revista/educacao-foco/artigos/ano2012/refletindo-sobre-identidade.pdf>

LIDERANÇA: UM NOVO OLHAR PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Helayne Vieira Correa Coêlho¹
 Ana Maria Venancio da Silva²
 Liduína Venancio de Almeida³
 Lore Ana Terceiro Persch⁴
 Iury Torquato de Almeida⁵

Introdução

O mundo ao nosso redor evoluiu rapidamente, e com isso fez-se necessário a evolução da educação. A evolução tecnológica e científica que até então não era imaginada, tornou-se indispensável. Segundo Martins (2017) a educação exige dedicação de um grupo de pessoas que fazem parte da sociedade para a eficiência em prol dos objetivos almejados, e dessa forma é necessário ser bem administrada. Para tal, torna-se importante conhecer como é o seu funcionamento e influência.

As Escolas enfrentam, no atual contexto educacional, diferentes perspectivas de práticas de gestão. O debate no campo da gestão repercute em práticas gerencialistas e democráticas, demonstrando a importância da liderança do gestor na condução das

¹ Graduada em Pedagogia - UVA; Especialista em Ensino de Língua Portuguesa - UVA; Especialista em Gestão e Coordenação Escolar - Faculdade de Tecnologia Darcy Ribeiro; Especialista em Psicopedagogia - Faculdade de Tecnologia Darcy Ribeiro; Professora do Município de Maracanaú/CE; E-mail: helaynecorrea@hotmail.com

² Graduada em Pedagogia - UECE; Especialista em Ensino de História - Faculdade Kurios; Especialista em Gestão e Coordenação Escolar - Faculdade Kurios; Professora do Município de Maracanaú/CE; E-mail: anamariavenancio3@gmail.com

³ Graduada em licenciatura - UECE; Pós Graduada em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica - Faculdade Kirius;

⁴ Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica - Kurios; Graduada em Pedagogia - UVA; Gestora do município de Maracanaú/CE; Professora do município de Maracanaú/CE; E-mail: lorepersch@gmail.com

⁵ Graduado em Administração - FAK; Licenciado em Pedagogia - FAK; Especialista em Gestão de Projetos - ABED; Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho - FAK; Especialista em Gestão Escolar - FAESL; Especialista em Docência do Ensino Superior - FAK; Especialista em Gestão e Tutoria - UNIASSELVI; Mestre em Gestão de Negócios Turísticos - UECE; Doutor em Ciências da Educação - USC/PY; E-mail: iuryt.almeida@gmail.com

mesmas. As mudanças verificadas no mundo globalizado atual, em especial as ligadas à tecnologia e às comunicações, associadas às novas exigências de produção e competitividade, trouxeram à discussão a questão da liderança como tema central, principalmente nesta época de incertezas, restrições, ameaças e dificuldades de toda a sorte. A partir dessa noção amplificada e com ecos reverberando em amplos espectros da vida em sociedade, existe no campo educacional uma constante preocupação com a qualidade no âmbito do sucesso educativo e na gestão participativa, o que implica em uma educação básica encarada como responsabilidade por todos.

A escola, como unidade básica e espaço de realização de objetivos e metas do sistema educativo, encontra-se hoje como centro da atenção da sociedade, constituindo-se de grande valor estratégico para o nosso desenvolvimento, assim como importante também para a qualidade de vida e demandas sociais das pessoas que orbitam o seu entorno comunitário (LÜCK, 2000). Tal situação se torna um grande desafio com esforço especial para os gestores escolares, por exigirem deles novas atenções, conhecimentos, habilidades e atitudes, que deságuam na necessidade de competências para a tomada de decisões participativas e justas. A partir desse ponto, a liderança desse gestor escolar entra em discussão. Dessa forma, torna-se de fundamental importância salientar a ação política e contextos institucionais em escala nacional e mundial por órgãos supervisionados por gestores de políticas públicas. Esboçar ações que encorajem e chamem a atenção dos estudantes pelos estudos, procurando sempre os estimulá-los, tendo em vista a indisciplina que ainda acontece, acompanhada de inúmeras condições como problemas familiares, questões financeiras, violência, psicológicas, entre outras, são desafios diários que se fazem presentes no dia a dia gestão escolar.

Gestão democrática e liderança escolar

O mundo ao nosso redor evoluiu rapidamente, e com isso fez-se necessário a evolução da educação. A evolução tecnológica e científica que até então não era imaginada, tornou-se indispensável. Segundo Martins (2017) a educação exige dedicação de um grupo de pessoas que fazem parte da sociedade para a eficiência em prol dos objetivos almejados, e dessa forma é necessário ser

bem administrada. Para tal, torna-se importante conhecer como é o seu funcionamento e influência.

Conforme Libâneo (2013) a educação brasileira possui uma estrutura organizacional complexa e ao mesmo tempo bastante precisa. A maneira como é distribuída às verbas entre União, Estados e Municípios, são exemplos de organização educacional. Dessa forma, torna-se de fundamental importância salientar a ação política e contextos institucionais em escala nacional e mundial por órgãos supervisionados por gestores de políticas públicas. Esboçar ações que encorajem e chamem a atenção dos estudantes pelos estudos, procurando sempre os estimulá-los, tendo em vista a indisciplina que ainda acontece, acompanhada de inúmeras condições como problemas familiares, questões financeiras, violência, psicológicas, entre outras, são desafios diários que se fazem presentes no dia a dia gestão escolar.

Acreditar no próprio potencial é o estímulo para que o cérebro reaja com convicção independentemente do fato. Por tanto o homem é um ser mental, emocional e racional, dotado de inteligência, que, entretanto, se deixa manipular por não acreditar no seu potencial. As vezes torna-se incapaz de dominar áreas bem simples da sua vida, sem forças para tomar decisões, o que o leva a agir como se fosse um verme. Os extremos entre potencialidade e fraquezas fazem o ser humano criatura única, ao mesmo tempo fantástica e maravilhosa, frágil e amedrontada. (Castelliano, 2017, p.28).

A escola, instituição educacional inserida em uma comunidade, representa a realidade vivida pelo meio que a envolve. É reconhecida como unidade social com funções técnica, pedagógica e administrativa. Neste espaço, o ser humano age e interage momentaneamente. Consolidamos com a citação: “As escolas são, pois, organizações, e nelas sobressai a interação entre as pessoas, para a promoção da formação humana” (LIBÂNEO, 2003, p.316). É no contexto das práticas, escolar e pedagógica com foco na aprendizagem, que a liderança nos processos de gestão, potencializa as ações e a melhoria da qualidade da educação. Nas interações das atividades escolares, algumas personalidades acabam destacando-se como líderes. O diretor é a liderança em destaque, assim compartilhamos do autor para referendar nossa ideia:

Pois, no grupo escolar a figura central é do diretor. Menos pela situação hierárquica do que pelas qualidades sociais. É

ele o grande animador do trabalho de todos, a força reguladora que estimula a moderação, a sanção cotidiana, que adverte o que louva (JÚNIOR, 1936, p. 173).

O gestor escolar assume, também, o exercício da liderança, de forma a agregar habilidades e competências que contribuam com o avanço das políticas educacionais no âmbito escolar, bem como da função social da escola. “Se administrar é utilizar racionalmente os recursos para a realização de fins determinados, administrar a escola exige a permanente impregnação de seus fins pedagógicos na forma de alcançá-los” (PARO, 2008, pág.7). A escola, através de seu diretor, não pode jamais perder o olhar sobre o fazer pedagógico porque se não, tornar-se-á mecanicamente técnica e sua essência desaparece.

Gestão democrática e participativa

Podemos dizer que a gestão escolar é a relação que é desenvolvida dentro dos limites da escola e do seu entorno comunitário. Ela implica em um processo de participação coletiva, não somente nas decisões, mas no acompanhamento destas.

Reconhecer o diálogo como um meio para a construção democrática é uma atitude de grande relevância porque demonstra que o gestor quer trabalhar de forma aberta e conjunta.

Para que a caminhada escolar aconteça realmente de forma democrática, as ações do gestor precisam ser sentidas pelos demais segmentos que compõem a comunidade escolar, considerando esta, como um segmento presente, participativo e atuante. Se não for assim, o gestor pode fazer um esforço enorme para dividir e definir as ações da escola, que não haverá reconhecimento. Reafirmamos esta proposição com a expressão de Libâneo (2008, p. 132) “a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, na construção coletiva dos objetivos e das práticas escolares, no diálogo e na busca do consenso”, ações fundamentais para que o processo aconteça.

Num sentido mais amplo, a gestão compartilhada envolve professores, alunos, funcionários e pais de alunos. É uma maneira mais aberta de dirigir a instituição. Para isso funcionar, é preciso que todos os envolvidos assumam e compartilhem responsabilidades nas múltiplas áreas de atuação da escola. Como apontado

por Lück (2013, p. 48), “a qualidade do ensino depende de que as pessoas afetadas por decisões institucionais exerçam o direito de participar desse processo de decisões, assim como tenham o dever de agir para implementá-las”. Não basta participar é preciso atuar nas ações propostas pela escola. Entendemos que se não há clareza de atuação e espaços para intervenções, a escola seguirá triste e sem a presença da comunidade escolar.

A liderança no ambiente escolar

A referência principal deste tópico foi o livro de Lück (2011) cujo título é “Liderança em Gestão Escolar”. Essa autora acredita que a liderança na escola é uma característica importante e inerente à gestão escolar, por intermédio da qual o diretor orienta, mobiliza e coordena o trabalho da comunidade escolar no seu sentido amplo (interna e externa), com o escopo da melhoria contínua do ensino e da aprendizagem.

Essa autora afirma, o que vejo com real importância, é que a gestão escolar é um processo que tem que ser efetivamente compartilhado e sendo a competência no foco da liderança “constituindo-se em um dos fatores de maior impacto sobre a qualidade dos processos educacionais [...] *não é possível haver gestão sem liderança*” (LÜCK, 2011, p.25).

O processo de ser liderado e liderar faz parte das relações humanas e, por isso, as instituições de ensino, não podem ignorá-lo. É importante observar o pensamento das pessoas com relação à escola porque a partir disso, passa a ser definida, também, sua maneira de atuar. Compartilhamos do pensamento de Lück, 2009 “A escola deve ser uma comunidade de aprendizagem também em liderança, tendo em vista a natureza do trabalho educacional.” Um trabalho voltado para a transformação social, destacando aqui caráter, personalidade e, também profissionalismo, precisa ter líderes na condução e trabalhar na construção de novas lideranças para que sejam pujantes dentro da sociedade que habitam.

Considerações finais

Sem dúvida, a vida na sociedade contemporânea é altamente complexa. As escolas são unidades importantes para a continua-

ção da cultura dessa sociedade, por intermédio do ensino-aprendizagem, e que têm tarefas sociais e éticas peculiares, além de ser o lócus da atividade profissional do professor e sua relação ampla com o alunado. Gerir, então, esse complexo de relações humanas deixa de ser algo apenas ligado em aspectos administrativos e burocráticos. A função do gestor escolar se reveste de uma das mais importantes atividades no campo da educação e na construção com crescimento e desenvolvimento dessa sociedade. Por isso, a necessidade da competência de liderança na sua ação pedagógica-administrativa.

A gestão democrática se consolida com a participação dos membros que fazem parte da comunidade escolar em conjunto com a direção da escola. A partir desse entendimento, argumentamos que o processo só se torna democrático quando todos lutam pela mesma causa, não havendo resistência entre a instituição escolar e os demais participantes.

Em suma e repetindo: liderar é ensinar, mas também é aprender, é participar, é compartilhar.

Referências

- CURY, A. J. *Pais brilhantes & professores fascinantes*. Rio de Janeiro: sextante, 2003.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Ega, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática*. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.
- LÜCK, Heloisa et al. *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.
- LÜCK, Heloisa. (Org.). *Gestão Escolar e formação de gestores*. Em Aberto, v.17, n.72, p.1-195, fev/jun.2000.
- PARO, V. *Administração Escolar: introdução crítica*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000. _____. *Gestão democrática da escola pública*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2008.



 Gráfica e Editora
IMPRECE
imprece@hotmail.com
Fone: (85) 3055.0102
Impressão e Acabamento

Este e-book, com o formato final de 16 cm x 23 cm, contém 396 páginas.
Fortaleza-Ceará.